UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MAICOW LUCAS SANTOS WALHERS

DIANTE DE UMA DÉCADA:

Um olhar crítico para a efetivação da Política Nacional de Estágio e seus rebatimentos

FRANCA
2024

MAICOW LUCAS SANTOS WALHERS

DIANTE DE UMA DÉCADA:

Um olhar crítico para a efetivação da Política Nacional de Estágio e seus rebatimentos

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, campus Franca, como requisito para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

FRANCA

2024

W175d

Walhers, Maicow Lucas Santos
DIANTE DE UMA DÉCADA : um olhar crítico para a efetivação da Política Nacional de Estágio e seus rebatimentos / Maicow Lucas Santos Walhers. -- Franca, 2024
271 p. : tabs., fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

1. Serviço Social. 2. Formação Profissional. 3. Diretrizes Curriculares. 4. Estágio Supervisionado. 5. Política Nacional de Estágio. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MAICOW LUCAS SANTOS WALHERS

DIANTE DE UMA DÉCADA:

um olhar crítico para a efetivação da Política Nacional de Estágio e seus rebatimentos

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, campus Franca, como requisito para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade

BANCA EXAMINADORA

Presidente:_____
Profª. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

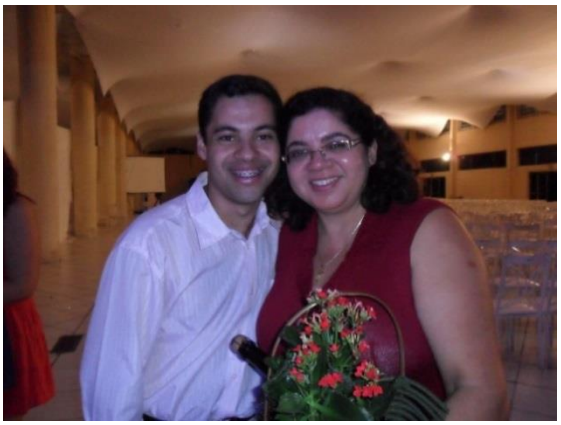
1º Examinadora:_____
Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2º Examinadora:_____
Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

3º Examinadora:_____
Profa. Dra. Carla Agda Gonçalves
Universidade Federal de Goiás

4º Examinadora:_____
Profa. Dra. Suênya Thatiane Souza
Universidade do Estado de Minas Gerais

Franca, 5 de junho de 2024.



Dedico àquela que sempre caminhou junto comigo, desde a graduação.

Àquela que ensinou muito mais que conhecimento, Àquela que sempre esteve presente na vida acadêmica, profissional e pessoal. Muito mais que uma orientadora, uma amiga. Uma amizade que é um encontro de almas.

Àquela que por onde passou e passa sempre foi exemplo de profissional, mulher, docente, pesquisadora, coordenadora, tutora, supervisora, entre outros tantos títulos.

Àquela que ensinou que o conhecimento vence a ignorância e a injustiça social.

Àquela que com o seu "jeito Cir" de ser, deixa sua marca por onde passa.

Àquela que nunca se abateu, mas manteve firme na tarefa de ensinar e construir uma universidade por excelência.

Àquela que demonstrou que um Serviço Social crítico é possível, mas também é possível construir relações de afeto, relações com profundidade e permanente. Àquela que levo para a vida.

Encontro de almas...

Obrigado, Cir! Se cheguei até aqui, devo a você...

Agora continuaremos nossa caminhada, como sempre caminhamos desde o início da nossa jornada em 2007 na graduação.

Muito obrigado!

(as explicações das fotos encontram-se na introdução)

AGRADECIMENTOS

A Deus!

Àquele que nunca me abandonou mesmo quando o abandonei. O que proporcionou o dom da vida, que sempre me deu forças, principalmente nos momentos mais difíceis, mesmo quando tudo parecia ser impossível. Aquele que proporcionou construir afetos, aprendizados e ensinou que é nas dificuldades que evoluímos. Deus é o Deus do impossível, que coloca anjos em forma de pessoas para nos ajudar nesta caminhada que é a vida. Doce, desafiadora, mas preciosa vida.

À minha família!

A meus avós Miguel e Aparecida que são como meus pais, que me criaram e nunca deixaram faltar nada, principalmente amor, carinho, educação e afeto. Maior prova de amor não existe. Amor puro, verdadeiro, simples, que constrói no cotidiano. Amor que não pede nada em troca e que sempre está aqui por mim. Mesmo com baixa escolaridade, sempre valorizaram os estudos e lutaram para que eu chegasse onde estou. Meus maiores torcedores, meus anjos de Deus na terra.

À minha mãe Rosimeire, com quem durante muitos anos, não compartilhei o mesmo teto. E desde 2021 as vicissitudes da vida nos proporcionaram a alegria de convivermos, de fortalecermos essa relação e demonstrar que um dia, teríamos a oportunidade de viver juntos. Você é minha vida, sou parte de ti e sinto que essa ligação é um propósito de Deus muito maior em nossas vidas.

A meus irmãos Letícia, Richarlison, Gabriel e Samara: mesmo que vida tenha nos distanciado, são sempre meus irmãos.

A meu tio Daniel que sempre esteve do meu lado, socorreu-me nos momentos difíceis e com quem posso sempre contar. Obrigado por tudo, meu tio irmão.

A minhas afilhadas queridas Amanda e Byanca, minhas filhas espirituais, pessoas especiais. Sempre poderão contar comigo, sempre estarei aqui por vocês. Amo vocês.

À minha afilhada Gabrielle Sgarbi, com quem compartilho várias alegrias, tristezas e aflições. Conhecemo-nos no mestrado para a vida. Não é mais somente amiga, esse título não representa nossa ligação. Agora somos da mesma família. Obrigado por tudo.

Aos amigos!

A minha amiga e irmã que a vida me deu, Ana Cláudia Longuinhos Silva: não tenho palavras para expressar o afeto, carinho e consideração que tenho por você. Obrigado por tudo. Conhecemos no trabalho e construímos uma relação para vida.

A minha coordenadora, exemplo de profissional, de mãe, de mulher, amiga e acima de tudo, irmã de alma Thatiane Clatt Cruvinel Conti. Obrigado por sempre estar aqui, nos momentos alegres, nos difíceis. Por ser essa pessoa tão especial, que não consigo descrever com palavras. Obrigado, obrigado e obrigado por tudo. Minha irmã do coração e de alma, estaremos sempre juntos, para o resto da vida, enquanto Deus assim permitir. Obrigado por sempre acreditar em mim, por torcer, apoiar e principalmente, mostrar pelo seu exemplo de fé, que sem Deus, não somos nada. Quando amamos uma pessoa, nos faltam palavras para expressar tudo o que sentimos. Desejo que Deus proporcione tudo o que merece, diante da excelente profissional e pessoa que é, cujo conhecimento e coração bondoso são imensuráveis.

A Carla Agda, amizade proporcionada através da orientadora Cirlene e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional (GEFORMSS). Exemplo de profissional, amiga e docente. Obrigado por se fazer presente em minha vida. Obrigado por todo conhecimento construído junto, pelas conversas sobres assuntos diversos, por momentos de apoio e acolhimento nos momentos mais difíceis. Como me alegro saber que você existe e que hoje temos essa relação de amizade verdadeira. Você é mais um exemplo da bondade e misericórdia de Deus.

A Mayara Simon Bezerra, minha amiga, colega de Doutorado (e dizem por aí, que também esposa). Obrigado pela preciosa amizade, por trilhar esse doutorado juntos. Obrigado amiga e irmã que o doutorado me proporcionou.

A Denise Monteiro Silveira Branco, da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) para a Pós. Obrigado pelo carinho, amizade, apoio nos momentos difíceis. Admiro a garra que teve para assumir seu trabalho na Pós-graduação da UNESP/Franca em tempos de pandemia. Parabéns! Você tem uma força maior do que imagina. Obrigado por todo apoio e por me socorrer no sufoco, mesmo quando estava no sufoco também. Obrigado por me apoiar quando fui representante discente.

A meus amigos Laura Gomes, Daniel Moundo, Suênya, Gabriela Guimarães, Andreza e aos demais integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em

Serviço Social (GEFORMSS). Espaço de aprendizado, afeto, pesquisa e construção do conhecimento.

À minha orientadora, Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira!

Cir, obrigado pelo afeto, carinho, apoio, trocas de conhecimento, aprendizado e reflexões. Obrigado por ser esse diferencial na minha vida e de tantas pessoas. Obrigado por deixar sua marca na história de cada pessoa que tem a oportunidade e alegria de conhecê-la. Ser orientando de uma das referências na construção da PNE é um desafio, uma emoção e uma responsabilidade. Obrigado por tudo.

À academia!

A UNESP campus Franca, onde iniciei minha vida acadêmica da graduação à pós-graduação, tornando espaço no qual construí diversas relações de amizades e afetos. Espaço de aprendizado, de desafios perante às contradições. Apesar dos pesares, sou grato por tudo e por tanto. A UNESP continuará a ser essa referência na minha formação profissional.

Ao corpo docente da UNESP, que contribuiu para minha formação acadêmico-profissional. Em especial na pessoa da Professora Doutora Nayara Hakime que tanto me apoiou na pós-graduação.

Aos funcionários administrativos que com sua dedicação, contribuem para a UNESP ser uma universidade de referência e excelência. Em especial, na pessoa do funcionário Luciano Goulart que sempre esteve disponível e paciente para nos auxiliar nos recursos tecnológicos.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação profissional em Serviço Social (GEFORMSS), espaço de aprendizado, construção do conhecimento e referência no debate da formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

À Coordenadora do Programa de Pós-Graduação, Professora Doutora Maria José, por todo carinho e apoio.

Ao meu espaço sócio-ocupacional!

Aos colegas de trabalho das Unidades de saúde do município de Cássia/MG que sempre me apoiaram e são parceiros na construção de uma política pública de qualidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)!

Agradeço a CAPES por financiar não somente uma pesquisa, mas a realização de um sonho.

E tudo isso é sobre o amor: tudo é construído pelo amor e é destruído pela sua falta...

Essa é a contradição dialética da vida:

1 Coríntios 13

Acima de tudo o amor
1 Ainda que eu falasse línguas, as dos homens e dos anjos,
Se eu não tivesse o amor,
seria como o sino ruidoso
ou como címbalo estridente.
2 Ainda que eu tivesse o dom da profecia,
o conhecimento de todos os mistérios
e de toda a ciência;
ainda que eu tivesse toda a fé,
a ponto de transportar montanhas,
se não tivesse o amor,
eu não seria nada.
3 Ainda que eu distribuísse
todos os meus bens aos famintos,
ainda que entregasse
o meu corpo às chamas,
se não tivesse o amor,
nada disso me adiantaria.
4 O amor é paciente,
o amor é prestativo;
não é invejoso, não se ostenta,
não se incha de orgulho.
5 Nada faz de inconveniente,
não procura seu próprio interesse,
não se irrita, não guarda rancor.
6 Não se alegra com à injustiça,
mas se regozija com a verdade.
7 Tudo desculpa, tudo crê,
tudo espera, tudo suporta,
8 o amor jamais passará.
As profecias desaparecerão,
as línguas cessarão,
a ciência também desaparecerá.
9 Pois o nosso conhecimento é limitado;
limitada é também a nossa profecia.
10 Mas, quando vier a perfeição,
desaparecerá o que é limitado.
11 Quando eu era criança,
falava como criança,
pensava como criança,
raciocinava como criança,
Depois que me tornei adulto,
deixei o que era próprio de criança.
12 Agora vemos como em espelho
e de maneira confusa;
mas depois veremos face a face.
Agora o meu conhecimento é limitado,
mas depois conhecerei
como sou conhecido.
13 Agora, portanto, permanecem

estas três coisas:
a fé, a esperança e o amor.
A maior delas, porém, é o amor.
(BÍBLIA SAGRADA, s/a, p. 1406)

Passei a minha vida tentando corrigir os erros que cometi na minha ânsia de acertar. Ao tentar corrigir um erro, eu cometia outro. Sou uma culpada inocente.

(Clarice Lispector: "Esboço para um possível retrato").

Tempo de Ipê

Não quero saber de IPM, quero saber de IP.
O M que se acrescentar não será militar,
será de Maravilha.
Estou abençoando a terra pela alegria do ipê.
Mesmo roxo, o ipê me transporta ao círculo da alegria,
onde encontro, dadivoso, o ipê-amarelo.
Este me dá as boas-vindas e apresenta:
- Aqui é o ipê-rosa.
Mais adiante, seu irmão, o ipê-branco.
Entre os ipês de agosto que deveriam ser de outubro
mas tiveram pena de nós e se anteciparam
para que o Rio não sofresse de desamor, tumulto, inflação, mortes.
Sou um homem dissolvido na natureza.
Estou florescendo em todos os ipês.
Estou bêbado de cores de ipês, estou alcançando a mais alta copa do mais alto ipê do Corcovado.
Não me façam voltar ao chão,
não me chamem, não me telefonem não me dêem dinheiro,
quero viver em bráctea, racemo, panícula, umbela.
Este é tempo de ipê.
Tempo de glória.
(Carlos Drummond de Andrade: Amar se aprende amando – 1985).

A Flor e a náusea

Preso à minha classe e a algumas roupas, vou
de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias, espreitam-me.
Devo seguir até o enjôo?
Posso, sem armas, revoltar-me?

Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.

Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.

Vomitar este tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o perdem.

Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.

Os ferozes leiteiros do mal.

Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.
(Carlos Drummond de Andrade - A rosa do povo – 1945).

WALHERS, Maicow Lucas Santos. **Diante de uma década:** um olhar crítico para a efetivação da Política Nacional de Estágio e seus rebatimentos. 2024. 271 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2024.

RESUMO

A pesquisa de doutorado, ora apresentada, tem por objetivo analisar os rebatimentos da Política Nacional de Estágio em Serviço Social, em seus dez anos de implementação por meio do Estado da Arte, através das teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação vinculados às UFA's filiadas a ABEPSS e que são reconhecidos pela CAPES. Configurou-se como objetivo específico a análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação das referidas UFA's, buscando identificar como o estágio supervisionado está organizado e se está em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e, principalmente, se a PNE contribuiu para a elaboração ou revisão dos respectivos projetos pedagógicos. Também compuseram como parte da pesquisa, os periódicos vinculados aos Programas de Pós-graduação em Serviço Social e áreas afins que tinham como tema o estágio supervisionado e/ou supervisão de estágio e/ou a Política Nacional de Estágio. Esses três momentos da pesquisa do Estado da Arte contribuíram para a realização da triangulação da análise, na qual percebemos como o objeto de pesquisa (a Política Nacional de Estágio) está contribuindo e sendo apropriado pelos cursos e pela categoria, seja como objeto de investigação ou como embasamento para a qualificação do estágio supervisionado em Serviço Social. Percebemos que, dialeticamente, o estágio supervisionado toma outra dimensão e significado na formação acadêmico-profissional em Serviço Social, principalmente a partir da sua concepção nas Diretrizes Curriculares: apesar de sempre estar presente no Serviço Social desde sua gênese, é a partir das DC's que o estágio é mais problematizado, estando na vanguarda do debate e fóruns de organização da categoria, especialmente na qualificação do projeto de formação acadêmico-profissional, na qual a ABEPSS historicamente é a protagonista desse processo. Neste sentido, a PNE é produto da organização política e dos acúmulos acadêmico-profissional e científico da categoria, mas também os avanços que a PNE traz no seu bojo têm contribuído para a defesa da qualidade do estágio supervisionado em Serviço Social. Dessa forma, a temática é tensa, contraditória e dialética: notam-se os avanços e a importância do estágio supervisionado na práxis profissional, diante da dimensão investigativa e interventiva da categoria, mas ainda carece de avanços na preservação do lugar que o estágio deve ocupar na formação em Serviço Social. Esse terreno é aberto e está em constante mudança, enfrentando disputas de projetos de formação e de profissão, que se sustentam em projetos societários e de classe mais amplos. Como resultado da pesquisa realizada, apresentamos uma contribuição para a categoria ao identificar os nós problemáticos do estágio, suas contribuições na defesa do projeto de formação profissional construído coletiva e hegemonicamente pela categoria e principalmente, identificar as contribuições da PNE nesse processo e os pontos que merecem ser avançados e problematizados pela profissão.

Palavras-chave: Formação acadêmico-profissional. Diretrizes Curriculares. Estágio Supervisionado. Supervisão de Estágio. Fundamentos do Serviço Social. Política Nacional de Estágio.

WALHERS, Maicow Lucas Santos. **De cara a una década:** una mirada crítica a la implementación de la Política Nacional de Pasantías y sus implicaciones. 2024. 271 y sigs. Tesis (Doctorado en Trabajo Social) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2024.

RESUMEN

La investigación doctoral aquí presentada tiene como objetivo analizar las implicaciones de la Política Nacional de Pasantías en Servicios Sociales, en sus diez años de implementación a través del Estado del Arte, a través de las tesis y disertaciones de los Programas de Posgrado vinculados a las UFA afiliadas a la ABEPSS y que son reconocidas. por CAPES. El objetivo específico fue analizar los Proyectos Pedagógicos de las carreras de pregrado de las citadas UFA, buscando identificar cómo se organiza la pasantía tutelada y si están alineados con las Directrices Curriculares de la ABEPSS y, principalmente, si el PNE contribuyó a la preparación o revisión de los respectivos proyectos pedagógicos. Como parte de la investigación, también compuso publicaciones periódicas vinculadas a Programas de Posgrado en Trabajo Social y áreas afines cuya temática fue la pasantía supervisada y/o supervisión de pasantías y/o la Política Nacional de Pasantías. Estos tres momentos de la investigación del Estado del Arte contribuyeron a la triangulación del análisis, donde nos dimos cuenta de cómo el objeto de investigación (la Política Nacional de Pasantías) está contribuyendo y siendo apropiado por los cursos y la categoría, ya sea como objeto de investigación o como base para la calificación de prácticas tuteladas en Trabajo Social. Nos dimos cuenta de que, dialécticamente, la pasantía supervisada cobra otra dimensión y significado en la formación académico-profesional en Trabajo Social, principalmente desde su concepción en los Lineamientos Curriculares: a pesar de estar siempre presente en el Trabajo Social desde su génesis, es a partir de las CD que la pasantía está más problematizada, estando a la vanguardia de los foros de debate y organización de categorías, especialmente en la calificación del proyecto de formación académico-profesional, donde la ABEPSS ha sido históricamente protagonista de este proceso. En este sentido, el PNE es producto de la organización política y del cúmulo académico-profesional y científico de la categoría, pero los avances que el PNE trae en su seno también han contribuido a defender la calidad de las pasantías supervisadas en Trabajo Social. Así, el tema es tenso, contradictorio y dialéctico: se pueden constatar avances y la importancia de la pasantía supervisada en la praxis profesional, dada la dimensión investigativa e intervencionista de la categoría, pero todavía falta avanzar en preservar el lugar que ocupa la práctica profesional. La pasantía debe ocupar en la formación en Trabajo Social. Este terreno está abierto y cambia constantemente, enfrentando disputas sobre proyectos de formación y profesión, que están respaldados por proyectos sociales y de clase más amplios. Como resultado de la investigación realizada, presentamos un aporte a la categoría identificando los nodos problemáticos de la pasantía, sus aportes en la defensa del proyecto de formación profesional construido colectiva y hegemónicamente por la categoría y, principalmente, identificando los aportes del PNE. en este proceso y los puntos que merecen ser avanzados y problematizados por la profesión.

Palavras Clave: Formación académico-profesional. Lineamientos Curriculares. Prácticas supervisadas. Supervisión de prácticas. Fundamentos del Servicio Social. Política Nacional de Pasantías.

WALHERS, Maicow Lucas Santos. **Di fronte a un decennio:** uno sguardo critico all'attuazione della politica nazionale di tirocinio e alle sue implicazioni. 2024. 271 f. Tesi (Dottorato in Servizio Sociale) – Facoltà di Scienze Umane e Sociali, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2024.

RIEPILO

La ricerca di dottorato qui presentata si propone di analizzare le implicazioni della Politica di Tirocinio del Servizio Sociale Nazionale, nei suoi dieci anni di attuazione attraverso lo Stato dell'Arte, attraverso le tesi e le dissertazioni dei Programmi Post-laurea collegati agli UFA affiliati all'ABEPSS e che sono riconosciuti di CAPES. L'obiettivo specifico è stato quello di analizzare i Progetti Pedagogici dei corsi di laurea delle suddette UFA, cercando di individuare come è organizzato il tirocinio supervisionato e se sono in linea con le Linee Guida Curriculari ABEPSS e, soprattutto, se il PNE ha contribuito alla preparazione o revisione dei rispettivi progetti pedagogici. Nell'ambito della ricerca, ha anche composto periodici legati ai programmi post-laurea in servizio sociale e aree correlate il cui tema era il tirocinio supervisionato e/o la supervisione del tirocinio e/o la politica nazionale di tirocinio. Questi tre momenti della ricerca sullo Stato dell'Arte hanno contribuito alla triangolazione dell'analisi, dove ci siamo resi conto di come l'oggetto della ricerca (la Politica Nazionale di Tirocinio) stia contribuendo e facendosi appropriazione dai corsi e dalla categoria, sia come oggetto di indagine che come come base per la qualificazione del tirocinio supervisionato in servizio sociale. Ci siamo accorti che, dialetticamente, il tirocinio supervisionato assume un'altra dimensione e significato nella formazione accademico-professionale nel Servizio Sociale, soprattutto a partire dalla sua concezione negli orientamenti curriculari: pur essendo sempre presente nel Servizio Sociale fin dalla sua genesi, è dalle DC che il tirocinio risulta maggiormente problematizzato, essendo in prima linea nei forum di dibattito e di organizzazione di categoria, soprattutto nella qualificazione del progetto formativo accademico-professionale, dove ABEPSS è storicamente protagonista di questo processo. In questo senso, il PNE è un prodotto dell'organizzazione politica e del bagaglio accademico-professionale e scientifico della categoria, ma i progressi che il PNE porta al suo interno hanno contribuito anche a difendere la qualità dei tirocini supervisionati nel Servizio Sociale. Il tema è quindi teso, contraddittorio e dialettico: si notano progressi e l'importanza del tirocinio supervisionato nella prassi professionale, data la dimensione investigativa e interventistica della categoria, ma mancano ancora progressi nel preservare il posto che il tirocinio supervisionato il tirocinio dovrebbe occuparsi della formazione in servizio sociale. Questo terreno è aperto e in costante cambiamento, affrontando controversie su progetti di formazione e professione, che sono supportati da progetti sociali e di classe più ampi. A seguito della ricerca effettuata, presentiamo un contributo alla categoria individuando i nodi problematici del tirocinio, i suoi contributi nella difesa del progetto di formazione professionale costruito collettivamente ed egemonicamente dalla categoria e, soprattutto, individuando i contributi della PNE in questo processo e i punti che meritano di essere avanzati e problematizzati dalla professione.

Parole Chiave: Formazione accademico-professionale. Linee guida curriculari. Tirocinio supervisionato. Supervisione del tirocinio. Fondamenti del servizio sociale. Politica nazionale sui tirocini.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de mestrado e doutorado vinculados aos Programas de pós-graduação.....162
Gráfico 2 – Porcentagem de Programas de Pós-graduação que participaram da pesquisa.....163
Gráfico 3 – Relação de UFA's pelo País.....164
Gráfico 4 – Gráfico notas dos Programas em porcentagem (%).....165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantidade de UFA's por região da ABEPSS.....30
Quadro 2 – Dissertações da Biblioteca Digital.....31
Quadro 3 – Teses da Biblioteca Digital.....33
Quadro 4 – Relação de teses e dissertações por programa.....34
Quadro 5 – Notas dos Programas em porcentagem (%).....165
Quadro 6 – Relação de Programas por região de acordo com as quantidades de UFA's filiadas.....166
Quadro 7 – Áreas de concentração e linhas de pesquisa.....168
Quadro 8 – Quantidade de anos de diferença da aprovação do mestrado para o doutorado.....176
Quadro 9 – Relação de produção de artigos em periódicos.....210

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CEP	Código de Ética Profissional
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID-19	Corona Vírus Disease (“Doença do Coronavírus”)
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DC’s	Diretrizes Curriculares
DSSO	Departamento de Serviço Social
DOU	Diário Oficial da União
ENESSO	Encontro Nacional de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores(as) em Serviço Social
EaD	Ensino à Distância
ERE	Ensino Remoto Emergencial
ESSN	Escola de Serviço Social de Natal
EMESCAM	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GEFORMSS	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social
GTP’s	Grupo Temáticos de Pesquisa (GTP’s)
GED	Gratificação de Estímulo ao Trabalho Docente
IES	Instituição de Ensino Superior
IPE’s	Instituições Privadas de Ensino
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Interssexuais, Assexuais, Panssexuais.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PESS	Processo Educativo do Serviço Social
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-GOIÁS	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PJ	Pessoa Jurídica
PNE	Política Nacional de Estágio
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TIC's	Tecnologias da Informação e da Comunicação
SER	Serviço Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAS	Unidades de Formação Acadêmica
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFV	Universidade Federal de Viçosa

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....23

CAPÍTULO 1 Acúmulos e reflexões da categoria em relação à formação profissional a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.....46

1.1 Categorias analíticas no estudo da formação profissional em Serviço Social: uma abordagem sócio-histórica da constituição da profissão.....48

1.2 Crise de hegemonia, projetos societários e projeto ético-político: Serviço Social e trabalho profissional.....71

1.3 As Diretrizes Curriculares, seus fundamentos e a formação profissional permanente em Serviço Social: um debate constante.....83

1.4 Articulação dos fundamentos da profissão no estágio supervisionado curricular e os desafios contemporâneos.....88

CAPÍTULO 2 Política Nacional de Estágio em Serviço Social: avanços, desafios e significados.....104

2.1 O estágio supervisionado a partir dos órgãos representativos da categoria: normativas e estratégias em sua defesa.....104

2.2 Contextualizando a construção da Política Nacional de Estágio em Serviço Social.....110

2.3 Princípios, Diretrizes e prerrogativas para o Estágio Supervisionado a partir da PNE.....128

2.4 ABEPSS e a defesa histórica do projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social: algumas considerações sobre o estágio e a PNE.....142

CAPÍTULO 3 Contribuições e rebatimentos da Política Nacional de Estágio: uma análise a partir do Estado da Arte.....149

3.1 Caracterização dos programas de Pós-Graduação.....150

3.2 O estado da arte: análise do estágio supervisionado e da Política Nacional de Estágio a partir das dissertações e teses.....174

3.3 Ainda sobre o estado da arte: análise dos artigos em periódicos vinculados aos programas de pós-graduação.....209
3.4 Terceiro momento do estado da arte: análise dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação.....232

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....248

REFERÊNCIAS 254

APÊNDICE A – Triangulação dos capítulos.....266
APÊNDICE B - Programas de Pós-Graduação – Área Serviço Social – Avaliados e Reconhecidos pela CAPES.....267
APÊNDICE C – Quadro com a relação entre as áreas de concentração e linhas de pesquisa.....270
APÊNDICE D - Relação das áreas de concentração e linhas de pesquisa com os núcleos de fundamentos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.....271

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A construção do conhecimento é um processo coletivo, dialético, relacional. Dessa forma, também envolve afeto e processo. A tese de doutorado apresentada é resultado desse processo de construção de conhecimento e aprofundamento da temática, que se iniciou na graduação, com a orientação da Profª. Drª Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira. Assim, a pesquisa representa um acúmulo de uma trajetória do discente, mas o que a qualifica é a orientação e os ensinamentos balizados pela relação de respeito, trocas, aprendizado e afeto construídos durante desse processo com as orientações.

É analisada uma década da Política Nacional de Estágio (PNE), mas são dezessete anos de construção coletiva na graduação e pós-graduação e inserção no grupo de estudos e pesquisas sob a orientação de uma pesquisadora e docente que é referência na temática e é sujeito político e histórico na construção da PNE que nos dá a condição para qualificar a pesquisa apresentada, enquanto tese. A dedicatória é sinal do agradecimento dessa relação com que a vida nos brindou. Não se constrói conhecimento com frieza e imparcialidade, mas na relação e compartilhamento de saberes.

As fotos da primeira para a última de cima para baixo representam um pouco dessa trajetória, e foram selecionadas de acordo com seu significado e importância na trajetória acadêmico-profissional do doutorando: a primeira foto foi tirada na aula da saudade no último ano de graduação em 2010; a segunda foto, na solenidade da colação de grau no início de 2011, na qual a orientadora também foi paraninfa da turma; a terceira foto tirada no evento comemorativo dos trinta anos do Programa de Pós-graduação em Serviço Social em 2023 e representa o registro de três gerações de orientações e por último, no mesmo evento comemorativo, a divulgação do livro “Serviço Social brasileiro em tempos regressivos: formação e trabalho profissional em debate”, no qual possuímos um capítulo intitulado “Estágio supervisionado em Serviço Social: resistências e estratégias da formação profissional”.

Conforme mencionado, a realização da pesquisa de doutorado é resultado do amadurecimento intelectual e científico a partir da trajetória como pesquisador da temática do estágio supervisionado em Serviço Social, iniciada na graduação e desenvolvida ao longo da vida acadêmico-profissional e científica através de pesquisas realizadas através da Pós-graduação em Serviço Social no âmbito do mestrado e doutorado.

Neste processo de aprofundamento permitido através do doutoramento, também é fundamental destacar a significativa contribuição, enquanto membro, no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS) desde a graduação.

Trata-se de um grupo que possui mais de 25 anos de existência, constituído por pesquisadores (as), docentes, discentes de graduação e pós-graduação, profissionais tanto do curso de Serviço Social como de áreas afins, no Brasil e no Exterior, através de intercâmbios com Angola, Portugal entre outros países com participação de discentes e docentes inseridos no grupo através do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP/Franca, como também de pesquisadores (as) e docentes de instituições de ensino desses países, permitida através dessa relação de internacionalização do programa. Fruto dessa relação contribuiu para a criação de um grupo de estudos e pesquisa sobre formação profissional em Serviço Social em Angola que leva esse mesmo nome.

O GEFORMSS tem desenvolvido pesquisas, estudos e eventos sobre diversas temáticas relacionadas com a formação e o trabalho profissional, sendo que o estágio e a supervisão constituem uma das linhas de pesquisa. As trocas de conhecimento, o desenvolvimento de estudos e pesquisas através do grupo têm contribuído para a qualificação tanto da arte de pesquisar como para o aprofundamento das pesquisas desenvolvidas tanto no âmbito da graduação como da pós-graduação. Dessa forma, não poderia deixar de registrar as contribuições que têm significado para esta pesquisa.

A participação dos eventos científicos da categoria e da área de conhecimento em que o Serviço Social se integra no meio acadêmico e científico, principalmente através do CBAS e ENPESS também se configura como importante espaço para a problematização e atualidade do debate na categoria relacionada à temática do estágio supervisionado, como também para identificar o lugar que o estágio supervisionado, a supervisão de estágio e a Política Nacional de Estágio (PNE) têm ocupado no debate acadêmico e profissional em Serviço Social nos diferentes espaços coletivos utilizados pela categoria para a produção do conhecimento e a defesa da qualidade da formação acadêmico-profissional. Dessa forma, a pesquisa realizada e apresentada através da tese de doutoramento, representa os acúmulos dessa trajetória acadêmica e científica enquanto pesquisador da temática.

A construção coletiva da PNE pela categoria representa o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na defesa histórica do projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social, alicerçada no projeto ético-político da profissão. A Política Nacional de Estágio é resultante dos acúmulos da profissão na qualificação e preservação do estágio supervisionado em consonância com seu significado a

partir da lógica curricular preconizada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Dessa forma, sua construção é produto dos questionamentos e anseios da categoria profissional na efetivação do estágio supervisionado frente aos desafios históricos e velhos dilemas relacionados ao estágio, frente às contradições da educação e trabalho profissional na realidade brasileira.

Conforme apresentado na PNE, sua construção é resultado de um amplo debate ocorrido em todo país, onde foi instituído o Grupo de Trabalho PNE ABEPSS a partir da primeira Reunião Ampliada da Diretoria na gestação 2009-2010 entre os dias 16 e 18 de março, no rio de Janeiro. A partir desse GT, foi elaborado o documento-base em maio de 2009, que subsidiou os trabalhos através das seis oficinas regionais, onde foram elaborados relatórios dos encontros, culminando na aprovação e publicação da PNE no ano de 2010.

A PNE é resultado do documento-base e dos relatórios das oficinas regionais, sendo também apontada pelo relatório da pesquisa avaliativa da implementação das Dc's do Curso de Serviço Social, que foi socializada no XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) em São Luís/MA, em dezembro de 2008. Além de reafirmar a centralidade e concepção de estágio preconizado pelas DC's, a PNE vem responder diversos desafios que estão no bojo da formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

Destacam-se alguns desses desafios apresentados pela própria Política, como a ampliação do EaD, a garantia da indissociabilidade da supervisão de campo e acadêmica, a unidade teoria e prática, o estágio curricular obrigatório e não-obrigatório, a definição das atribuições dos sujeitos participantes do processo de supervisão, a aproximação das UFA's com os campos de estágio, entre inúmeros outros desafios inseridos no contexto da contrarreforma da educação e a precarização do trabalho profissional.

Podemos, portanto, afirmar que o trabalho apresentado representa uma síntese de uma trajetória acadêmica, científica e profissional, produto do amadurecimento e aprofundamento do pesquisador, que ao debruçar sobre o objeto e pesquisa, não o esgotou, mas pelo contrário, reafirmou a importância, a complexidade e necessidade de continuar estudando e pesquisando sobre o estágio supervisionado.

Ficou evidente a necessidade de desenvolver mais pesquisas e aprofundar o debate relacionado à formação acadêmico-profissional em Serviço Social e em especial, o estágio supervisionado. Ao realizar a pesquisa, percebemos que apesar da hegemonia do projeto ético-político e do projeto de formação defendido pela categoria, ainda percebemos inúmeros desafios para efetivação do estágio e da supervisão na perspectiva apresentada pelas DC's e PNE frente aos tensionamentos do mercado de trabalho e das contrarreformas do Estado e

seus rebatimentos nas diversas políticas públicas brasileiras, principalmente na política de educação.

E ainda carece de maiores aprofundamentos e de estratégias para defesa da qualidade do estágio em Serviço Social. Entendê-lo a partir dos ditames do capital, da contrarreforma do Estado e da educação em especial, não caracteriza como aspecto secundarizado, mas fundamental para superar seus desafios e atribuir ao estágio a dimensão tão necessária à formação acadêmico-profissional, conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Neste sentido e partindo dessa perspectiva apresentada, optamos por realizar um momento a partir dos acúmulos da categoria e dos avanços relacionados ao objeto de estudo. Pois são esses avanços, como a construção das Diretrizes Curriculares de 1996, a aprovação do Código de Ética Profissional de 1993 a partir da revisão do Código anterior, a lei de regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993), a resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) n. 533/08, que regulamentam a supervisão direta de estágio, contribuíram para a elaboração da PNE, como resultado da defesa da qualidade da formação profissional frente aos desafios contemporâneos e uma compreensão crítica marxista e marxiana da realidade social enfrentada pelo Serviço Social.

É necessário partir do concreto pensado, para avançar na análise da realidade apresentada para, posteriormente, retornar ao ponto de partida e apreender se o objetivo proposto foi atingido. É este movimento que propomos metodologicamente através da pesquisa desenvolvida e está representado pelo esquema de triangulação apresentado no (apêndice A). Ou seja, a centralidade de todos os capítulos está no objeto de pesquisa apresentado.

Foi esse movimento que delineou a proposta inicial de pesquisa que ora se materializa a partir da tese apresentada: a construção da PNE é produto dos acúmulos e avanços da profissão na concepção e defesa do estágio supervisionado que tem nas DC’s as balizas para a sua concepção e materialização. Ou seja, o estágio sempre esteve presente na trajetória do Serviço Social, mas as DC’s representam um divisor de águas na sua conceituação, pois se sustenta em uma nova lógica curricular construída coletivamente pela categoria com o protagonismo histórico da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A PNE vem dar respostas e criar estratégias para a defesa e qualificação do estágio supervisionado, abordando problemáticas, desafios e estabelecendo diretrizes, princípios e instrumentos para a organização e efetivação do estágio supervisionado.

Coerente com os direcionamentos e concepção de estágio das DC's, a política aprofunda, problematiza e define os papéis de todos os sujeitos partícipes do processo de supervisão, a defesa da indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica, a unidade entre teoria e prática e o fortalecimento da relação entre universidade e campo de estágio, garantindo a formação permanente em Serviço Social e a superação da dicotomia entre teoria e realidade, em que o estágio tem uma importante contribuição, a partir da lógica curricular, na síntese de múltiplas determinações entre teoria e realidade social. Entre tantos outros elementos que serão abordados nos capítulos seguintes. Neste sentido, partimos dos acúmulos em relação ao objeto de estudos para compreender o lugar e os rebatimentos da PNE na formação acadêmico-profissional a partir do Estado da Arte.

Inicialmente propusemos a realização de pesquisa de campo e Estado da Arte, mas resolvemos seguir as orientações da banca de defesa que sugeriu a realização somente do Estado da Arte, diante da densidade de material a ser realizado podendo comprometer o aprofundamento necessário e exigido pelo doutorado. Dessa forma, optamos por realizar somente o Estado da Arte, que se configura na perspectiva desenvolvida, o caráter inédito da pesquisa, que procurou atingir os seguintes objetivos:

Objetivo geral: analisar em âmbito nacional os rebatimentos dos dez anos de implantação e da Política Nacional de Estágio (PNE) para a formação profissional na particularidade do estágio supervisionado em Serviço Social, conforme preconizado pelas Dc's e demais normativas que norteiam e orientam a realização do estágio supervisionado a partir do Estado da Arte.

Objetivos específicos: estabelecer um panorama em relação à compreensão do estágio supervisionado em Serviço Social por meio das categorias analíticas identificadas na literatura tendo como norte as DC's e os dez anos de implantação e implementação da PNE; verificar como os cursos de Serviço Social nas UFA's têm efetivado a nova lógica curricular em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS em relação à particularidade do estágio supervisionado em Serviço Social e os rebatimentos da PNE e identificar a apropriação e compreensão da categoria sobre o estágio supervisionado, em suas convergências e divergências à PNE, por meio das dimensões constitutivas do Serviço Social - teórico/metodológica, ético/política e técnico/operativa.

Metodologicamente, para atingir os objetivos e a partir do próprio movimento apresentado para o desenvolvimento da pesquisa, apropriamos para análise dos resultados a partir do método materialista histórico-dialético, diante da complexidade da realidade social e de sua dinâmica, devendo as categorias da realidade social ser tratadas, conforme nos coloca

Lukács (2010, p. 228) "[...] não como princípios de formação lógicos ou gnosiológicos no interior do conhecimento, mas como determinações do próprio ser [...]." Para Triviños (1987, p. 51), o materialismo dialético tem sua base filosófica no marxismo:

> O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Por um lado, o materialismo dialético tem uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, que é também antiga concepção na evolução das idéias, baseia-se numa interpretação dialética do mundo.

O objeto de estudo proposto ao se inserir no campo das ciências sociais aplicadas, não trabalha com questões meramente gnosiológicas, ou abstratas, mas se configura como parte da realidade social que está em constante movimento e transformação social. O estágio supervisionado somente pode ser apreendido a partir da realidade concreta e das formas de respostas da categoria profissional em sua defesa. Para a teoria marxiana, conforme nos coloca Tonet (2005, p. 77):

> [...] na ótica marxiana, a questão dos pressupostos não é um problema meramente metodológico/epistemológico, mas uma problemática que articula questões relativas ao ser (natureza do ser social, categorias nodais do processo social) com outras relativas ao conhecer (possibilidade, natureza e alcance do conhecimento).

Dessa forma, destacamos a importância do método materialista histórico-dialético para a análise do objeto proposto numa perspectiva de totalidade, capaz de apreender a sua relação com a realidade social em que está inserida e suas múltiplas determinações sociais, históricas que interferem na constituição do ser social, em suas contradições e antagonismos que permeiam a realidade social e a constituição do objeto de estudo.

A pesquisa caracteriza-se de natureza qualitativa e quantitativa: é qualitativa ao propor analisar os rebatimentos da Política Nacional de Estágio na efetivação do estágio em Serviço Social a partir do Estado da Arte, o que traz à tona as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa dos profissionais, representando seu universo de valores, concepções e posicionamentos em defesa da qualidade da formação acadêmico-profissional que está sustentada em um determinado projeto de educação e de sociedade, defendido coletivamente pelo Serviço Social. Ao trabalhar com a seleção de dissertações, teses, periódicos e projetos pedagógicos utiliza-se uma amostragem quantitativa que representa o universo da pesquisa.

Neste sentido, como material para a pesquisa, além das dissertações, teses que versam sobre a formação profissional e o estágio supervisionado em Serviço Social a partir dos repositórios dos programas de pós-graduação em Serviço Social também foram pesquisados os periódicos vinculados aos Programas de Pós-graduação em Serviço Social e áreas afins reconhecidos pela CAPES, em um período de dez anos (2010-2020), procurando identificar as categorias analíticas em relação ao estágio supervisionado nas principais revistas de Serviço Social, com avaliação Qualis A1, A2, A3, A4, B1, B2 e B2.

Também analisamos os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social das Unidades de Formação Acadêmica (UFA's) para compreender a forma de apropriação, compreensão e materialização dos princípios e diretrizes das Diretrizes Curriculares de 1996 e da PNE, que conforme mencionado anteriormente, configura-se tanto como norte à formação profissional na contemporaneidade, quanto forma de resistência política em defesa de um determinado projeto de formação profissional que está alicerçado em valores emancipatórios, elucidados pelo Código de Ética profissional de 1993.

Segundo Chizzotti (1998, p. 79), "a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito".

A pesquisa parte da seguinte problematização: A PNE tem sido materializada nas UFA's no sentido de qualificar o estágio supervisionado conforme é preconizado pela categoria através das DC's?

Outras indagações iniciais foram surgindo a partir da problematização: A PNE tem contribuído e de que forma, com a qualidade do estágio supervisionado em Serviço Social? Como os sujeitos partícipes do processo de supervisão têm entendido a PNE e se apropriado de suas contribuições? Como os sujeitos significativos na sua construção a avaliam após dez anos de sua aprovação? Os sujeitos, partícipes do processo de supervisão, têm se apropriado da PNE? Como as UFA's têm entendido e se organizado para a efetivação do estágio supervisionado em Serviço Social por meio das orientações da PNE?

Estes questionamentos foram suscitados pelos aprofundamentos em leituras, participação em eventos da categoria profissional, das pesquisas realizadas na trajetória acadêmica e profissional e dos debates e reflexões realizadas com a participação no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS). Este processo levantou o questionamento sobre como a PNE é apropriada nas IES, qualificando a formação profissional, ao contribuir para efetivação do estágio supervisionado em Serviço

Social conforme é preconizado pelas DC's. Inquietação científica e acadêmica que se intensificou com a participação na supervisão acadêmica, principalmente no contexto da pandemia de COVID-19 nos anos de 2019 e 2020 durante o período de doutoramento.

A pandemia aprofundou os desafios existentes e apresentou outros novos frente à realidade da crise econômica, social, política e sanitária no contexto mundial, levando os países a criarem estratégias para a preservação da vida e o combate a pandemia instaurada no ano de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esta realidade apresentou contornos cruéis frente à particularidade brasileira, com os números de mortes e consequências para a maioria da população ao longo prazo: crianças órfãs de seus pais, população mais vulnerável que tiveram suas vidas mais ameaçadas, propagação do obscurantismo e descrédito na ciência e no sistema de saúde brasileiro, entre outras questões presenciadas no período da pandemia.

Configuram-se como universo da nossa pesquisa as UFA's públicas e privadas, com cursos presenciais, filiadas à ABEPSS e que possuem mestrado e doutorado em Serviço Social ou Políticas Públicas ou Políticas Sociais. O critério de serem filiadas à ABEPSS deve-se a sua importância como entidade acadêmico-científica na defesa da formação profissional em Serviço Social e da pesquisa, fundamentada no projeto ético-político que foi construído coletivamente pela categoria e que norteia o projeto de formação profissional que está elucidado nas DC's e na PNE.

A ABEPSS foi protagonista na elaboração DC's e da PNE e na sua defesa, em contraposição ao projeto de formação profissional hegemônico. As DC's da ABEPSS de 1996 se configuram como um dos documentos balizadores da nossa pesquisa, em contraposição às aprovadas pelo MEC em 2001, que conforme nos aponta Iamamoto tiveram seu texto homologado, mas com *"[...] forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades consideradas essenciais ao desempenho do assistente social [...]"* (IAMAMOTO, 2014, p. 616).

Segundo dados consultados na página da ABEPSS[1], através de uma primeira aproximação, atualmente há 75 UFA's que estão distribuídas por regionais, conforme tabela a seguir:

Quadro 1 – Quantidade de UFA's por região da ABEPSS

Região	Quantidade de UFA's
Sul I	17
Sul II	18
Centro-oeste	4

[1] Dados consultados no dia 10/07/2023.

Nordeste	14
Norte	7
Leste	15

Fonte: Elaborado por Maicow Lucas Santos Walhers em 2024.

Dessas UFA's foram selecionadas aquelas em que possuem mestrado e doutorado reconhecidos pela CAPES (Apêndice B). Seguindo as orientações da banca de qualificação, também realizamos uma busca pela biblioteca digital de dissertações e teses, apesar da banca ter sugerido utilizar somente essa plataforma, realizamos um comparativo com os dados levantados dos sites e repositórios do programa com o objetivo de garantir que o maior número de dados fosse obtido, através da metodolodia de cruzamento de dados. Segue a seguir a seleção de dissertações e teses pela biblioteca digital[2]:

Período: 2002-2022

Descritores: Serviço Social; Formação Profissional; Estágio Supervisionado

Total dos resultados: 86 sendo 27 (dissertações) 13 (teses)

Quadro 2 – Dissertações da biblioteca digital: (total de 27)
As narrativas do supervisor de campo de estágio: conhecendo a atribuição privativa do assistente social
O estágio não-obrigatório na formação profissional dos(as) assistentes sociais: trabalho precarizado ou processo didático-pedagógico?
A supervisão de estágio na formação profissional do assistente social: uma análise na Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul
A formação do assistente social: a afetividade na supervisão de estágio
Formação no trabalho do estágio supervisionado em Serviço Social na saúde pública: desafios **(UNICAMP)**
Formação profissional em serviço social: embates no estágio entre o projeto ético-político e as demandas do mercado de trabalho **(UFPA)**
Os desafios contemporâneos do estágio supervisionado em Serviço Social na formação

[2]Disponívelem: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?sort=year+asc&join=AND&bool0%5B%5D=AND&lookfor0%5B%5D=Servi%C3%A7o+Social&lookfor0%5B%5D=Forma%C3%A7%C3%A3o+Profissional&lookfor0%5B%5D=Est%C3%A1gio+Supervisionado&type0%5B%5D=AllFields&type0%5B%5D=AllFields&type0%5B%5D=AllFields>.

acadêmica
O estágio supervisionado e suas implicações no projeto ético-político do serviço social **(UFPA)**
Desatando os NÓS: uma experiência do Serviço Social na área da Educação e da Cultura **(FGV – Não é sobre estágio)**
Estágio supervisionado em Serviço Social: tempos atuais e velhos desafios
O estágio supervisionado na graduação em Serviço Social: as publicações, nos últimos cinco anos, de um importante periódico brasileiro **(UNIFESP)**
Os desafios e possibilidade do estágio supervisionado: contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a práxis social
Estágio supervisionado em serviço social: uma discussão acerca da ética profissional **(UFS)**
O estágio supervisionado em serviço social nas unidades de formação acadêmicas da região Oeste do Paraná **(UNIOESTE)**
Supervisão acadêmica de estágio: espaço privilegiado de mediação entre teoria e prática
O estudo das novas legislações de estágio e o contexto no curso de serviço social da FCHS - UNESP- Campus de Franca
Formação profissional em Serviço Social: estágio supervisionado e a realidade do trabalhador estudante
A supervisão direta de estágio em serviço social na formação profissional: um estudo a partir da experiência dos supervisores de campo da FAPEPE
A supervisão de estágio a partir das Diretrizes Curriculares de 1996: uma análise de seus rebatimentos na formação profissional em Serviço Social em uma instituição universitária paulista
Estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social: a produção teórica sobre a supervisão de campo **(UEPB)**
Estágio Curricular obrigatório em Serviço Social: Pressupostos teórico-metodológicos e realidade em unidades de formação do Distrito Federal. **(PUC-GOIÁS)**
Educação permanente e estágio supervisionado em Serviço Social: uma equação possível?
Estágio Supervisionado e o processo de supervisão: aprendizagem e conhecimento
Supervisão de estágio em Serviço Social frente às condições de trabalho do (a)

assistente social supervisor (a) de campo e os seus rebatimentos na formação profissional do (a) estagiário(a).
A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, contribuições e desafios.
Processo avaliativo do estágio em Serviço Social na perspectiva dos supervisores de campo de uma instituição pública de ensino superior em Alagoas **(UFAL – Programa de pós-graduação em ensino na saúde)**
Dimensões da competência profissional no processo de supervisão direta em Serviço Social **(UFRGS)**

Fonte: Elaborado por Maicow Lucas Santos Walhers em 2023.

Quadro 3 – Teses da biblioteca Digital: (total: 13)
A Supervisão e o Estágio na Formação Profissional do Assistente Social: um Estudo junto aos supervisores de campo do departamento de Serviço Social da PUC- RIO.
Serviço Social e supervisão de estágio: saberes, formação, temporalidades **(UNICAMP)**
Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na supervisão sistemática e na avaliação qualitativa no estágio acadêmico em Serviço Social
Dimensões e limites da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social
Supervisão de estágio em Serviço Social: tempos de mundialização do capital - desafios cotidianos e (re)significados.
Supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social: um estudo no Estado de São Paulo
Perspectiva da centralidade do estágio supervisionado na formação em Serviço Social: questões presentes e latentes
O estágio e a supervisão no processo formativo dos assistentes sociais: a centralidade em questão
Supervisão acadêmica de estágio em serviço social: potencialidades para a formação profissional
O estágio supervisionado e os desafios contemporâneos para a formação do assistente social no Ceará **(UFC)**
As tendências pedagógicas na supervisão de estágio do curso de serviço social: a compreensão dos sujeitos
Fios que tecem a formação profissional: um estudo sobre o estágio supervisionado nos

cursos de Serviço Social da Regional Sul I da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)
Estágio supervisionado em Serviço Social e o trabalho de conclusão de curso: um estudo relacional da formação profissional dos/das assistentes sociais nas instituições de ensino superior de Angola **(UNESP/FRANCA - PUBLICADA RECENTEMENTE)**

Fonte: Elaborado por Maicow Lucas Santos Walhers em 2023.

Legenda: nomes das dissertações ou tese em vermelho: já entraram na pesquisa através da pesquisa do repositório institucional. Nomes na cor preta foram excluídos da pesquisa e apresentam a qual UFA está vinculada.

Após esse levantamento, selecionamos as dissertações e teses que tinham como objeto de pesquisa o estágio supervisionado, ou qualquer elemento relacionado ao estágio supervisionado em Serviço Social, sendo que as dissertações e teses utilizadas na pesquisa estão dentro do período de dez anos (2010-2020), que foi o que foi proposto no projeto de pesquisa. Segue a seguir a relação de dissertações e teses sobre a temática do estágio por programa, considerando o período analisado. Nota-se que a quantidade de dissertações com a temática de estágio em relação à quantidade total totaliza uma porcentagem de 0,90% não chegando a 1 por cento do total e em relação às teses com a temática relacionada ao estágio chega a 1% em relação ao total de teses defendidas:

Quadro 4 – Relação de teses e dissertações por programa

Programa	Natureza	Quantidade de dissertações	Quantidade de dissertações sobre estágio	Porcentagem de dissertações sobre estágio	Quantidade de teses	Quantidade de teses sobre estágio	Porcentagem de dissertações sobre estágio
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (UFPI)	Pública Federal	190	1	0,52%	44	0	0%
Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (PUC-SP)	Privada/ Confessional	319	3	0,31%	213	6	2,81%
Programa	Privada/	285	6	2,10%	73	3	4,10%

de Pós-Graduação em Serviço Social (PUC-RIO)	Confessional						
Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PUC-RS)	Privada/ Confessional	242	2	0,82%	156	1	0,64%
Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos (UCPel)	Privada/ confessional	203	0	0%	53	0	0%
Programa de Pós-graduação em Política Social (UnB)	Pública/ Federal	195	0	0%	53	0	0%
Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UERJ)	Pública/ Estadual	203	2	0,98%	111	0	0%
Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social (UEL)	Pública/ Estadual	85	1	1,17%	45	1	2,22%
Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca)	Pública/ Estadual	285	10	3,50%	148	5	3,37%
Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFAL)	Pública/ Federal	140	0	0%	13	0	0%
Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFJF)	Pública/ Federal	166	1	0,60%	0	0	0%
Programa	Pública/	268	2	0,74%	161	0	0%

de Pós-Graduação em Serviço Social (UFPE)	Federal						
Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFSC)	Pública/ Federal	230	1	0,43%	56	0	0%
Programa de Pós-Graduação em Política Social (UFES)	Pública/ Federal	171	0	0%	30	0	0%
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (UFMA)	Pública/ Federal	164	0	0%	101	0	0%
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFPA)	Pública/ Federal	224	1	0,44%	8	0	0%
Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFRJ)	Pública/ Federal	204	1	0,49%	200	2	1%
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFRN)	Pública/ Federal	184	2	1,08%	19	0	0%
Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social (UFF)	Pública/ Federal	217	1	0,46%	73	0	0%
TOTAL:		3.775	34	0,90%	1.614	18	1,11%

Fonte: Elaborado por Maicow Lucas Santos Walhers em 2024.

A pesquisa desenvolvida através do Estado da Arte procurou elencar as categorias analíticas em relação à temática, que permitem ter uma visualização sobre a concepção do estágio e a forma como é materializada, identificando o conhecimento produzido pela categoria em relação à formação profissional e o estágio supervisionado, atualizando o

arcabouço relacionado à temática, em relação ao estágio supervisionado e ao conhecimento sobre os fundamentos que norteiam a PNE e suas decorrências em relação ao estágio supervisionado. Segundo Ferreira (2002), o Estado da Arte tem um:

> Caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

Para Severino, "a documentação bibliográfica destina-se ao registro dos dados de forma e conteúdo de um documento escrito: livro, artigo, capítulo, resenha, etc. Ela constitui uma espécie de certidão de identidade desse documento." (SEVERINO, 2007, p. 70).

No segundo momento dessa pesquisa, realizamos o levantamento dos artigos dos periódicos vinculados aos programas de pós-graduação que participaram da pesquisa. As revistas selecionadas são aquelas que possuem Qualis A1, A2, A3, A4, B1, B2 e B2, a partir da plataforma Sucupira, dentro do quadriênio 2017-2020, que também configura como o período foi considerado para a pesquisa do Estado da Arte.

Participaram 19 programas de Pós-graduação que possuem mestrado e doutorado reconhecidos pela CAPES e fazem parte de UFA's filiadas a ABPESS conforme relação por região da ABEPSS apresentada a seguir[3]:

Quantidade de UFA's: 75 unidades

Sul I (17 UFAs)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)
Universidade de Caxias do Sul (UCS)
Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Universidade Regional de Blumenau (FURB)
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo (UNIOESTE – Campus de Toledo)
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

[3] Ùtima consulta realizada em 10/07/2023. Justificativa: unidades filiadas pela ABEPSS que seguem a DC's aprovadas pela Associação, que diferem das do MEC e que possuem mestrado e doutorado.

Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Sul II (18 UFA's)
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)
Centro Universitário de Lins (UNILINS)
Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL- Cidade de Americana)
Faculdade de Serviço Social de Mauá (FAMA)
Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS)
Faculdades Integradas Antônio Eufásio de Toledo (UNITOLEDO)
Instituto Superior de Ciências Aplicadas (ISCA)
Instituto Toledo de Ensino (ITE)
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO)
Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)
Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)
Universidade de Santo Amaro (UNISA)
Universidade de Taubaté (UNITAU)
Universidade Vale do Paraíba (UNIVAP)
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Centro-Oeste (4 UFA's)
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGO)
Universidade de Brasília (UNB)

Nordeste (14 UFA's)
Universidade Federal de Alagoas- Maceió (UFAL)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
Faculdade Nobre de Feira de Santana (FAN)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade do Estado do Ceará (UECE)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Fac. de Serviço Social Campus Iguatu (IFCE)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Norte (7 UFA's)

Instituto Macapaense de Ensino Superior (IMMES)
Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Campus Manaus)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Faculdade de Breves (UFPA BREVES)
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Leste (15 UFA's)
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Centro Universitário Una – Minas Gerais
Universidade Federal Fluminense (UFF Niteroi, Campus Rio das Ostras)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)
Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA)
Universidade Veiga de Almeida (UVA)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMG
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Dos periódicos selecionados, somente entraram aqueles com classificação A1 e A2, porque as demais não tinham o estágio como temática ou não atendiam o critério acima. Totalizando dessa forma, 33 artigos, mas foram selecionados 26 dentro do período de 2010-2020, sendo esse o período definido de pesquisa dos rebatimentos dos dez anos da PNE na efetivação do estágio supervisionado em Serviço Social, os demais, apesar de apresentarem a temática do estágio, estavam fora do período considerado. Optamos pelas revistas que têm sua versão digital por terem melhores condições de acesso.

Revista: Argumentum
UFA: UFES
Programa vinculado: Programa de Pós-Graduação em Política Social
Início das publicações: 2009
Período analisado: 2010-2023
Classificação Qualis CAPES: A1
Endereço eletrônico: https://periodicos.ufes.br/argumentum
Quantidade de artigos sobre estágio: 0

Revista: O Social em questão
UFA: PUC –Rio
Programa vinculado: Departamento de Serviço Social
Início das publicações: 1997
Período analisado: 2010-2020
Classificação Qualis CAPES: A1
Endereço eletrônico: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home
Quantidade de artigos sobre estágio: 1

Revista: Revista de Políticas Públicas
UFA: UFMA
Programa vinculado: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA
Início das publicações: 1995
Período analisado: 2010-2020
Classificação Qualis CAPES: A1
Endereço eletrônico: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/index
Quantidade de artigos sobre estágio: 0

Revista: Revista em Pauta: Teoria Social e Realidade contemporânea
UFA: UERJ
Programa vinculado: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.
Início das publicações: 2007
Período analisado: 2010-2020
Classificação Qualis CAPES: A1

Endereço eletrônico: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index
Quantidade de artigos sobre estágio: 1

Revista: Katálysis
UFA: UFSC
Programa vinculado: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social
Início das publicações: 1997
Período analisado: 2010-2020
Classificação Qualis CAPES: A1
Endereço eletrônico: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index
Quantidade de artigos sobre estágio: 8

Revista: Serviço Social & Sociedade
Entidade: Cortez
Programa vinculado: Não se aplica
Início das publicações: 2010
Período analisado: 2010-2020
Classificação Qualis CAPES: A1
Endereço eletrônico: https://www.scielo.br/j/sssoc/
Quantidade de artigos sobre estágio: 1

Revista: Textos & Contextos
UFA: PUC-RS
Programa vinculado: PPGSS da PUCRS
Início das publicações: 2002
Período analisado: 2010-2020
Classificação Qualis CAPES: A1
Endereço eletrônico: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/index
Quantidade de artigos sobre estágio: 2

Revista: Ser Social
UFA: UnB
Programa vinculado: Pós-Graduação em Política Social do SER/IH/UnB
Início das publicações: 1998
Período analisado: 2010-2020
Classificação Qualis CAPES: A2
Endereço eletrônico: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/about
Quantidade de artigos sobre estágio: 0

Revista: Serviço Social em Revista
UFA: UEL
Programa vinculado: Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social
Início das publicações: 1998
Período analisado: 2010-2020
Classificação Qualis CAPES: A2
Endereço eletrônico: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/about

Quantidade de artigos sobre estágio: 1

Revista: Sociedade em Debate
UFA: UCPel
Programa vinculado: Programa de Pós Graduação em Política Social
Início das publicações: 1998
Período analisado: 2010-2020
Classificação Qualis CAPES: A2
Endereço eletrônico: https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/about
Quantidade de artigos sobre estágio: 2

Revista: Temporalis
Entidade: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)
Programa vinculado: não se aplica
Início das publicações: 2010
Período analisado: 2010-2020
Classificação Qualis CAPES: A2
Endereço eletrônico: https://periodicos.ufes.br/temporalis/about
Quantidade de artigos sobre estágio: 9

Revista: Libertas
UFA: UFJF
Programa vinculado: Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora
Início das publicações: 2001
Período analisado: 2010-2020
Classificação Qualis CAPES: A2
Endereço eletrônico: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/about
Quantidade de artigos sobre estágio: 1

Em relação à seleção dos projetos pedagógicos dos cursos, selecionamos aquelas UFA's cujos Programas de Pós-graduação fazem parte da pesquisa e que tinham seus projetos pedagógicos online. Dessa forma, foi possível ter acesso a 10 projetos pedagógicos.

Por fim, no terceiro momento, analisamos os projetos pedagógicos dos cursos de graduação dos mesmos programas, com o objetivo de entender se estão organizados em consonância com as DC's e como o estágio supervisionado aparece, fazendo ou não referência a PNE.

Para análise dos resultados alicerçamos na teoria social crítica marxiana e marxista por compreendermos que é a que melhor contribui para o desvelamento da realidade social na direção ético-política da formação profissional a qual defendemos e nela compreendida o estágio supervisionado e que fundamenta não somente os percursos de pesquisa no Serviço Social, mas como a sua própria constituição e vinculação ao mundo do trabalho e o

compromisso ético-político da profissão. Destaca-se que, o conhecimento científico deve se vincular ao compromisso político com a realidade social, conforme nos coloca Lukács:

> [...] o conhecimento científico e também o filosófico devem partir da objetividade concreta do existente que a cada vez torna-se seu objeto e desembocar no esclarecimento de sua constituição ontológica. [...] Essa prioridade incondicional do ser em sua respectiva objetividade concreta determina também seu modo de conhecimento em forma generalizada, portanto, como categoria. (LUKÁCS, 2010, p. 327)

Nesta perspectiva teórica, as categorias de historicidade, totalidade, contradição, mediação, dialética, práxis são inerentes ao método de análise da realidade social em que se deseja investigar, pois segundo Lukács (2010, p. 198), "o ser consiste de inter-relações infinitas de complexos processuais, de constituição interna heterogênea, que tanto no detalhe quanto nas totalidades – relativas – produzem processos concretos irreversíveis".

A tese está dividida em quatro capítulos da seguinte forma: no **capítulo 1,** abordamos a importância da formação profissional a partir das dimensões constitutivas do Serviço Social: interventiva, investigativa, formativa, educativa e organizativa. Não se trata somente de uma contextualização ou análise sócio-histórica do Serviço Social e da formação profissional ao longo do processo histórico de constituição do Serviço Social na sociedade brasileira, mas configura-se como o momento de apresentar os acúmulos da profissão em relação à temática de pesquisa, os avanços e desafios que contribuíram para a construção da PNE.

Destacamos a importância das DC's no curso de Serviço Social e a concepção de formação e de estágio supervisionado que perpassa a sua construção, elucidando através das próprias diretrizes e das pesquisas e artigos que abordam a temática. A partir de contexto de crise hegemônica do capital financeiro, orientado pelos interesses do capitalismo globalizado e do ideário ultraliberal e conservador da nossa sociedade e a disputa de projetos societários mais amplos.

A partir desse cenário, abordamos a educação brasileira e a disputa de projetos de formação em Serviço Social, diante do avanço do conservadorismo na profissão e do desmonte do Estado, dos direitos sociais e seus rebatimentos na política educacional.

As DC's neste contexto são pensadas como estratégias ético-políticas e normativas em defesa da formação profissional, sendo essa compreendida de forma continuada, pois deve estar atenta às mudanças do mundo do trabalho.

Nossa análise tem como fundamento as contribuições de István Mészáros para compreender a lógica do capital e seu sistema de reprodução sociometabólico, e os limites de

sua (re)produção social e a crise de hegemonia e a disputa de projetos societários antagônicos e as possibilidades do Serviço Social de construir propostas de intervenções críticas e propositivas em consonância com projeto ético-político.

No **capítulo 2** partimos da compreensão das categorias analíticas elucidadas na pesquisa bibliográfica da compreensão do Serviço Social em relação ao estágio supervisionado, destacando o que se tem produzido em relação à temática e os desafios elucidados, identificando os elementos de continuidade e de ruptura ao longo da história de constituição da profissão.

Abordamos os avanços em relação a sua compreensão e materialização, resgatando seus princípios, diretrizes e os fundamentos a partir do projeto ético-político profissional em Serviço Social. E a relação desses fundamentos no contexto do ensino superior e o desmonte do Estado, elucidando a direção social da profissão e a intencionalidade que permeia a concepção de estágio em Serviço Social, em defesa do projeto profissional construído coletivamente pela categoria e os desafios e tensões diante dos projetos em curso no campo do ensino superior e da formação profissional.

Destacamos a importância da supervisão no estágio supervisionado e os desafios para sua efetivação conforme preconizado pelas DC's. E quais os instrumentos normativos e ético-políticos têm sido construídos pela categoria na defesa do estágio supervisionado em Serviço Social através dos órgãos representativos da categoria, como o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e a ENESSO, a partir da análise dos documentos publicados, artigos e documentos e o período histórico em que se situam esses documentos.

Problematizamos o contexto de construção da Política Nacional de Estágio, elucidando os desafios, os acúmulos da categoria em relação a sua compreensão e ao lugar no processo ensinagem em Serviço Social, enquanto espaço de síntese de múltiplas determinações. E como a Política Nacional de Estágio configura como uma estratégia em defesa da qualidade da formação profissional em Serviço Social, trazendo os acúmulos das DC's e demais normativas construídas coletivamente pela categoria.

Aprofundamos as bases que sustentam os princípios e diretrizes para o estágio supervisionado a partir da PNE, resgatando as bases teórico-metodológicas e ontológicas que fundamentam esses princípios, diretrizes e prerrogativas no campo da formação profissional, através da concepção ético-política da profissão e de educação defendida pela categoria.

Neste momento, apresentamos uma análise crítica da PNE a partir da pesquisa de campo realizada, dialogando com a pesquisa bibliográfica e documento e da análise de contexto por meio da triangulação, (re)pensando os avanços e desafios para sua efetivação e a

sua própria construção histórica e suas contribuições para a qualificação do estágio supervisionado em Serviço Social.

No **capítulo 3** já é o momento de realizar o caminho de volta ao concreto pensado: analisar como aqueles acúmulos e avanços da categoria em defesa da formação profissional apresentados no primeiro capítulo contribuem para enfrentar e resistir o tempo presente, (re)afirmando o projeto de formação profissional e o lugar do estágio supervisionado em Serviço Social, frente à crise sanitária, política e econômica de nossa sociedade e ao contexto da pandemia instaurada no ano de 2020, com o novo coronavírus e a crise de hegemonia do capital. Esta análise se dá a partir da apresentação da pesquisa do Estado da Arte.

A partir da análise da pesquisa documental dos projetos pedagógicos dos cursos e das teses e dissertações e artigos publicados nos periódicos qualificados da área, poderemos compreender como as UFA's e a categoria em geral se apropriam da Política Nacional de estágio e procuram materializar a nova lógica curricular e as contribuições da PNE nos projetos pedagógicos e componentes curriculares.

O Ensino Remoto Emergencial e sua relação com o desmonte da política educacional brasileira e seus reflexos na formação profissional e em particular no estágio supervisionado. Os desafios para a efetivação da qualidade do estágio supervisionado a partir dos avanços elucidados e os caminhos trilhados pela categoria em sua defesa.

CAPÍTULO 1 Acúmulos e reflexões da categoria em relação à formação profissional a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS

Neste capítulo, abordaremos os acúmulos e avanços da categoria profissional na defesa da formação profissional em Serviço Social a partir dos debates e produções acadêmico-científicos e ético-políticos produzidos nos últimos anos. Nosso objetivo é realizar uma síntese das principais categorias que marcaram (e marcam) o projeto de formação profissional defendido pela categoria, que se vincula a um determinado projeto ético-político e ao projeto em disputa na nossa sociedade e que são categorias analíticas que estão relacionadas com nosso objeto de pesquisa.

Apresentaremos o direcionamento ético-político da profissão, o perfil profissional construído pela categoria com o protagonismo da ABEPSS e materializado nas Diretrizes Curriculares de 1996, que definem os princípios e diretrizes para formação profissional em Serviço Social. Este movimento é fundamental, pois é ele que dá o direcionamento da profissão, que constrói o seu posicionamento frente aos desafios do mundo do trabalho e das contrarreformas das políticas públicas, que influenciam as condições de trabalho e de formação da profissão.

É a partir da lei de regulamentação da profissão (Lei 8.662, de 7 de junho de 1993), do direcionamento ético-político expresso no Código de Ética de 1993 e da definição do perfil profissional pelas DC's da ABEPSS, constitutivas das balizas na construção das competências e habilidades necessárias para a intervenção profissional, que são apreendidas ao longo do processo de ensinagem[4] na graduação em Serviço Social, nas quais o estágio supervisionado curricular e obrigatório tem uma importante contribuição na construção da identidade profissional e no fortalecimento desse direcionamento no Serviço Social, formando um coletivo que tem como princípios a defesa intransigente dos direitos humanos e sociais e a luta por uma sociedade justa e igualitária.

Dessa forma, abordamos as categorias que dialogam com a pesquisa desenvolvida, que sinalizam os acúmulos da profissão, historicamente construídos e são cotidianamente

[4] Concepção referenciada por ANASTASIOU; ALVES, (2015, p. 20): "termo adotado para significar uma situação de ensino da qual necessariamente decorra a aprendizagem, sendo a parceria entre professor e alunos a condição fundamental para o enfrentamento do conhecimento, necessário à formação do aluno durante o cursar da graduação". A autora ainda acrescenta: "usado então para indicar uma prática social complexa efetivada entre os sujeitos, professor e aluno, englobando tanto a ação de ensinar, quanto a de aprender, em um processo contratual, de parceria deliberada e consciente para o enfrentamento na construção do conhecimento escolar, decorrente de ações efetivadas na sala de aula e fora dela".

defendidos pelos (as) profissionais nos diferentes espaços, que contraditoriamente, são espaços de luta, de tensões e de disputa de projetos profissionais.

É um movimento necessário para analisar criticamente o Serviço Social hoje e entender os desafios do tempo presente e seus rebatimentos na formação e no trabalho profissional, diante do avanço do conservadorismo nas diferentes dimensões da profissão, no trabalho, na formação, na produção do conhecimento. É fundamental para entender como os (as) Assistentes Sociais têm se posicionado no tempo presente em defesa do projeto de formação acadêmico-profissional, da qualidade do ensino, da pesquisa, da supervisão de estágio direta e de sua realização conforme preconizada pelas DC's da ABEPSS e pela Política Nacional de Estágio (PNE).

Entender também a necessidade histórica e política da construção da PNE, sua contribuição para a qualidade da formação acadêmico-profissional, diante do desmonte do Estado, da precarização, aligeiramento e mercantilização do ensino.

A defesa do estágio supervisionado se insere no bojo de um projeto de formação profissional que está em constante e permanente disputa e se não entendermos o significado dessa defesa, corre-se o risco de banalizarmos as lutas políticas da profissão e submeter aos ditames e interesses do capital, de forma fetichizada e disfarçada de democratização da educação, ocultando a lógica perversa, excludente, desigual, mercadológica e precária que sustenta o projeto de formação do capital. Principalmente, diante da atual conjuntura, em que a intensificação e precarização das condições de trabalho, o aumento do desemprego estrutural, o desmonte dos direitos trabalhistas e previdenciários, estão no bojo da agenda neoliberal.

Os elementos apresentados neste capítulo, além de atingir o objetivo inicial apresentado, o de abordar categorias fundamentais que dialogam e sustentam a análise da pesquisa realizada, também apresentam as bases para uma análise crítica em defesa da qualidade da formação profissional, que se alicerça em um determinado projeto de formação, que na atual conjuntura apresentou novas determinações frente aos agravos à saúde e a ameaça à vida, com a pandemia da COVID-19, que ocorreu em um momento histórico de crise humanitária e sanitária sem precedentes, que tem graves particularidades na conjuntura brasileira.

Os posicionamentos da categoria apresentados em relação à conjuntura sociopolítica e de saúde estão expressos nos documentos publicados pela ABEPSS, pelo conjunto CFESS/CRESS e pelos órgãos representativos de discentes como a Executiva Nacional de

Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e são objeto de estudos, pesquisas e debates nos diferentes espaços, fóruns, eventos e produções acadêmico-científicas.

Esta perspectiva crítica somente é possível, diante dos acúmulos da categoria a partir da consolidação e entendimento hegemônico do Serviço Social em relação ao perfil profissional que se deseja formar, que se vincula a um projeto de formação que se expressa através das DC's, que definem as competências, habilidades, princípios e diretrizes e se ancoram nos fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo e no aporte teórico que representa este projeto de formação e de profissão numa perspectiva de totalidade.

> Competência que não se confunde com aquela estabelecida pela burocracia da organização, conforme a linguagem institucionalmente permitida e autorizada; que não reifica o saber fazer, subordinando-o, antes, a direção social desse mesmo fazer. Competência que contribui para desvelar os traços conservantistas ou tecnocráticos do discurso oficial, recusa o papel de tutela e controle das classes subalternas – em seus diferentes segmentos e grupos -, para envolvê-las nas teias e amarras do poder econômico, político e cultural. (IAMAMOTO, 2008, p.144)

A análise crítica do Serviço Social em relação aos desafios para a formação acadêmico-profissional e para o trabalho profissional referente ao contexto da pandemia da COVID-19 extrapola os aspectos conjunturais, pois apresenta a radicalidade necessária para desvelar os projetos mais amplos que atravessam a profissão e que estão no bojo da luta de classes frente à crise capitalista e do projeto de educação do capital que tem agudizado a exploração e ocultado a desigualdade e a reforma da educação que, em contexto da pandemia, encontra as condições estruturais e conjunturais para sua expansão e legitimação.

É nesta perspectiva que abordamos algumas categorias necessárias para pensar a formação profissional e o estágio supervisionado na atualidade como síntese de categorias fundamentais para análise crítica da pesquisa desenvolvida. Dessa forma, o ponto de partida também é de chegada, pois reafirma a defesa do projeto de formação acadêmico-profissional hegemônico, apontando seus desafios, avanços e acúmulos.

1.1 Categorias analíticas no estudo da formação profissional em Serviço Social: uma abordagem sócio-histórica da constituição da profissão

As balizas para problematizar a formação profissional e, na particularidade do nosso objeto de pesquisa, o estágio supervisionado em Serviço Social e seu lugar na profissão, principalmente a partir das DC's de 1996 e da Política Nacional de Estágio, partem de uma

análise crítica da formação acadêmico-profissional e do mundo do trabalho, enquanto movimento dialético e contraditório da sociedade capitalista contemporânea a partir da sua lógica e do modo de produção que a legitima e garante sua reprodução social enquanto sociabilidade burguesa, cujo modo de produção se assenta na propriedade dos meios de produção e da riqueza social e coletivamente produzida pela classe trabalhadora, que expropriada das condições e instrumentos de trabalho aliena sua força de trabalho em troca de um salário.

> O capital é a soma dos meios materiais de produção produzidos. É o conjunto dos meios de produção convertidos em capital, que, em si, tem tão pouco de capital como o ouro e a prata, como tais, de dinheiro. É o conjunto dos meios de produção monopolizados por uma determinada parte da sociedade, os produtos e as condições de exercício da força de trabalho substantivados frente à força de trabalho viva e a que este antagonismo personifica como capital. (MARX, p. 754 *apud* IAMAMOTO, 2005).

.

Esta base teórica para compreensão da sociedade é fundamental diante dos posicionamentos que realizamos; entre eles destaca-se: a dimensão crítica do projeto ético-político, que ao se alicerçar em um determinado projeto de societário, reconhece o papel revolucionário da classe trabalhadora, como sujeito histórico e político, através do entendimento que esta sociabilidade (burguesa e capitalista) se constrói historicamente e tem nessa mesma história as contradições para sua superação.

Segunda afirmativa é o reconhecimento da profissão como especialização do trabalho, na divisão social, técnica, política, econômica, sexual, de gênero, raça e etnia de trabalho, que nos leva a entender as determinações do mundo do trabalho em diversos grupos sociais, como esses enfrentam as desigualdades, as opressões e exclusões e procuram resistir e lutar para uma sociedade justa e igualitária.

A defesa da qualidade da formação profissional nos últimos anos, através dos fóruns, debates e articulações políticas tem contribuído para a categoria se apropriar das demandas atuais da classe trabalhadora, voltada para as questões de raça, classe, gênero e pessoa com deficiência, entre outras, o que demonstra que a formação é dinâmica, sendo espaço de embates de projetos profissionais contraditórios no interior da categoria, que dão o direcionamento da profissão. Neste contexto, a lógica das DC's tem apropriado desses debates garantindo a sua atualidade.

> Ao longo dos 37 anos de ruptura com o conservadorismo, o Serviço Social brasileiro se referenciou nos pressupostos do projeto profissional articulado ao projeto societário na direção estratégica emancipatória pela qual nossas entidades têm se

> orientado, com autonomia e independência de classe, e esse caminho é a possibilidade histórica de uma sociabilidade igualitária e libertária. (ABRAMIDES, 2016, p.474).

Essa análise histórica é fundamental para apreendermos o movimento da profissão a partir das mudanças do mundo trabalho e, buscando nesta relação histórico-dialética, os fundamentos, aporte teórico e a direção social que constituem as bases para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social que sustentam e dão materialidade as DC's da ABEPSS de 1996 e ao projeto de formação defendido pela categoria de forma hegemônica. "Por isso, a preocupação em desenvolver estudos que aprofundem aspectos fundantes do conjunto das relações sociais e o serviço social como profissão, na divisão social do trabalho nas diferentes conjunturas e contextos que dão o contorno à totalidade histórica". (ELPÍDIO, 2020, p. 522).

O Serviço Social se insere contraditoriamente na relação capital/trabalho, configurando-se como uma especialização do trabalho coletivo e o assistente social como um trabalhador assalariado. Essa condição apresenta determinações sociais para o desenvolvimento da profissão no mundo do trabalho, apontando limites e possibilidades para a formação e o exercício profissional a partir das contradições do mundo do trabalho. É fundamental debater:

> [...] as atribuições e o significado da profissão de Serviço Social perante as forças sociais presentes na sociedade e como atividade inscrita na divisão social do trabalho, o que supõe estabelecer uma estreita articulação entre exercício e formação profissional. (LEWGOY, 2009, p. 25).

Dessa forma, a profissão configura-se como uma resposta frente ao processo de reestruturação produtiva do capital e do seu sistema sociometabólico[5] e um estágio específico de desenvolvimento das forças produtivas. O Estado passa a ser o principal contratador de mão-de-obra de Assistentes Sociais. Esta configuração do Serviço Social no mundo do trabalho apresenta os seus limites ao se inserir desde sua gênese, na dinâmica do capital: "é somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais [...] que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão". (PAULO NETTO, 2011, p.69).

[5] Para compreender o conceito de sociometabolismo, recorremos: "Mészáros ressalta a inevitável relação dialética entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação. Para o teórico marxista húngaro, todos esses pares compõem circuitos que operam de forma específica em cada metabolismo social, de modo que o sociometabolismo do capital é formado pelos muitos circuitos constituídos pelo conjunto de mediações correspondentes e historicamente específicas desse modo de controle". (Ribeiro, 2017, p. 162).

Referenciamos na teoria social crítica de Mészáros[6] (2011), para ampliar numa perspectiva de totalidade e revolucionária o projeto ético-político que se vincula com um projeto societário em curso na história pela classe trabalhadora. Apesar de não ser o objetivo de a tese abordar o pensamento crítico de autor, nossa sinalização com sua teoria tem por objetivo desenvolver uma análise radicalmente crítica da profissão em bojo da sociedade capitalista, analisando seus limites e possibilidades. Uma dimensão revolucionária deve partir da compreensão que a superação do capitalismo não pressupõe necessariamente a superação do capital, mas deve ser superado seu modo de produção, enquanto totalidade, produção e reprodução social, em toda esfera da vida social. Esse é o verdadeiro sentido de revolução. Citamos o autor para melhor compreensão:

> O capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital. Assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias (de que é exemplo o capital mercantil), do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, pela constituição daquilo que ele, por exemplo, denomina como 'sistema de capital pós-capitalista', que teve vigência na URSS e demais países do Leste Europeu, durante várias décadas do século XX. Estes países, embora tivessem uma configuração pós-capitalista, foram incapazes de romper com o sistema de sociometabolismo do capital. (MÉSZAROS, 2011, p. 16).

A construção do projeto ético-político, historicamente, é marcada pelas contradições do mundo do trabalho e da crise estrutural do capital a partir de 1960/70, diante da incapacidade do capital de realização da mercadoria na esfera da produção e do consumo. O Serviço Social surge em uma conjuntura política e econômica onde se presencia o agravamento da questão social e o avanço de setores democráticos da sociedade brasileira e dos movimentos sociais, em busca da redemocratização do país, afirmando o compromisso político com a classe trabalhadora do projeto ético-político, através do Movimento de Reconceituação.

Não somente na sua emergência no mundo do trabalho como profissão, mas também sua Reconceituação nas décadas de 1970/80, momento sociopolítico e histórico de intensas transformações societárias, de maior efervescência política e social. Esse processo não foi linear, mas marcado por disputas de projetos societários e elementos conjunturais que permearam as bases sociopolíticas, ideo-culturais e teóricas na profissão. A importância de

[6] Para maior aprofundamento consultar: MÉSZAROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

destacar esse processo histórico é demarcar sua atualidade, enquanto movimento dialético na profissão.

O Movimento de Reconceituação[7] não deve ser analisado como um momento etapista, estanque, que ocorreu em uma determinada conjuntura, com data definida. Mas como um processo que possui sua centralidade no projeto de trabalho e formação profissional, enquanto disputa de hegemonia, na qual a história e os movimentos sociais e de classe, em determinados aspectos apresentam elementos para a reestruturação dos projetos profissionais. Projetos estes que estão em permanente construção e trazem tensionamentos na categoria profissional.

Dessa afirmação, podemos colocar algumas premissas que são fundamentais para entendermos o projeto de formação acadêmico-profissional atual e a centralidade dos fundamentos para sua análise.

Assim como naquela quadra histórica, o Serviço Social aproximou-se de diversos aportes doutrinários e teóricos, a partir de conjunturas sócio-políticas específicas. Essa disputa de hegemonia na profissão é constante e permanente. É necessário, neste aspecto:

> [...] explicitar como se constituem e se desenvolvem no Serviço Social brasileiro as tendências de análise e as interpretações acerca de sua própria intervenção e sobre a realidade social na qual se move. **É claro que estas tendências, derivadas das transformações sociais que vem particularizando o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade, não se configuram como homogêneas, mas são permeadas por diversas clivagens, tensões e confrontos internos.** Isso porque, a compreensão teórico/metodológica da realidade, fundada no acervo intelectual que se constituiu a partir das principais matrizes do pensamento social e de suas expressões nos diferentes campos do conhecimento humano, é processo que se constrói na interlocução com o próprio movimento da sociedade. (YAZBEK, 2009, p.2, grifo nosso).

Esse processo marca a busca de ruptura da profissão com o Serviço Social tradicional e afirmação de uma profissão que constrói o compromisso com a luta social da classe trabalhadora, sendo norteada por um referencial teórico que permite o adensamento na realidade social para além das suas aparências, tendo na teoria marxista e marxiana suas bases de referência para compreensão crítica dos processos sociais.

---

[7] Este momento histórico foi amplamente abordado por clássicos do Serviço Social: IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18. ed. São Paulo, Cortez; CELATS, 2005.Consultar também: MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Sobre movimento de reconceituação no Serviço Social: PAULO, NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise crítica no Brasil pós - 64.12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

> Exatamente por isso, decifrar as *novas mediações* por meio das quais expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma *dupla perspectiva*: para que se possa tanto apreender *as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais* – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e *forjar formas de resistência e de defesa da vida* (IAMAMOTO, 2006, p.28, grifos da autora).

Dessa forma é importante uma teoria social crítica que permite realizar a crítica radical à sociabilidade capitalista e ao seu sistema sociometabólico, que diante do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, de crise estrutural do capital, vivencia-se a agudização das expressões da questão social, materializadas pelo desmonte dos direitos sociais, do aumento do desemprego, da desigualdade social e da criminalização dos movimentos sociais e das formas de luta e sobrevivência da população.

Mészáros (2011) traz importantes elementos para compreendermos o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, apresentando as múltiplas determinações sociais, políticas, econômicas e culturais, suas particularidades na sociedade capitalista contemporânea e a crítica às sociedades pós-capitalistas, ao apresentar as formas de personificação do capital nessas sociabilidades.

A crise do capital na contemporaneidade, tomada como crise cíclica longa do capital, é o próprio exaurimento do seu padrão de acumulação e da sua incapacidade de realizar os processos da produção em sua escala mundial. É necessário perceber essas contradições e avançar enquanto sujeitos sociais, criando formas de resistência e enfrentamento do capital e avançando em direção da construção de um projeto societário que seja contra-hegemônico em direção de uma sociedade socialista. Assim como coloca Mészáros (2011) a luta socialista deve avançar ofensivamente, diante das contradições da sociedade capitalista e da sua incapacidade de realizar globalmente, já que o capital tem se mostrado sua lógica destrutiva da própria humanidade.

> Com a irresolubilidade da sua crise estrutural fazendo emergir, na sua linha de tendência já visível, o espectro da destruição global da humanidade, a única forma de evitá-la é colocando em pauta a atualidade histórica da alternativa societal socialista, da ofensiva socialista. (MÉSZÁROS, 2011, p. 18).

Diante desse contexto, é necessário que a profissão crie estratégias de fortalecimento da classe trabalhadora, em direção da consolidação do projeto ético-político, frente aos limites da intervenção profissional na sociedade capitalista e avance na consolidação de um projeto profissional em consonância de um projeto societário socialista.

A crítica radical realizada por Mészáros (2011) em relação ao Estado permite visualizar a sua dinâmica na sociedade capitalista, nos diferentes estágios do processo de reestruturação produtiva do capital. A luta por direitos sociais constitui como compromisso da categoria principalmente diante da pauperização da população e do aumento da desigualdade social, especialmente no atual estágio de reestruturação produtiva, em que o Estado está orientado pelo ideário neoliberal.

Lutar por direitos ainda é fundamental diante das condições objetivas da população e da luta pela sobrevivência. Mas é fundamental percebemos os limites dessa luta na atualidade, diante da reconfiguração da relação entre o público e o privado, o que tem refletido nas condições de trabalho do Assistente Social e nas suas formas de respostas frente ao agravamento da questão social.

Situar o Estado na dinâmica do capital, enquanto totalidade de controle social permite um olhar crítico para a realidade social, procurando criar estratégias para o fortalecimento da luta política para além do espaço estatal construindo outras formas de luta e de enfrentamento em consonância com o projeto ético-político da categoria.

Compreender as contradições da sociedade capitalista e da sua lógica destrutiva nos permite perceber os limites da intervenção profissional nos marcos do capitalismo e do seu sistema sociometabólico. Identificando os papéis dos sujeitos sociais, entre eles do Estado e da sua função frente à crise estrutural do capital. Elucidando neste contexto, as possibilidades e desafios para a intervenção profissional, nesta forma de sociabilidade.

As contradições da sociedade capitalista e do seu sistema sociometabólico, diante da crise da sua incapacidade de se realizar em escala mundial, nos permite visualizar no horizonte do processo histórico, uma alternativa revolucionária, afinal, “se a barbárie é a perspectiva real e imediata, o socialismo é uma alternativa possível – e o possível é também constitutivo do real, tem raízes na realidade” (PAULO NETTO, 2010, p. 31).

A fundamentação teórico-metodológica na formação profissional possibilita a construção de um profissional crítico e propositivo a partir das contradições do mundo do trabalho criar respostas de enfrentamento das mazelas da questão social e de fortalecimento do compromisso político da categoria, através da dimensão ético-política, sendo que estas dimensões fundamentam e relacionam-se com a técnico-operativa, compondo o Serviço Social em sua totalidade:

> Trabalhar na perspectiva dialética impõe a compreensão do real pelo prisma da totalidade social, negando a pseudoconcreticidade dos fatos emergentes e

> reconstruindo histórica e teoricamente o campo de tensões oculto na lógica retilínea da demanda institucional. (PONTES, 2010, p. 168)

Iamamoto e Yazbek (2019) ressaltam a importância dessa análise crítica da profissão, diante dos seus avanços nos últimos anos, principalmente na década de 1980, quando vivenciam no cenário brasileiro o processo de redemocratização do país e a promulgação da Constituição cidadã que criou as bases sociopolíticas e legais para construção de políticas públicas e sociais. Na profissão, consolidam-se os avanços do Movimento de Reconceituação, marcando o compromisso com a luta revolucionária da classe trabalhadora e com a renovação do Serviço Social, a partir de novos referenciais e aportes teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico operativos:

> O Serviço Social na América Latina, na busca de manter-se "contemporâneo ao seu tempo", (Murilo Mendes), apresenta uma fecunda tradição de autoquestionamentos: pensar-se criticamente num permanente movimento de autossuperação, compartilhando iniciativas similares presentes em outras regiões. (IAMAMOTO, 2019, p. 12).

Nesta perspectiva, ao abordar a formação acadêmico-profissional em Serviço Social no tempo presente, procuramos reafirmar sua direção social, seus fundamentos e aportes teóricos, que sustentam e são as bases para a construção das DC's em Serviço Social de 1996, preconizadas pela ABEPSS.

Essas apresentam uma nova lógica curricular, procurando superar a fragmentação de conteúdos e a dicotomia entre teoria e realidade social, entre formação e trabalho e profissional que historicamente tem sido afirmada por uma parcela da categoria que não se apropria do aporte teórico e do método que contribuem para o desvelamento do real e do Serviço Social no mundo do trabalho. Santos (2006, p. 141) reafirma: "é preciso passar da atividade teórica à prática, mas de *per si*, não pode dar esse passo, não se passa direta e imediatamente de uma espera à outra".

Dessa forma é necessário um arcabouço que instrumentalize o profissional para realizar as mediações que permitem o desvelamento do real, capaz de apreender a realidade em sua totalidade do nível singular ao universal e realizar o movimento de volta, capturando as particularidades desse movimento. A formação acadêmico-profissional tem uma importante contribuição neste processo, ao criar as balizas para a consolidação de um perfil profissional crítico e com competências para não somente efetivar direitos, mas que seja capaz de mobilizar processos sociais no sentido de fortalecimento do sujeito coletivo e da contribuição para a politização da classe trabalhadora.

> Trata-se, portanto, de formar profissionais não apenas com perfil técnico, mas sobretudo, com perfil intelectual. Profissionais que sejam capazes não apenas de atender às necessidades do mercado, mas também de propor projetos de intervenção profissional e de se fazerem necessários em áreas que ainda não dispõem da atuação da atuação do Assistente Social, ampliando o mercado de trabalho. Profissionais que sejam formados para a sociedade, "envolvidos com a construção de uma nova cidadania coletiva, capaz de abranger as dimensões econômicas e culturais da vida dos produtores da riqueza, do conjunto das classes subalternas". (IAMAMOTO, 1998, p. 185). (SANTOS, 2006, p. 60-61).

É a partir dessa afirmação que podemos apreender criticamente a profissão no tempo presente e os principais desafios que estão na agenda político, acadêmica e profissional: o avanço do conservadorismo na profissão, as condições de trabalho das (os) Assistentes Sociais e a luta por melhores condições de trabalho; a problemática do ensino à distância e seus rebatimentos na formação e no trabalho profissional[8]; a intensificação e adoecimento do corpo discente e docente; a lógica produtivista, o debate contemporâneo em relação à modalidade híbrida de ensino que se intensificou com o Ensino Remoto Emergencial; a curricularização da extensão universitária e o debate do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão); a questão da pós-modernidade e sua influência no Serviço Social, entre outros desafios.

Iamamoto (2008) sempre nos alertou sobre a importância de uma visão crítica da profissão, para fora dos seus muros, rompendo com o endogenismo e com o fatalismo. Enquanto profissão inscrita na divisão social, técnica, sexual, de gênero e raça/etnia do trabalho, sua constituição na sociedade capitalista, configura-se como resposta do Estado, da Igreja e da burguesia às demandas da classe trabalhadora através do agravamento das expressões da questão social e da organização política da classe trabalhadora em busca da defesa dos seus direitos e movimentos sociais de crítica à dominação e exploração capitalista.

> Uma profissão engendrada para contribuir com o projeto burguês em dado momento da História – na ordem monopolista – e com o projeto de recuperação da hegemonia ideológica católica, efetivando uma prática diferente de suas protoformas. Ou seja, originariamente o serviço social não se caracterizou pela repressão direta, como a ação policial, tampouco pela iniciativa meramente caritativa, tradicionalmente realizada pela Igreja católica, mas, buscando difundir a ideologia burguesa, voltou-se para o atendimento das expressões da "questão social", exercendo persuasão e controle sobre a classe trabalhadora. (FORTI; COELHO, 2015, p. 20).

[8] É necessário pensar o perfil profissional que tem se formado nos últimos anos com a precarização da educação e nela compreendida o ensino superior, o aligeiramento e mercantilização da formação profissional.

Conforme[9] nos alerta Martinelli (2007), procurando dar respostas frente às contradições da sociedade capitalista: "o surgimento do Serviço Social no Brasil remonta aos primeiros anos da década de 1930, fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, *e tendo como referencial o Serviço Social europeu"*. (MARTINELLI, 2007, p. 121-122, grifos da autora):

> Olhar para fora do Serviço Social é condição para se romper cum uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do Serviço Social, que impede vislumbrar possibilidades inovadoras para ação, quanto com uma visão ilusória e desfocada da realidade que conduz a ações inócuas. (IAMAMOTO, 2008, p. 22).

O Serviço Social surge como um produto histórico da correlação de forças entre as classes sociais e a necessidade de respostas do capitalismo ao recrudescimento das mazelas do modo de produção capitalista, que se assenta na lógica da propriedade privada dos meios de produção e da exploração da força de trabalho, cuja lógica orgânica está na inalienável contradição de produção de riqueza cada vez mais em escala mundial e sua apropriação pela classe dominante.

Esses elementos se particularizam na sociedade brasileira em uma conjuntura que permitiu na década de 1930, o surgimento da profissão a partir da articulação da classe dominante, do Estado e da Igreja Católica, em um cenário político marcado pela intensificação da desigualdade social e a necessidade de o Estado dar respostas frente à crise da sociedade capitalista. Nesse período, o país começa a se inserir no processo de industrialização, que ocorre sem superar as suas condições de país agrário, dependente e as condições históricas de sua colonização e exploração. Na verdade, esse processo intensifica a desigualdade social do país:

> O surgimento do Serviço Social no Brasil remonta aos primeiros anos da década de 1930, como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, *tendo como referencial o Serviço Social europeu.* [...] a acumulação capitalista deixava de se fazer através das atividades agrárias e de exploração, centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, na consolidação do pólo industrial e na vinculação da economia ao mercado mundial. (MARTINELLI, 2007, p. 122, grifo do autor).

[9] Não abordaremos a gênese do Serviço Social brasileiro, pois foi exaustivamente abordado por pesquisadores/as e autores/as da área. E para não fugir do objetivo proposto nesta tese. Para mais aprofundamentos sugerimos: MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Para compreender a profissão no contexto latino-americano, consultar CASTRO, M. M. História do Serviço Social na América latina. trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. E mais recente, indicamos para a compreensão do Serviço Social na história no tempo presente, a obra: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). Serviço Social na história: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

O que nos importa destacar diante do objetivo que nos propomos é a influência da Doutrina Social da Igreja como a primeira base de fundamentação da atuação profissional. Esta formação incidiu na práxis profissional: no campo teórico, fundamentou a análise e compreensão da realidade social com base na doutrina neotomista, tendo principalmente como referencial as encíclicas papais Rerum Novarum e Quadragésimo Anno e este olhar sobre a realidade que norteava o exercício profissional na época o que atribuía uma identidade atrelada aos setores dominantes da sociedade aos agentes sociais. Nota-se que as pioneiras eram coerentes com os referenciais que sustentavam sua prática profissional e, a partir do contexto social em que estavam inseridas, procuravam intervir na realidade social procurando transformá-la, não numa perspectiva crítica marxista que o Serviço Social se referenciou posteriormente com o Movimento de Reconceituação, mas coerente com o pensamento da época e da base de formação que sustentavam sua intervenção profissional.

Afirmamos que para ter uma visão crítica do processo histórico da profissão é necessário analisá-la com tendo como referência a realidade social da época numa perspectiva de totalidade e não com a visão de mundo do tempo atual, pois seria uma análise injusta, a-histórica e não verdadeira com aquele momento da profissão e do seu significado para o processo de amadurecimento do Serviço Social.

> O fetiche da prática, fortemente impregnado na estrutura da sociedade, se apossou dos assistentes sociais, insuflando-lhes um sentido de urgência e uma prontidão para a ação que roubavam qualquer possibilidade de reflexão e de crítica. (MARTINELLI, 2007, p. 127, grifo do autor)

Esta base doutrinária e filosófica atribuiu um olhar moralizante para a questão social e a necessidade de ajustamento do indivíduo à conjuntura sócio-política do país, atendendo aos interesses da classe dominante e do Estado enquanto expressão essencial desta classe. Ianni (1992) coloca que Marx:

> Apanha as dimensões políticas e econômicas do Estado ao compreender o Estado burguês como uma expressão essencial das relações de produção específicas do capitalismo. [...] mostra como o Estado é, em última instância, um órgão da classe dominante. (IANNI, 1992, p. 32).

Ressaltamos que não estamos considerando o doutrinarismo como teoria social, pois ela é baseada no dogma e na fé, mas a retratamos aqui para analisar as bases que fundamentaram a profissão desde sua gênese. E a Doutrina Social da Igreja (DSI) teve uma

significativa influência na profissão até meados da década de 1950 e 1960 durante o período de Reconceituação do Serviço Social.

A inserção do Serviço Social no universo universitário pode ser observada com a criação da primeira Escola de Serviço Social em 1936, vinculada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde frequentavam quadros da burguesia de São Paulo sob a formação doutrinária da Igreja Católica.

> O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 40, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norteamericano e suas propostas de trabalho permeados pelo caráter conservador da teoria social positivista. (YAZBEK, 2009, p. 4).

Destacamos a importância desse processo de institucionalização da formação profissional que contribuiu para que o Serviço Social se vincule à dinâmica acadêmica e nos debates promovidos por esta, permitindo a reflexão do seu ideário e das bases que fundamentam seu exercício profissional.

Verificamos uma mudança na matriz teórica da profissão a partir da década de 1940, em um contexto marcado pelo crescimento econômico do país e a influência norte-americana incentivando o processo de industrialização, para atender os interesses do capital internacional. O Serviço Social teve o seu primeiro suporte teórico-metodológico de vertente positivista e tecnista com a capacitação dos quadros de profissionais nos EUA e da importação da metodologia de caso, grupo e comunidade.

O pensamento funcionalista adentrou na profissão instrumentalizando uma prática profissional de ajustamento do indivíduo e a necessidade de aperfeiçoamento instrumental e técnico da profissão: “busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais”. (YAZBEK, 1984, p. 71).

A aproximação com o debate teórico e científico no espaço universitário tem como marco legal a oficialização do curso superior de Serviço Social no país pela lei nº 1889 de 1953 e em 27 de agosto de 1957, a Lei 3252, juntamente com o Decreto 994 de 15 de maio de 1962, regulamentou a profissão.

Este processo de institucionalização contribuiu para a fundamentação da profissão de base positivista. E, posteriormente, tem como momento mais significativo na década de 1960 até 1980, no contexto dos movimentos sociais e a busca pela redemocratização do país, o movimento de renovação da profissão com o Movimento de Reconceituação que sinaliza a

ruptura com o Serviço Social tradicional e aproximação com o marxismo que passa a fundamentar a produção do conhecimento e o exercício profissional, construindo o compromisso político da profissão com a luta da classe trabalhadora e seu projeto societário e de novas bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que fundamentam a profissão.

Destaca-se que a constituição da profissão no mundo do trabalho, sempre esteve vinculada a determinados projetos societários mais amplos construídos pelas classes sociais ao longo da história. É nesse processo contraditório e tenso que podemos entender criticamente as bases ideo, políticas e organizativas e formas de apropriação dos aportes teóricos ao longo dos anos, que contribuíram para a construção dos fundamentos da profissão e dos referenciais para a formação e o trabalho profissional.

Esse olhar para a profissão é condição para superar os velhos e sempre atuais desafios que, muitas das vezes, reduzem a análise do Serviço Social à atuação das (os) Assistentes Sociais nas políticas sociais, ou uma análise que culpabiliza e criminaliza a população usuária, resultado do avanço do ideário neoliberal e do conservadorismo na sociedade e na profissão, que diante da contrarreforma do Estado, volta suas ações mais para os interesses do capital do que para as políticas públicas e os direitos sociais, tornam-nas mais fragmentadas, pulverizadas e focalizadas, não garantem as condições e os mínimos sociais para a sobrevivência da classe trabalhadora.

O Serviço Social brasileiro se insere no contexto latino-americano, apresentando elementos de luta, resistências frente a conjunturas sociopolíticas marcadas pelo agravamento da questão social, resultado do aprofundamento da desigualdade social e da organização política da classe trabalhadora e de setores democráticos da sociedade.

> A reconceituação é sem qualquer dúvida, parte integrante do processo de erosão do Serviço social 'tradicional' e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características. Como tal, ela não pode ser pensada sem a referência ao quadro global (econômico-social, político, cultural e estritamente profissional) em que aquele se desenvolve. No entanto, ela se apresenta com nítidas peculiaridades, procedentes das particularidades latino-americanas; nas nossas latitudes, 'a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, concentrador' (FALEIROS, 1987, p. 51 *apud* LIMA, 2017, p. 18).

Consideramos os determinantes conjunturais a partir da década de 1960, quando eclodiu a luta popular e contribuiu para o seu processo de renovação nos marcos da autocracia burguesa na era do capitalismo monopolista. Mas este processo de busca de ruptura com o

conservadorismo é um complexo fenômeno que ainda o atravessa e coloca cotidianamente desafios para a efetivação do projeto ético-político e que apresenta determinadas particularidades na forma de ser da profissão no seu atual estágio de desenvolvimento:

> Assim, a Reconceituação questionava o papel dos Assistentes Sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os reais interesses e necessidades da população [...]. Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, esta fundamentada no grande monopólio internacional. Ou seja, pode-se afirmar que a Reconceituação foi, indubitavelmente, um fenômeno organicamente vinculado à conjuntura da sua época marcada mundialmente por uma crise sem precedentes da ordem capitalista em sua fase monopólica (ORTIZ, 2010, p. 162).

Ou seja, os questionamentos em relação à condição da profissão, seu compromisso político, seus dilemas e desafios e a direção social do Serviço Social devem sempre estar na pauta dos debates da categoria, tendo como elemento fundante da análise e da intervenção profissional a realidade social, que se constitui como sua matéria. Esta realidade coloca novas determinações sociais, reatualizando os velhos dilemas que refletem a luta de classes e a questão social e perpassa na categoria de diversas formas, entre elas através do ecletismo e do sincretismo, ameaçando o projeto profissional hegemônico.

> Pode-se dizer que a inserção do Serviço Social nas políticas sociais contribui durante longo tempo para que certos interesses da classe trabalhadora fossem 'refuncionalizados' em prol da lógica capitalista - uma alternativa profissional que acriticamente efetivou determinadas mediações necessárias à manutenção da ordem social, propagando e reforçando a possibilidade de mútua colaboração entre o capital e o trabalho. Não é difícil, diante do exposto, captarmos o porquê de o pensamento acrítico e conservador ter sido quase unânime no meio profissional do Serviço Social por tanto tempo, nutrindo explicações e posicionamentos moralizantes em face dos problemas sociais. E, mesmo que hoje caiba observarmos a alteração de tal quadro na profissão, não é possível pensarmos em sua erradicação. Quando mencionamos a existência do conservadorismo na profissão por longo tempo e de modo praticamente unânime, temos que lembrar o significado do Movimento Crítico no Serviço Social iniciado em meados de 1960, um processo que, mesmo que comporte alguns equívocos, indubitavelmente viabilizou avanços importantes à profissão e lhe trouxe novos aportes teóricos, inclusive substancialmente críticos. (FORTI, 2013, p. 89)

A década de 1980 contribuiu para o fortalecimento da classe trabalhadora e o seu reconhecimento enquanto sujeito histórico, capaz de engendrar na luta social um novo projeto societário contra hegemônico ao projeto burguês. Um projeto societário mais amplo que se insere o projeto ético-político profissional e expressa através do Código de Ética de 1993, por

meio de valores humano-genéricos em defesa da classe trabalhadora e da emancipação política e humana, que está na vanguarda da agenda política da categoria.

> Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (PAULO NETTO, 1999, p. 104-105).

Esses valores estão na base de diferentes documentos da categoria, principalmente das DC's que sustentam o projeto de formação profissional. São os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operativos, o aporte teórico, e os valores que estão vinculados às essas dimensões da profissão que caracterizam o movimento dialético das DC's, mantendo através de princípios e de uma determinada lógica curricular, o projeto de formação defendido pela categoria, resistindo às ofensivas neoliberais, conservadoras e de mercantilização da formação acadêmico-profissional. Esses elementos estão na base histórica, ideopolítica da profissão, que está em constante movimento, e que tem seu início com seu processo de renovação:

> a) a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal; b) a crescente diferenciação das concepções profissionais (natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social), derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas; c) a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalteridade (intelectual) posta por funções meramente executivas; d) a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo, mas não exclusivamente inserido na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa. (PAULO NETTO, 2008, p. 135-136)

São essas bases ideo, políticas, teórico-metodológicas, ético-políticas que têm contribuído ao longo dos anos, para os debates do Serviço Social em torno das lutas contra a opressão, a desigualdade e exploração, em consonância dos valores mencionados anteriormente. É esse perfil que a categoria tem defendido e formado nos últimos anos: crítico, propositivo e com competências e habilidades necessárias para decifrar e intervir na realidade norteada pelo projeto ético-político construído historicamente e hegemônico na

profissão. Este projeto está em permanente disputa, sendo um espaço tenso, contraditório e dinâmico:

> O atual desafio que permeia o Serviço Social é consolidar um projeto de formação profissional vinculado com a defesa de um processo emancipatório e a favor da construção de outra sociedade, que possibilita a efetivação de uma luta radical contra o capital, a fim de construir, com os demais conjuntos da classe trabalhadora, uma sociedade plenamente emancipada. (FERRAREZ, 2016, p. 100)

Neste processo, uma das perspectivas hegemônicas da categoria é a compreensão do Serviço Social enquanto profissão que se inscreve no mundo do trabalho, na divisão social, técnica, sexual, de gênero, raça/etnia do trabalho coletivo, e que adquire um novo estatuto profissional a partir do direcionamento político da categoria, através do processo de renovação da profissão. Processo este, tenso, contraditório e ao mesmo tempo, fecundo, no qual foi possível a definição da direção social da profissão que baliza o projeto de formação e o exercício profissional na contemporaneidade. Sobre a dimensão técnica e social do trabalho:

> Na sociedade capitalista, a divisão do trabalho é social e técnica. É social no que se refere ao lugar que cada um está no processo de produção e reprodução: a divisão das classes sociais, a burguesia e o proletariado. [...] E é técnica no que se refere ao tipo de trabalho que é realizado: material ou intelectual. Diz respeito ao lugar que determinada profissão se encontra na especialização do trabalho coletivo. (Cardoso, 2013, p.70-71)

A hegemonia da teoria social crítica de aporte marxista e marxiano se construiu neste contexto, mas não constitui um consenso na categoria, diante de diversos elementos, entre eles: a disputa de projetos societários e profissionais, que é inerente à sociedade e à própria natureza do Serviço Social, inscrita no mundo do trabalho (sabemos que até esta compreensão não é consensual na categoria, mesmo entre aqueles que defendem o projeto ético-político na categoria).

A apropriação enviesada e falta de apropriação em relação ao método marxista levam muitos profissionais a um ecletismo teórico, buscando outros referenciais para "dar conta" da realidade social, diante de uma suposta incapacidade de decifrамento da realidade a partir da sua complexidade pelo marxismo. Entedemos que o pluralismo:

> [...] não se confunde com o ecletismo. Enquanto o pluralismo implica o embate e o debate de diferentes posições, o ecletismo expressa-se como conciliação no plano das idéias, fruto, inclusive, da tradição de conciliação política predominante em nossa formação histórica e social" (SANTOS, 2006, p. 50, *apud* IAMAMOTO, 1992, p. 180).

Outro elemento debatido na profissão que promove esse distanciamento dos aportes teóricos está na desvinculação e fragmentação das dimensões teórico-metodológicas, ético-politicas e técnico-operativa, muita vezes sobrepondo uma dimensão em relação à outra. E consequentemente, a necessidade de uma teoria que possa ser "aplicada" à realidade. Como se teoria e realidade fossem a mesma coisa.

A redução do trabalho profissional à prática, também é resultado dessa fragmentação, o que faz com que os profissionais acreditem que a teoria não é capaz de fundamentar o trabalho profissional, principalmente quando se trata de aspectos do cotidiano deste.

> [...] o pensamento instrumental e empirista vem ganhando status de "conhecimento que realmente produz resultados para a prática profissional cotidiana", em detrimento das operações teóricas que se propõem ir além da mera manipulação imediata dos aspectos do cotidiano, buscando captar as complexas determinações que compõem a totalidade das relações sociais e não se revelam na superficialidade cotidiana do fenômeno. (MARANHÃO, 2016, p. 166).

O equívoco na apropriação do método, transformado em algo aplicável, desvinculando-o de todo aporte teórico que é a natureza do seu próprio movimento, que se configura como parte do método, transforma a teoria em teoricismo, retirando sua concretude, a historicidade e a dialética do seu movimento. Essa problemática expressa:

> [...] a dificuldade de apreensão da relação teoria e prática e, conseqüentemente, da relação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da intervenção profissional, que rebate numa expectativa equivocada ao que se refere às potencialidades dos instrumentos e técnicas: ora supervalorizando-os, ora ignorando-os. Dificuldades essas, tanto por parte dos profissionais da intervenção quanto dos profissionais docentes. Assim sendo, trata-se de um problema que não pode ser ignorado ou mascarado e que envolve diretamente a formação profissional. (SANTOS, 2006, p. 14).

Outra consequência danosa é considerar o marxismo como a teoria dos macros processos sociais, sendo incapaz de dar elementos para a compreensão do cotidiano, da luta de classes, no próprio desenrolar do processo histórico, fragmentando a luta política e a consequente dimensão histórica desses processos. É fundamental destacar a relação dialética entre conhecimento e realidade social como nos coloca Lukács (2003), garantindo o movimento dessas unidades de se relacionam:

> A dialética materialista é uma dialética revolucionária. Essa determinação é tão importante e de um peso tão decisivo para a compreensão de sua essência, que, antes mesmo de discorremos sobre o método dialético em si, temos de

> entendê-la para abordarmos o problema de forma correta. Trata-se aqui da questão da teoria e da prática, e não somente no sentido em que Marx a entendia em sua primeira crítica hegeliana quando dizia que a 'teoria torna-se força material desde que se apodere das massas'. Trata-se, antes, de investigar, tanto da teoria como na maneira como ela penetra nas massas, esses momentos e essas determinações que fazem da teoria, do método dialético, o veículo da revolução; trata-se, por fim, de desenvolver a essência prática da teoria a partir da teoria e da relação que estabelece com seu objeto (LUKÁCS, 2003, p. 64- 65).

Afinal, a vida social ocorre no terreno das lutas sociais que são travadas cotidianamente, o que "requer o acompanhamento da dinâmica dos processos sociais, como condição, inclusive, para a apreensão das problemáticas cotidianas que circunscrevem o exercício profissional". (IAMAMOTO, 2008, p. 54).

> A teoria, na concepção marxista, é o resultado de um movimento do pensamento para se apreender o objeto. No caso de uma prática profissional como a do Serviço Social, a teoria permite que o sujeito – Assistente Social – apreenda seu objeto de ação, o movimento do mesmo, sua direção, suas contradições. Nesse sentido, a meu ver, o Serviço Social, ao necessitar conhecer seus objetos de ação e compreender as demandas por seus serviços, encontra, na Teoria Social de Marx os pressupostos e o método para conhecer a realidade que está posta pela prática social, buscando sua essência. (SANTOS, 2006, p. 132).

Como nos coloca Pontes (2010), torna-se necessário um movimento dialético de superação do isolamento do singular como autônomo, desvinculado das leis universais, que sustenta a lógica capitalista, para posteriormente, realizar seu movimento "de volta", imbuindo o real de mediações, contradições e antagonismos, como elementos que dão movimento a história e a realidade social, para aí, através do concreto pensado, se apropriar das condições concretas, nas quais aparecem as possibilidades para intervenção profissional e para o fortalecimento da luta coletiva da classe trabalhadora, na perspectiva do projeto ético-político e do projeto societário revolucionário, de onde aquele emana.

> A dessingularização do problema posto pela demanda institucional torna-se um imperativo no processo de mediatização do cenário onde a trama das relações sociais está se processando. A procura da expressão das leis universais, tendências no espaço institucional, com a consequente abstração das condições singulares que tipificam os problemas sociais que demandam ação profissionalizada, conduzirão o movimento complexo da razão na reconstrução do objeto de intervenção dos sujeitos e das forças sociais presentes. (PONTES, 2010, p. 168).

Esses desafios ganham terreno fértil na profissão, principalmente diante da reatualização do conservadorismo que tem força na contemporaneidade na história da sociedade em diversas partes do mundo, expressando através da validação da cultura do ódio, da violência e da exaltação de processos sociais que aparentemente tinham sido superados,

como os governos ditatoriais, autoritários e contra dos direitos humanos, principalmente contra a população negra, as mulheres (considerando toda a forma de ser, como a mulher trans), a população LGBTQIAP+, indígenas e povos originários em geral e grupos sociais considerados minoritários (aqueles que sofrem com toda a forma de exclusão, a pauperização, e formas de violências contra a diversidade de gênero, raça e etnia e condições econômicas e sociais).

A pós-modernidade também se apresenta no debate da profissão, ganhando força entre alguns segmentos da categoria e conseguindo vincular e reforçar o conservadorismo presente na profissão. Conforme nos coloca Simionato (2009, p. 16):

> Os desdobramentos das mudanças societárias ocorridas ao longo dos anos 1990, sob a ofensiva neoliberal e suas repercussões nos dias atuais, têm colocado em xeque os pressupostos estruturantes desse projeto. Tais repercussões podem ser sinalizadas a partir de pelo menos duas direções: a primeira no plano do conhecimento, mediante o constante questionamento da teoria marxista e da 'razão dialética' e o fortalecimento da razão instrumental e do pensamento conservador, rearticulados pelas tendências pós-modernas; a segunda no âmbito do exercício profissional, cujas manifestações evidenciam-se seja na alteração das condições de trabalho dos Assistentes Sociais, seja nas 'novas' demandas encaminhadas à profissão e nas respostas mobilizadas para respondê-las. (SIMIONATO, 2009, p. 16).

Apesar de o conservadorismo estar sempre presente na profissão, diante da sua própria condição no mundo do trabalho, sua reatualização ganha força principalmente diante da conjuntura sócio-política e econômica na atual fase de acumulação capitalista. E está atrelada aos desafios apresentados anteriormente.

> Sabemos, pela nossa história, que tivemos fortes marcas de fundamentos doutrinários, positivistas e sabemos também que o pensamento conservador nos persegue, nos engendra, de múltiplas formas. Isso porque suas marcas penetram o modo capitalista de pensar, de modo global e especialmente a Cultura Política Brasileira, as Políticas Sociais, nossos âmbitos de trabalho, e a própria vida das classes subalternas, com as quais trabalhamos cotidianamente. Processo que não se dá sem resistências, pois sabemos também que, nas últimas três décadas, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto, para a profissão, sob a direção do pensamento marxiano e da tradição marxista, com múltiplas faces. E, tendo esses referentes como balizamento é que devemos enfrentar a ofensiva conservadora colocada, nessa difícil conjuntura. (YAZBEK, 2020, p. 296).

O conservadorismo não é algo abstrato, sua materialidade está nas diversas formas de violência que são concretizadas cotidianamente na nossa sociedade e, muitas vezes, legitimada pelo Estado em suas diversas esferas e dimensões. Na profissão, ela aprofunda diante as condições de trabalho e da precariedade das políticas públicas frente ao ideário neoliberal, reforçando entre os (as) profissionais a dicotomia entre “teoria” e “prática” e

justificando condutas profissionais históricas de individualização e responsabilização da população pelas mazelas da questão social.

A forma como o trabalho está organizado na sociedade capitalista, sob a égide do capital se estrutura em uma divisão que está racionalizada para o processo produtivo, com o objetivo de garantir a dominação da classe trabalhadora, através da divisão do trabalho, que se assenta na divisão das classes sociais e como se particulariza no mundo do trabalho. A dominação e exploração do trabalho apresentam particularidades que determinam o lugar de cada sujeito no processo produtivo e de reprodução desta sociabilidade. Dessa forma, a questão de raça/etnia, gênero e sexual está na base da dominação e exploração capitalista.

> As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção e ao mudar o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, alteram todas as suas relações sociais. (MARX, 1985, p. 106).

Destacamos a partir dessa perspectiva, a lógica das DC's da ABEPSS, que a partir de princípios e da forma como organiza o processo de formação, constrói uma lógica formativa, que consolida um determinado projeto de formação, que é dinâmico e acompanha o debate acadêmico e profissional da categoria. Defendendo, problematizando e produzindo conhecimento que desenvolva competências, habilidades que sejam capazes de construir um perfil profissional, crítico, propositivo e criativo necessário para o deciframento da realidade social e a defesa do projeto ético-político. E de se apropriar desses desafios e da dinâmica das lutas de classes e do movimento das expressões da questão social.

Este é o diferencial das DC's que estão em constante movimento com a realidade social e na defesa do projeto de formação construído coletivamente pela categoria com o protagonismo da ABEPSS.

É através dos fóruns e eventos da categoria como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), que fomentam o debate em torno da formação acadêmico-profissional, as referências de autores que pesquisam a temática, tendo as DC's como norteadora, que direcionam os seminários de revisão curricular nas diferentes Unidades de Formação Acadêmicas (UFAS), defendendo a sua qualidade frente à precarização do ensino superior e a ofensiva do projeto de formação defendido pelo mercado de trabalho. Materializando o projeto de formação defendido pelo Serviço Social através dos Projetos políticos pedagógicos dos cursos.

Dessa forma, a categoria trabalho é elemento fundante da realidade. Enquanto categoria ontológica apresenta determinações para a compreensão do Ser Social como sujeito histórico, político e social, permeado por contradições e antagonismos, expresso nas relações sociais através de projetos societários contraditórios que se materializa através da luta de classes.

Esta perspectiva é que norteia e perpassa a análise hegemônica do Serviço Social na contemporaneidade e que sustenta o atual perfil profissional construído coletivamente a partir das DC's de 1996, consolidando o compromisso da profissão com a luta da classe trabalhadora. Contradição se constitui como elemento fundamental dentro da perspectiva revolucionária, pois é a partir das contradições que se criam tanto as condições de reprodução da sociedade capitalista como a sua superação. A contradição é categoria ontológica da sociedade capitalista e é nela que se desvelam as possibilidades de intervenção:

> Uma vez dadas as categorias de base, toda a evolução do capitalismo, até a respectiva saída de cena, está já programada ao longo das contradições que decorrem da primeira. A contradição originária entre trabalho concreto e trabalho abstrato, entre valor de uso e valor, comporta o nascimento de formas novas, as quais, por seu turno, se revelam contraditórias, suscitando, portanto, outras formas novas, e assim por diante, num movimento aparentemente sem fim (JAPPE, 2006, p.175).

A questão social, conforme coloca Paulo Netto (2001), é ontológica, está na raiz da sociedade capitalista e se metamorfoseia a partir dos processos de reestruturação capitalista, apresentando novas manifestações ou reatualizando velhas formas de opressão e dominação.

> O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a "questão social" – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da "questão social"; esta não é uma seqüela objetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A "questão social" é construída do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (PAULO NETTO, 2001, p. 45).

Nesta perspectiva, é intrínseco ao abordar as categorias fundamentais para pensar o projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social no tempo presente, seus direcionamentos – e, principalmente se apropriar da sua lógica que é força motriz do seu movimento, que materializa o projeto de formação, em frente aos desafios do tempo presente, do avanço do neoliberalismo e do conservadorismo, o aprofundamento da categoria trabalho, que é ontológica na constituição do homem, da suas formas de sociabilidade e da profissão enquanto especialização desta atividade:

> Reafirmar a direção social defendida e aprovada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que estabelece a relação entre Trabalho e Questão Social como eixos fundantes do projeto de formação (ABEPSS, 1996), tem sido uma tarefa fundamental para a defesa do serviço social brasileiro como profissão e área do conhecimento, com seu legado conquistado desde o processo de reconceituação e da Virada ocorrida ao longo dos últimos 40 anos (ABREU, 2013). (ELPÍDIO, 2020, p. 520).

É importante destacar que as respostas da profissão na sociabilidade capitalista se circunscrevem nos limites do capital, diante do processo de reestruturação produtiva e, como a categoria, enquanto sujeito coletivo tem criado respostas para a efetivação do projeto ético-político, a partir das contradições da relação capital/trabalho. Dessa forma, a necessidade expansionista do capital, cria limites para a efetivação de respostas que vão de encontro com os direitos da classe trabalhadora na contemporaneidade, que se particulariza no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas sob a hegemonia do capital financeiro e da política neoliberal.

Apontar esses elementos na formação acadêmico-profissional é fundamental a partir de duas premissas: reafirmar a dinamicidade do Serviço Social e dessa forma, das DC's de 1996, construídas coletivamente pela categoria com o protagonismo da ABEPSS. Sendo capaz de percorrer o tempo presente, atrelado ao movimento da história, conformando assim, uma leitura crítica do Serviço Social e do capitalismo, desvelando os elementos que se renovam e se reatualizam e aqueles que apresentam como novos.

Ou seja, uma formação que também é dinâmica, que contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o desvelamento do real, das mudanças do mundo do trabalho e seus rebatimentos na vida trabalhadora. Transformações estas que reatualizam velhos dilemas: o trabalho precário, subcontratado e terceirizado, fetichizado através de novas roupagens como a uberização, o microempreendedor, o trabalho através de plataformas e aplicativos e o trabalho doméstico, que com a pandemia da COVID-19, instaurada em 2020, se consolidou de forma mais acelerada. O trabalho informal, as precárias e desumanas condições de trabalho também tomam corpo na nossa sociedade.

> Nasceu, então, um novo vocabulário empresarial no mundo do trabalho que não para de crescer. "Sociedade do conhecimento", "Capital humano", "trabalho em equipe", "times ou células de produção", "salários flexíveis", "envolvimento participativo", "trabalho polivalente", "colaboradores", "PJ". E mais: "empreendedor", "economia digital", "trabalho digital", "trabalho on-line", etc. Todos impulsionados por "metas" e "competências", esse novo cronômetro da era digital que corrói e exangue cotidianamente a vida no trabalho. (ANTUNES, 2018, p. 266)

Essas novas terminologias representam o atual estágio de racionalização do trabalho, que se reflete na vida da classe trabalhadora, principalmente na população usuária das diferentes políticas públicas. Essas metamorfoses do trabalho rebatem incisivamente na profissão, desafiando os profissionais, tanto na garantia dos direitos sociais e no enfrentamento das expressões da questão social, como nas condições de trabalho dos(as) Assistentes Sociais. As consequências para "quem vive do trabalho" também perpassam pelo Serviço Social enquanto especialização do trabalho.

> Na contraface desse ideário apologético e mistificador, afloraram as consequências reais no mundo do trabalho: terceirização nos mais diversos setores; informalidade crescente; flexibilidade ampla (que arrebenta as jornadas de trabalho, as férias, os salários); precarização, subemprego, desemprego estrutural, assédios, acidentes, mortes e suicídios. Exemplos se sucedem em todos os espaços, como nos serviços *commoditizados* ou *mercantilizados*. Um novo precariado desponta nos trabalhos de call-center, telemarketing, hipermercados, hotéis restaurantes, fast-food etc., onde vicejam alta rotatividade, menor qualificação e pior remuneração. (ANTUNES, 2018, p. 266).

Cabe-nos fazer uma colocação: neste contexto, a formação acadêmico-profissional em Serviço Social contribui para a apreensão crítica do real e sua intervenção a partir do projeto ético-político, mas também para o fortalecimento da categoria como coletivo, para compor juntamente com os movimentos sociais e espaços de organização da categoria, a luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

A segunda premissa é que os aportes teóricos marxista e marxiano sustentam a formação e o trabalho profissional em Serviço Social; a compreensão da profissão como especialização do trabalho coletivo e o(a) Assistente Social como trabalhador(a), apesar de ser hegemônico, não possui consenso na categoria. Este é um movimento aberto e dinâmico na profissão, disputando hegemonia a partir da luta política da classe trabalhadora e a inserção da profissão no mundo do trabalho e suas contradições frente à reestruturação produtiva do capital.

Afirmamos a centralidade do trabalho e o direcionamento das lutas sociais, a partir de processos de reestruturação produtiva do capital, que racionaliza o trabalho, as condições objetivas da classe trabalhadora, suas formas de sobrevivência e de resistência, e da burguesia que busca garantir a legitimidade do capital e a sua reprodução social e de acumulação de riquezas.

1.2 Crise de hegemonia, projetos societários e projeto ético-político: Serviço Social e trabalho profissional

Os rumos da educação brasileira na contemporaneidade, principalmente a partir da década de 1990, sob a égide do neoliberalismo e seus rebatimentos no ensino superior e suas particularidades no ensino superior público, conforme nos coloca Ribeiro (1986, p. 10) é considerado um projeto: "a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos".

O atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas tem no capital financeiro e bancário as bases de acumulação, cujo objetivo é garantir superlucros, por meio da especulação financeira, ocultando de forma fetichizada, a face produtiva que é de onde o capitalista extrai a mais-valia através da exploração da classe trabalhadora. O ocultamento dessa condição ontológica da sociedade capitalista tem uma intencionalidade definida: esvaziar a luta de classes e suas contradições, que são a força motora do processo revolucionário. Para Marx (2017) a lógica da acumulação se assenta neste processo:

> Com o progresso da produção capitalista, que anda de mãos dadas com a aceleração da acumulação, uma parte do capital só pode ser calculada e empregada como capital portador de juros. Não no sentido de que todo capitalista que empresta capital contenta-se com receber os juros sobre o empréstimo, enquanto o capitalista industrial embolsa o lucro do empresário. Isso não afeta em nada o nível da taxa geral de lucro, pois para ela o lucro é = juro + lucro de todo tipo + renda fundiária, e a distribuição entre essas categorias particulares é indiferente. Mas no sentido de que esses capitais, apesar de investidos em grandes empresas produtivas, depois de deduzidos todos os custos, geram apenas juros grandes ou pequenos, os chamados dividendos. Por exemplo, em ferrovias. Eles não entram, pois, na equalização da taxa geral de lucro, porquanto geram uma taxa de lucro menor que a taxa média. Se nele entrassem, essa taxa declinaria muito mais. Do ponto de vista teórico, eles poderiam ser incluídos nesse cálculo, o que geraria uma taxa de lucro menor que a aparentemente existente e que de fato vigora nas operações dos capitalistas, pois é justo nessas empresas que o capital constante apresenta maiores proporções em relação ao capital variável. (MARX, 2017, p. 279).

Neste sentido, educação, saúde, previdência e as demais políticas públicas tornam-se mercadorias, que geram lucros e que se inserem na lógica do capital financeiro, alimentando um circuito interminável e cada vez mais lucrativo. Destaca-se que, o neoliberalismo configura como um ideário que está no bojo da reestruturação produtiva capitalista sob a égide do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, que se alastrou pelo mundo globalizado, através de empresas multi e transnacionais, derrubando as barreiras geopolíticas, através do avanço da tecnologia de ponta que é empregada no processo produtivo.

> O neoliberalismo aprofunda as relações de dependência. A adoção de políticas de ajuste fiscal foi não apenas imposta por organismos multilaterais, mas referendados pelas grandes burguesias com atuação nos países dependentes. A ruptura de limites anteriormente existentes para a mobilidade do capital portador de juros passa a se constituir como uma alternativa para contornar a tendência decrescente da taxa de lucro e consiste em um dos principais traços da financeirização. A intensificação dos fluxos financeiros e a rentabilidade dela decorrente não possui uma dimensão apenas quantitativa. Trata-se também de uma mudança qualitativa tendo em vista que provoca uma pressão pela ampliação das bases de extração de mais-valia. Em outras palavras, o fenômeno da financeirização pressiona uma reorganização da base produtiva, lócus da geração da riqueza. (BRETTAS, 2017, p. 63)

A lógica de acumulação do capital reorganiza sua relação com o Estado, orientado pelos ideários neoliberais e pelo capital financeiro, incentivando cada vez mais o ensino privado, principalmente na modalidade à distância, o ensino híbrido entre outras modalidades como forma de racionalizar a educação para uma formação cada vez mais aligeirada, tecnicista, voltada para os interesses do grande capital, entre eles: a formação acrítica que sujeita o (a) trabalhador (a) aos seus interesses econômicos e políticos, despolitizada e conformada com as contradições e desigualdades geradas pelo próprio sistema.

> Ao entrarmos no século XXI e realizarmos um vôo panorâmico sobre o ensino superior, em âmbito mundial, constatamos características tais como: a expansão do efetivo de estudantes; o aumento da participação do setor privado na criação de IES; uma larga diversificação institucional, com diversas modalidades de ensino (cursos de curta duração, ensino à distância (EAD), universidades corporativas, dentre outros); a retração da participação estatal no nível superior de educação; uma maior interlocução internacional, e, por fim, um aumento do vínculo entre setores empresariais com a pesquisa, não necessariamente realizada no interior de IES. (PEREIRA, 2007, p. 27).

Conforme mencionado anteriormente, o avanço do neoliberalismo reestrutura a relação orgânica entre Estado e sociedade, transferindo suas responsabilidades à sociedade civil, seja pela iniciativa privada e individual seja através da sociedade civil organizada por meio de instituições que passam a assumir as tarefas do Estado, em troca de benefícios, financiamento público e/ou isenções. Outra característica está na despolitização dos movimentos sociais e da questão social, ao retirar a dimensão política, histórica e social dos direitos sociais, dando lugar à refilantropização da questão social. Essa configuração também é destacada por Pereira (2007, p. 189):

> Sua lógica geral é a do mercado como espaço máximo de sociabilidade; daí, a necessidade de tudo transformar em mercadoria, donde as privatizações do patrimônio público e a redução das ações estatais na área social são fatores cruciais. Contudo, a sociedade civil deve se despolitizar – do ponto de vista das lutas de classes – e se repolitizar, mas limitada à "pequena política"192: isto é, ela deve se auto-organizar, primeiro, para realizar ações de solidariedade e filantropia voltadas

> para aqueles que não conseguiram obter sucesso no mercado e, segundo, a auto-organização deve limitar-se a demandas de cunho corporativo e não classista.

Uma educação, que com o discurso de democratização do acesso, oculta as contradições do capital: formação de mão-de-obra especializada de reserva através de uma política de formação precarizada, sucateada e tecnicista. A educação transforma-se em grandes oligopólios, mercadorias altamente rendáveis, com empresas especializadas na formação em todos os níveis da educação.

> A educação foi atingida em cheio por esse movimento e nenhum de seus níveis (da creche à pós-graduação e ao sistema científico nacional) escapou à sorte geral das políticas sociais no capitalismo dependente brasileiro dos anos 2000. No Ensino Superior, os avançados processos de mercantilização e mercadorização da educação, expressões do movimento mais amplo da privatização, orquestrada desde pelo menos os anos 1960, combinaram-se para transformar suas instituições em verdadeiras plataformas de rentabilizações de capitais monetários disponíveis unicamente para colocações financeiras. Então, a privatização deixou para trás sua velha pele e se transfigurou, assumindo um novo éthos que cumula a todas as contradições criadas anteriormente uma forma extremamente complexa de emaranhamento do poder econômico. O Ensino Superior privado no Brasil se transformou quase que por inteiro e vivemos hoje sua fase de oligopólios e a consequente participação destes nas políticas para toda a educação (das instituições privadas às públicas, da creche às universidades). (SEKI, 2020, p. 44)

Esses direcionamentos estruturais da política pública aprofundarão a disputa dos projetos profissionais na sociedade, diante de uma mudança nos perfis profissionais a partir de uma configuração na expansão da formação de trabalhadores (as) em diferentes projetos de ensino. Nas décadas de 1960 e 1970, conforme nos coloca Pereira (2007), há uma mudança do perfil profissional através da laicização do Estado e da aproximação da profissão com a sociologia, a psicologia social e da antropologia. Verifica-se que esse perfil torna-se a alterar substancialmente a partir da exigência do mercado capitalista, que preconiza um(a) trabalhador(a) mais tecnicista.

O Serviço Social também se inscreve nesse contexto, de disputa entre o projeto de formação acadêmico-profissional defendido coletiva e hegemonicamente pela categoria e as exigências do mercado de trabalho e seu projeto expansionista, mercadológico e tecnicista defendido pelo mercado e fomentado pelo Estado. Ocorre uma mudança no perfil profissional construído historicamente e em disputa na profissão.

> Em pouco menos de uma década, o perfil dos assistentes sociais brasileiros estará completamente transformado. A tendência deste perfil não é nada animadora, pois se baseará em uma formação profissional, à distância, aligeirada, mercantilizada e, portanto, com poucas chances de concretizar o perfil de um profissional crítico e

> competente teórica, técnica, ética e politicamente, delineado pela ABEPSS, em 1996. (PEREIRA, 2007, p. 262-263)

Daí a importância das DC's, construídas coletivamente com o protagonismo da ABEPSS, em contraposição às aprovadas pelo MEC que descaracterizam, reduzem e retiram elementos fundamentais do projeto de formação profissional defendido pela categoria:

> O perfil aprovado pelo MEC é bastante vago conceitualmente e em sua direção ético-política: não fazendo referência aos princípios éticos e políticos do Código de Ética - base de sustentação do projeto ético-político profissional – faz com que, por exemplo, a categoria cidadania seja interpretada das mais diversas formas, pois nada anda mais em voga do que a palavra "cidadania". (PEREIRA, 2007, p. 241).

Neste sentido, ressaltamos a importância da categoria apropriar-se historicamente do debate em relação ao projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social: seus princípios, o perfil profissional construído e defendido pela profissão, a concepção de educação que embasa o processo de ensinagem em Serviço Social e a direção social e política que o norteia. São elementos que estão consubstanciados nas DC's da ABEPSS e que estão em constante disputa, sendo considerados importantes instrumentos de defesa, luta e resistência contra a ofensiva neoliberal e as contrarreformas efetivadas na educação brasileira.

Para pensar o projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social na contemporaneidade é fundamental elucidar a concepção de educação que norteia o processo de ensinagem e sua relação com o projeto ético-político da categoria. É este projeto de formação profissional que representa a autoimagem da profissão, constrói valores e busca a vinculação com determinado projeto societário mais amplo, alicerçado em determinada perspectiva teórica.

É necessário pensar a educação na contemporaneidade, tanto de sua relação com o trabalho enquanto atividade ontológica, como nas configurações que ela assume diante dos processos de reestruturação produtiva no mundo do trabalho e, por fim, os rebatimentos na formação profissional em Serviço Social. A reflexão inicial parte da compreensão da educação enquanto atividade relacionada com o trabalho em seu sentido ontológico.

Nesta perspectiva, a educação pode ser alienadora ou crítica. Para interpretá-la na perspectiva crítica, traremos alguns elementos para pensar as possibilidades de sua efetivação na sociedade capitalista e no projeto educacional brasileiro a partir da contradição existente da correlação de forças entre as classes sociais e dos sujeitos sociais que buscam construir uma proposta de educação que seja capaz de desenvolver a criticidade de homens e mulheres, e o projeto de educação em curso na sociedade vinculada aos interesses do capital.

A profissão historicamente construiu este projeto a partir da aproximação com a teoria marxiana e marxista, que realiza a crítica radical à sociedade capitalista e aponta para a função histórica da classe trabalhadora e a necessidade de construir um projeto societário que supere a ordem do capital a partir de condições concretas determinadas historicamente.

> Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais. (PAULO NETTO, 2006, p. 144).

É a partir desse projeto profissional que a categoria se articula na elaboração de normativas em defesa da formação e do exercício profissional alicerçado na vertente teórica, crítica que permite a apreensão dos processos sociais em sua totalidade. É por meio das contradições da realidade social que se constroem propostas de intervenção que vão ao encontro da efetivação dos direitos sociais e o fortalecimento do sujeito coletivo na busca da emancipação política e humana, que se encontra no horizonte da intervenção profissional. As normativas da categoria são respostas da profissão frente às exigências do mundo do trabalho e em consonância com a defesa do projeto ético-político.

Esses avanços culminaram a partir da década de 1990, com a construção coletiva e aprovação das DC's para Curso de Serviço Social, com o protagonismo da ABEPSS. O compromisso ético-político assumido historicamente com a classe trabalhadora, expresso em vários documentos da profissão, particularmente nas DC's, tem buscado criar estratégias de defesa da formação e do exercício profissional de qualidade, crítico, propositivo e criativo.

Os princípios éticos preconizados em todos os documentos legais que fundamentam a profissão, reconhecido como projeto ético-político do Serviço Social, inclui a formação profissional de qualidade, alicerçada nos Princípios e nas Diretrizes da Formação Profissional, entre eles destacam-se: "[...] Apreensão crítica do processo histórico como totalidade." (ABEPSS, 2007, p. 73).

O projeto de formação profissional construído pelas DC's coloca a necessidade de um perfil profissional com competências e habilidades essenciais para que seja capaz de criar respostas ancoradas no projeto ético-político, a partir da apreensão crítica da realidade social e dos processos sociais em sua totalidade social, fundamentado na citada teoria social crítica, conforme elucidada nos princípios das DC's.

> 2.1 Princípios [...] 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social. (ABEPSS, 2007, p. 72).

Este acúmulo sinaliza uma determinada concepção de educação, que vai de encontro com o desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos sociais, procurando através do estabelecimento de relações democráticas e horizontais, no processo de ensinagem, estabelecer relações que alarguem a autonomia e a capacidade crítica, ancoradas em valores emancipatórios. Esse processo propicia instrumentalização dos sujeitos sociais, no processo pedagógico de ensinar-aprender, para desvelar criticamente a realidade e construir respostas propositivas, criativas e de consolidação da cidadania. Uma educação que liberte os homens de suas amarras e crie condições para a construção da emancipação humana, o que supõe a superação da sociabilidade burguesa e do seu modo de produção capitalista.

> Como o processo de ensinagem contém uma concepção de educação e de homem, inevitavelmente encontra-se na concepção de profissão uma visão de homem atrelada a uma teoria do ser social, desembocando num projeto de ação. Projeto este que está no horizonte e que é uma idealização, mas que aspira ser concretizado na vivência real do cotidiano profissional. (BURIOLLA, 1995, p. 84).

Uma concepção e projeto de educação que na atualidade configura-se como resistência e ao mesmo tempo, formas de respostas à ofensiva do capital e sua lógica perversa, na qual se presencia o emprego da tecnologia no processo produtivo, reduzindo cada vez mais a necessidade de mão-de-obra. No campo dos direitos sociais, vivenciamos os desmontes das políticas públicas, a perda das garantias conquistadas anteriormente, e a intensificação da exploração do trabalho, ao passo, que alija milhares de trabalhadores do processo produtivo.

Alterações substanciais na educação brasileira entram em curso no país a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL/LDB, 1996) e nesta lógica orientada pelos organismos multilaterais internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) que, a partir dos interesses do capital, diante da necessidade de reestruturação produtiva, e no seu atual estágio de desenvolvimento, torna-se necessária a reprodução do capital, as esferas de serviços, principalmente as públicas, passam a ser mercantilizadas, tornando-se formas de garantir o processo de acumulação capitalista. Esta lógica se particulariza na atualidade, diante do crescimento da área de prestação de serviços e sua diversificação. Processo este, que está vinculado diretamente à intensa divisão social do trabalho.

> De uma forma geral, podemos afirmar que os sistemas educacionais públicos, essencialmente nos países capitalistas centrais, foram ampliados de forma significativa no pós-guerra até o final da década de 1960 e início dos anos 1970 e corresponderam às necessidades de valorização do capital, através da reprodução de uma força de trabalho qualificada para um novo tipo de processo de trabalho, o que requeria um novo tipo de intelectual. Por outro lado, foram resultado também das lutas históricas da classe trabalhadora pelo acesso ao conhecimento e pela possibilidade aberta de maior controle do processo produtivo. (PEREIRA, 2007, p. 67).

. A reforma educacional, norteada pelo ideário neoliberal, tem influenciado a organização do ensino superior, em que se verifica um direcionamento cada vez mais explícito e intenso em direção ao sucateamento do ensino superior público, com corte de verbas, ao mesmo tempo em que aumenta o número de vagas, sem a contrapartida do fortalecimento da estrutura funcional e organizacional necessária.

> No mesmo ano em que ingressamos na universidade pública, em 1995, iniciava-se o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que iria devastar o ensino superior público, gratuito e de qualidade e, num plano mais amplo, desmontar o patrimônio público brasileiro, sob a égide da matriz e do "pensamento único" neoliberais. O ataque sistemático à universidade pública brasileira, realizado ao longo dos oito anos de vigência daquele governo, significou, ao mesmo tempo, a expansão "explosiva", capitaneada pelo Estado brasileiro, do setor privado da educação superior. Se a ditadura militar havia reprimido o pensamento crítico na universidade pública, os governos civis neoliberais do pós-1990, mas principalmente, os governos FHC, buscaram realizar a missão precípua de esvaziar o pensamento crítico que havia germinado ao longo dos anos 1980 na sociedade brasileira e retornado ao lócus universitário. Era preciso realizar uma verdadeira assepsia intelectual, aos olhos neoliberais, e fortalecer, na universidade pública, a lógica mercantil. Naquela lógica, a existência e a produção de conhecimento devem ser direcionadas para reforçar o poder de produção e reprodução do capital, em todas as esferas da vida social. Assim, as ciências humanas voltam-se para a formação de intelectuais difusores de uma ideologia colaboracionista, sob a ótica e as necessidades do capital. Nas ciências exatas, o mercado dita o que deve ser produzido como fonte de revolução constante das forças produtivas, alimento crucial para alimentar o ciclo de produção e reprodução do capital. (PEREIRA, 2007, p. 18-19).

Historicamente, há registros de universidades públicas que correram o risco de fecharem por falta de verba suficiente para manter condições estruturais de funcionamento e quadro de funcionários. Recentemente, no ano de 2022, na pandemia da COVID-19, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) anunciou esse risco, o que seria o fim do ensino, pesquisa e extensão naquela instituição de ensino superior, o que refletiria não somente na qualidade do ensino, mas no acesso a população aos serviços oferecidos, assim como pesquisas de relevância científica para a sociedade. Seria o fim de bibliotecas, laboratórios, hospitais e demais serviços vinculados.

> Com 55 mil alunos, mais de 1.400 laboratórios, nove hospitais, 45 bibliotecas e 15 prédios tombados, uma das maiores universidades do Brasil está prestes a fechar as portas. A afirmação é da reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Pires de Carvalho. "Nós conseguimos pagar os contratos até o mês de agosto, em setembro não. Há uma possibilidade de 'shut down'", afirma ela.
> Berço de profissionais ilustres, como Oscar Niemeyer, a universidade sediada na Ilha do Fundão veio tendo redução significativa de orçamento desde 2012, quando – nas contas da reitoria– o orçamento corrigido pela inflação era o equivalente a R$ 725 milhões. Hoje ele é de R$ 329 milhões. Para pagar as contas até o fim do ano, eles calculam que seria necessário chegar em R$ 390 milhões. Só nos últimos dois anos, a UFRJ teria perdido 30% do seu poder de investimentos.
> "Isso nunca aconteceria em Oxford. Num momento de pandemia, as universidades ganham mais", diz Denise. Pesquisadores estão na fase final de produção da UFRJ-vac, uma das vacinas em pesquisa para frear o coronavírus. (CNN, 2022, *online).*

Conforme abordaremos mais adiante, o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) é marcado pelo obscurantismo, o genocídio da população pobre, principalmente a negra, periférica, LGBTQIAP+, população originária e o ataque à ciência. Outro acontecimento foi quase o fim das bolsas de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)[10], prejudicando o desenvolvimento de muitas pesquisas de discentes que a desenvolvem, comumente vinculados com a de seus orientadores (as). Destacamos esses acontecimentos porque eles refletem no direcionamento político da educação no Brasil e na disputa de projetos de educação e de formação, refletindo no Serviço Social enquanto profissão de nível superior.

Diante desse cenário, a categoria tem se articulado enquanto coletivo na defesa da formação profissional de qualidade, crítica e competente, a partir da construção de instrumentos ético-legais que buscam preservar os avanços e consolidar o projeto de formação profissional, construído coletivamente. É justamente nesta direção, que ocorreu a construção das DC's de 1996, a Resolução CFESS 533, de 2008 que defende e qualifica a supervisão direta de estágio em Serviço Social e, de forma particular, a Política Nacional de Estágio – PNE (2010), que problematiza o estágio supervisionado no atual contexto das transformações societárias e estabelece princípios e diretrizes para sua realização.

A formação profissional e, especificamente, o estágio supervisionado passam a ocupar lugar de vanguarda nos debates, seminários, eventos científicos e de organização política da categoria. Outro avanço se traduz na produção científica na área que qualifica o exercício profissional e socializa a produção do conhecimento através de livros que debatem temas

[10] Para mais informações consultar: FINATEC. Ameaça de corte no financiamento do CNPq para 100 mil bolsas preocupa cientistas. Acesso em: 11 jul. 2023. Disponível em: <https://www.finatec.org.br/noticias/ameaca-de-corte-no-financiamento-do-cnpq-para-100-mil-bolsas-preocupa-cientistas/>.

relacionados ao exercício e a formação profissional, assim como, artigos em periódicos qualificados e trabalhos em eventos da categoria e demais áreas, propiciando o debate e a reflexão interdisciplinar.

Pensar a educação nesta perspectiva significa desenvolver continuamente a consciência crítica, conforme afirma Mészáros (2008), contribuindo para assegurar a transformação social, o que supõe a superação do capital e do seu sistema sociometabólico. Uma educação que contribua para o desenvolvimento da emancipação dos sujeitos sociais através da superação da alienação:

> Consequentemente uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social, no qual as praticas educacionais da sociedade devem realizar suas vitais e historicamente, importantes funções de mudança (MÉSZÁROS, 2008, p. 2).

Dessa forma, concordamos com o autor, que a educação tem um importante papel para o desenvolvimento da consciência crítica, alicerce fundamental da transformação social e da construção de uma nova sociabilidade. Sendo que "[...] o único órgão capaz de satisfazer o preceito histórico vital em questão é a educação firmemente orientada ao desenvolvimento contínuo da consciência socialista" (MÉSZÁROS, 2008, p.110).

O pensamento marxista adquire centralidade na fundamentação da formação e do exercício profissional em Serviço Social. Mas percebemos que, apesar da direção política da profissão, ainda existem muitas distorções e análises equivocadas em relação ao marxismo, o que tem levado diversos profissionais a defenderem a necessidade de outras teorias para a apreensão da realidade, reforçando o discurso eclético que a complexidade da realidade social exige outras teorias que complementem a sua análise:

> Vale assinalar que é com a vertente de intenção de ruptura que repercutem produtivamente no Serviço Social no Brasil as questões referentes à dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade, apanhadas numa angulação que põe em causa a produção social (com a ênfase na crítica da economia política), que ressalta a importância da estrutura social (com o privilégio da análise das classes e suas estratégias), que problematiza a natureza do poder político (com a preocupação com o Estado) e que se interroga acerca da especificidade das representações sociais (indagando-se sobre o papel e as funções das ideologias). (PAULO NETTO, 2008, p. 303).

Ao destacar a continuidade do conservadorismo que permanece e se reatualiza na profissão, é importante percebermos que o movimento da história é dialético e contraditório, no qual determinados fenômenos sociais se reatualizam, não da mesma forma, mas com novas

determinações, no qual o velho e o novo compõem o mesmo processo. E esta tendência conservadora tende-se a reafirmar na contemporaneidade frente ao avanço do neoconservadorismo e sua influência na profissão:

> Existem aquelas críticas de origem conservadora que rejeitam o marxismo e atualizam-se absorvendo, numa moldura sincrética, as proposições pós-modernas, e existem aquelas críticas que, ainda reivindicando o marxismo em alguns de seus aspectos, recomendam a superação de “lacunas” e o aumento de sua pontencialidade explicativa com os “paradigmas pós-modernos”. (SANTOS, 2007, p. 87).

Apesar de o movimento realizado pela categoria para construir uma profissão alicerçada no compromisso ético-político com a classe trabalhadora, ainda persistem lastros do conservadorismo no Serviço Social, diante da reprodução de práticas reiteradas e do avanço do pensamento neoconservador através da influência do pensamento pós-moderno.

> Nesse contexto barbaramente regressivo, emergem traços renovados de conservadorismo que atingem a formação e o trabalho profissional, como o metodologismo, o teoricismo acrítico, o aligeiramento da formação e da pesquisa, o pragmatismo, o voluntarismo e o voluntariado, o contentamento com o possibilismo, que reeditam características do passado recente (Boschetti, 2015). São incidências conservadoras que remodelam a atuação do Serviço Social nas políticas sociais e podem fazer retroceder as históricas conquistas alcançadas nos últimos três decênios e que marcaram a ruptura com o Serviço Social acrítico. (BOSCHETTI, 2017, 68).

Comumente, o avanço do ideário neoliberal, o desmonte as políticas públicas e mercantilização dos direitos sociais como educação, saúde e previdência social vêm reforçando uma análise conservadora da realidade social. Esta dimensão na profissão deve-se, entre outros fatores, ser a política pública uma das mediações do trabalho profissional:

> Com o avanço da crise capitalista e o aprofundamento das medidas neoliberais, instituem-se novas formas de controle social visando ao enfrentamento das tensões sociais. A gestão da crise e das tensões adotada pelo Estado brasileiro em suas funções de articulação entre consenso e coerção passa a se objetivar através de programas sociais compensatórios e da institucionalização da repressão armada. Nesse sentido, as ações bélicas iniciadas com a ocupação das favelas cariocas, em 2010, sinalizam um processo de militarização da vida cotidiana que transforma a exceção em regra, mantendo um Estado de "exceção" no interior do Estado democrático. (BARROCO, 2015, 626-627).

O avanço do ideário neoliberal tem preconizado a perda dos direitos sociais a partir e da (re)configuração do Estado voltados cada vez mais para os interesses do capital trazendo determinações para as condições de trabalho do assistente social e para a sua constituição no mundo do trabalho.

> Para enfrentar ideologicamente as tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos 1970, o conservadorismo se reatualizou, incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais. (BARROCO, 2015, 624-625).

Neste contexto, a formação profissional se constitui como uma importante dimensão neste enfrentamento, a partir do compromisso ético-político com a classe trabalhadora e alicerçada no pensamento social crítico de Marx, sinaliza a necessidade de construção de um perfil para a formação profissional coerente com os princípios ético-políticos da profissão. As DC's da ABEPSS marcam um novo paradigma no Serviço Social, alicerçado no compromisso com a qualidade da formação profissional. Projeto este que está em permanente construção, o que garante a dinâmica das Diretrizes:

> Percebemos o amadurecimento teórico-político dentro de uma mesma perspectiva e a atualidade do projeto político-pedagógico que direciona a formação dos assistentes sociais nos últimos vinte anos, o que não significa que a realização de avaliações e novas construções não sejam necessárias e que, em coerência com a própria referência de método assumida por essa formação, não sejam fundamentais o encontro de novas estratégias e possíveis revisões diante da realidade atual e do processo de implantação das diretrizes. (CARDOSO, 2016, p. 452).

Preconiza-se uma formação generalista, crítica e propositiva, em consonância com um perfil de profissional capaz de compreender a realidade social para além de sua imediaticidade e, a partir daí, criar respostas críticas e de fortalecimento da classe trabalhadora. A categoria profissional vem em direção de uma formação profissional com competência teórico-metodológica, com habilidades técnico-operativas para intervir na realidade social e alicerçada no compromisso ético-político com a classe trabalhadora. "A competência profissional está alicerçada, portanto, em projetos de transformação social cujos princípios estão vinculados à liberdade, à equidade e à democracia." (LEWGOY, 2009, p. 45).

Em 2021, as DC's completaram vinte e cinco anos e têm nos convidado a um processo permanente de reflexão e crítica em relação aos seus rebatimentos frente às mudanças vivenciadas no mundo do trabalho e a necessidade de garantir o direcionamento político e ético em defesa da qualidade da formação profissional em Serviço Social, frente a uma conjuntura política, social e cultural que vivencia o desmonte dos direitos sociais, entre eles a educação enquanto política pública e como direito fundamental da população.

As transformações societárias vivenciadas nos últimos anos têm desafiado as profissões que possuem em seu estatuto o direcionamento político em defesa da qualidade da formação profissional e se apresentam enquanto projeto de profissão a articulação com projetos societários mais amplos que supõem a superação do capital e a construção de uma outra sociabilidade.

Na educação, a contrarreforma ganha grandes proporções, principalmente no ensino superior, em que as ações do Estado e do empresariado partem para duas vertentes: o corte de verbas e recursos para as universidades públicas, a falta de investimento em pesquisa científica e na permanência estudantil, a priorização das pesquisas rendáveis para o capital, com o financiamento de agências privadas e do setor financeiro. Em contraposição, fomenta-se o ensino privado, principalmente nas modalidades à distância e semipresencial.

Cursos considerados rentáveis para o capital e com pouco investimento no campo de infraestrutura são os principais alvos da crescente mercantilização da educação. Instituições Privadas de Ensino – IPE's, seguindo a lógica empresarial, têm fechado cursos presenciais e aberto na modalidade semipresencial e à distância[11]. Nesta lógica, verifica-se a transferência das disciplinas consideradas mais gerais dos primeiros anos para a modalidade à distância. Esta tendência não tem ocorrido somente nas IPE's, mas também nas UFA's públicas.

Essas mudanças na área da educação têm refletido de forma aprofundada e perversa na formação profissional nas diferentes áreas, entre elas no Serviço Social, que tem como proposta um projeto de formação crítico permitindo a construção de um perfil profissional que seja capaz de desvelar a realidade social em sua totalidade, através da mediação das categorias fundamentais que compõem o real, realizando o movimento dialético do concreto para o real pensado por meio dos diferentes níveis de apreensão do fenômeno social: do singular ao universal, a partir das particularidades que se apresentam na lógica do seu movimento.

Para desenvolver as competências e habilidades necessárias para a realização da análise crítica da realidade social e a partir de suas contradições construir propostas de intervenção, a formação profissional deve viabilizar meios e recursos pedagógicos para a articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativas e ético-políticas durante o processo de ensinagem, contribuindo nesse processo para aproximações sucessivas com a realidade social através de oficinas, práticas pedagógicas entre outras atividades. E, dentre

[11] Para maior aprofundamento sobre a expansão do ensino, principalmente do ensino privado e dos cursos de Serviço Social, consultar: PEREIRA, L. D. **Política educacional brasileira e serviço social:** do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. 2007. 378 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2007. Disponível em: < http://objdig.ufrj.br/30/teses/619020.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2024.

elas, o estágio supervisionado se configura como um dos principais momentos para essa maior aproximação do estagiário com o campo de estágio. Estes princípios estão materializados das DC's de 1996 da ABEPSS.

Existem dois projetos em disputa que atravessam o Serviço Social: a proposta de uma formação crítica, generalista e competente para a intervenção na questão social, tendo em seu horizonte um projeto ético-político vinculado a uma proposta transformadora da sociedade, ligada aos interesses da classe trabalhadora e aquele vinculado à reforma da educação, que preconiza uma formação aligeirada, tecnicista, a-crítica e voltada para os interesses do grande capital.

É neste cenário da educação brasileira, que nos propomos analisar a importância e relação dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos no estágio supervisionado a partir da lógica curricular orientada pelas DC's. Procuramos abordar os avanços das diretrizes e o significado dos fundamentos na formação profissional e sua articulação no processo de ensinagem.

1.3 As Diretrizes Curriculares, seus fundamentos e a formação profissional permanente em Serviço Social: um debate constante.

As DC's foram construídas em um momento histórico que marcou o avanço da profissão em defesa de um projeto profissional crítico e alicerçado na matriz social crítica, que tem na centralidade da categoria, trabalho, como fundante do ser social e das contradições da sociedade capitalista. Concepção suficientemente desenvolvida por Iamamoto (2008, p. 57): "[...] o Serviço Social se formou e desenvolveu no marco das forças societárias, como especialização do trabalho na sociedade".

A aproximação e apropriação pelo Serviço Social da teoria marxista, contribuiu para a crítica radical da sociedade capitalista e o desvelamento dos seus processos sociais de exclusão social e de propriedade privada, que tem na luta de classes a mola propulsora da história. "A divisão da sociedade em classes, a propriedade privada do solo e dos meios de produção, não são, pois, de modo nenhum um produto da "natureza humana". São o produto de uma evolução da sociedade e das instituições econômicas e sociais." (MANDEL, 2015, p. 16).

A tradição marxista contribui para o desvelamento do real em seu movimento dialético e na perspectiva de totalidade, realizando a suspensão do cotidiano por meio das mediações dos fenômenos sociais, afinal a realidade social é sua matéria, uma realidade que é

mediatizada por fenômenos sociais complexos, antagônicos, portadores de processos sociais mais amplos e complexos que se inter-relacionam, instrumentalizando o (a) Assistente Social para a intervenção profissional crítica, competente e alicerçada em valores expressos no Código de Ética:

> [...] quanto mais os assistentes sociais forem capazes de explicar e compreender as lógicas que produzem a pobreza e a desigualdade, constitutivas do capitalismo, mais condições terão para intervir, para elaborar respostas profissionais qualificadas do ponto de vista teórico, político, ético e técnico - o conhecimento teórico é a primeira ferramenta do trabalho do assistente social (YAZBEK, 2010, p. 1).

Os avanços construídos na década de 1990, resultado de um amplo movimento da categoria em um processo de busca de ruptura com o Serviço Social tradicional, no qual "a perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico - metodológicas e prático-profissionais" (PAULO NETTO, 2008, p. 250).

Nota-se que o projeto profissional, atualmente hegemônico na profissão e que marca a intencionalidade e direção social do Serviço Social, enfrenta suas inflexões diante de uma conjuntura mundial, marcada pelas contrarreformas do capital e seus rebatimentos na educação, mudando substantivamente o perfil dos profissionais egressos das Unidades de Formação Acadêmica – UFA's, refletindo na disputa de projetos de formação na categoria.

Nesse contexto, é fundamental fortalecer o debate em torno da tradição marxista e sua importância frente à crise do capital e dos seus processos de acumulação e legitimidade. É necessário pensar o direcionamento político da profissão dentro das suas tensões sociais e políticas, diante da heterogeneidade da categoria e de disputas de projetos e de vertentes teóricas que perpassam pela profissão:

> [...] inclino-me a pensar que o debate está centralizado por profissionais vinculados à tradição marxista (ou a ela próximos) 'porque a efetiva diferenciação da categoria não está sendo explicitada'. Nesta eventualidade, a polêmica pode esvaziar-se, dado que distintos protagonistas, representantes de outras tendências, não se fazem ouvir - e a perda é coletiva, posto que não ocorra um confronto de ideias aberto, marxistas e não marxistas deixam de estimular-se reciprocamente no terreno privilegiado que é o do enfrentamento ideal. (PAULO NETTO, 1989, p. 100-101).

As DC's são produto do compromisso da categoria em defesa do projeto de formação profissional que sinaliza o acúmulo histórico do Serviço Social, o redimensionamento político em defesa do projeto profissional crítico e alicerçado na tradição marxista e sua viabilidade

principalmente na atual conjuntura mundial, que vivencia a crise do padrão civilizatório do capitalismo.

> *O núcleo desse patrimônio é compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação das forças vivas que movem a história; as lutas e movimentos sociais.* (IAMAMOTO, 2014, p. 613, grifo do autor)

Frente a este contexto, as DC's buscam materializar a construção de um perfil profissional com competência ético-política e teórico-metodológica, capaz de instrumentalizar para a intervenção profissional por meio do desvelamento da realidade social, e a partir das contradições da sociedade e os desafios vivenciados no mundo trabalho que tem sua expressão através do acirramento da luta de classes e sua particularização nas mazelas da questão social, tentado criar respostas críticas e propositivas na perspectiva da consolidação dos direitos sociais e do fortalecimento da classe trabalhadora enquanto coletivo, contribuindo para a construção de uma práxis emancipatória. Neste sentido, concordamos com Martinelli (2006): "mais do que conhecer é preciso agir de modo competente, crítico, qualificado teoricamente e ainda mais é preciso também muita coragem para lutar contra os obstáculos que se interpõem em nossa caminhada". (MARTINELLI, 2006, p. 21).

O projeto de formação em Serviço Social materializado nas Diretrizes Curriculares sinaliza um perfil profissional, em que as dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas estão articuladas num mesmo processo, dando solidez e materialidade no exercício profissional, reconhecendo o caráter interventivo, investigativo e organizativo da profissão como intrinsecamente relacionado.

Destaca-se a importância da pesquisa como instrumento de investigação da realidade e de instrumentalização para propostas profissionais que rompem com o imediatismo e com ações descontextualizadas e desarticuladas com projetos emancipatórios que busquem a superação do capital enquanto ordem social dominante.

Enquanto instrumento ético-normativo, as Diretrizes Curriculares, ao colocarem a formação profissional em outro patamar, procurando a superação da fragmentação de conteúdos e articulando a dimensão teórico-prática na formação profissional, avança significativamente através da centralidade dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, inspirados na tradição marxista, tendo o trabalho como categoria fundante do ser social e sua particularidade na sociabilidade burguesa e no processo histórico da luta de classes. Este é o núcleo central de discussões da categoria em relação ao

projeto acadêmico-profissional, no bojo da profissão a partir da década de 1980 e até os dias atuais:

> [...] *compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista* – no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais. (IAMAMOTO, 2014, p. 615, grifo do autor).

Estas categorias são centrais na compreensão do homem enquanto ser social e do Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido nas contradições da sociedade capitalista. Esta compreensão do mundo do trabalho e da inserção do Serviço Social nos processos sociais mais amplos da sociedade capitalista baliza toda a discussão em relação aos núcleos de fundamentos da formação profissional que, nas DC's se articulam e se relacionam no processo de ensinagem norteando os conteúdos programáticos e a elaboração dos projetos pedagógicos e componentes curriculares nas Unidades de Formação Acadêmicas – UFA's.

Os núcleos de fundamentação se constituem em três grandes áreas que se inter-relacionam e se particularizam*: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e, núcleo de fundamentos do trabalho profissional*.

> É importante ressaltar que tais núcleos representam uma nova lógica curricular, coerente com uma direção teórica marxista, em que, "a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades" (ABESS/CEDEPSS, 1997:63), sendo, portanto, considerados como eixos articuladores da formação pretendida, desdobrando-se em áreas de conhecimento. Assim, os componentes curriculares, matérias, disciplinas, atividades complementares e atividades indispensáveis integradoras do currículo devem ser originados desses núcleos, ou seja, toda a proposta curricular encontra-se estruturada a partir desses núcleos temáticos, os quais "articulam um conjunto de conhecimentos e habilidades necessário à qualificação profissional dos assistentes sociais na atualidade" (Iamamoto, 1998:71). (SANTOS, 2006, p. 72-73).

Esta lógica presente nas DC's permite a construção de um perfil profissional capaz compreender a realidade social a partir das múltiplas determinações presentes no cotidiano, propiciando a sua elevação do nível singular – na forma como o fenômeno apresenta em sua aparência para o universal, relacionando-o com os processos sociais mais amplos de constituição da sociedade a partir das lutas de classes – ou seja, imbuindo o real de

mediações e voltando para o cotidiano com propostas de intervenção e compreensão da realidade para além da sua imediaticidade:

> O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 1983, p. 116).

A concretude do desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à intervenção profissional, articuladas pelas dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativas no projeto acadêmico-profissional, fundamentais para a construção dos conhecimentos no Serviço Social, nas DC's, está articulada através dos núcleos de fundamentação que representam a coluna dorsal na formação profissional em Serviço Social e que norteiam todos os componentes curriculares, entre eles o estágio enquanto atividade curricular obrigatória.

Sua organização congrega conteúdos para a compreensão da profissão no mundo do trabalho, sua particularidade sócio-histórica na sociedade capitalista brasileira e as especificidades e contradições do Serviço Social enquanto trabalho. Sendo esta a categoria central na apreensão do processo histórico em sua totalidade, coloca sua importância no processo de constituição do homem enquanto ser social e o do capital que se alicerça na alienação do homem pelo trabalho e contraditoriamente, enquanto categoria ontológica para a superação da sociabilidade burguesa a partir de suas contradições tendo a luta de classes como motora da história.

Nesta dinâmica dialética, a profissão é apreendida e inserida na relação capital/trabalho, enquanto especialização do trabalho coletivo que se insere e responde as contradições da luta de classes, enquanto expressões da questão social da sociedade capitalista madura. Em síntese, os núcleos de fundamentação:

> [...] ainda que por vezes tratados como uma tricotomia e independentes uns dos outros, foram concebidos enquanto *diferentes níveis de abstração necessários, complementares e interdependentes* para decifrar o Serviço Social inscrito na dinâmica societária. Abrangem, respectivamente, *dimensões teórico-sistemáticas, particularidades históricas (continentais, nacionais, regionais e/ou locais), que determinam o trabalho profissional e nele se condensam, enquanto dimensões indispensáveis à sua análise.* (IAMAMOTO, 2014, p. 620, grifo do autor)

A importância da articulação dos núcleos de fundamentação no processo de ensinagem é fundamental para evitar a fragmentação dos conteúdos e realizar a superação da histórica

dicotomia entre conhecimento e realidade social, tão difundido no Serviço Social particularizado através do distanciamento entre formação e exercício profissional, sendo necessária a mediação entre as dimensões do concreto real e o conhecimento, através do método dialético fundado na teoria social crítica que orienta o Serviço Social e inscrita nas DC's:

> Argumenta-se que há uma nova lógica, inerente às diretrizes, que não permite a dicotomia entre o ensino teórico e o ensino prático em Serviço Social, pelo contrário, pauta-se em uma relação de auto-implicação entre ambos. Com isso, todas as disciplinas, tanto as de fundamentos quanto as que transmitem saberes interventivos, têm a responsabilidade de colocar o exercício profissional no centro de suas discussões, priorizando os conhecimentos necessários, a fim de desenvolver competências, habilidades e valores para a formação do perfil e qualificar os profissionais para responder às demandas. (GUERRA, 2005, p. 147)

Destacamos a importância do estágio enquanto componente curricular obrigatório e, que nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, adquire centralidade enquanto um dos momentos fundamentais de articulação entre conhecimento e realidade social, espaço pedagógico de síntese de múltiplas determinações, que contribui para a apreensão do real em sua totalidade e de desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o exercício profissional.

Enquanto espaço privilegiado de desenvolvimento da autonomia e da identidade em Serviço Social, deve estar presente a articulação dos fundamentos da profissão para a concretização da relação entre os conhecimentos teórico-metodológicos e as particularidades do concreto real, possibilitando através das contradições da realidade social, o desenvolvimento de estratégias de intervenção profissional, mediatizado pelos fundamentos da profissão. O estágio supervisionado "[...] possui significado ímpar no processo de capacitação para o exercício profissional do assistente social". (OLIVEIRA, 2009, p. 100).

1.4 Articulação dos fundamentos da profissão no estágio supervisionado curricular e os desafios contemporâneos

A profissão possui dimensões inerentes à sua constituição no mundo do trabalho que dão a sua totalidade histórica, social, política e ética. É a partir da compreensão dessas dimensões e dos fundamentos que a embasam que podemos superar sua fragmentação e realizar a defesa efetiva do projeto ético-político profissional e nele, o projeto de formação acadêmico-profissional, rompendo com a visão (des) formativa do mercado que a reduz, comumente, a um tecnicismo para atender aos seus interesses, tanto voltado para as

exigências do modo de produção capitalista, como também para garantir a sua reprodução social. Conforme nos coloca Guerra (2017, p. 51), essas dimensões são fundamentais para entender a profissão numa perspectiva de totalidade:

> Pela forma de inserção socioprofissional na divisão social e técnica do trabalho, o espaço reservado ao Serviço Social, como ramo de especialização do trabalho coletivo, é o de dar respostas, buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhe são colocadas, para que necessita de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica.

Neste sentido, ao aprofundarmos na compreensão crítica do nosso objeto de pesquisa, destacamos que a compreensão da profissão no mundo do trabalho, a defesa do projeto acadêmico-profissional e ético-político, ressalta a importância do estágio supervisionado como um dos elementos fundantes da efetivação das competências e habilidades para o trabalho profissional e para a construção da identidade a partir do desenvolvimento da autonomia, da criticidade e da criatividade ao contribuir para a relação indissociável entre formação e trabalho profissional, Unidade de Formação Acadêmica e Campo de estágio e entre teoria e prática, como nos coloca a Política Nacional de Estágio (PNE).

> [...] tais fundamentos teórico-metodológicos e direção ético-política refletem-se na produção acadêmica, na inserção social e política da categoria, nas lutas pela consolidação da democracia no Brasil, bem como nos investimentos na formação acadêmica, que vem exigindo constante aprofundamento intelectual e aperfeiçoamento das competências que envolvem o fazer profissional, comprometido com a formação generalista e humanista12, que recusa a fragmentação dos processos sociais e o seu descolamento da forma de produção capitalista. (ABEPSS, 2010, p. 10).

A apropriação do debate em relação aos fundamentos do Serviço Social é determinante na defesa da qualidade do estágio supervisionado, enquanto atividade curricular obrigatória, que supõe supervisão acadêmica e de campo, de forma direta e tem por objetivo oportunizar a aproximação com a realidade social, mediante a articulação dos conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, garantindo o processo dialógico de construção do conhecimento através da relação de ensinagem.

> O estágio destaca-se, então, como significativo processo de ensino-aprendizagem, não apenas para os (as) estagiários (as), como também os (as) assistentes sociais, sejam supervisores(as) de campo ou da academia, que, por meio do processo de supervisão, aprofundam o conhecimento acerca da realidade, ao realizarem, coletivamente, estudos teóricos, reflexões e discussões. (VASCONCELOS, 2009, p. 78)

A aproximação da profissão com diferentes aportes teóricos ao longo da história está intrinsecamente relacionada com a luta de classes em determinados contextos históricos, sociais, políticos econômicos e ideo-culturais. É importante se aprofundar historicamente nesses referenciais e no modo como a categoria tem se apropriado desses debates, pois é essa trajetória histórica da profissão que construiu os projetos profissionais das profissões no mundo do trabalho, principalmente do Serviço Social que tem como condição a dimensão interventiva e investigativa para sua operacionalização do mundo do trabalho, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Esse entendimento também se faz necessário para compreendermos como o conservadorismo se reatualiza no tempo presente, principalmente a partir da disputa de projetos profissionais no interior da categoria, resultado das próprias contradições do capitalismo e seus rebatimentos na profissão e nas condições de sua realização no mundo trabalho: nas diferentes políticas públicas enquanto mediação do trabalho e da formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS destacam essa importância ao imprimir a necessidade da construção de um perfil profissional a partir de uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que permita "a apreensão crítica do processo histórico como totalidade" (ABEPSS, 1996, p. 7) e nela compreendidas as particularidades da sociedade brasileira da profissão. Historicamente, a profissão tem se aproximado de diferentes referenciais, mas é necessário destacar que é pela apropriação da teoria social crítica que o Serviço Social encontrou sua maturidade acadêmico-científica e os fundamentos para a compreensão da complexidade da trama da realidade social:

> Se é na história que vão se gestar as condições de existência da profissão e os temas sobre os quais ela se indaga do ponto de vista teórico-metodológico e ético-político, somente apoiada numa concepção teórica capaz de fazer a crítica do existente é que a profissão pode dar o mergulho ontológico que lhe permite alcançar os seus fundamentos. Somente uma concepção de teoria social crítica e radical, como um conjunto de pressuposições que buscam captar o modo de ser e de se constituir dos processos sociais, a sua lógica a sua dinâmica de constituição (NETTO, 1986) é que permite à profissão superar a aparência do real cristalizada nos fenômenos. (GUERRA, 2004, p. 33-34)

A construção dos fundamentos se relaciona a determinados princípios e valores e matrizes teóricas que sustentam e instrumentalizam as bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, que contribuem para a materialização da direção

social da profissão dando as bases e ao mesmo tempo, alimentando as dimensões interventiva, investigativa, formativa, educativa e organizativa do Serviço Social.

Afirmamos que a direção social da profissão e seu projeto ético-político constroem as balizas para o projeto de formação profissional e demais dimensões da profissão, mas essas também apresentam elementos para a construção histórica e permanente da direção social da profissão a partir do desvelamento da dinâmica da realidade social, dando o caráter de em permanente construção do projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

É importante destacar que os fundamentos da profissão se configuram como eixo fundante da lógica curricular apresentada pelas DC's que norteiam o processo de ensinagem em Serviço Social. Isto significa que os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos devem perpassar todos os componentes curriculares construídos nos projetos pedagógicos do curso.

Procura-se articular o conhecimento com a realidade social, através de espaços que propiciam a aproximação com o trabalho profissional do (a) Assistente Social. Essas dimensões devem ser articuladas através dos núcleos de fundamentação que balizam todo o processo formativo, que "[...] congregam um conjunto de conhecimentos necessários, em diferentes níveis de abstração, à do trabalho do assistente social na sociedade presente". (IAMAMOTO, 2008, p. 277)

Destacamos o estágio supervisionado enquanto componente curricular obrigatório, considerado espaço de mediação no processo de ensinagem, articulando conhecimentos e recursos pedagógicos que permitem realizar a apreensão crítica da realidade social. Crítica esta, mobilizadora de estratégias através de competências e habilidades necessárias para a intervenção profissional.

> [...] é parte integrante e essencial na formação do assistente social. É lócus apropriado onde o aluno estagiário treina o seu papel profissional, devendo caracterizar-se, portanto, numa dimensão de ensinagem operacional, dinâmica, criativa, que proporcione oportunidades educativas que levem à reflexão dos modos de ação profissional e de sua intencionalidade, tornando o estagiário consciente de sua ação. (BURIOLLA, 2001, p. 79).

O estágio supervisionado enquanto espaço privilegiado de desenvolvimento da autonomia, do compromisso ético-político e de construção da identidade profissional, se fundamenta a partir da inserção do (a) estagiário (a) no espaço sócio-ocupacional, contribuindo para a compreensão do lugar que ocupa o Serviço Social na sociedade capitalista

e o profissional enquanto sujeito social e político, capaz de se articular na construção de respostas críticas e propositivas que têm como norte um projeto emancipatório.

Partiremos das contribuições de Oliveira (2009) em relação aos elementos significativos do estágio, para apresentar nossa análise em relação à articulação dos fundamentos da profissão no estágio supervisionado. A autora destaca a legalidade, a legitimidade, os diferentes sujeitos – partícipes desta atividade acadêmica – e a construção de uma nova lógica curricular e de princípios como a legalidade, a legitimidade e a construção de uma nova lógica curricular.

Partimos da compreensão da dimensão que o estágio curricular nas DC's, que o reconhecem como parte do processo de ensinagem, configurando como atividade pedagógica que tem como objetivo capacitá-lo para o exercício profissional, o que supõe a articulação do conhecimento (teórico-metodológico, técnico-operativo) com a realidade social, com uma intencionalidade que está relacionada ao projeto profissional construído coletivamente (ético-política).

> [...] atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 71).

Para a autora, o estágio não deve ficar circunscrito a uma disciplina, de forma fragmentada, isolada e pulverizada, mas configura-se como temática transversal, relacionando com os núcleos de fundamentos da profissão e os conhecimentos teórico-metodológicos necessários para a intervenção profissional, através da decodificação da realidade social e de suas múltiplas determinações:

> Trata-se de temática transversal, que deve ser de responsabilidade do corpo docente formado, no caso, pelos assistentes sociais, que, por sua vez, deve estar presente sobretudo no desenvolvimento dos conteúdos programáticos das disciplinas que compõem o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, numa mediação entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o exercício profissional. (OLIVEIRA, 2009, p. 103)

Os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos dão concretude ao projeto de formação profissional, contribuindo para construção do arcabouço

científico e profissional da categoria, a partir de referenciais teórico-metodológicos alicerçados na tradição marxista, articulando as três dimensões (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa) que se inter-relacionam e dão materialidade a formação e o exercício profissional em Serviço Social, rompendo com práticas burocratizadas, estéreis e conservadoras da profissão:

> A apropriação dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, ético e políticos, atrelados à aquisição de novos saberes, tem como parâmetros os princípios e os fundamentos ético-políticos do projeto profissional na articulação entre as três dimensões (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa), as quais, imbricadas, materializam a atividade profissional. (LEWGOY, p.154-155).

A necessária relação dos fundamentos no estágio supervisionado fornece elementos para o desenvolvimento do rigor teórico-metodológico na compreensão crítica da realidade social e sua dinâmica, instrumentalizando o estagiário para apreensão do processo histórico em sua totalidade e o desenvolvimento de competências e habilidades alicerçadas numa postura profissional condizente com sua direção social: "a competência ético-política. Produto da formação e do exercício profissional, situada na sociedade real em que vive como profissional, implica diálogo crítico e rigoroso entre teoria e realidade". (LEWGOY, p.159).

Em relação aos diferentes sujeitos partícipes desta atividade acadêmica, Oliveira (2009), destaca a importância do supervisor de campo na socialização e reflexão em relação ao conhecimento específico da área em que o trabalho profissional é desenvolvido, considerando que a "mediação deste saber produzido, alicerçado nos fundamentos teórico-metodológicos, é fundamental no processo de capacitação profissional do estudante de Serviço Social". (OLIVEIRA, 2009, p. 106).

Em relação ao supervisor acadêmico, enquanto "[...] docente responsável pela reflexão teórico-metodológica das questões pertinentes ao exercício profissional cotidiano, emergentes da realidade social e de seus desdobramentos", coloca como uma de suas atribuições "[...] identificar carências teórico-metodológicas e técnico-operativas do estagiário e contribuir para sua superação, desenvolvendo um exercício reflexivo sobre seu processo de formação profissional (relação teoria-prática)". (OLIVEIRA, 2009, p. 106).

Nesse processo, cabe ao estagiário enquanto sujeito do seu processo de ensinagem, realizar a reflexão crítica da realidade social, procurando utilizar as mediações entre o conhecimento e a realidade social e contribuir para o processo de construção coletiva dessa atividade pedagógica através da troca entre os sujeitos inseridos no processo de supervisão.

Dessa forma, o estágio curricular é espaço de legitimação da profissão enquanto momento de relação e síntese entre teoria e realidade social, de afirmação de competências e habilidades construídas ao longo do curso e de construção da identidade profissional a partir de uma nova lógica curricular que está assentada nas DC's.

O estágio supervisionado curricular obrigatório adquire um novo patamar e dimensão na formação profissional, principalmente a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 e mais recentemente com a Política Nacional de Estágio – PNE (2010).

> O estágio supervisionado curricular em Serviço Social possui significado ímpar no processo de capacitação para o exercício profissional do assistente social e seu estudo se configura como temática central no fórum de debates sobre a formação profissional, sobretudo no momento contemporâneo. (OLIVEIRA, 2009, p. 100).

Sua apropriação pela categoria ainda é um processo contraditório e tensionado, pois envolve as condições de trabalho e formação profissional em sua totalidade histórica, social e político-econômica.

> O estágio, conforme mostra a história na educação superior brasileira, é uma categoria histórica e determinada que vem sendo construída ao longo do processo de formação nos mais diferentes cursos. Assim, como uma dimensão histórica, ele foi adquirindo e estabelecendo possibilidades diversas, conforme as áreas do conhecimento. É um dos elementos responsáveis, mas não o único, pela aprendizagem da dinâmica da realidade profissional e social pelos estudantes, isto é, articulação entre os conhecimentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão. (RIBEIRO, 2009, p. 84).

Hegemonicamente, o estágio supervisionado é defendido pela categoria na perspectiva da formação profissional crítico e competente, como atividade que deve propiciar um espaço de desenvolvimento de competências, habilidades para o trabalho profissional, através da aproximação com o exercício profissional mediante supervisão acadêmica e de campo, o que supõe planejamento pedagógico.

Ele está presente no projeto pedagógico do curso e deve contribuir para o desenvolvimento da autonomia e da criatividade do (a) estagiário (a), a partir da inserção na trama das relações sociais e como essas se expressam no trabalho do (a) Assistente Social, compreendendo esse espaço como um complexo social de múltiplas determinações, onde se relacionam diversos sujeitos, como as UFA's, as instituições campo de estágios no processo formativo, entre outros: Unidade de Formação Acadêmica (UFA's), supervisores (as) de campo e acadêmico (a), estagiário (a), comunidade acadêmica, instituição em que se insere o

(a) Assistente Social no exercício da supervisão de campo, as condições de trabalho, as configurações das políticas públicas e os processos conjunturais e societários mais amplos.

Esses elementos contribuem para que o (a) discente, na condição de estagiário (a), apreenda as determinações do mundo do trabalho e das particularidades do exercício profissional e as formas de respostas profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. É importante destacar, que as formas de respostas não são somente individuais, como profissionais, mas também coletivas, enquanto parte da categoria, enquanto sujeito político, que problematiza, cria estratégias e se posiciona através dos seus órgãos representativos. Dessa forma, a complexidade do trabalho profissional relaciona todos esses aspectos com o conhecimento apreendido no decorrer da formação profissional em um processo dialético, em que o conhecimento ilumina a realidade profissional e essa apresenta elementos para enriquecer a teoria numa perspectiva de totalidade.

Dessa forma, o estágio é espaço de desenvolvimento da autonomia, da criatividade, de competências, habilidades e de síntese de múltiplas determinações, no qual o(a) estagiário(a) através da supervisão direta, tanto acadêmica e de campo, pode analisar criticamente o cotidiano profissional para além das aparências, elucidando potencialidades e compreendendo as atribuições e competências profissionais a partir do Código de Ética profissional, da Lei de Regulamentação da Profissão e demais normativas e arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que embasam a profissão em sua totalidade.

Apesar de não ser o único espaço no processo de formação profissional que deve proporcionar a aproximação do (a) discente com a realidade social, podemos afirmar que é a única que preconiza como condição para sua realização, a articulação dos três sujeitos partícipes de processo de supervisão: estagiário (a), supervisor (a) de campo e acadêmico (a).

E, enquanto espaço de síntese da relação entre conhecimento e realidade social, trabalho e formação, teoria e exercício profissional, é fundamental a apreensão crítica do processo histórico da constituição da profissão no mundo do trabalho, as aproximações da categoria de outros referenciais teóricos, para não incorrer no risco de repetir o passado e reproduzir o velho dilema que na prática a teoria é outra, ou se apropriar de conhecimentos que possuem outros vieses de análises, sejam eles positivistas, fenomenológicos, ou até mesmo pós-modernos, que atualmente perpassam a produção acadêmico-científica e o trabalho profissional.

Santos (2006) destaca que esse distanciamento entre teoria e realidade social está relacionado com as defasagens da formação acadêmico-profissional e nelas compreendido o estágio supervisionado, que tem como seus princípios a indissociabilidade entre teoria e

prática, supervisão de campo e acadêmica e a unidade entre formação e trabalho profissional. Esses desafios são reflexos do desmonte dos direitos sociais e da precarização das condições de trabalho, rebatendo na formação acadêmico-profissional no mundo do trabalho.

> Nesse sentido, enfatizo que não há uma dicotomia entre teoria e prática, mas uma ausência de comunicação entre academia e supervisores de campo, entre academia e campos de estágio. Há uma incompreensão, por parte dos profissionais supervisores de campo e demais, de seu papel na formação profissional; há uma desarticulação entre formação e exercício profissional e entre disciplinas e prática profissional. Cabe à universidade contribuir para que os profissionais originários dela não se afastem, mas retornem a ela, agora de forma diferenciada, também como formadores e informadores. (SANTOS, 2006, p. 233).

O caminho a ser percorrido é o da defesa do projeto ético-político e do projeto de formação acadêmico-profissional que está no seu bojo. O que pressupõe apreensão crítica do processo histórico em sua totalidade, em suas dimensões de universalidade e singularidade enquanto totalidade histórica e dialética. Para isso, é necessária a apropriação do aporte teórico marxista e marxiano, historicamente defendido pela categoria, e do método que esse referencial nos coloca. É esse aporte que fundamenta teórico-metodologicamente a profissão, nos dá elementos para a defesa ético-política do projeto profissional nos diferentes espaços e nos instrumentaliza técnico-operativamente para o exercício profissional. Nesse processo, o estágio supervisionado tem uma importante contribuição, conforme preconizado pelas DC's de 1996, na superação da dicotomia entre "teoria e prática":

> Assim, um dos desafios na lógica da supervisão direta, para que não se reproduza essa dicotomia, é que ambos os supervisores entendam que as dimensões históricas, ética, técnico-política e teórico-metodológica vão sendo gradativamente apropriadas pelos alunos durante o desenvolvimento das disciplinas, entre elas o estágio das demais atividades complementares. (LEWGOY, 2016, p. 135).

Um dos saltos qualitativos das DC's da ABEPSS está na construção de um perfil profissional. E nessa perspectiva, o estágio tem uma importante contribuição, conforme nos coloca Guerra (2016, p. 105):

> É aqui que vai sendo forjado um perfil de profissional, uma atitude investigativa que será melhor moldada na academia, pela própria natureza desse espaço, mas que recebe do estágio o impulso que vem da realidade institucional que nos convoca o tempo todo e todo o tempo para decifrá-la.

O desenvolvimento da autonomia através do estágio supervisionado é a capacidade de o (a) estagiário (a) participar de todo processo formativo, principalmente na participação na

elaboração do plano de estágio, nos processos de supervisão e de suspensão e crítica do cotidiano e do trabalho profissional, elaborando formas de entendimento da realidade cada vez mais complexas, articulando todo conhecimento apreendido ao longo do curso e apreendendo as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas fundamentais para seu exercício profissional:

> A apropriação dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos, atrelados à aquisição de novos saberes, tem como parâmetros os princípios e os fundamentos ético-políticos do projeto profissional na articulação entre as três dimensões (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa), as quais imbricadas, materializam a atividade profissional. (LEWGOY, 2009, p. 154-155).

Destaca-se a importância da defesa do estágio supervisionado a partir projeto de formação acadêmico-profissional defendido pela categoria e materializado pelas DC's da ABEPSS, sendo o momento "ímpar no processo de capacitação para o exercício profissional do assistente social e seu estudo se configura com temática central nos fóruns de debate sobre formação profissional, sobretudo no momento contemporâneo". (OLIVEIRA, 2009, p. 100).

A formação acadêmico-profissional em Serviço Social é dinâmica, contraditória e tensionada pelas lutas sociais. Essa característica está na própria condição da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, que se insere na divisão sócio, técnica, cultural, de raça, classe, etnia e gênero do trabalho[12].

> O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – *ainda que desenvolvendo uma autorepresentação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e de sua vontade* – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. [...] marca a profissionalização: precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias alheias às matrizes originais das protoformas do Serviço Social é que os agentes se profissionalizam. (PAULO NETTO, 2011, p. 71-72, grifos do autor).

As transformações societárias rebatem nas condições de trabalho das/os Assistentes Sociais e da população usuária dos serviços sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, refletindo em suas formas de sobrevivência, de luta, organização e formação da sua consciência de classe e de resistência.

[12] Aqui compreendemos a divisão sociotécnica do trabalho em uma dimensão de totalidade, numa perspectiva crítica, onde as determinações de raça, gênero, etnia, classe e cultural são inerentes, estão na lógica da exploração da força de trabalho. Esta racionalidade do trabalho reproduz a desigualdade social que é ontológica a sociabilidade capitalista e que sustenta a reprodução social e acumulação de capital.

É a aproximação da categoria dos movimentos sociais, entre eles estudantis, sanitaristas, de luta pela terra, moradia, movimento negro, LGBQIAP+ e dos debates progressistas nas universidades – enquanto profissão que produz conhecimento a partir da realidade social em que atua e que se movimenta[13], que irá direcionar seu estatuto ao longo dos anos. Esses movimentos estão em constante transformação, mas trazem no seu bojo a luta orgânica da classe trabalhadora, particularizando-se de acordo com os segmentos e grupos sociais que apoiam, como a questão de raça, etnia e gênero.

Esta configuração do trabalho apresenta múltiplas determinações para o trabalho e a formação acadêmico-profissional em Serviço Social, na sua (re)produção nas relações capitalistas de produção, tanto na garantia da sua legitimidade, enquanto profissão, no seu estatuto, forma de organização acadêmico-profissional, ético-política e técnico-operativa, como nas formas de respostas às demandas da população nas diferentes políticas públicas, sendo essa uma das mediações necessárias na garantia dos direitos sociais.

A partir dessas premissas, apresentaremos a importância e atualidade do debate da formação acadêmico-profissional em Serviço Social, a partir da centralidade dos princípios e pressupostos das Diretrizes Curriculares destacando sua dimensão dialética e dinâmica, inerente à própria constituição da profissão no mundo do trabalho, que por ser interventiva é precedida da dimensão investigativa, formativa, organizativa e educativa e se alicerça nos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão.

A articulação dessas dimensões parte do entendimento da profissão enquanto um complexo social, dinâmico, dialético e contraditório, que ao se inserir na dinâmica do real, reproduz suas contradições a partir da formação e do trabalho profissional que tem no projeto ético-político suas bases fundantes, sendo esse projeto tensionado cotidianamente pelas lutas sociais entre as classes e como a categoria se posiciona frente à luta de classes.

O debate dos fundamentos é essencial para ampliar a análise da profissão em sua totalidade e fortalecê-lo em direção dos valores e princípios elucidados pelas normativas ético-políticas para a formação e o trabalho profissional, na defesa do projeto acadêmico-profissional em Serviço Social frente a disputas de hegemonias na categoria, que se traduz em projetos de profissão que sustentam projetos de formação, o que define o perfil profissional que direciona os rumos da profissão. Essa disputa de projetos está ancorada em contradições

[13] O sentido aqui de movimentar-se, refere a capacidade organizativa da profissão de compor com movimentos sociais e políticos que coadunam com os objetivos, princípios e valores, emancipatórios ou não, de projetos societários revolucionários ou contrarrevolucionários, dependendo do momento histórico e da própria dinâmica da sociedade. Podemos citar vários projetos contrarrevolucionários, que atualmente, atravessam a profissão, como o conservadorismo, o fascismo e teorias que não são de bases marxistas como o pós-modernas.

de condições de trabalho, projetos de educação e de formação acadêmico-profissional em sua totalidade (enquanto formação permanente).

> Cabe assinalar que o núcleo central do debate brasileiro contemporâneo sobre Fundamentos se estrutura a partir de um determinado modo de entender a profissão, à luz da Teoria Social Marxiana, no âmbito das relações sociais constitutivas da ordem capitalista, consideradas as particularidades de sua condição periférica e que supõe: - uma abordagem da história a partir das classes sociais e de suas lutas, entendendo as diversas manifestações da "questão social" e as suas estratégias de enfrentamento, como âmbito privilegiado da intervenção profissional. - uma apreensão da realidade totalizante, ontológica e em movimento contraditório que apreende o ser social a partir de determinações e mediações. (YAZBEK, 2020, p. 294).

As DC's têm como norte o projeto de formação profissional defendido pela categoria, em um movimento histórico, contraditório e de diversas tensões para a profissão, em que diversos projetos societários em disputa tensionaram a profissão no mundo do trabalho. Afinal, "é somente na intercorrência do conjunto de processos econômico-políticos e teórico-culturais que tangeciamos nas seções precedentes que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão". (PAULO NETTO, 2011, p. 69).

Neste contexto, a formação acadêmico-profissional encontra nas DC's, as bases através de princípios, valores e principalmente, através de uma determinada lógica curricular e perfil profissional, para o enfrentamento desses desafios e a defesa do projeto de formação em Serviço Social.

Conforme destacado anteriormente, as Diretrizes estão em constante movimento, ao se inserir no debate contemporâneo da categoria e a defesa dos princípios do Código de Ética Profissional e da lei de regulamentação da profissão[14]. Elas são as balizas do projeto de formação profissional em Serviço Social:

> Os pilares que oferecem sustentação a esse projeto profissional do Serviço Social, quais sejam, a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e as Diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, manifestam a hegemonia desse novo projeto – que não é o único na profissão – e refletem uma concepção de profissão construída a partir de uma determinada visão de teoria e prática: a marxista. (SANTOS, 2006, p. 196).

[14] Comemora-se 30 anos da lei de regulamentação da profissão e do Código de Ética profissional: "A Lei 8.662/1993 substituiu a legislação que vigorava desde 1957. A renovação da Lei de Regulamentação da Profissão definiu com maior precisão as atribuições e competências profissionais de assistentes sociais e contribuiu para posicionar o Serviço Social em um patamar crítico e qualificado no atendimento à população usuária diante das expressões da questão social, no planejamento de políticas, programas e projetos sociais e na articulação com os movimentos sociais e demais espaços de lutas por direitos humanos e uma seguridade social ampliada. (CFESS, 2023, *online*).

Procurando através de fóruns da ABEPSS, de eventos como Encontro Nacional de Pesquisadores(as) de Serviço Social (ENPESS), o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e outros eventos nacionais e internacionais organizados pelas diferentes Unidades de Formação Acadêmica (UFA's) e principalmente dos fóruns de revisão curricular, atualizar a formação profissional das lutas cotidianas, defendendo uma formação permanente levando essas discussões para as DC's não como elementos em determinados momentos do projeto pedagógico, mas como constituinte da própria lógica curricular da formação acadêmico-profissional.

Neste sentido, é essencial a apropriação dos fundamentos da profissão no âmbito da graduação e pós-graduação, para a compreensão crítica, aprofundada dos aportes teórico-metodológicos, ético-política e técnico-operativa, para o real entendimento do direcionamento da profissão na atualidade, o fortalecimento da matriz teórica historicamente defendida e apropriada pela categoria e a articulação entre as dimensões téorico-metodológica, com a ético-política e a técnico-operativa, superando o suposto abismo entre formação e trabalho profissional, e entre teoria e realidade social.

Nessa perspectiva, o estágio supervisionado diante da dimensão interventiva e investigativa se configura como um dos elementos de síntese pedagógica dessa articulação entre conhecimento e realidade social, mediante supervisão sistemática e planejada.

Destaca-se neste sentido, a importância das DC's de 1996, que configura enquanto síntese desse projeto de formação acadêmico-profissional, que se alicerça em projetos societários mais amplos. As Diretrizes ao balizar a formação em Serviço Social preconizam um perfil profissional crítico e competente, que se ancora em valores humano-genéricos, que se sustentam e se afirmam a partir da teoria social crítica marxista e marxiana que coloca elementos para a compreensão da realidade social em sua totalidade. Ao analisar a sociabilidade capitalista a partir do seu modo de produção e reprodução social, de acumulação e exploração da classe trabalhadora, permite a construção de valores que busquem a emancipação humana e a sua superação.

O estágio supervisionado enquanto atividade curricular obrigatória, nesta perspectiva, configura-se como um dos elementos centrais da formação acadêmico-profissional, ao contribuir para a articulação entre a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, mediante a supervisão sistemática, direta e programada pedagogicamente pelos sujeitos significativos desse processo: supervisor(a) de campo, estagiário(a) e supervisor(a) acadêmico(a).

> A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. (ABEPSS, 1996, p. 13)

Esta tríade é fundamental para que o estágio ocorra enquanto atividade pedagógica inserida no processo formativo que permita desvelar a realidade social através do conhecimento apreendido ao longo do processo formativo e, a partir do desenvolvimento da autonomia e de competências exigidas pelo Código de Ética de 1993 e Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93), construir respostas que sejam críticas propositivas e criativas, que contribuam para a efetivação dos direitos sociais, a plena expansão dos sujeitos sociais e luta pela emancipação política e humana, enquanto classe social.

Ou seja, o estágio supervisionado é a atividade mais privilegiada no processo formativo por possibilitar a articulação de três sujeitos no processo pedagógico, através da supervisão. E ao inserir o(a) estudante, enquanto estagiário(a) no campo de estágio, buscando contribuir para sua formação, exige que seja uma atividade planejada pedagogicamente por meio do plano de estágio, devendo estar em consonância com o projeto pedagógico do curso, em que devem constar os objetivos que busquem compreender as atribuições, competências, as condições de trabalho e as formas de respostas da profissão; a profissão em sua totalidade, enquanto modo de ser e nos espaços em que se insere.

Os fundamentos, princípios e diretrizes que sustentam a profissão na contemporaneidade, em suas dimensões ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa, organizativa, interventiva, investigativa, formativa e educativa são produto da organização política do Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação que, em um contexto latino-americano, e resguardadas as particularidades da conjuntura brasileira, culminou na década de 1980, em uma profissão com um novo estatuto, que criou as balizas para construção de todo arcabouço que sustenta as normativas ético-legais, a produção do conhecimento e organização política da profissão, que dão materialidade ao projeto ético-político que fundamenta o trabalho e a formação acadêmico-profissional em Serviço Social a partir do processo de renovação da profissão.

> Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de

> legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2008, p. 131)

Demarcamos a importância da historicidade para avançarmos e aprofundar a análise em relação às DC's de 1996 e demais normativas que dão sustentação ao projeto de formação profissional em Serviço Social, para imbuir a profissão dos elementos fundamentais para a compreensão da profissão no tempo presente e seu compromisso com a luta da classe trabalhadora, os acúmulos e avanços da profissão, os desafios e contradições, e principalmente, o seu movimento ao longo da história.

É este movimento contraditório, que reafirma o lugar das Diretrizes Curriculares no Serviço Social, sua dinamicidade, assentada em uma nova lógica curricular, que procura apresentar a crítica ao projeto de formação burguês em sua totalidade a partir de elementos que se renovam na nossa sociedade e das transformações do mundo do trabalho, e seus rebatimentos na formação e no trabalho profissional.

O avanço do conservadorismo e suas expressões no Serviço Social, onde temos como exemplo, o Serviço Social libertário, demonstrando a necessidade de aprofundar o debate em relação aos fundamentos da profissão e da hegemonia e legitimidade do projeto ético-político e suas contrições para a formação acadêmico-profissional permanente na profissão.

Afinal, não podemos abordar o projeto ético-político somente a partir do contexto histórico do seu surgimento, mas compreendê-lo, como direção social, fundamentada por uma determinada visão de mundo, crítica e radical da sociedade capitalista, a partir de projetos societários em disputa na sociedade e na profissão, sendo dessa forma, uma profissão dinâmica, contraditória e dialética. Boschetti (2015) realiza uma análise crítica do conservadorismo na sociedade e apresenta algumas reflexões para entender seus rebatimentos na formação e no trabalho profissional em Serviço Social:

> Considera-se aqui que o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional. Por vezes explícita, por vezes implicitamente, sempre esteve presente, e também não é uma exclusividade do Serviço Social. Defende-se, portanto, que o conservadorismo não é um traço exatamente novo e atual que distanciaria uma "base" conservadora de assistentes sociais de uma suposta "vanguarda" progressista. O que orienta essas reflexões é uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor. (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

Encabeçar o projeto de formação acadêmico-profissional está na agenda político-acadêmica da ABEPSS, sendo um debate permanente e constante, procurando fortalecer e resistir frente os ataques à educação brasileira. Muito mais que realizar sua defesa, a ABEPSS tem protagonizado fóruns e reuniões ampliadas procurando problematizar e avançar na construção da lógica curricular dos cursos de Serviço Social, orientando os projetos pedagógicos dos cursos, a partir das demandas da classe trabalhadora e o avanço nas produções acadêmicas e científicas e dos eventos da categoria em relação às lutas da classe trabalhadora e dos temas que têm atravessado o debate contemporâneo em Serviço Social, entre eles destaca-se: a luta antirracista, antissexista, anticlassista, antipatriarcal, e sobretudo anticapitalista.

Esse movimento da categoria demonstra o compromisso ético-político com a classe trabalhadora e o amadurecimento político, acadêmico e científico da categoria, através das produções da área no âmbito da graduação e da pós-graduação e através dos eventos significativos da categoria. Destaca-se o Encontro Nacional de Pesquisadoras/es de Serviço Social (ENPESS) e o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) que tem articulado a profissão, fortalecendo sua organização política e mobilizado na construção de propostas para a formação acadêmico-profissional que articule ensino, pesquisa e extensão com os movimentos sociais e as luta da classe trabalhadora.

CAPÍTULO 2 Política Nacional de Estágio em Serviço Social: avanços, desafios e significados.

Neste capítulo, objetivamos aprofundar ainda mais os elementos da PNE destacando o contexto que se deu sua construção frente os desafios do mundo do trabalho e principalmente da contrarreforma do Estado; a disputa por projetos de educação e de formação profissional em curso na sociedade brasileira frente o direcionamento da profissão a longo do seu contexto histórico. Destaca-se que estes desafios foram impulsionadores para a construção da PNE com o protagonismo da ABEPSS, como também ainda permeiam e estão nos debates da categoria na defesa da qualidade da formação acadêmico-profissional.

Neste sentido, abordaremos três aspectos fundamentais relacionados à PNE: a contextualização da sua construção, sinalizando os desafios apontados pelos (as) autores que estudam a temática. No segundo momento, aprofundaremos os princípios e diretrizes da Política, seus avanços e contribuições na materialização do estágio e da supervisão, como estratégias da defesa da sua qualidade e de superação dos desafios apontados pela categoria.

E no terceiro momento, destacaremos as contribuições e o papel da ABEPSS nesse processo, enquanto entidade representativa da categoria que tem defendido o projeto de formação acadêmico-profissional e sendo importante protagonista na resistência ético-política da profissão, fortalecendo a luta da categoria e reafirmando cotidianamente a direção social da profissão e perfil profissional defendido coletivamente pela categoria. O protagonismo da ABEPSS na defesa da formação em Serviço Social tem representado o esforço coletivo da categoria enquanto resistência e enfrentamento da ofensiva conservadora e neoliberal do capital e seu projeto de educação e de formação, reafirmando a luta histórica da categoria em direção do projeto ético-político profissional.

2.1 O estágio supervisionado a partir dos órgãos representativos da categoria: normativas e estratégias em sua defesa

O amadurecimento acadêmico-científico e profissional do Serviço Social desde sua gênese e principalmente a partir da década de 1960 com o processo de redemocratização do país, levou naquela quadra, a busca pela renovação da profissão, que contribuiu através da sua capacidade organizativa, para a construção de uma direção social que está materializada nos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnicos-operativos da profissão, que tem na aproximação com a tradição marxista, o referencial teórico para a construção da

direção social e do conhecimento sobre a natureza da profissão e da questão social, enquanto objeto de intervenção profissional.

As normativas e instrumentos construídos no campo do exercício e da formação profissional são estratégias de luta política, de resistência e de enfrentamento ao projeto capitalista de educação e a toda sua lógica destrutiva enquanto sociabilidade assentada na divisão de classes, na apropriação dos meios de trabalho e da riqueza socialmente produzida e da desigualdade social estrutural que está na lógica de sua reprodução social. Ou seja, é uma profissão que se insere no mundo do trabalho e, a partir das suas contradições, cria e se recria frente à realidade social, procurando materializar seu projeto ético-político, enquanto direção da profissão vinculada a um projeto societário maior, pertencente à classe social na qual faz parte, a classe trabalhadora, enquanto classe historicamente revolucionária.

A partir desse direcionamento da profissão, a articulação da formação com o exercício profissional, procurando a relação entre conhecimento e realidade social, torna-se uma das preocupações da categoria, exigindo a necessidade de um perfil profissional com competências e habilidades necessárias para intervenção competente e antenada com as mudanças no mundo do trabalho e que se expressa nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social.

Esta problemática está no centro do debate da categoria em busca da unidade da teoria e prática em Serviço Social, da sua práxis profissional, ao articular a formação com exercício profissional, a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo e da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Este desafio é aprofundado e está nas reflexões da Política Nacional de Estágio (PNE), sinalizando a sua importância na efetivação da relação entre formação e exercício profissional, que tem no estágio supervisionado, um dos espaços de sua síntese.

Surge dessa forma, a necessidade de construção de propostas de intervenção críticas e criativas que sejam capazes de decifrar a realidade em sua totalidade histórica, social, econômica e cultural para além dos aspectos imediatos que se expressam os fenômenos na cotidianidade da vida social e suas particularidades no trabalho profissional dos Assistentes Sociais, é eixo fundante do projeto de formação profissional em Serviço Social.

Nesta perspectiva, pensar a formação crítica, competente e de qualidade se configura como desafio contemporâneo da profissão principalmente diante do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e os redirecionamentos das políticas públicas e sociais, principalmente no campo da educação, cuja materialização se encontra através das contrarreformas do Estado brasileiro, orientado pelas políticas neoliberais.

Esta direção sustenta a compreensão radical da realidade social e das estratégias que a profissão tem construído coletivamente na direção social demarcada historicamente e que tem direcionado o perfil profissional que se almeja construir, principalmente a partir das DC's e mais recentemente, a construção coletiva da PNE.

Esta análise crítica é fundamental para a efetivação do projeto ético-político elucidado, diante da necessidade de aprofundamento no movimento dialético da realidade social, procurando apreender os mecanismos de dominação e exploração da força de trabalho e suas contradições, para que o profissional consiga desenvolver sua capacidade de "decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano". (IAMAMOTO, 2008, p. 20).

Frente às contrarreformas do ensino e às condições de vida e de trabalho dos discentes e docentes dos cursos de Serviço Social pelo país, torna-se necessário pensar e repensar as formas de materialização dos princípios profissionais no processo formativo em Serviço Social, problematizando se as estruturas, os currículos e os componentes curriculares dos cursos, conseguem atender as mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos na realidade social que se expressa no espaço de trabalho do assistente social e se, ao mesmo tempo, apresenta respostas diante da realidade dos discentes e docentes no curso de Serviço Social, respostas profissionais estas que vão ao encontro do projeto ético-político profissional, fazendo contraposição ao projeto mercadológico, tecnicista e aligeirada, hegemônico. Ao mesmo tempo em que consegue responder essas demandas e preservar a qualidade da formação profissional em consonância com as DC's e com o direcionamento político da PNE.

A crise capitalista encontra como forma de saída, a contrarreforma do Estado que passa a ser orientada pelo ideário neoliberal, que a partir da década de 1990, se intensifica, mas que tem sua gênese a partir da década 1970, com o desmonte do Estado, o desfinanciamento da política pública, as contrarreformas na saúde, educação e previdência, como as principais políticas a serem atacadas. A crise sanitária e econômica se realiza em um contexto que avança o conservadorismo, atrelada a uma política genocida do atual governo, que submete o país à subalternidade dos países dominantes e ao capital internacional.

Destacamos como retrocesso, a aprovação da Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos na área da saúde, educação e assistência social, por vinte anos, configurando um ataque aos direitos sociais e a fragilização do pacto social, na garantia de patamares civilizatórios de reprodução social. Esta estratégia está dentro do pacote de reajuste fiscal orientada pelo ideário neoliberal, que tem no capital financeiro e bancário, suas bases de acumulação capitalista, reafirmando a máxima do capital: a acumulação e a concentração de

riquezas estão acima da vida. Neste contexto, presenciamos que a ofensiva conservadora toma contornos expressivos na realidade brasileira, fomentando práticas obscurantistas, preconceituosas, racistas, LGBTQIAP+fóbicas. Discursos e práticas violentas são naturalizados e ganham legalidade no cenário contemporâneo, justificando violências de diversas naturezas, em nome de uma suposta liberdade de expressão, que oprime, oculta a desigualdade social de raça, classe, gênero etnia, cultural e econômica, legitimando a morte da população que historicamente é invisibilizada pela nossa sociedade.

Este cenário coloca diversos desafios e ataques para a consolidação da formação (e nela o estágio supervisionado) de qualidade na formação profissional em consonância com o perfil preconizado pelas DC's. Os ataques se dão no campo da formação profissional, frente aos projetos de educação em disputa na nossa sociedade, nas condições de vida da classe trabalhadora, público das políticas sociais, majoritariamente atendida pelo Serviço Social e nas formas de respostas da categoria as expressões da questão social, que por se caracterizar como uma profissão interventiva, dependem de condições objetivas e de recursos para atender as demandas da classe trabalhadora, que é viabilizada por meio de serviços, políticas públicas e sociais, programas e projetos.

Dessa forma, analisaremos criticamente a apropriação da PNE pelas Unidades de Formação Acadêmicas – UFA's, procurando compreender qual o entendimento dessas Unidades em relação aos seus princípios e como esta tem norteado a formação profissional através do projeto pedagógico do curso, nos componentes curriculares e na grade curricular dos cursos, assim como na forma como o estágio é articulado e materializado nas diversas atividades acadêmicas a partir das contribuições da PNE. Também propomos conhecer a avaliação dos coordenadores de curso e órgãos responsáveis para a efetivação do estágio supervisionado em relação à PNE.

Temos como objetivo compreender quais os rebatimentos da Política Nacional de Estágio para a efetivação do estágio, a partir da análise dos sujeitos significativos e históricos que compõem este processo, frente ao contexto atual de contrarreforma do Estado e seus rebatimentos no ensino superior, que se insere na crise da sociedade capitalista e se particulariza na crise sanitária, política e econômica e dos processos civilizatórios na nossa sociedade. É importante analisar quais as possibilidades de construir propostas e estratégias na formação acadêmico-profissional de qualificação do estágio supervisionado e de enfrentamento dos desafios presentes, principalmente no contexto da pandemia de COVID-19, que agravou os desafios para a formação profissional, e nela compreendida o estágio

supervisionado, ao passo que também apresentou novas determinações com o ensino remoto, o risco à vida entre outras.

A década de 1990 sinalizou um período de grandes avanços para o Serviço Social: em 1993, temos a aprovação do Código de Ética mediante a revisão dos códigos anteriores e a aprovação da lei de regulamentação da profissão, lei 8.662 de 1993, com alterações a partir da lei 12.317 de 2010 que dispõe sobre a duração do trabalho profissional do Assistente Social, reduzindo a carga horária para 30 horas, significando um avanço qualitativo na defesa do trabalho profissional e representa a capacidade organizativa e combativa da categoria.

No campo da formação profissional, temos a construção das DC's em 1996, que vêm trazer novos parâmetros para a formação em Serviço Social e colocam a centralidade do estágio supervisionado no processo de ensinagem sob uma nova ótica. Frente a esses marcos legais, que se intensifica o debate na categoria em torno da formação e do exercício profissional em Serviço Social, surgindo a necessidade da construção de um perfil de assistente social atento às mudanças do mundo do trabalho e em consonância com o Projeto ético-político da categoria.

Destacamos essas normativas, pois elas se inserem dentro do projeto de formação e exercício profissional que tem no projeto ético-político, o horizonte balizador do trabalho e da formação em Serviço Social. As prerrogativas ético-legais procuram defender os acúmulos da categoria, assim como a direção social da profissão construída coletivamente a partir da década de 1980 com o processo de renovação da profissão, culminando na década seguinte com uma profissão que tem um novo estatuto perante a sociedade e um projeto que aponta para o fortalecimento das forças políticas de busca de superação da ordem vigente.

As DC's em 1996 marcam o avanço na formação profissional a partir de um novo paradigma, que busca a superação da fragmentação do conteúdo e a articulação do processo formativo através dos fundamentos que norteiam o processo de aprendizagem.

Neste sentido, surge a necessidade de um perfil profissional capaz de compreender criticamente a realidade social a partir do desvelamento do real, criando respostas críticas e propositivas que vão ao encontro da efetivação dos direitos sociais e do projeto ético-político, sendo norteado pelos princípios contidos no Código de Ética profissional que fundamentam a categoria, procurando materializar os valores emancipatórios e humanistas consolidados ao longo do processo histórico da profissão.

Esta dimensão ética e política marca o compromisso com a construção da contra-hegemonia na sociedade capitalista e na sua superação através das contradições do mundo do trabalho. A lei de regulamentação da profissão defende condições mínimas de trabalho e

baliza o exercício profissional em todo território nacional, representando a defesa da formação e do exercício profissional em Serviço Social.

> A posição hegemônica é uma construção histórica, portanto, suscetível de contra-hegemonia: a socialização do poder e da política, a ocupação de posições, a elevação cultural e do conhecimento a consciência crítica – caracterizadas como **rupturas moleculares** – poderão contribuir para uma nova visão de mundo desarticulando a ideologia dominante. (LUIZ, 2013, p. 107, grifo do autor).

A construção coletiva das DC's pela categoria profissional procura atender a necessidade de um perfil profissional com fundamentação teórico-metodológica para compreender a realidade social para além de suas aparências, procurando através do movimento do real, as particularidades sócio-históricas de formação e constituição da sociedade capitalista e as contradições inerentes à lógica de produção e reprodução das relações sociais.

A articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, procuram articular os fundamentos da profissão na qualificação do exercício profissional, alicerçados em uma formação profissional crítica, competente e organicamente fundada na teoria do ser social, que tem no marxismo as bases de apreensão da realidade social. A relação entre a teoria e a realidade social acontece através da apreensão do movimento do real a partir das categorias de mediação.

A relação orgânica entre o singular e o universal, entre o fato que se expressa na cotidianidade como autônomo, único e as leis tendenciais e universais dessa sociabilidade se dá pelas particularidades sócio-históricas e políticas de constituição da sociedade capitalista e da lógica de exploração que se realiza através da apropriação dos meios de produção e da racionalização do trabalho.

Essa política sinaliza o esforço coletivo da categoria em criar parâmetros para a realização do estágio supervisionado em Serviço Social conforme preconizado pelas DC's: enquanto espaço privilegiado de construção da identidade profissional e de desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o exercício profissional, a partir do compromisso e da responsabilidade do estagiário ao se inserir no espaço sócio-ocupacional do Assistente Social.

O estágio supervisionado dessa forma surge no debate contemporâneo da categoria nos espaços acadêmicos e profissionais e nos eventos significativos da profissão. Sendo objeto de estudos, pesquisa e de normatização através da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e demais organismos representativos e de fiscalização:

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e suas seccionais e do movimento estudantil da categoria: a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

É através da organização política da categoria, tendo como norte o projeto ético-político profissional e a direção social que este sinaliza, que a categoria vem se mobilizando em defesa da formação profissional de qualidade e crítica, ancorada na vertente teórica marxista e marxiana.

Nesta direção, acreditamos ser fundamental apropriar-se do debate das ciências humanas e sociais e as contribuições das diferentes matrizes teóricas do pensamento de análise e compreensão da realidade social e sua aproximação pelo Serviço Social.

2.2 Contextualizando a construção da Política Nacional de Estágio em Serviço Social

Para abordar a construção da Política Nacional de Estágio em Serviço Social, partiremos do protagonismo histórico da ABEPSS que tem coordenado a política de formação profissional em Serviço Social a partir do projeto de formação acadêmico-profissional construída pela categoria ao longo dos anos, principalmente a partir do projeto ético-político que passou orientar a categoria após Movimento de Reconceituação.

A necessidade de construção da PNE vem do resultado do relatório da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, que foi socializada no XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) em São Luís/MA em dezembro de 2008[15].

> [...] A discussão sobre esta Política iniciou-se com o lançamento, em maio de 2009, do documento-base que subsidiou o amplo debate coletivo, ocorrido em todo o país em eventos realizados entre os meses de maio e outubro do corrente ano, que discutiram o referido documento e encaminharam propostas para a versão final da PHE. Essas contribuições e foram debatidas nas seis oficinas regionais de graduação da ABEPSS.
> Esse processo coletivo de debates demonstra o caráter mobilizador e estratégico da PNE na defesa do projeto de formação profissional e instrumento de luta contra a precarização do ensino superior. Neste sentido, a proposta das Unidades de Formação Acadêmicas (UFA's), professores, estudantes e assistentes sociais ao chamado da ABEPSS foi significativa e propositiva, tornando a construção da PNE um elemento de mobilização efetiva em todo Brasil, conforme demonstram os dados relativos aos debates ocorridos no país que discutiram a Política: 80 eventos, que

[15] A PNE contextualiza esse processo, sinalizando os encontros, os sujeitos que participaram de sua construção e dos documentos oriundos das reuniões realizadas através das regionais da ABEPSS. Para conhecimento desse processo consultar: ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Temporalis**, Brasília (DF), ano XI, n. 17, jan./jun. 2009.

> contaram com participação de 175 UFA's e 4.445 participantes. (ABEPSS, 2009, p. 162-163).

A ABEPSS esteve à frente na construção das Diretrizes Curriculares de 1996, que norteiam a formação no âmbito da graduação em todo território nacional. O debate acadêmico-científico em relação à efetivação das DC's é permanente e está em constante construção, articulando diversos sujeitos sociais e coletivos, como a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), o conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), que tem por objetivo fiscalizar o trabalho profissional nos diferentes espaços ocupacionais. Entre as atribuições da Entidade está a defesa da qualidade do estágio supervisionado conforme preconizado pelas normativas que o orientam, coerente com a qualidade da formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

Os cursos de Serviço Social no Brasil que defendem e estão em consonância com o projeto de formação acadêmico-profissional preservado pela categoria, estão em constante revisão dos seus projetos pedagógicos, procurando acompanhar as transformações societárias, apresentando uma crítica aprofundada dos seus rebatimentos no ensino superior, nas condições de trabalho e efetivação dos direitos sociais e das políticas sociais. Este debate, através de eventos científicos, publicações e pesquisas, tem contribuído para o fortalecimento da formação acadêmico-profissional em Serviço Social, sendo uma resistência e enfrentamento ao projeto de educação e formação defendido pelo mercado de trabalho. Uma entidade que está antenada à realidade social e organizada com outros coletivos da categoria e da classe trabalhadora:

> A formação e o exercício profissional precisam estar vinculados aos movimentos de lutas e resistências da classe trabalhadora. O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, fundamentado na tradição marxista e marxiana, não pode se alinhar à endogenia e ao corporativismo. O tempo presente é de decomposição do capitalismo e de retrocessos civilizatórios, para os quais precisamos de mais condições objetivas, pois as objetivas estão dadas de maneira avassaladora, estrangulam os (as) trabalhadores (as). É necessário ampliar e fortalecer a organização política. Precisamos de partidos verdadeiramente revolucionários e programas/propostas concretas de lutas transformadoras desta realidade caótica. (CAPUTI, 2021, p. 65).

A organização político-acadêmico-científica e profissional do Serviço Social a partir dos seus órgãos representativos tem apontado para a necessidade de uma formação antirracista, antissexista, antimachista e LGBTQIAP+fóbica em consonância com os movimentos sociais e a lutas políticas na contemporaneidade. Contra todas as formas de

opressão e dominação que expressam na sociedade no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, que se alicerçam em uma conjuntura marcada pelo avanço do pensamento conservador, do ideário neoliberal cada vez mais impregnado no Estado e nas políticas públicas e sociais e da pós-modernidade no campo da ciência e da formação acadêmico-profissional, colocando em xeque os fundamentos e aportes teórico-metodológicos materializados nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Dessa forma, o debate sobre a formação acadêmico-profissional e a importância das DC's e sua forma de efetivação está em constante movimento, aberto às lutas sociais e à disputa de projetos de formação acadêmico-profissional sendo um debate sempre dinâmico.

> O Serviço Social vai atuar exatamente nas contradições desse sistema que produz um conjunto de desigualdades sociais, de estigmas e de formas de opressão que vão culminar em fenômenos como a violência, a fome, a falta de acesso a políticas públicas, o racismo ambiental, e o genocídio da população negra e indígena, o que é sistemático nesse país. O Serviço Social precisa necessariamente enfrentar o debate da questão étnico-racial como uma das questões centrais na sua formação, trabalho e pesquisas justamente porque, além de ser uma questão estrutural, se reproduz no âmbito do racismo institucional. Está presente em todos os espaços sociais, que por sua vez são espaços onde atuamos. Entender a complexidade dessas relações e a gravidade desse processo sistemático de violência contra as populações afro-brasileiras e indígenas faz com que essa profissão tenha e assuma um compromisso ético-político que é um traço da profissão. (ABEPSS, 2023, *online*).

Em consonância com seu direcionamento ético-político, a ABEPSS mais uma vez, mobilizada pela categoria na defesa da qualidade da formação profissional e no enfrentamento dos desafios historicamente (im)postos pelo mundo do trabalho, frente à contrarreforma da educação e do ensino superior, se posiciona na construção de uma Política Nacional de Estágio (2010), realizando a defesa do estágio supervisionado, reafirmando sua concepção pela categoria, seus princípios e diretrizes, instrumentos para efetivação pelas UFA's e principalmente, aprofundando e problematizando os desafios para sua efetivação, entre eles, a articulação entre formação e trabalho profissional, a supervisão direta de estágio, o estágio obrigatório e não-obrigatório, a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica e entre ensino, pesquisa e extensão. Outro salto qualitativo está na elucidação das atribuições dos (as) sujeitos envolvidos no processo da supervisão, o que até antes da Política Nacional de Estágio (PNE) não tinha um instrumento que norteasse os sujeitos partícipes desse processo de forma mais aprofundada.

> Esse processo coletivo de debates demonstra o caráter mobilizador e estratégico da PNE na defesa do projeto de formação profissional e como instrumento de luta contra a precarização do ensino superior. Neste sentido, a resposta das Unidades de

> Formação Acadêmica, as UFA's , professores, estudantes e assistentes sociais ao chamado da ABEPSS foi significativa e propositiva, tornando a construção da PNE um elemento de mobilização efetiva em todo Brasil, conforme demonstram os dados relativos aos debates coorridos no país que discutiram a Política: 80 eventos, que contaram com a participação de 175 UFA's e 4.445 participantes. (ABEPSS, 2009, p. 163).

Essa realidade apresentada pelo documento demonstra a dimensão ético-política da profissão, a capacidade organizativa da categoria enquanto coletivo em defesa da formação acadêmico-profissional em Serviço Social, enquanto resistência frente ao cenário avassalador que se configura a política educacional brasileira e as condições de trabalho da classe trabalhadora. Caracteriza a representatividade dessa categoria, enquanto hegemonia política, demonstrando sua força combativa que se movimenta em defesa de da profissão.

Os desafios e tensões frente à contrarreforma da educação e do ensino superior são também abordados pela PNE, denunciando de forma crítica e propositiva os rebatimentos do modo de produção capitalista e a disputa por projetos de educação e de formação no seio da sociedade no cenário brasileiro, demonstrando de forma contundente o posicionamento da categoria, no enfrentamento do projeto de formação capitalista que alicerça uma educação adestradora, desigual (educação cada vez mais elitizada), precarizada, tecnicista e vinculada aos interesses de acumulação.

Nesse sentido, é essencial abordar o contexto da construção da PNE e reafirmar sua importância frente aos desafios contemporâneos, para a realização de sua defesa, a necessidade de se apropriar dos seus princípios e elementos que instrumentalizam para a efetivação do estágio supervisionado conforme preconizado pelas DC's, tornando o estágio, espaço de desenvolvimento da autonomia, de competências e habilidades necessárias para a intervenção profissional, da crítica radical e propositiva alicerçada no projeto ético-político profissional, da articulação entre formação e trabalho, conhecimento e realidade, estágio e supervisão, fortalecendo a unidade entre teoria e realidade social por meio das mediações necessárias para o desvelamento do real.

Contribuindo dessa forma para a capacitação de um profissional com perfil crítico, genérico, propositivo, capaz de efetivar direitos e realizar a defesa intransigente dos sujeitos sociais, conforme preconizado pelo código de ética profissional, denunciando as formas de dominação, exploração, exclusão e contribuindo para a construção do sujeito coletivo, capaz de criar as condições para a superação da ordem societária vigente.

> À medida que o profissional assume o compromisso com a transformação dessa ordem societária e institui como estratégia de ação, no atual momento histórico, a

> luta por direitos sociais, comprometendo-se com a qualidade dos serviços prestados e com o fortalecimento do usuário, seu perfil tem que ser necessariamente crítico e questionador. É preciso, também, que este esteja munido de um referencial teórico-metodológico que lhe permita apreender a realidade numa perspectiva de totalidade, e construir mediações entre o exercício profissional comprometido e os limites dados pela realidade de atuação. (SANTANA, 2000, p. 90).

A complexidade da realidade social exige esse perfil profissional, capaz de realizar as mediações entre as diversas dimensões da realidade social, em seu movimento dialético, da particularidade a universidade. Um movimento que não é sobreposição ou hierarquização, mas a composição de complexos sociais, onde uma particularidade possui elementos da singularidade e da universalidade, um elemento ao mesmo tempo em que é analisado em sua particularidade, possui relação com a universidade, e vice-versa, são movimentos dialéticos, que se inter-relacionam e estão em constante movimento:

> As chamadas áreas humano-sociais (em especial, o Serviço Social), por seu caráter interventivo, são hoje, cada vez mais, desafiadas a construir ou utilizar cadeias de mediações alternativas que possam dar conta da complexidade dos fenômenos sociais. Velhas e novas demandas tencionam nosso cotidiano de trabalho, exigindo uma capacidade estratégica que possibilite não só o seu desvendamento, como também uma intervenção efetiva que contribua com o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios. (PRATES, 2007, p.222).

Os desafios para efetivação do estágio supervisionado são produto da disputa por projetos atrelados à luta de classes, reproduzindo o antagonismo e as contradições da sociedade capitalista, se metamorfoseando de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Dessa forma, não são apenas aspectos históricos, mas é produto da luta de classes, devendo a categoria, enquanto classe trabalhadora, estar atenta ao seu movimento para não cair nas armadilhas do capital, que sustenta sua lógica de dominação através exploração, alienação e dominação do trabalho, direcionando as forças produtivas para a sua acumulação e reprodução. São disputas de projetos de sociedade, de educação e de formação, que movimentam a sociedade, garantido sua reprodução social ou o seu enfrentamento.

> Partimos do pressuposto de que analisar as dificuldades, os desafios postos à formação profissional e a defesa da centralidade do estágio nesse processo não pode desconsiderar o momento histórico e que vivemos e nos situamos como profissionais. Esse é flagrantemente marcado por sucessivas transformações no mundo do trabalho, com consequências importantes para a espera público-estatal e suas políticas. Sabemos também que tais processos explicam-se em função da atual fase da crise burguesa, materializada em todas as dimensões da vida sob a égide do capitalismo maduro e sobre as quais inúmeros pensadores e pesquisadores tem se debruçado no Brasil e fora dele. (ORTIZ, p. 2019, 192).

A Política Nacional de Estágio (PNE) nasce do esforço coletivo da categoria, tendo a ABEPSS como unidade que tem como princípio a defesa da formação acadêmico-profissional em todo território nacional. É produto dos acúmulos dos debates e pesquisas realizadas por pesquisadores (as), trabalhadores (as) e organização política através de seminários, eventos e pesquisas no âmbito da pós-graduação, procurando desvelar os desafios postos para a efetivação do estágio supervisionado, em um contexto de mercantilização da educação, precarização do ensino e sucateamento das políticas públicas.

Daí a importância da ABEPSS na defesa da qualidade da formação acadêmico-profissional; é um posicionamento que é político, em defesa de um determinado projeto de formação, pois denuncia as reais intenções do capital ao defender determinados discursos que ocultam suas verdadeiras intenções: vende-se a democratização da educação, mas nada mais é que a expansão privada do ensino de forma precarizada e aligeirada, garantindo mão de obra de reserva para o capital e para atender os interesses do mercado de trabalho, vende-se um discurso de uma formação eficiente, eficaz e mais "enxuta", que se resume em uma formação tecnicista, polivante para atender um mercado cada vez mais restrito, com profissionais que sabem realizar multitarefas, perdendo sua identidade, diluindo suas atribuições e aumentando a eficácia da produção ao colocar um trabalhador (a) para fazer mais de uma função, intensificando o trabalho, adoecendo o trabalhador e aumentando a competitividade.

> Nesta direção, no âmbito dos anos 1990, a concepção de "*Sociedade do Conhecimento*" se consolidou diante da adequação ao patamar de ajuste na esfera estrutural no contexto dos países considerados periféricos no cerne das proposições e orientações advindas do Banco Mundial. Desse modo, condensaram-se as composições e estruturações da *educação* como promotora de **desenvolvimento econômico** no cunho da **globalização** e de seus desdobramentos mediante o Capital, direcionada aos países em desenvolvimento. Basea-se no processo de adequação dos sujeitos a nova maneira de consolidação nas **esferas produtivas**, para tanto, é ensejada uma **formação** de **cunho básico** capaz de ofertar a **cooperação** frente o *trabalho* realizado em equipe, visando, garantir, maior **lucratividade**, os pilares da flexibilidade, a reestruturação produtiva, a qualificação para o mercado de *trabalho* e os mecanismos da competição, objetivando, assim, um processo formativo do trabalhador, que garanta ao mesmo tempo, o viés da incorporação do modo "rápido" nos enfoques dos **conhecimentos** considerados como gerais. (SILVA, 2021, p. 74, grifos da autora).

Dessa forma, como nos coloca Silva (2021), uma formação voltada para os interesses do capital com um determinado perfil profissional que atinge os interesses econômicos e políticos da classe dominante, capaz de garantir a reprodução do capitalismo como sociabilidade, ao fornecer uma determinada massa de trabalhadores (as) que atendem o modo

de produção capitalista, não somente ao atual estágio da força produtiva, a produção em si, mas também com uma consciência política acrítica, desmobilizada e sem esperança:

> Perpetua-se, assim, uma **aprendizagem flexibilizada** que tem por finalidade a garantia dos interesses dos grandes setores e das corporações **empresariais**, ou seja, a ***educação*** enquanto fator integrante e constitutivo da **lógica mercantil**. Nesse sentido, apresenta Coraggio (1998), que os pais, bem como os discentes, denotam-se enquanto consumidores e, a lógica do **produto**, portanto impera sob o processo **educativo**. Desse modo, um processo educativo **eficiente, eficaz, flexível** e **superficial**, sobretudo, articulado as orientações do Banco Mundial e aos objetivos de setores internacionais, mediante os alicerces do **Capital**. (SILVA, 2021, p. 76-77, grifos da autora).

Tudo isso se traduz em uma mão de obra tecnicificada, acrítica e submissa aos interesses do grande capital. Ou seja, uma formação que retira as dimensões de historicidade, contradição e antagonismo que compõe o real, que garante o seu movimento e a dimensão revolucionária na compreensão do real, capaz de criar respostas profissionais que fortaleçam a direção social do projeto societário da classe trabalhadora.

> É relevante destacar que o conjunto das transformações societárias e seus rebatimentos no mercado de trabalho dos (as) assistentes sociais desencadeiam mudanças no processo de formação profissional em Serviço Social, já que, ao afetarem seus espaços ocupacionais, no que se refere às demandas, funções desempenhadas e desafios a serem enfrentados, ocasionam consequentemente, desdobramentos nas competências e habilidades a serem desenvolvidas durante a formação acadêmica. Nesse sentido, a formação profissional é um processo dinâmico, historicamente determinado. (VASCONCELOS, 2009, p. 64)

A PNE vem apresentar respostas a diversos desafios como o distanciamento das UFA's com os campos de estágio, resultando uma falta de conhecimento daquelas em relação às dificuldades, condições de trabalho e de supervisão, a falta de articulação da supervisão de campo e acadêmica, garantindo a tríade que compõe a supervisão, de forma sistemática, proporcionando que o conteúdo do estágio seja articulado com as disciplinas e conteúdo do projeto pedagógico do curso e trabalhado no plano de estágio, articulando dessa forma conhecimento e realidade, teoria e prática através do processo de ensinagem, enquanto prática pedagógica.

> Quanto ao conteúdo das disciplinas, propõe-se apontar, claramente, para a indissociabilidade entre teoria e prática em cada nível do estágio supervisionado curricular. Esta unidade perpassará a análise da intervenção profissional, desde a inserção do estudante no espaço socioinstitucional, que indica a observação do trabalho do assistente social e a reconstrução do seu objeto (apreensão das contradições frente às diferentes manifestações da questão social), até a compreensão da dinâmica institucional e suas respostas por meio das políticas

> sociais e institucionais e, finalmente nas respostas profissionais por meio de processos interventivos e investigativos do Serviço Social nos diferentes campos de atuação, sempre observando a dimensão ética. (ABEPSS, 2009, p. 188).

As condições do docente supervisor (a) acadêmico, principalmente diante da lógica cada vez mais gerencial das universidades, envolta em números de produção de artigos, pesquisas, orientações e demais atribuições do docente com pesquisa, ensino, extensão e gestão do curso, estando paralelamente atentas às particularidades da supervisão acadêmica conforme preconizado pelas normativas relacionadas ao estágio. A articulação da supervisão de campo e acadêmica e as visitas aos campos de estágio, entre outros desafios são abordados pela PNE, através dos princípios de indissociabilidade entre teoria e prática, estágio supervisão de campo e acadêmica e das dimensões de teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. A supervisão de estágio exige uma visão de totalidade, na qual diversos sujeitos se articulam para a concretização dessa atividade pedagógica:

> Exercer a supervisão de estágio é estar mergulhado (a) na dimensão educativa do trabalho e da formação profissional, na construção de conhecimentos, considerando que a supervisão é um espaço de vínculo do campo do trabalho profissional com as UFA's, sendo a escola o espaço de formação permanente, de arte e ciência. Afinal, no processo de supervisão há conhecimentos no campo da formação e do trabalho profissional, uma concretização da práxis profissional. Trata-se de um espaço de unidade entre assistente social, estudante, órgãos da categoria, unidade de ensino e espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, da profissão e dos conteúdos do Projeto Ético-Político. (CAPUTI, 2021, p. 143).

A partir das colocações da autora, podemos afirmar que sua concretização, perpassa por diversas dimensões da instituição da unidade formadora e do campo de estágio, mas também da organização política da categoria através dos seus órgãos representativos, que realiza a sua defesa e constrói instrumentos orientadores para sua efetivação.

As condições dos (as) supervisores (as) de campo e acadêmicos estão relacionadas com as condições de trabalho dos profissionais, que refletem a precarização das condições de trabalho frente à reestruturação produtiva do capital, das políticas públicas e da educação em especial, o que reverberam nas condições objetivas e subjetivas, nas quais as questões éticas, técnicas e a própria formação do corpo docente e de profissionais, frente à contrarreforma da educação, apresenta como um dos determinantes. Destacam-se outros desafios enfrentados pelos docentes para a realização da supervisão:

> Assim, a veiculação desses pressupostos via educação é fundamental para o projeto do grande capital. Na última década do século anterior, presenciais e no ensino público superior um verdadeiro sucateamento por meios de mecanismos legais que

> incentivaram consequentemente, a ampliação do ensino privado. Esses elementos não sincronizados caracterizaram a política educacional do ensino superior do período: 1) a redução progressiva do montante de recursos para a universidade; 2) as aposentadorias forçadas de docentes, devido às perdas de diretos oriundas da Reforma Previdenciária de 1998; 3) a não realização de concursos públicos durante os dois mandatos de FHC, forçando a realização de inúmeros contratos de professores substitutos; 4) congelamento salarial durante oito anos do governo FHC e institucionalização da Gratificação de Estímulo ao Trabalho Docente (GED); 5) privatização interna das universidades por meio das fundações; e 6) limitação da autonomia universitária, entre outros. Este processo não excluiu o Serviço Social. A pesquisa mostra que entre 1995 e 2002 foram criados mais de 49 cursos de Serviço Social. Atrelados a esse fenômeno, a diversificação das instituições de ensino possibilitou a proliferação de cursos de pouco custo em instituições de ensino superior que legalmente não são obrigadas a realizar pesquisas. Segundo a autora este processo arrebatador de crescimento de unidades de ensino, sobretudo privado, aparece como a real laicização e empresariamento do ensino de Serviço Social, articulado com o movimento do Estado brasileiro de incentivo à expansão do ensino superior, via setor privado e não confessional. (SANTOS, 2010, p. 389).

Destaca-se que outra problemática tratada pela PNE que coloca a importância de sua construção e efetivação, está na expansão do ensino, atrelada à lógica mercadológica, principalmente do ensino privado e na modalidade à distância, trazendo graves rebatimentos na realização do estágio e na garantia da indissociabilidade teórico-prática e da supervisão acadêmica.

> [...] deparamos com a ampliação do EAD e suas implicações na qualidade da formação profissional do Assistente Social, notadamente, na realização do estágio supervisionado curricular obrigatório, processo no qual temos constatado descumprimento do que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares, com destaque para a não realização da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e de campo e problemas relacionados à carga horária prevista para essa atividade. (ABEPSS, 2009, p. 164).

Apesar de não ser objeto de estudo da presente tese, é fundamental levantar uma problemática: qual o perfil dos docentes que assumirão a supervisão de campo e acadêmica em Serviço Social, oriundos das atuais configurações do ensino superior, principalmente com o Ensino à Distância? Em quais condições de trabalho e formação estes profissionais assumirão essa atribuição privativa em ensinos privados, com diversas formas de contratação do corpo docente – cada vez mais precário – e do ensino à distância, em sua configuração de ensino, através da modalidade do uso das tecnologias da informação? E como as universidades públicas estão se apropriando desse debate do uso das tecnologias e como têm lidado com essa questão através do incentivo e apelo do mercado e dos organismos internacionais para a nova lógica da educação?

A ABEPSS tem apontado que essa modalidade não se trata de uma proposta nova ou provisória no período da pandemia, mas tem ganhado ainda maior adesão nos cursos com a crise sanitária e no período pandêmico:

> Este quadro pode gerar uma consolidação da alteração estrutural do processo de trabalho docente. Mudar o fazer docente, porque vai mudar o tipo de universidade. No mínimo, podem estar pretendendo a introdução de um ensino em formato híbrido. E, como sabemos, não se altera modalidade de ensino sem alterar o objetivo do ensino. Instituições privadas de ensino já adotaram a modalidade híbrida. No mercado de trabalho, temos o anúncio de que 38% das empresas já não voltam ao trabalho presencial na sua totalidade. (ABEPSS, 2021, p. 19).

Na pandemia da COVID-19, percebemos o tanto que este cenário se agravou. É importante destacar que a modalidade de Ensino Remoto Emergencial (ERE) configurou-se como uma saída frente à necessidade de garantir a continuidade do processo de formação e às medidas de sobrevivência para a maioria da população. Mas sabemos que o ERE escancarou a desigualdade no país relacionada com as condições do corpo discente para o acesso as tecnologias e das UFA's, principalmente as públicas de proporcionar as condições para a realização dessa modalidade, não somente de acesso à tecnologia, mas também às condições de sobrevivência dos discentes, profissionais e docentes, compreendendo que o ser humano é uma totalidade. Não basta ter acesso às tecnologias, se não tem acesso à permanência estudantil, questão que está no debate da categoria profissional e que também se agravou no período da pandemia.

> A disputa teórica no âmbito da formação profissional, neste cenário, é parte da luta mais geral, porque se conecta com o projeto de defesa dos interesses da classe trabalhadora deste país. Porém, tal disputa ocorre em um campo de batalha novo e distinto, que é a crise humanitária. Crise esta que possui elementos econômicos, socioculturais, ideológicos e políticos, mas é imperioso reconhecer que ela desnuda profundamente a desigualdade estrutural que fundamenta nossa sociedade, não só como estrutura teórica e política constitutiva das relações capitalistas. Esta crise desnuda a forma material na ponta da vida de cada sujeito da classe trabalhadora. Seja no roldão da pandemia, alastrando-se por uma política genocida; seja pela ausência de vacina; ou pelo crescimento do desemprego e a ampliação de sua precariedade e informalidade; ou, ainda, pela ampliação da condição de fome absoluta e relativa; e até mesmo quando enfrentamos as novas e precárias condições de trabalho e estudo. Em todas essas situações, a desigualdade é desnudada, de forma grandiosa, cruel e aviltante. No início deste ano [2021], o Brasil chegou a 14,4 milhões de pessoas na fila por um emprego; 6 milhões desistiram de procurar emprego; 39,6% da população ocupada está na informalidade. Estes são os dados apresentados pelo IBGE em seu portal, que revelam a ampliação da desigualdade. (ABEPSS, 2021, p. 8).

Em um primeiro documento, a entidade representativa da categoria – ABEPSS – posicionou-se pela suspensão do calendário acadêmico no âmbito da graduação e pós-

graduação, sendo coerente com o seu projeto de formação acadêmico-profissional e projeto ético-político, pois a necessidade era defesa da vida, e a educação não está entre os serviços essenciais que deveriam continuar a ser ofertados para a sobrevivência da população, como por exemplo, a saúde. Principalmente o estágio supervisionado que tem como atividade fundamente e essencial a aproximação do (a) estagiário (a) com o campo de estágio, mediante a supervisão direta.

> Ao mesmo tempo, diante das condições concretas, os governos estaduais, e municipais tomaram medidas de suspensão das atividades não essenciais para garantir o isolamento social, o que inclui os serviços que não estejam desempenhando funções diretas de combate à pandemia. Neste sentido, considerando o Estágio Supervisionado como parte do processo formativo dos discentes de Serviço Social, este supõe a vivência acadêmica associada à inserção no campo de estágio. (ABEPSS, 2020, [p. 1]).

Nesse contexto, conforme elucida o próprio documento: "Nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social referente ao Estágio Supervisionado no período de isolamento social pra o combate ao novo coronavírus (COVID-19)", ocorreram diversas situações, presenciando a descontinuidade entre estágio e supervisão acadêmica, estando em dissonância com a resolução 533/2008, que preconiza a supervisão direta e as DC's e a PNE destacam a importância da indissociabilidade entre estágio e supervisão e que a necessidade de ocorrer esta atividade durante todo o ano letivo.

Ocorreram diversas situações, de acordo com a variedade de campo de estágio, das condições de trabalho dos (as) supervisores (as) de campo de estágio e das áreas das diferentes políticas públicas, como por exemplo, a saúde, dependendo de onde estava sendo realizado o estágio, como nas unidades básicas de saúde ou unidades de maior complexidade como as hospitalares, onde a realização do trabalho profissional envolvia maior exposição. Essas condições também estavam relacionadas com o fornecimento de materiais de proteção para os profissionais e estagiários.

As UFA's encontraram inúmeros desafios para a realização do estágio, considerando outras atividades como *lives* como atividade para cumprimento de carga horária de estágio, o que desqualifica sua condição. Assim como a supervisão de estágio encontrou diversos percalços, ocorrendo de forma virtual, seja no campo de estágio através do teletrabalho ou nas UFA's pelo ERE. A garantia da indissociabilidade entre estágio e supervisão e da supervisão de campo e acadêmica encontrou-se prejudicada.

> Conforme o relato dos respondentes, em algumas Instituições houve a imposição do ERE pelos Conselhos Superiores ou instâncias deliberativas nas universidades, não havendo um maior tempo para discussões coletivas. Também foi identificado como impactos desse processo a pouca ou nula familiaridade com ferramentas e plataformas virtuais entre docentes e discentes, as desigualdades de acesso à internet, de aprendizado, e a baixa participação discente nas atividades online. Foi também identificado como sendo um formato estressante e cansativo, fatores que contribuem para o aprofundamento da precarização do trabalho docente nesse processo, além de trazer impactos na qualidade da relação ensino-aprendizagem. Pode, então, fragilizar a defesa de um projeto de formação profissional em consonância com o que a ABEPSS vem defendendo, em conjunto com outras entidades e com as UFAs. (ABEPSS, 2021, p. 41).

Essas considerações são importantes para compreendermos numa perspectiva de totalidade e radicalidade que o estágio conforme preconizado pelas DC's ainda encontra desafios para sua efetivação. Apesar da PNE não ter sido construída no período pandêmico, essa conjuntura trouxe diversos rebatimentos, refletindo na forma como o estágio foi tratado, demonstrando que ainda não ocupa a centralidade necessária no processo de ensinagem em Serviço Social. Dessa forma, aquele contexto e desafios que a PNE veio responder, ele ainda é presente e tem desafiado cada vez mais a categoria na defesa da qualidade do estágio curricular obrigatório.

Segundo a ABEPSS (2021), esse relatório apontou diversos desafios como a quantidade de estudantes estagiários (as) por supervisor (a), questão que é regulamentada pela Resolução CFESS 533/2008, que preconiza para a supervisão de campo, um limite de um (a) estagiário (a) a cada dez horas, limitando-se no máximo a três estagiários (as), a partir da aprovação da lei de trinta horas; e para a supervisão acadêmica um limite de quinze discentes/estagiários (as) por supervisor (a) acadêmico.

A Resolução CFESS também coloca a importância da supervisão direta de estágio, devendo ser realizada por profissional legalmente registrado no seu conselho de classe, em exercício profissional e não podendo exercer trabalho voluntário no exercício da profissão. No período pandêmico com o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e o trabalho remoto, muitas vezes não ocorreu a supervisão direta, ou também não cumulativamente com o período letivo, muitos (as) estagiários (as) devido às medidas sanitárias de isolamento social, não conseguiram o estágio no período correto do curso, realizando-o em outro momento. As supervisões acadêmicas ocorreram em algumas UFA's de forma virtual através do ERE.

Apesar do caráter de excepecionalidade, a atual reestruturação produtiva, com base na robótica, no uso de tecnologia de ponta, tem avançado na educação, principalmente do ensino superior, reafirmando sua intencionalidade e seu projeto de formação, cujo objetivo é uma formação aligeirada, reduzida ao tecnicismo e de desmonte da Universidade pública,

fortalecendo o ensino privado, principalmente na modalidade à distância. Essa configuração da educação brasileira tem desafiado no cumprimento das prerrogativas da PNE e demais normativas, como a supervisão direta e o limite de estagiários (as) por supervisores (as), principalmente diante da expansão do ensino, com prioridade para o ensino privado e à distância, aumentando o número de estagiários (as) que irão disputar os campos de estágio.

> O estágio supervisionado curricular, além dos aspectos pedagógicos relacionados diretamente às disciplinas, implica, ainda, na ampliação de estratégias que viabilizem a oferta e qualificação de campos aos estudantes, que se alteram profundamente mediante ao crescimento do número de escolas e de estudantes de Serviço Social. Estas mudanças, já apontadas na contextualização da Universidade, trouxeram à tona nos debates regionais, um dos cenários lamentáveis ocasionado pela contra-reforma. As denúncias descreveram as "disputas" por vagas de estágio em troca de material de consumo e outras formas de "clientelismo", que são acirradas de maneira perversa em algumas Unidades presenciais e com maior ênfase nas unidades não presenciais, na busca por novos campos para atender a demanda da abertura inconseqüente de vagas nos cursos de Serviço Social nesses últimos anos. (ABEPSS, 2009, p. 192).

A importância dos Fóruns de supervisão de estágio, que se caracteriza como atribuição das UFA's no sentido de problematizar e produzir conhecimento em relação ao estágio supervisionado, capacitar os (as) supervisores (as) de estágio e promover a articulação das UFA's com os campos de estágio, contribuindo para a formação permanente em Serviço Social e a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica. Os fóruns de supervisão configuram-se como importante espaço para o fortalecimento da categoria, a qualificação do estágio e superação dos desafios para sua operacionalização, avançando na defesa do projeto ético-político em Serviço Social.

> [...] a consolidação do "Fórum de Supervisores", portanto, conecta-se a um amplo movimento de amadurecimento intelectual e político-organizativo da categoria em torno da necessária articulação entre exercício e formação profissional, em especial àquelas vinculadas ao Estágio como um momento privilegiado do "ensino da prática". Considerando que esta é uma tarefa que vai além dos limites acadêmicos, deve envolver toda a categoria, suas entidades representativas, unidades de ensino e instituições campos de estágio. (ABEPSS/Leste, 2005, p. 01 *apud* ABEPSS, 2018, p. 17).

O debate em relação à importância dos fóruns de supervisão é resgatado pela categoria profissional a partir da PNE, enquanto espaço de qualificação da formação acadêmico-profissional e nela compreendida do estágio supervisionado principalmente na atual conjuntura de desmonte do Estado e de contrarreforma da educação, trazendo diversos rebatimentos para o ensino superior. Os fóruns de supervisão propiciam o debate em relação aos desafios, atribuições, competências e forma de realização da supervisão, fortalecem a

categoria enquanto coletivo, articulam os profissionais supervisores (as), aproximando-os dos órgãos representativos da categoria e do seu movimento político em defesa das bandeiras de luta da profissão, principalmente do direcionamento ético-político da ABEPSS e do debate contemporâneo em relação à formação em Serviço Social.

> A finalidade do Fórum foi pensar na organização dos supervisores de estágio de Serviço Social, em nível nacional, a divulgação e a troca de experiências, contribuindo, assim para o aprimoramento da formação profissional e para a elaboração de um "plano mínimo de estágio", considerando seu lugar no processo de formação profissional. (ABEPSS, 2018, p. 18).

A PNE também se posiciona sobre o estágio obrigatório e não-obrigatório, que naquela conjuntura de aprovação de construção da PNE, era uma das temáticas que causavam dúvidas na categoria. O estágio curricular obrigatório é aquele necessário para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social no âmbito da formação, que coletiva e politicamente, tem como norte as DC's da ABEPSS, referimo-nos dessa forma, devido à diferença entre as DC da ABEPSS e as aprovadas pelo MEC. Já o estágio não-obrigatório está preconizado pela lei 11.788/2008[16], configurando-se como uma opção para o (a) discente, mas que deve ser oferecido pelas UFA's e seguir os mesmos parâmetros e prerrogativas do estágio curricular obrigatório. Configurando-se um desafio conforme preconizado anteriormente, diante da expansão do ensino e a dificuldade de oferta de campo de estágio para todos (as) discentes, principalmente aqueles que têm que realizar o estágio curricular obrigatório. Parece que essa questão ficou secundarizada no debate da profissão, não tendo tanta adesão pelo corpo discente. De acordo com a PNE, o estágio curricular não-obrigatório configura-se como responsabilidade da formação profissional, devendo:

> [...] Garantir que a experiência do estágio supervisionado curricular não obrigatório seja apropriada pelos estudantes para a melhoria de suas habilidades, capacidades e conhecimentos, nos níveis teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, e não aproveitada como mecanismo de contratação precária de força de trabalho

[16] A lei 11.788/2008 regulamenta o estágio em todo o território nacional, afirma ser atividade supervisionada, educativa, vinculada a uma unidade educacional seja de ns anos finais do ensino fundamental, médio, profissional, educação especial ou superior, através da inserção do educando no ambiente trabalho. A lei também regulamenta e garante o estágio curricular obrigatório e não-obrigatório. Para aprofundamento da legislação, consultar: BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1 de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 05 maio 2024.

> semi-especializada, menos ainda como substituto à ausência de uma política universitária de assistência estudantil. (ABEPSS, 2009, p. 186).

Importantes elucidações e críticas são colocas pela PNE em relação ao estágio curricular não-obrigatório, como a importância de estar inserido no projeto pedagógico do curso, pois sua realização não substitui a carga horária do estágio curricular obrigatório. Questões estas que pareciam não serem abordadas pelas UFA's.

Por fim, a PNE apresenta os desafios e tensões para a realização do estágio e sua qualificação na formação acadêmico-profissional frente à contrarreforma da educação e a configuração da universidade brasileira, com o desmonte do ensino superior público, a precarização da formação acadêmico-profissional, a expansão do ensino, principalmente do ensino privado e na modalidade à distância, a lógica empresarial cada vez mais inserida nas UFA's caracterizando seus objetivos históricos, direcionando suas pesquisas para os interesses dos lucrativos e de acumulação de capital, a lógica produtivista em relação à produção e à formação de quadro de profissionais, aos requisitos de eficiência e eficácia voltada para os interesses do mercado, entre outros elementos que refletem na disputa por projetos de formação profissional no interior da categoria.

> No contexto de precarização e desregulamentação do trabalho e redução dos direitos, é importante destacar que a discussão do estágio supervisionado se coloca, ainda, como estratégia na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social. (ABEPSS, 2009, p. 169).

Dessa forma, a PNE enquanto uma estratégia de resistência e fortalecimento do estágio supervisionado no sentido de instrumentalizar ética, política e profissionalmente a categoria em defesa da qualidade da formação profissional. Ética, pois problematiza e qualifica o estágio a partir do projeto ético-político construído coletivamente. Política, pois reafirma esse projeto e por realizar sua defesa configura como posicionamento em defesa do estágio, tornando-se um instrumento de resistência e enfrentamento aos interesses do capital para a educação e profissional, pois apresenta importantes elementos para a operacionalização do estágio.

> Portanto, na contracorrente da colagem da formação profissional às leis do mercado, a formação deve dirigir-se para a construção de alternativas e estratégias profissionais que contribuam para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Tal direção opõe-se à redução da formação ao mero desenvolvimento da racionalidade técnico-instrumental, o que exige do estágio supervisionado curricular, possibilitar experiências que ultrapassem o atendimento exclusivo das novas demandas do mercado de trabalho, ampliando os horizontes da formação do profissional com o

> desenvolvimento de competências técnico-operativas, compromisso ético-político e sustentação teórico-metodológica. (ABEPSS, 2009, p. 171).

Dessa forma, os desafios e polêmicas relacionadas ao estágio supervisionado, nos quais a PNE veio problematizar e instrumentalizar a formação profissional, são questões que estão no bojo do debate da categoria, que tem tensionado o projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social no contexto atual. São desafios que estão em movimento com a própria realidade, que se reatualiza, agudiza e desafia a categoria cotidianamente, na qual a categoria está constantemente se posicionando. Nesse sentido, a PNE é um importante instrumento político em defesa da qualidade da formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

O estágio supervisionado deve ser apropriado e defendido pela categoria, enquanto atividade que é o lócus de construção da identidade profissional, de desenvolvimento de competências e habilidades para o trabalho profissional, de indissociabilidade das dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas, do conhecimento e realidade social e de desenvolvimento da autonomia do (a) estagiário (a). Dessa forma, é um divisor de águas na formação profissional em Serviço Social.

> [...] importa ressaltar a noção de competência defendida pelos sujeitos da profissão para o fortalecimento do projeto ético-político. Neste, o fazer profissional referencia-se no domínio intelectual do instrumental técnico. Prática concebida como uma totalidade social, dadas múltiplas dimensões envolvidas na ação profissional e não apenas as produtivas. O que supõe uma formação profissional que imprima um perfil crítico, fundado em rigorosa capacidade teórica, ético-política e técnico-prática voltada ao conhecimento e transformação da realidade. (KOIKE, 2009, p. 13).

É importante destacar que apesar de o estágio não ser o único espaço de aproximação da realidade social na formação acadêmico-profissional, mas configura como atividade que pressupõe supervisão conforme determinações da Resolução CFESS 533/2008, garantindo a tríade do estagiário: a articulação pedagógica do (a) estagiário (a), supervisor (a) acadêmico (a) e de campo, com objetivo de inserção no espaço sócio-ocupacional, objetivando a capacitação para o exercício profissional em consonância com projeto pedagógico do curso e demais componentes curriculares. Dessa forma, o estágio possui uma particularidade na formação profissional. Daí a importância da sua defesa, em torno da sua qualificação.

As DC's da ABEPSS marcam um divisor de águas na formação acadêmico-profissional em Serviço Social, ao preconizar uma nova lógica curricular, uma determinada forma de pensar a organização curricular a partir dos projetos pedagógicos, a partir de

determinados princípios, diretrizes e fundamentos que estão expressos nos núcleos de fundamentação. Essa nova lógica permite superar a fragmentação de conteúdos e preconiza um determinado perfil profissional, que está alicerçado no projeto de formação construído historicamente.

A partir desse direcionamento, o estágio curricular configura-se como uma importante atividade, que tem como objetivo contribuir para a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional; teoria e prática; estágio e supervisão, compreendendo que estas dimensões apresentam uma unidade indissociável, mas que apresentam suas devidas particularidades.

> É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABEPSS, 1996, p. 19).

O estágio supervisionado curricular apresenta uma centralidade na formação acadêmico-profissional, diante da própria natureza da profissão que possui como dimensão a intervenção precedida pela dimensão investigativa, o que exige um arcabouço teórico-metodológico, ético-político e um aporte teórico que contribui para o desvelamento da realidade social para além das aparências. Dessa forma, o estágio não se resume a cumprimento de carga horária ou treinamento profissional, mas se caracteriza como uma atividade pedagógica, construída a partir da articulação dos sujeitos partícipes desse processo – estagiário (a), supervisor (a) acadêmico (a) e de campo –, que de forma planejada e de acordo com o projeto pedagógico do curso, construirá o plano de estágio, procurando contribuir para a apreensão crítica da realidade social e desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para intervenção profissional.

Nesse sentido, o estágio deve ser planejado pedagogicamente, identificando com quais atividades o (a) estagiário (a) terá contato no estágio, quais os objetivos para a formação profissional, compreendendo as particularidades da instituição no mundo do trabalho, suas contradições, limites, desafios e formas de respostas. Conteúdo este que é trabalhado de forma sistemática pela supervisão de campo e acadêmica.

Apesar do direcionamento político e da concepção de estágio definida pelas DC’s, ainda se verificam diversos desafios para sua efetivação, diante da contrarreforma da

educação e das políticas públicas de forma em geral e seus rebatimentos no trabalho e na formação acadêmico-profissional.

Com a pandemia da COVID-19[17] no bojo da crise sanitária, econômica e humanitária instaurada mundialmente e que trouxe consequências perversas para a realidade brasileira, percebemos a importância da discussão das DC's e da PNE nos debates e espaços de organização política da categoria, principalmente diante do projeto de formação preconizado pelo capital, que tem reafirmado seus objetivos em defesa de uma formação sucateada, tecnicista, aligeirada e precarizada.

Apesar das particularidades e excepcionalidade da pandemia, percebemos que esta ocorreu no seio da reestruturação produtiva do capital e das contrarreformas do Estado brasileiro, evidenciando de forma escancarada a desigualdade social presente na sociedade, reafirmando que o direito à vida à educação e à saúde ainda configura como privilégios na sociedade.

Contudo, sinalizamos os avanços que a PNE simboliza na formação acadêmico-profissional, trazendo elementos fundamentais, que ainda são desafios para a categoria, que não foram superados e que estão na centralidade do debate da categoria. Apesar da riqueza que esta simboliza, trazendo diversas questões que devem ser apropriadas pela categoria, ainda carece de pesquisa, aprofundamento e apropriação. Não se trata somente de um documento que orienta a profissão, mas representa uma defesa da qualidade da formação profissional, resistência e enfrentamento da lógica do capital hegemônica e seus rebatimentos no ensino superior e na formação acadêmico-profissional. A PNE reafirma a centralidade do estágio supervisionado, elucidando suas particularidades e, principalmente, dando a dimensão e real configuração em relação ao estágio enquanto atividade pedagógica inserida no projeto pedagógico do curso, ou seja, explicita a lógica que sustenta a sua compreensão e materialização.

Para avançarmos na defesa e qualificação do estágio supervisionado é necessário que a categoria se aproprie, problematize, debata e capacite os diferentes sujeitos inseridos nesta atividade pedagógica – docentes, supervisores (as), estagiários (as), UFA's – para a realização do estágio supervisionado. A própria PNE traz estratégias nesse sentido, ao preconizar seus princípios e elementos para a realização do estágio. Para isto, torna-se necessário abordar a

[17] Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia e em 05 de maio de 2023 em Genebra, na Suíça, a OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

temática nos eventos da categoria, nos fóruns de supervisão e atividades de formação permanente em Serviço Social.

2.3 Princípios, Diretrizes e prerrogativas para o Estágio Supervisionado a partir da PNE

Boschetti (2016) problematiza a precarização do ensino e incompatibilidade da formação acadêmico-profissional com a modalidade à distância: é uma formação que preconiza uma lógica curricular que exige a construção do conhecimento crítica, cujo aporte teórico sustenta em referenciais marxistas e marxianos e de conhecimentos da área das ciências sociais e humanas, que apresentam elementos complexos, uma base teórica densa de conteúdos e de categorias, exigindo um acervo bibliográfico não somente na área do Serviço Social (da forma como se apropria desse conhecimento e dialoga com esses referenciais e constrói o acervo próprio da profissão), mas de diversas áreas do conhecimento: da antropologia, sociologia, psicologia, entre outros que ultrapassam as cartilhas e materiais reducionistas do ensino à distância.

> O ensino de graduação presencial aligeirado, assim como o ensino de graduação à distância, não assegura a formação com qualidade que está na pauta das históricas bandeiras de luta do movimento docente e do Serviço Social brasileiro, como: educação como direito de todos e dever do Estado; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; processo formativo básico com perspectiva de totalidade e apreensão crítica da realidade; ensino do trabalho profissional ou, como alguns dizem, ensino da prática, e diferentes momentos do processo formativo e em várias disciplinas; realização de estágio presencial, com articulação estreita entre o acompanhamento do supervisor acadêmico e de campo; realização da pesquisa e investigação como princípio formativo que deve perpassar todo o currículo; acesso à bibliografia de qualidade, não apenas a textos básicos de sala de aula, mas ao universo de possibilidades de leitura e conhecimento que se descortina no acesso às bibliotecas. (BOSCHETTI, 2016, p. 19).

Vasconcelos reitera a defesa da educação crítica e a incompatibilidade do projeto de formação hegemônico da profissão com a proposta de educação superior e de formação profissional do mercado de trabalho:

> Preconizando uma formação crítica e comprometida com os valores e princípios expressos no projeto ético-político do Serviço Social, o projeto de formação profissional dos(as) assistentes sociais se confronta com esse modelo de educação superior que fortalece a privatização e a mercantilização da educação, respalda as formações aligeiradas, prioriza a quantidade em detrimento da qualidade e implementa processos avaliativos disseminadores da competitividade entre instituições, cursos e profissionais. (VASCONCELOS, 2007, p. 67)

Nesse sentido, o estágio enquanto atividade pedagógica, curricular, obrigatória, que pressupõe supervisão direta de campo e supervisão acadêmica, enquanto unidade do processo formativo, não coaduna com o projeto de formação aligeirado, mercadológico e na perspectiva do ensino à distância. É uma atividade que pressupõe condições mínimas para sua realização, como a quantidade de estagiários (as) por supervisor, a supervisão direta de estágio (conforme mencionado), a articulação entre UFA e o campo de estágio, entre supervisão de campo e acadêmica, que articule o conhecimento apreendido ao longo do processo formativo com a realidade experienciada pelo (a) estagiário (a) no trabalho profissional do (a) Assistente Social, para isto, é necessário consolidar uma dimensão investigativa, propositiva e crítica em que a pesquisa tem um papel fundamental.

> O espírito científico é condição essencial ao exercício profissional do assistente social e oportuniza que o discurso genérico seja ultrapassado para dar lugar ao enfrentamento de situações particulares [...]. Norteado por esse compromisso a sua ação investigativa construirá uma prática crítica, capaz de interferir diretamente nas condições de vida do cidadão, estreitamente ligada à dimensão política [...]. (FONTANA, 2010, p. 20).

Enquanto profissão, que intervém na realidade social, precedida pela dimensão investigativa, é fundamental a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão como atividades fundamentais do processo formativo, conferido a formação um novo patamar, mais qualificado e consolidado, em que universidade e a realidade estão presentes, superando a dicotomia entre teoria e prática, por meio de aproximações com a realidade social, onde o estágio é uma das estratégias no projeto pedagógico, assim como a extensão, oficinas e demais componentes curriculares.

A PNE problematiza os desafios para a formação profissional frente à contrarreforma do ensino superior e os rebatimentos na formação profissional, o estágio obrigatório e não obrigatório, a supervisão direta de estágio, coloca princípios para a efetivação do estágio, a importância dos planos de estágios, e qualifica as atribuições dos sujeitos partícipes do processo de supervisão e demais estratégias para sua operacionalização.

Em relação ao estágio curricular não-obrigatório, a PNE aponta para os desafios presenciados, como o não acompanhamento supervisionado da atividade, a oferta de campo de estágio, que além das modalidades obrigatória e não obrigatória, a expansão do ensino, principalmente na modalidade à distância, que forma um contingente maior de discentes, que também vão requerer campo de estágio. É necessário reafirmar que, apesar de ser opcional, o estágio curricular não obrigatório deve seguir as orientações e normativas do curso em relação

ao estágio, e deve constar no projeto pedagógico do curso, não ficando algo desconexo e sem objetivo na formação acadêmico-profissional na graduação:

> Em alguns cursos de Serviço Social o estágio supervisionado curricular não obrigatório está presente nos Projetos Pedagógicos, sendo possível contabilizar a carga horária, realizada pelo estudante, como atividade complementar. Em outros, essa possibilidade não existe, pois não está contida nos Projetos Pedagógicos. Parece ser uma realidade geral que as UFAs não vêm acompanhando a referida modalidade de estágio, ficando seu encaminhamento sob a responsabilidade de entidades que atuam como agentes de integração, pró-reitorias de graduação e dos departamentos de assistência ao estudante. (ABEPSS, 2009, p. 167).

O estágio não-obrigatório pode ser considerado como atividade complementar, mas deve ter a mesma qualidade do estágio curricular obrigatório e não servirá para substituí-lo, inclusive é necessário que tenha supervisão de campo e acadêmica e siga algumas exigências entre elas, a finalidade precípua do estágio, que é a vivência do trabalho profissional, conforme destaca a Política:

> a) inserção discente em atividades atinentes ao exercício da profissão; b) garantia de supervisão acadêmica e de campo; c) exigência de relatórios semestrais; d) documento comprobatório da carga horária cumprida no campo de estágio; e) pré-requisitos ou co-requisitos de disciplinas que abordem conteúdos relacionados a ética profissional e fundamentos histórico-teórico-metodológicos do Serviço Social para a inserção nesta atividade; f) a carga horária do estágio não obrigatório não será integralizada como parte das exigências do estágio obrigatório; g) o(a) docente responsável pela supervisão destes estágios deverá acompanhar o(a) estagiário(a) por meio de encontros com os(as) estudantes; avaliação das condições éticas e técnicas do campo de estágio e da vinculação das atividades discentes previstas no Termo de Compromisso de Estágio (TCE) ao exercício da profissão Serviço Social; acompanhamento do instrumento comprobatório da freqüência no campo; orientação e avaliação dos relatórios elaborados pelo(a) estagiário(a). (ABEPSS, 2009, p. 190).

Dessa forma, a PNE marca o compromisso com a qualidade do processo formativo de qualidade e ao mesmo tempo em que reafirma o compromisso e a defesa do estágio supervisionado, trazendo um maior entendimento em relação às atribuições dos sujeitos envolvidos nesta atividade pedagógica, tratando também de outras especificidades do estágio como as colocadas anteriormente.

Entre os princípios destacados pelas DC's que contribuem para a unidade na formação profissional destacam-se: "4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; [...]." (ABEPSS, 2007, p. 73) e principalmente através do "5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; [...]." (ABEPSS, 2007, p. 73). A

importância de construção de outros espaços para a efetivação da relação teórico-prática também é elucidada nas DC's através do princípio da "8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; [...]." (ABEPSS, 2007, p. 73).

O estágio configura-se como espaço de síntese da relação entre conhecimento e realidade social, através da supervisão de campo e acadêmica como elementos fundantes dessa relação. Dessa forma a centralidade do estágio supervisionado em Serviço Social, que diferentemente dos outros componentes curriculares pode abordar a realidade social, o estágio se realiza pela inserção do estagiário no campo de estágio, pressupondo supervisão sistemática. Configurando-se como princípios norteadores do estágio, conforme colocado pela PNE, o que pressupõe a articulação de diversas dimensões do processo de ensinagem.

Este princípio é elucidado pela Política através da articulação entre Formação e Exercício profissional e também está intrinsecamente relacionado com a indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e de campo, afinal essas dimensões são fundamentais para garantia da unidade entre teoria e prática: é através da inserção do (a) estagiário (a) no campo de estágio, mediatizado pelo conhecimento apreendido ao longo do curso e mediante a supervisão direta e sistemática, que o (a) discente poderá compreender as particularidades da profissão e desvelar o real para identificar as possibilidades de intervenção profissional.

Esse processo pedagógico exige que a supervisão possibilite ao estagiário (a) que a partir dos referenciais teórico-metodológicos, compreenda a realidade em sua totalidade, identificando as contradições, antagonismos e os processos sociais, reafirmando assim, seu compromisso ético-político com a categoria profissional (através da construção da identidade profissional) e com a luta da classe trabalhadora, da qual é parte integrante para a intervenção na realidade social (dimensão técnico-operativa), em consonância com o projeto ético-político conforme materializado na lei de regulamentação da profissão e do código de ética profissional.

> Nesse sentido, esse projeto de formação profissional fortalece a concepção de estágio como um elemento indissociável da supervisão, devendo ser articulado aos diversos componentes curriculares e demais atividades que compõe o projeto de formação profissional, não devendo ser tratado de forma isolada. Nessa direção é considerado, ainda, como um componente curricular muito importante na articulação entre formação-exercício profissional, universidade-sociedade e teoria-prática, não mais se restringido ao mero "ensino da prática", como era percebido nos currículos anteriores. (SANTOS; GOMES; LOPES, 2016, p. 218)

Estes princípios da PNE alargam a compreensão da lógica curricular das DC's, superando a visão reducionista de teoria e prática, pois colocam outros elementos que

contribuem para essa relação e indissociabilidade, elementos estes, que compõem o estágio supervisionado enquanto atividade síntese dessa relação e lhe confere a devida centralidade que deve ter no Serviço Social: "Considerá-lo como uma 'atividade integradora do currículo' significa que todo o conteúdo, matéria, tratado no curso, necessariamente, deve ser absorvido, trabalhado, no componente curricular estágio". (SANTOS; GOMES; LOPES, 2016, p. 219).

Podemos a partir dessa afirmação, defender que o estágio, a partir da PNE, adquire a dimensão e complexidade que é inerente, sua maturidade no processo de formação acadêmico-profissional, devendo a categoria preservar esse avanço e reafirmar essa perspectiva nos diferentes espaços, contribuindo para que os profissionais, supervisores (as) de campo, acadêmicos (as), docentes, coordenadores de curso e de estágio, pesquisadores (as) da temática, realizem sua defesa enquanto atividade privativa e pedagógica, ou seja, não trata de uma atribuição "a mais" para o profissional, mas sim, de uma atribuição profissional, como as demais que estão preconizadas na lei de regulação e no código de ética profissional.

O estágio supervisionado é considerado como espaço de construção da identidade profissional, fortalecendo o compromisso enquanto sujeito coletivo. Ao passo que também contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a formação profissional. Também se configura como mediação na formação profissional e espaço de apreensão das múltiplas determinações da realidade social. "As mediações funcionam como condutos por onde fluem as relações entre as várias estâncias da realidade. São elas que possibilitam conceber-se a realidade como totalidade." (PONTES, 1997, p. 181).

> O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao (a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital. (ABEPSS, 2009, 174).

Atualmente verificamos que alterações substanciais na educação brasileira entram em curso no país a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996) orientada pelos interesses dos organismos multilaterais internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), que a partir dos interesses do capital – diante da necessidade de reestruturação produtiva, no seu atual estágio de desenvolvimento, torna-se necessária a reprodução do capital, as esferas de serviços, principalmente as públicas, passam a ser mercantilizadas, tornando-se formas de garantir o processo de acumulação capitalista. Esta lógica se particulariza na atualidade, diante do crescimento da área de

prestação de serviços e sua diversificação que está vinculado diretamente à intensa divisão social, sexual, de gênero e raça do trabalho.

> Sob crescente socialização objetiva do trabalho, mesmo com a produção generalizada de mercadorias, uma divisão cada vez maior de trabalho só pode ser efetivada se as tendências à centralização predominarem sobre as tendências à atomização. No capitalismo, esse processo de centralização tem caráter duplo: é técnico e econômico. *Tecnicamente,* uma divisão crescente de trabalho só pode combinar-se com uma socialização crescente e objetiva do trabalho por meio de uma ampliação das *funções intermediárias*; daí a expansão sem precedentes dos setores de comércio, transporte e serviços em geral. *Economicamente,* o processo de centralização só pode manifestar-se por meio de uma centralização crescente de capital, entre outras, sob a forma de uma integração vertical de grandes empresas, firmas multinacionais e conglomerados. (MANDEL, 1985, p. 269, grifo do autor).

Dessa forma, orientada a partir da reestruturação do modo de produção capitalista, através da expansão dos setores de serviços e a crescente capitalização dos serviços públicos, a reforma educacional, norteada pelo ideário neoliberal, tem influenciado a organização do ensino superior, em que se verifica um direcionamento cada vez mais nítido e intenso em direção do sucateamento do ensino superior público, com corte de verbas, ao mesmo tempo em que aumenta o número de vagas, sem a contrapartida do fortalecimento da estrutura funcional e organizacional necessária.

Diante desse cenário, que se aponta para o Serviço Social e suas dimensões interventiva e formativa, torna-se necessário analisar como se configuram os cursos de Serviço Social ao longo do país, como tem apreendido as DC’s e sua materialização através da grade curricular e dos seus componentes.

Também é necessário apreender os rebatimentos da PNE nesse processo, analisando a estruturação dos cursos, através da análise dos sujeitos partícipes desse processo – supervisores de campo, estagiários, supervisores acadêmicos, docentes e coordenadores de curso e dos órgãos responsáveis pela estruturação do estágio. As DC’s datam de 1996, atualmente com mais de vinte e cinco anos após sua aprovação e a Política Nacional de Estágio com quatorze anos. Dessa forma, é fundamental analisar as mudanças que esta política trouxe para a formação profissional em Serviço Social.

Neste contexto, reafirma-se o estágio supervisionado como atividade fundante do processo de ensinagem em Serviço Social, em uma perspectiva de educação e de formação crítica, embasado em valores, princípios e diretrizes para a formação e o trabalho profissional construídos e defendidos pela categoria. Defendemos o estágio como atividade curricular obrigatória conforme preconizado pelas DC’s, sendo a única que pressupõe para sua efetivação a supervisão, importante atividade que possui como salto qualitativo na defesa da

formação em Serviço Social ao articular os três sujeitos partícipes do processo de supervisão, sendo uma importante atividade na garantia da síntese entre conhecimento e realidade social, trabalho e formação e de desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício profissional, pois articulam diferentes sujeitos, em diferentes dimensões com o único objetivo: qualificação para o exercício profissional.

A PNE reafirma a indissociabilidade dos elementos centrais da formação profissional preconizado pelas DC's e a articula no estágio supervisionado, enquanto dimensões inerentes ao processo de supervisão de estágio, composto pela tríade: supervisão de campo, acadêmica e estagiário. Esta se configura como um dos grandes desafios para a efetivação do estágio supervisionado em Serviço Social, na qual a categoria apresenta diversos instrumentos para sua operacionalização, como fóruns de estágio, plano de estágio, entre outros elementos.

A indissociabilidade da supervisão de campo e acadêmica é fundamental para a superação da dicotomia entre teoria e realidade social (prática), que historicamente é um dos desafios da profissão; este princípio também é fundamental para enfrentar o conservadorismo da profissão que reforça traços como uma visão tecnicista da formação acadêmico-profissional.

> Ainda que sejam momentos distintos, supervisão acadêmica e supervisão de campo constituem elementos intrínsecos de um mesmo processo, que é o estágio supervisionado, e enfrentam desafios análogos. A supervisão é uma atividade didádico-pedagógica possibilitadora da apreensão e assimilação da práxis profissional. Isso não significa que estamos delegando ao estágio a responsabilidade única da relação diversa entre teoria e prática, mas dando "[...] centralidade ao estágio e à transversalidade da relação teoria e prática, e trabalho e formação profissional em todo o curso de Serviço Social. E é claro que [...] tem particularidades que tem que ser entendidas no processo de formação" (fragmentos da entrevista com supervisor acadêmico e militante na ABEPSS, cognome Liberdade). (CAPUTI, 2021, p. 158).

Mas esta dimensão está relacionada com os outros princípios elucidados na PNE, como a articulação entre universidade e campo de estágio, tão necessária para a efetivação do estágio curricular como um momento ímpar na formação profissional, na qual conhecimento e realidade se articulam. Essa aproximação das UFA's com os campos de estágio contribui para a troca de conhecimento entre os sujeitos, para a suspensão do cotidiano, tornando-se espaço fecundo para o debate da realidade social vivenciada no campo de estágio, permitindo que a UFA's saia dos seus muros institucionais e compreenda as particularidades do campo de estágio e assim, articulado com o supervisor de campo, construa um conhecimento radicalmente crítico e organicamente vinculado com a realidade social. Também permite que a UFA's compreenda as dificuldades dos campos de estágio e contribui para o fortalecimento

da categoria, numa relação de respeito e de trocas de conhecimentos e experiências. Essa relação também deve propiciar espaços para a educação permanente em Serviço Social, oferendo espaços para a capacitação dos profissionais que oferecem campo de estágio.

As UFA's têm uma função social importante para a sociedade: elas têm a responsabilidade de formar profissionais capacitados que contribuam para o desenvolvimento da ciência e para a melhor qualidade de vida da população, para o desenvolvimento do país de forma socialmente responsável e humanamente comprometida com os direitos sociais e com a superação da desigualdade e das mazelas da questão social. Atualmente vemos o escamoteamento desse princípio, voltando a universidade para os interesses da eficiência e da eficácia do mercado capitalista e para as taxas de superlucros e de acumulação, favorecendo uma pequena parcela da população, assim como o desenvolvimento de tecnologias as quais uma minoria tem acesso.

Outro desafio histórico da UFA's principalmente as públicas é prestar serviços de relevância social, através de suas pesquisas e dos projetos de extensão, que se configura como um dos espaços de campo de estágio, desde que atenda os critérios para esta atividade: o discente vivenciar o trabalho profissional do (a) Assistente Social mediante supervisão direta e que este profissional esteja com as condições éticas para a realização da supervisão, com registro ativo e em exercício profissional. Neste sentido, a PNE entende que "[...] o estágio se constitui como elemento potencializador desta relação, fomentando o conhecimento acerca da realidade e contribuindo na identificação e construção de respostas às demandas e desafios contemporâneos". (ABEPSS, 2009, p. 174).

O estágio também é espaço de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, sendo um espaço rico para a qualificação profissional, ao articular esses três elementos, permite que o (a) estagiário (a), articule a dimensão investigativa, formativa e interventiva no mesmo processo, como uma unidade. A Política Nacional de Estágio realiza a defesa desse espaço como possibilidade de campo de estágio, desde que resguardadas as condições exigidas pelas normativas para sua efetivação.

Outra questão que merece destaque é a realização do estágio no mesmo lugar em que o estagiário (a) trabalha, sendo que a orientação é que essa situação deve ser evitada; compreende-se que esta situação pode causar confusão para o (a) estagiário (a) que pode ter sua visão sobre a instituição "contaminada" pela sua percepção da realidade social vivenciada como trabalhador (a), além de sendo funcionário (a) não resguardar o tempo necessário para a realização do estágio, já que comumente, o estágio não é valorizado pela instituição, comprometendo a carga horária necessária. Esta situação pode ferir a autonomia no estágio e

causar um mal-estar, podendo o funcionário sentir-se inseguro em propor reflexões, críticas e possibilidades de intervenção, devido ao vínculo que possui.

A situação do (a) discente trabalhador (a) é destacada pela PNE, sendo que as UFA's devem criar condições para que o discente consiga realizar o estágio de forma efetiva, com cumprimento de carga horária e adequada a sua realidade social, preservando a qualidade do estágio supervisionado. Situações que devem ser previstas na política de estágio da UFA.

Outro salto qualitativo apresentado pela PNE é a definição de competências e atribuições dos sujeitos partícipes do processo de supervisão: supervisor (a) de campo, estagiário (a) e supervisor (a) acadêmico (a), assim como da Coordenação de estágio que tem um importante papel na construção da política de estágio da instituição e dando o devido destaque ao estágio supervisionado na Unidade de Formação Acadêmica. Não abordaremos essas atribuições, pois acreditamos que a Política aborda de forma suficiente.

Cabe à coordenação de estágio, a organização, cadastro e oferecimento de campos de estágio, a criação de espaços como fóruns de supervisores, reuniões com supervisores (as) acadêmicos (as) e de campo, com proposta de sempre repensar a forma como está sendo realizada a supervisão, os desafios, as possibilidades de oferecimento de atividades de capacitação para os supervisores, assim como um espaço de participação do (a) discente na construção de uma política de estágio que esteja voltada para suas reais necessidades.

Essa definição das atribuições e competências significou um avanço necessário, sendo que não havia no âmbito do Serviço Social um documento que orientasse a abordasse de forma tão aprofundada essas dimensões, o que causa confusão para os sujeitos diante a falta de parâmetros, o que poderia dar margem para ser desenvolvida a forma como entendesse seu papel nesta atividade, não atingindo o que se espera para o estágio em cada período do ano letivo.

> Para que o estágio supervisionado se constitua como espaço efetivo de formação profissional com a construção de conhecimentos, habilidades, favorecendo o aprimoramento ético e intelectual, é necessário que os sujeitos/ atores envolvidos tenham clareza de seus papéis na operacionalização dessa atividade. (CAPUTI, 2021, p. 137).

Neste sentido, Santos, Gomes e Lopes (2016) destacam a importância da supervisão de estágio a partir das atribuições de cada sujeito e o princípio da indissociabilidade das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, para que não ocorra uma fragmentação dessas dimensões, caindo no velho dilema que as disciplinas ensinam a teoria e o estágio ensina a prática, supervalorizando uma dimensão em detrimento da outra e

descolando o estágio do processo de formativo como um todo, desmontando o que é preconizado pelas DC's:

> A Política Nacional de Estágio (PNE) – publicada em 2010 – indica para as unidades de formação acadêmica alguns princípios para a realização do estágio: a defesa da indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, evitando a tendência de superestimar a dimensão técnico-operativa, a defesa da ética enquanto elemento transversal à formação, devendo ser priorizada no processo de estágio; a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; a articulação entre universidade e sociedade, compreendendo o estágio como um elemento potencializador desse processo; a unidade teoria-prática, tendo em vista o estágio como um elemento que a expressa; a interdisciplinaridade, visto que o estágio se materializa por meio da interlocução entr as diversas áreas de conhecimento trabalhadas durante a formação; e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. (SANTOS; GOMES, LOPES, 2016, p. 221-222).

É importante destacar que a PNE coloca estratégias para a operacionalização do estágio, entre elas destacaram a aproximação dos órgãos representativos da categoria ENESSO, ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS. Essa relação é fundamental para a defesa do projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social, o que tem contribuído para a qualidade da formação frente à ofensiva do Capital. A construção das DC's e a PNE é resultado dessa organização ético-política, sinalizando um avanço diante da precarização da educação brasileira. Essa capacidade organizativa da categoria, que se expressa através dos movimentos políticos, dos eventos e encontros, tem contribuído para o aprofundamento do debate da formação acadêmico-profissional, problematizando os seus desafios e contribuindo para que as DC's da ABEPSS preservem seu movimento dialético, incorporando as bandeiras de luta da profissão. A PNE reforça essa importância, reafirmando a necessidade de materialização dos princípios e objetivos do estágio no cotidiano da formação profissional (ABEPSS, 2009). Competindo às UFA's articuladas com os campos de estágio:

> Nesta perspectiva, compreendemos que o processo de ensino-aprendizagem, materializado no estágio supervisionado, deve impulsionar a articulação dos conteúdos que compõem os diversos componentes curriculares, abrangendo a concepção de estágio e supervisão e sua importância no processo de formação profissional; a apreensão da realidade dos campos de estágio e da dinâmica da atuação do (a) assistente social nestes espaços sócio-institucionais; a construção, operacionalização e avaliação de projeto de intervenção, a elaboração de relatório técnico-científico da experiência de estágio. (ABEPSS, 2009, p. 185).

Mais um elemento importante a se destacar é que o estágio deve ocupar o lugar estratégico no projeto político-pedagógico do curso, sendo um componente que articula os demais elementos do curso, relacionando o conhecimento apreendido no trabalho profissional

através do campo de estágio com os conhecimentos construídos ao longo do processo de formação profissional. Esta compreensão também deve permear o estágio curricular não-obrigatório, sendo que este tem se tornado um desafio para as UFA's tornando-se, muitas vezes, em algo isolado, como um apêndice nos cursos.

Para a realização do estágio, é necessário que o (a) discente tenha cumprido disciplinas específicas anteriormente para a realização do estágio, como ética e fundamentos históricos téorico-metodológicos do Serviço Social I e II, conforme preconizado pela PNE (ABEPSS, 2009). Outra exigência colocada pela política é que o estágio ocorra concomitante ao período letivo, totalizando em quatro semestres, com supervisão sistemática de campo e acadêmica. Este sempre foi um desafio para a formação profissional, diante da dificuldade de oferecimento de campo de estágio logo no início do período do ano letivo em que se deve iniciar o estágio, o que faz com que muitos (as) discentes iniciem a supervisão acadêmica sem estarem inseridos no campo de estágio e com supervisão de campo.

Esta realidade agravou-se ainda mais no período pandêmico, principalmente com a retomada do ensino por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e pelo fato de muitas instituições estarem impedidas de oferecer estágio devido às medidas de prevenção da COVID-19. O que se presenciou foi o estágio que sempre encontrou desafios para se efetivar conforme preconizado nas DC's; no período pandêmico, foi ainda mais desastroso, sendo reduzidas as experiências e possibilidades que a realidade apresentava: supervisão acadêmica e de campo através de plataformas online, não permitindo que o (a) estagiário vivenciasse efetivamente o trabalho profissional do (a) assistente social; também *lives* de eventos online que foram consideradas para cumprimento de carga horária de estágio e inúmeras outras estratégias para que o (a) discente conseguisse cumprir o que era exigido para a conclusão do curso, sem ter maiores prejuízos do que os alunos já estavam sofrendo no seu processo de formação.

Dessa forma a supervisão direta também esteve ameaçada durante esse processo e o estágio que tem por objetivo aproximar o (a) estagiário (a) da realidade profissional, compreendendo como se materializa o Serviço Social no espaço sócio-ocupacional e o trabalho profissional, muita das vezes, não conseguia oferecer uma experiência que contribuísse para que o (a) discente tivesse essa apreensão. Defendemos que não existe estágio remoto, o que existiu foi o Ensino Remoto Emergencial (ERE), na qual as UFA's tiveram que criar estratégias para oferecimento e realização do estágio. O estágio não foi e não pode ser emergencial, o que contraria as normativas e demais documentos construídos pela categoria.

> A experiência nos mostrou que as unidades de ensino têm mantido a supervisão acadêmica, mediada por recursos virtuais e a supervisão de campo com variações entre presencial, semi-presencial ou até virtual/remota durante a pandemia, naquelas unidades de ensino que não tiveram como suspender completamente. A pergunta é, o quanto esses formatos descumprem a exigência de supervisão direta. Estamos, pois, diante de uma situação em que é preciso um processo de reflexão sobre o significado do termo "direta". Historicamente, o termo não é passível de questionamento, dado que a Resolução define que a "supervisão direta pressupõe a conjugação do acompanhamento das atividades de estudantes em campo e da orientação e avaliação da supervisão acadêmica", cabendo a estagiários/as executarem atividades de aprendizado, com "acompanhamento sistemático, contínuo, permanente, na mesma instituição e local" e acrescentamos, qualquer que venha a ser a modalidade possível no contexto atual (CFESS, 2021, p.9).

Apesar de a pandemia ter atravessado o desenvolvimento da pesquisa, não abordaremos de forma aprofundada a questão do estágio no período pandêmico para não distanciar do nosso objeto de pesquisa, mas vale destacar o posicionamento da categoria através da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS contra essa modalidade de ensino, pois não se trata somente de ser uma medida emergencial, mas da proposta que está no seu bojo: a contrarreforma da educação, com a precarização da formação acadêmico-profissional e o avanço do ensino à distância, que com o ERE intensificou um processo já existente que tem sido defendida pelo mercado.

O que se presenciou nesse período, que as UFA's, principalmente as públicas, mas de forma geral as presenciais, encontraram desafios para realização dessa modalidade de ensino: na verdade, tiveram que aceitar o ERE sem nenhum debate com o corpo docente e discente e sem aproximar da realidade desses sujeitos, além da falta de suporte, orientação e fornecimento adequado de recursos tecnológicos, o que se tornou ainda mais agravante, diante do medo e da incerteza da sobrevivência, tanto pela ameaça a vida como da falta de condições objetivas e materiais de sobrevivência, principalmente para os (as) discentes. ABEPSS sinalizou alguns questionamentos que expõem a desigualdade no acesso a tecnologia:

> Neste cenário, a disputa entre projetos estruturais se fortalece. Algumas das soluções propostas por gestores para a dificuldade de acesso de discentes ao ensino remoto é indicar que a/o estudante tranque sua matrícula e, quando houver o retorno presencial, volte a cursar a faculdade. De fato, essa indicação revela uma concepção de universidade. Quem pode participar do ensino remoto? Novamente, as pesquisas da TIC indicam que os setores com maior acesso estão no espaço urbano e nas classes A e B. Quem tem equipamento adequado, programas de dados excelentes, condição de infraestrutura para estar nas atividades virtuais. E quem são esses? Os cotistas? Ou aqueles a quem a estrutura familiar já permite acesso a tudo isso de maneira adequada? Para quem seria esta universidade moldada pelo Ensino Remoto Emergencial?
>
> Dados de administrações universitárias revelam que, neste último período da pandemia, há um número razoável de discentes retornando para "a casa do estudante" ou "alojamentos", porque não têm mais condições de vivenciar a volta

> das aulas remotas em sua casa. O que também aumenta a presença de utilização de refeições em restaurantes universitários. Isso é uma expressão da desigualdade e nos exige enfrentar as administrações no sentido de assegurar essas condições no âmbito das medidas de assistência estudantil. Essas demandas vão se confrontar com a redução de recursos para as instituições públicas e fortalecer a confiança na luta mais ampla e coletiva com setores da educação que atuam contra os ataques às universidades públicas via corte de recursos e estrangulamentos da democracia interna. (ABEPSS, 2021, p. 14).

Entendemos que estes desafios não são atuais e não se esgotam com o fim da pandemia. Sabemos que a pandemia da COVID-19 trouxe particularidades, mas também aprofundou desigualdades sociais já existentes, escancarou a lógica destrutiva do capital e reafirmou quem tem direito à vida na era do capital. Conforme destacamos, não se trata aqui de aprofundar as particularidades dos rebatimentos da pandemia na formação profissional em Serviço Social, pois essa discussão não se esgota e não se restringe ao debate da pandemia, na verdade, ela abre uma série de debates que historicamente a categoria tem se posicionado: contrarreforma da educação, expansão do ensino, principalmente na modalidade à distância, o uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) no trabalho e na formação profissional, entre outros questionamentos. Dessa forma, nosso posicionamento em não aprofundar, deve-se ao nosso compromisso de ser coerente com a concepção de formação crítica que defendemos e por entender, a partir dos aportes teóricos que nos orientam que estes desafios não são particularidades da pandemia somente, mas são um debate que a categoria ainda tem aprofundar, diante da complexidade e da totalidade que apresenta e que aqui temos constantemente problematizado: a disputa por projetos de classe, de educação e formação na sociedade capitalista e suas particularidades na realidade brasileira.

Ainda em relação às estratégias para a operacionalização do estágio apontadas pela PNE, destacamos a construção da política de estágio nas UFA's, onde os fóruns de supervisão são importantes espaços de articulação entre as Unidades de Formação Acadêmica e os campos de estágio, contribuindo para a educação permanente no Serviço Social, sendo uma estratégia pedagógica para a capacitação dos (as) supervisores (as), contribuindo para o debate dos desafios do estágio procurando superá-los, qualificando-o na direção das DC's, também sendo espaço de aprofundamentos dos elementos da PNE.

Destacamos a elaboração dos Planos de estágio que caracterizam como instrumento didático-pedagógico na construção da proposta do estágio, sendo espaço para a reflexão do (a) estagiário (a) sobre os objetivos do estágio, o lugar do Serviço Social na instituição em que se desenvolverá o estágio e as formas de avaliação através das reuniões de supervisão. Este instrumento deve ser construído pelo estagiário com o (a) supervisor (a) de campo e com a participação do (a) supervisão acadêmico sendo um instrumento que poderá ser utilizado nas

supervisões de estágio, principalmente em sala de aula. Configura-se assim, um importante instrumento para fortalecer a dimensão pedagógica do estágio, tão necessária ser mais bem aprofundada no Serviço Social:

> A processualidade da supervisão de estágio não implica somente uma mudança na organização curricular, mas na concepção que subjaz a tal processo; não significa mais entendê-la na predominância da razão técnica, mas histórica e criticamente. Desse modo, um desafio é a dimensão teórico-metodológica e pedagógica que orienta o diálogo entre os sujeitos envolvidos diretamente no processo de supervisão de estágio e os supervisores professores, para avançar e amadurecer em propostas substantivas ao projeto de qualificação teórico e técnico-político profissional. (LEWGOY, 2016, p. 147).

É importante que o estágio não seja algo realizado somente para cumprimento de uma exigência documental para a sua realização, mas que seja um exercício pedagógico para compreensão do seu papel nesta atividade e contribuindo para nortear a sua realização durante o período letivo, principalmente programando os momentos de supervisão de campo, enquanto um espaço reservado para reflexão, crítica e construções entre estagiário (a) e profissional supervisor (a) de campo.

A PNE também problematiza e defende a importância de preservação da qualidade do estágio para o (a) discente trabalhor (a), para que sejam oferecidas condições para a realização do estágio e da supervisão em horários que conciliem com sua realidade e que não haja prejuízo ou diferenciação em relação aos demais discentes:

> Ao deparar-se com situações de estudantes trabalhadores, que possuem demandas específicas de horário, o cumprimento do estágio deve seguir as mesmas exigências de qualificação e de acompanhamento, cabendo às UFAs definir em suas respectivas políticas de estágio as estratégias para assegurar esse processo, tais como a oferta da disciplina em horário especial e outras alternativas, coerentes com os princípios e objetivos aqui expressos.
> Deve-se, ainda, assegurar, nos projetos pedagógicos, a carga horária diferenciada na disciplina estágio supervisionado, garantindo aos docentes responsáveis, as condições coerentes com as tarefas extraclasse que a mesma exige (visitas aos campos, atividades dos fóruns de estágio, cursos de capacitação de supervisores, dentre outras). (ABEPSS, 2009, p. 188).

Reafirmamos os avanços e aprofundamentos da PNE na defesa e operacionalização do estágio supervisionado e compreendemos que esse debate é dinâmico e está em constante movimento na categoria. É fundamental que a política seja apropriada em sala de aula, através das disciplinas e das atividades de supervisão, assim como nos fóruns de supervisão, pois ela traz importantes elementos para a qualificação do estágio, e dessa forma, é fundamental que acompanhe o movimento do real, das inquietações, desafios e posicionamentos da categoria,

principalmente daqueles que estão envolvidos (as) na materialização do estágio e de sua defesa: ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS, UFA's, discentes, supervisores (as) de campo e acadêmicos (as), coordenadores (as) de curso e coordenadores (as) de campo de estágio, para que o estágio não perca seu lugar estratégico e central no processo de formação acadêmico-profissional.

> Por ser uma disciplina que possui particularidades que residem especialmente no fato de que o estágio é um componente curricular que envolve duas instituições distintas (universidade e campo de estágio) com rotinas, estruturas, objetivos e lógicas diferentes e três atores também diversos (aluno/estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico), são muitas a dificuldades que se colocam do ponto de vista didático-pedagógico. Essas se estabelecem desde a falta de clareza quanto aos diversos papéis e atribuições dos atores envolvidos (a despeito das indicações, nesses sentido, existentes tanto na Resolução 533/2008 e Política Nacional de Estágio) até a condução da disciplina durante o semestre letivo. (ORTIZ, 2015, p. 193).

Apesar dos avanços, percebemos que os elementos que a PNE sinaliza, ao mesmo tempo em que configura como estratégia de defesa da qualidade do estágio, ainda apresenta os desafios que necessitam ser enfrentados.

2.4 ABEPSS e a defesa histórica do projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social: algumas considerações sobre o estágio e a PNE

O compromisso da ABEPSS com a defesa do projeto de formação acadêmico-profissional é histórico. Sua organização ao longo dos anos, contou com profissionais, docentes, discentes de graduação e pós-graduação que estão na vanguarda da categoria, mantendo atualizado o debate acadêmico, científico, intelectual e profissional, fomentando a reflexão crítica e o posicionamento em consonância com o projeto ético-político. Confiram-se dessa forma, as atribuições da ABEPSS:

> Art. 2° - A ABEPSS tem como finalidades: I - propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação; II - fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais; III - contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias; IV - propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de Graduação e Pós-Graduação; V – estimular intercâmbios e colaborações nacionais e internacionais entre as Unidades de Formação Acadêmica, grupos de pesquisa, pesquisadores, entidades representativas da categoria dos assistentes sociais; VI - promover articulação entre associações acadêmicas e

> científicas congêneres; VII - apoiar iniciativas de criação de Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social no país; VIII – acompanhar o processo de autorização, reconhecimento e renovação dos cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação; IX - fomentar e estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa nas universidades e/ou outras instituições voltadas para a pesquisa; X – estimular a publicação da produção acadêmica na área de Serviço Social e assegurar a publicação semestral da Revista Temporalis como revista nacional da ABEPSS; XI- divulgar cadastro de pesquisadores em Serviço Social; XII - promover eventos acadêmico-científicos na área do Serviço Social; XIII - manter
> atualizadas as subáreas de conhecimento e especialidades em Serviço Social nos órgãos de fomento à pesquisa adequando-as aos eixos temáticos de orientação acadêmico-científica definidos no âmbito da ABEPSS; XIV - representar e defender os interesses da área de Serviço Social, nas agências de fomento no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão; XV – fortalecer a concepção de ensino de graduação presencial, denso, crítico, laico e numa perspectiva de totalidade. (Estatuto da ABEPSS, 2008).

Esse compromisso expressa-se na construção das DC's da ABEPSS, que marca a consolidação de uma nova lógica curricular, um novo patamar na compreensão do processo de formação, alicerçado pelo compromisso ético-político, fundamento em uma base teórico-metodológica com radicalidade crítica que contribui para um movimento pedagógico na construção do perfil profissional que propõe a superação da fragmentação do conhecimento e que articula os diversos componentes curriculares em direção da unidade entre teoria e realidade, o que supõe a indissociabilidade dos fundamentos teórico-metodológgicos, ético-políticos e técnico-operativos, assim como a articulação entre universidade e sociedade, reafirmando o compromisso histórico com a função social da unidade, através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Um conhecimento que não é teoricismo, mas um conhecimento construído através da realidade concreta, alimentando as pesquisas e realimentando a realidade, assim como um conhecimento que articulado com a extensão universitária, cria espaços de diálogos com a comunidade acadêmica e com a população usuária dos serviços, ou seja, é a universidade saindo dos seus muros e construindo conhecimento com finalidade social. Nesse processo, o estágio tem uma importante contribuição, ao realizar essa relação entre conhecimento e realidade social e desenvolvendo competências e habilidades necessárias para a intervenção. E, enquanto atividade pedagógica cria espaços para o desenvolvimento da autonomia, da criticidade, permitindo que estagiário (a) e supervisores de estágio realizem a suspensão do cotidiano e pensem possibilidades de intervenção.

É essa perspectiva que sustenta o projeto de formação acadêmico-profissional defendido pela categoria e elucidado nas DC's: uma formação crítica, competente, alicerçada em uma lógica curricular dialética e numa perspectiva de totalidade, que articula diversas

dimensões do conhecimento e atividades pedagógicas inscritas no projeto pedagógico do curso.

Está fundamentado nessa direção social do projeto de formação acadêmico-profissional e na necessidade de aprofundamentos dos elementos relacionados ao estágio supervisionado, seus princípios, diretrizes, desafios e, principalmente estratégias para sua efetivação. A ABEPSS mais uma vez mobilizadora e mobilizada pela categoria, constrói a PNE, na defesa da qualidade do estágio e da supervisão em Serviço Social.

Entre as principais ações da ABEPSS enquanto protagonista da defesa do projeto de formação acadêmico-profissional está na realização do Encontro Nacional de Pesquisadores (as) em Serviço Social (ENPESS), que articula toda a categoria profissional para debater os desafios para formação e o trabalho profissional em âmbito nacional, articulando trabalhadores (as), docentes, discentes e pesquisadores (as) e onde são socializadas importantes pesquisas em nível de graduação, pós-graduação e do exercício profissional, fomentando dessa forma a pesquisa e a socialização do conhecimento.

A publicação da revista Temporalis, enquanto periódico nacional de publicação semestral também é um importante instrumento acadêmico-intelectual na socialização do conhecimento e das pesquisas em Serviço Social, fortalecendo a organização política da profissão, a educação permanente e a fundamentação do trabalho e do exercício profissional. Enquanto área do conhecimento, sendo o Serviço Social uma profissão inscrita no mundo do trabalho, que produz pesquisa e conhecimento sobre a realidade em que atua de relevância nacional e internacional, a revista Temporalis tem grande relevância e expressividade no Brasil e no exterior.

Dessa forma, destaca-se a relação do projeto ético-político com a produção do conhecimento em Serviço Social: é a partir da adoção do referencial crítico marxista e marxiano, que permite o desvelamento do real em sua radicalidade, com aprofundamento teórico e de relevância acadêmico-científico e profissional. As pesquisas e produções na profissão têm contribuído para o fortalecimento da categoria enquanto coletiva e principalmente denunciando as desigualdades sociais, as armadilhas do capital e socializando conhecimento socialmente comprometido com a sociedade e de relevância na área do conhecimento.

A realização da ABEPSS itinerante também tem se configurado como espaço de avanço no debate da luta política da profissional, no fortalecimento da relação da Entidade com a categoria como um todo e com as UFA’s, avançando no projeto de formação acadêmico profissional em Serviço Social, incorporando os conhecimentos produzidos e as

pesquisas e debates que sustentam, alimentam e movimentam o projeto de formação profissional, dando o caráter sempre atual das DC's ao problematizar e criar estratégias que incorporam as lutas antirracistas, antissexistas, anticapitalistas ao projeto de formação profissional, reafirmando a lógica curricular construída historicamente. O projeto ABEPSS itinerante: "[...] permitiu capilarizar a ABEPSS juntos as Unidades de Formação Acadêmica (UFA's), ampliando os debates e reforçando os princípios das DC's na direção social que a profissão construiu nos últimos 30 anos". (ABEPSS, *online*).

com a lógica das DC's, contribuindo para uma formação crítica e emancipatória contra a ofensiva do capital na educação O projeto articula as entidades representativas da profissão (UFA's, ENESSO, CRESS/CFESS), com objetivo de discutir os desafios para o projeto de formação profissional e a importância de se apropriar das bandeiras de luta nos projetos pedagógicos do curso, em consonância e na formação profissional.

Sua primeira edição, em formato de curso, ocorreu de setembro de 2011 a novembro de 2012, cujo " tema central dessa primeira edição foi o fortalecimento da lógica das DC's reforçando a questão social e a ontologia do trabalho como centrais para a formação dos assistentes sociais". (ABEPSS, *online*).

Em 2014, tem a edição relacionada ao estágio supervisionado em Serviço Social, diante de a necessidade compreender os desafios para sua efetivação, teve como título: "Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas". ABEPSS, *online*). O projeto é uma importante estratégia para o fortalecimento das DC's, mantendo-as sempre atuais e resistentes às ofensivas neoliberais na educação brasileira, principalmente no ensino superior.

Assim a cada edição, a ABEPSS aborda principais temas relevantes que se configuram como desafios para a profissão frente à conjuntura nacional: o estágio supervisionado, os fundamentos da profissão, ética e direitos humanos e o avanço do conservadorismo, as DC's e os projetos pedagógicos e a necessidade do debate da questão racial, entre outros temas. Não iremos aprofundar aqui sobre a complexidade e importância da ABEPSS Itinerante, mas sinalizar sua importância na defesa, avanço e consolidação das DC's e dos seus elementos formativos, entre eles o estágio supervisionado em Serviço Social.

A centralidade do debate do estágio supervisionado também está presente através do Grupo Temático de Pesquisa (GTP's), que tem por objetivo articular pesquisadores (as) para abordar temas de relevância social. Segundo ABEPSS, os GTP's:

> [...] constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade. Promove, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas. Os Grupos Temáticos de Pesquisa, como o próprio nome já o indica, são formados por pesquisadores, Grupos, Núcleos, Redes da área e de áreas afins, para tratarem de temas de relevância social. Esses grupos têm vida própria e autonomia, mas estão vinculados organicamente à ABEPSS. (ABEPSS, online).

Destaca-se o GTP Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional, como espaço fecundo para o debate da formação profissional em Serviço Social e contribuindo para o processo de implantação das DC's, que possuem como estratégia:

> [...] pensar um processo de formação continuada que venha a atingir os docentes de todas as universidades e/ou faculdades que tenha em seu quadro o curso de graduação em Serviço Social como um instrumento necessário e urgente para que a implementação das Diretrizes não seja fraturada em seus elementos mais relevantes, e para que seus fundamentos não sejam diluídos em seus aspectos mais importantes. (ABEPSS, online).

Nesse sentido, têm-se produzido importantes relatórios que subsidiam o debate da formação acadêmico-profissional e os desafios para a efetivação das DC's. Sendo que o estágio supervisionado está no centro das reflexões dos GTP's. A PNE ao contextualizar a sua construção, sinaliza esse movimento da categoria, sua organização política e os desafios que impulsionaram a ABEPSS na sua formulação.

> Esse processo coletivo de debates demonstra o caráter mobilizador e estratégico da PNE na defesa do projeto de formação profissional e instrumento de luta contra a precarização do ensino superior. Neste sentido, a resposta das Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs), professores, estudantes e assistentes sociais ao chamado da ABEPSS foi significativa e propositiva, tornando a construção da PNE um elemento de mobilização efetiva em todo Brasil, conforme demonstram os dados relativos aos debates ocorridos no país que discutiram a Política: 80 eventos, que contaram com a participação de 175 UFAs e 4.445 participantes. (ABEPSS, 2009, p. 163).

Esse movimento da ABEPSS demonstra sua capacidade organizativa, sua força mobilizadora e sua representatividade na categoria, o que garante a hegemonia do projeto de formação profissional crítico e alicerçado em valores humano-genérico emancipatórios, contra a ofensiva do capital. Configura-se como uma importante identidade para alavancar o debate contemporâneo em Serviço Social, sendo a principal protagonista em sua defesa. Sabemos que uma profissão não é homogênea, e encontra tensionamentos de projetos

antagônicos de profissão, mas é preciso reafirmar a direção social da entidade e realizar sua defesa contra o avanço do conservadorismo e a precarização formação profissional. Há muito que se avançar, e a direção não tem medo de sonhar e construir um futuro mais humano, justo e igualitário.

Em relatório do projeto ABEPSS Itinerante 2014 “Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas”, destacou-se que os Fóruns Regionais de Supervisão de Estágio, apontou a necessidade de se fortalecer os princípios norteadores do estágio na formação profissional, em que a PNE tem um importante papel. Ainda foi colocada a importância de enfrentar as dificuldades de implementação da PNE e fortalecer as DC’s como estratégias didádico-pedagógicas, sendo um dos objetivos da segunda edição da ABEPSS Itinerante.

As oficinas demonstraram que entre os nós críticos há a organização, estruturação e operacionalização das DCs e da PNE, na realidade de cada UFA. Notam-se as existências de desafios históricos relacionados ao estágio, como a dificuldade de abertura de campo de estágios, pois o avanço do ensino à distância tem refletido sobre essa realidade, demandando mais vagas de estágio. Outro aspecto que merece destaque foi a tendência de crescimento do número de supervisores (as) de campo com graduação no ensino à distância em algumas regiões do país, o que pode refletir na qualidade da formação profissional, frente à precarização que esta modalidade tem representado, assim como na operacionalização da supervisão.

Percebemos pelo relatório, que a supervisão de estágio enquanto componente curricular ainda aparece como de menor relevância, ocorrendo uma cisão entre os docentes que supervisionam estágio e os das demais disciplinas. Esta configuração é incoerente com o posicionamento da ABEPSS e principalmente com a lógica das DC’s que propõe um novo patamar para a formação profissional, em que não pode haver essa dicotomização entre os componentes curriculares, como se algumas disciplinas fossem mais importantes por abordar os aportes teóricos e as matrizes teóricas que fundamentam a formação profissional e aquelas relacionadas ao ensino da prática, ou descaracterizar a supervisão como se fosse relacionada ao estágio curricular como algo menor. A supervisão, conforme já foi elucidado, tem um importante papel enquanto estruturadora do curso, ao oportunizar a relação entre o conhecimento apreendido ao longo dos cursos através das disciplinas e demais componentes curriculares e o estágio supervisionado.

Também foi destacada a redução da supervisão de campo ao mero acompanhamento do (a) estagiário (a) no cotidiano profissional, descaracterizando enquanto atividade

pedagógica, cuja finalidade é aproximar o (a) estagiário (a), mediante supervisão sistemática, capaz de proporcionar a reflexão das particularidades do trabalho profissional e compreender o lugar do Serviço Social na instituição, criando espaços para o desenvolvimento da autonomia, da crítica e de competências e habilidades necessárias para o exercício profissional. Assim, a supervisão torna-se somente um espaço de orientação do profissional no seu cotidiano de trabalho.

Verificou-se que algumas UFA's não possuem a supervisão na sua organização curricular e não dispõem de uma política de estágio do curso, o que fragiliza o projeto de formação profissional, por não assumir o lugar estratégico no projeto pedagógico do curso e não ocorrendo conforme preconizado por falta de carga horária ou de docente para sua realização, sendo realizada conforme é possível, e não sendo assumida efetivamente. Em algumas UFA's o estágio e a supervisão não são considerados como componentes curriculares obrigatórios.

Destaca-se a necessidade das instituições que ofertam campos de estágio de possuírem um plano de trabalho do Serviço Social, que caracteriza o objetivo da profissão em consonância com o projeto ético-político, não confundindo assim os objetivos institucionais com os objetivos da profissão, o que dificulta a apreensão do (a) estagiário (a) das particularidades da profissão naquele espaço sócio-ocupacional, o lugar do Serviço Social, suas atribuições e competências, a correlação de forças e suas estratégias para o fortalecimento do projeto ético-político.

O relatório a partir desses desafios aponta algumas estratégias para sua superação. O que é importante destacar é que esses desafios ainda permanecem e se agravaram com a pandemia da COVID-19, que trouxe diversos desafios para a efetivação do estágio e da supervisão, mas também reforçou e agravou o projeto de educação do capital, tornando ainda mais permissivo o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) como estratégias de avanço do ensino à distância e as modalidades híbridas no projeto de formação profissional.

Nossas reflexões foram no sentido de demonstrar a do posicionamento ético-político da ABEPSS na defesa e direcionamento do projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social e a importância de debater e construir estratégias para a efetivação do estágio e da supervisão em Serviço Social. É necessário afirmar que o debate da PNE está orgânica e intrinsecamente relacionado com o debate das DC's que são norteadoras do projeto de formação em Serviço Social.

CAPÍTULO 3 Contribuições e rebatimentos da Política Nacional de Estágio: uma análise a partir do Estado da Arte

Neste capítulo, apresentamos a pesquisa do Estado da Arte. Escolhemos por realizar um capítulo sobre a pesquisa para ficar melhor o entendimento sobre o caminho da pesquisa e a forma de realização do Estado da Arte. Trata-se mais de um capítulo que reafirma as categorias anteriormente apresentadas nos capítulos anteriores e aprofunda elementos fundamentais na discussão do estágio supervisionado em Serviço Social e o que tem se produzido pela categoria em relação à temática.

Optamos por realizar a pesquisa através das dissertações e teses que abordam o objeto de pesquisa – o estágio supervisionado em Serviço Social – para não fugir da proposta de pesquisa e partir para outras temáticas que não estão relacionadas com o estágio supervisionado.

Para a realização da pesquisa do Estado da Arte, escolhemos inicialmente por buscar as dissertações e teses no catálogo de dissertações e teses da CAPES, mas devido à instabilidade do site, que sempre dava erro e retornava para página inicial, após várias tentativas, optamos pelos sites dos programas e repositórios. Para a seleção dos programas de pós-graduação, acessamos a Plataforma Sucupira da CAPES e selecionamentos os programas de pós-graduação da área do Serviço Social que tinham mestrado e doutorado em funcionamento.

Também realizamos uma busca pela biblioteca digital de dissertações e teses, apesar de a banca ter sugerido utilizar somente essa plataforma, realizamos um comparativo com os dados levantados dos sites e repositórios do programa com o objetivo de garantir que o maior número de dados fosse obtido.

Após esse levantamento, selecionamos as dissertações e teses que tinham como objeto de pesquisa o estágio supervisionado, ou qualquer elemento relacionado ao estágio supervisionado em Serviço Social, sendo que as dissertações e teses utilizadas na pesquisa estão dentro do período de dez anos, que foi o que foi proposto no projeto de pesquisa.

Também realizamos uma caracterização dos programas, levantando sua natureza (Pública, Privada ou Confessional), ano de criação do mestrado e do doutorado, linhas de pesquisa e área de concentração. Esta caracterização foi fundamental para se ter uma visão em relação aos programas, e entender a produção científica da área, em quais linhas há mais produção, a consonância das áreas de concentração e linhas de pesquisa com o aporte teórico que norteia o Serviço Social. Podemos afirmar que historicamente, a partir do direcionamento

ético-político da profissão, as áreas de concentração estão voltadas para quatro grandes áreas, onde se desdobram as linhas de pesquisa: Sociedade, Estado, Trabalho e Classe Social, conforme quadro apresentado no apêndice C.

Posteriormente dividimos a pesquisa do Estado da Arte em três momentos: a primeira, a análise das dissertações e teses, por meio dos sites dos programas e dos repositórios institucionais em que levantamos todas as dissertações e teses sobre o Serviço Social sem definição inicial de nenhum período. Nosso objetivo era ter uma noção da quantidade de produções da área, mas posteriormente, realizamos a seleção de dissertações e teses sobre o tema de pesquisa e, a partir dessa seleção, realizamos a análise daquelas que estão dentro do período de dez anos (2010-2020).

No segundo momento dessa pesquisa, realizamos o levantamento dos artigos dos periódicos vinculados aos Programas de Pós-graduação que participaram da pesquisa. Os periódicos selecionados foram aqueles que possuem Qualis nos estratos superiores A1, A2, A3, A4, B1, B2 e B2, a partir da plataforma Sucupira, dentro do quadriênio 2017-2020, que também configura como o período considerado para a pesquisa do Estado da Arte. Devido ao critério de seleção dos programas de Pós-graduação que participaram da pesquisa, somente entraram os periódicos com classificação A1 e A2, totalizando 33 artigos, mas foram selecionados 26 dentro do período de 2010-2020. Selecionamos os periódicos que têm sua versão digital para acesso.

Por fim, no terceiro momento, analisamos os projetos pedagógicos dos cursos de graduação dos mesmos programas, com o objetivo de entender como está organizado o projeto pedagógico em consonância com as DC’s e como o estágio supervisionado aparece nesses projetos pedagógicos e se há alguma referência a PNE. Dos 19 programas que participaram da pesquisa, foi possível ter acesso somente a 10 projetos políticos pedagógicos dos cursos.

3.1 Caracterização dos programas de Pós-Graduação

Inicialmente realizamos uma caracterização dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social que permitiu trazer um panorama em relação às condições que as pesquisas são realizadas no país. Em quais UFA’s as pesquisas são desenvolvidas, o período analisado no Estado da Arte, os critérios para a seleção das teses e dissertações, a avaliação do programa pela CAPES e a quantidade de pesquisas que os programas desenvolvem relacionadas com a temática do estágio supervisionado em Serviço Social.

Essa caracterização configura-se como parte da metodologia desenvolvida para a pesquisa do Estado da Arte, diante da dificuldade de acesso a plataforma da CAPES de catálogo de Teses e Dissertações, que após várias tentativas não foi possível realizar a pesquisa, pois ao avançar nas páginas, dava erro, retornando ao início da pesquisa. Dessa forma, foi estabelecida uma nova metodologia de pesquisa: foi utilizada a tabela de Programas de Pós-graduação em Serviço Social avaliada e reconhecida pela CAPES, através da plataforma Sucupira[18].

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Federal do Piauí (UFPI).
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas
Endereço da página do Programa:
https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=251
Endereço do Repositório Institucional:
Tese:
https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/secao_extra.jsf?lc=pt_BR&id=251&extra=240257670
Dissertação:
https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/secao_extra.jsf?lc=pt_BR&id=251&extra=240427940
Natureza: Pública Federal
Período analisado: tese (2014-2022) dissertação (2004-2022)
Quantidade de dissertações por período: 190
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 01
Quantidade de teses por período: 44
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 0
Obras analisadas: Dissertação: 1 **Tese:** 0
Ano de início: Mestrado (2002) Doutorado (2011)
Conceito CAPES: 5
Área(s) de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.
Linhas de Pesquisa: 1 - Cultura, Identidade e Processos Sociais, 2 - Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **(**PUC-SP)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social
Endereço da página do Programa:

[18] Dados retirados a partir da plataforma sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf;jsessionid=JYVf8Jp8vumiHU2MSFPOKcGN.sucupira-203?areaAvaliacao=32&areaConhecimento=61000000> Acesso em: 17 ago 2023.

https://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/servico-social
Endereço do Repositório Institucional:
https://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/servico-social#dissertacoes-e-teses-defendidas.
Segundo Link:
https://sapientia.pucsp.br/?_ga=2.169631012.405735612.1691454424-1978304073.1691454424&_gl=1*1k3a5ib*_ga*MTk3ODMwNDA3My4xNjkxNDU0NDI0*_ga_7TLT3WSQHR*MTY5MTQ1NDQyMy4xLjEuMTY5MTQ1NDc3MC41OS4wLjA.
Natureza: Privada/Confessional
Período analisado: 2010-2022
Quantidade de dissertações por período: 319
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 3
Quantidade de teses por período: 213
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 6
Obras analisadas: Dissertação: 0 **Tese:** 3
Ano de início: Mestrado (1972) Doutorado (1981)
Conceito CAPES: 7
Área(s) de concentração:
Serviço Social: Fundamentos e Prática Profissional;
Serviço Social: Políticas Sociais e Movimentos Sociais.
Linhas de Pesquisa:
Serviço Social: Identidade, Formação e Prática;
Política Social: Estado, Movimentos Sociais e Associativismo Civil;
Assistência Social e Seguridade Social.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro **(**PUC-RIO)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Endereço da página do Programa:
https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/progser.html
Endereço do Repositório Institucional:
Mestrado:
https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/consultas_pg.php?strSecao=show1&nrseqtip=1&prog=33&nivel=1&data=&nrPag=0&nrOrd=1&nrDir=0&nrPorPag=20
Doutorado:
https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/consultas_pg.php
Segundo link:
https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/esta_tipo_conteudo.php?tipo=1

Natureza: Privada/confessional
Período analisado: 2007-2023 (tese) 1993-2023 (dissertação)
Quantidade de dissertações por período: 285
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 6
Quantidade de teses por período: 73
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 3
Obras analisadas: Dissertação: 2 **Tese:** 0
Ano de início: Mestrado (1972) Doutorado (2002)

Conceito CAPES: 6
Área de Concentração: Serviço Social, Questão Social, Direitos Sociais
Linhas de pesquisa:
Trabalho, Políticas Sociais e Sujeitos Coletivos;
Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais;
Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-graduação em Serviço Social
Endereço da página do Programa: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/progser.html
Endereço do Repositório Institucional: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/15

Natureza: Privada/Confessional
Período analisado: 2006-2015
Quantidade de dissertações por período: 242
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 2
Quantidade de teses por período: 156
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 1
Obras analisadas: Dissertação: 2 **Tese:** 0
Ano de início: Mestrado (1977) Doutorado (1998)
Conceito CAPES: 7
Área de concentração: Serviço Social, Políticas e Processos Sociais
Linhas de Pesquisa:
Serviço Social, Direitos Humanos, Desigualdades e Resistências;
Serviço Social, Ensino e Formação;
Serviço Social, Seguridade Social e Políticas Sociais;
Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Católica de Pelotas (UCPel)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos
Endereço da página do Programa: https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/
Endereço do Repositório Institucional:
https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/dissertacoes-e-teses/

Natureza: privada/confessional
Período analisado: dissertações: (2007-2023) teses: (2017-2023)
Quantidade de dissertações por período: 203
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 0
Quantidade de teses por período: 53
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 0
Obras analisadas: Dissertação: 0 **Tese:** 0
Ano de início: Mestrado (2006) Doutorado (2014)
Conceito CAPES: 5
Área de concentração: Questão Social, Direitos Humanos e Políticas Sociais.

Linhas de Pesquisa:
Estado, direitos sociais e política social;
Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça;
Questão Social,Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade de Brasília (UnB)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-graduação em Política Social
Endereço da página do Programa: http://www.politicasocial.unb.br/
Endereço do Repositório Institucional:
https://repositorio.unb.br/community-list

Natureza: Pública/Federal
Período analisado: 2009-2022
Quantidade de dissertações por período: 195
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 0
Quantidade de teses por período: 110
Obras analisadas: Dissertação: 0 **Tese:** 0
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 0
Ano de início: Mestrado (1990) Doutorado (2002)
Conceito CAPES: 6
Área de Concentração: Estado, Política Social e Direitos
Linhas de Pesquisa:
Política Social, Estado e Sociedade;
Classes, Lutas Sociais e Direitos;
Trabalho, Questão Social e Emancipação;
Exploração e Opressão de Sexo/Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-graduação em Serviço Social
Endereço da página do Programa: http://www.ppgservicosocial.uerj.br/
Endereço do Repositório Institucional:
Dissertação: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/3602
Tese: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/3603
Natureza: Pública/Estatal
Período analisado: 2009-2020
Quantidade de dissertações por período: 203
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 2
Quantidade de teses por período: 111
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 0
Obras analisadas: Dissertação: 0 **Tese:** 0
Ano de início: Mestrado (1998) Doutorado (2005)
Conceito CAPES: 6
Área de Concentração: Trabalho e Política Social
Linhas de Pesquisa:
Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social;

Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social;
Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social
Endereço da página do Programa: http://www.uel.br/pos/sersocial/
Endereço do Repositório Institucional:

https://www.uel.br/pos/sersocial/pages/o-programa/teses-e-dissertacoes.php

Segunda opção de link:

dissertação: http://www.bibliotecadigital.uel.br/teses_dissertacoes.php
tese: http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/list.php?tid=47

Natureza: pública/estadual
Período analisado: 2013-2022
Quantidade de dissertações por período: 85
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 1
Quantidade de teses por período: 45
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 1
Obras analisadas: Dissertação: 1 **Tese:** 1
Ano de início: Mestrado (2001) Doutorado (2011)
Conceito CAPES: 4
Área de concentração: Política Social
Linhas de Pesquisa:
Gestão de Políticas Sociais;
Serviço Social e Trabalho.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Endereço da página do Programa: https://www.franca.unesp.br/#!/ensino/pos-graduacao/pos-graduacao/servico-social/
Endereço do Repositório Institucional:
Dissertações:
https://www.franca.unesp.br/#!/ensino/pos-graduacao/pos-graduacao/servico-social/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/
Teses:
https://www.franca.unesp.br/#!/ensino/pos-graduacao/pos-graduacao/servico-social/teses-e-dissertacoes/teses/
Segundo link:
https://repositorio.unesp.br/discover?field=graduateProgram&filtertype_0=type&filter_relational_operator_0=equals&filter_0=Disserta%C3%A7%C3%A3o+de+mestrado&filtertype=graduateProgram&filter_relational_operator=equals&filter=Servi%C3%A7o+Social+-+FCHS

Natureza: pública/Estadual
Período analisado: 2000-2023
Quantidade de dissertações por período: 285
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 10
Quantidade de teses por período: 148
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 5
Obras analisadas: Dissertação: 10 **Tese:** 3
Ano de início: Mestrado (1991) Doutorado (1991)
Conceito CAPES: 5
Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade
Linhas de pesquisa:
Trabalho, Capitalismo e Processos Sociais;
Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional;
Estado, Políticas Sociais e Serviço Social.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-graduação em Serviço Social
Endereço da página do Programa: https://fsso.ufal.br/pos-graduacao/servico-social
Endereços do Repositório Institucional:
https://fsso.ufal.br/pos-graduacao/servico-social/documentos/dissertacoes-e-teses
https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2799

Natureza: Pública/Federal
Período analisado: 2006-2023
Quantidade de dissertações por período: 140
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 0
Quantidade de teses por período: 13
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 0
Obras analisadas: Dissertação: 0 **Tese:** 0
Ano de início: Mestrado (2004) Doutorado (2017)
Conceito CAPES: 5
Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais.
Linhas de Pesquisa:
Questão Social, Direitos Sociais e Serviço Social;
Trabalho, Política e Sociedade;
Direitos, Movimentos Sociais, Relação de exploração agrária, urbana e de opressão.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-graduação em Serviço Social
Endereço da página do Programa: https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/
Endereços do Repositório Institucional:
https://repositorio.ufjf.br/jspui/
https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/dissertacoes-defendidas/

Natureza: Pública/Federal

Período analisado: 2007-2021
Quantidade de dissertações por período: 166
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 1
Quantidade de teses por período: 0
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 0
Obras analisadas: Dissertação: 1 **Tese:** 0
Ano de início: Mestrado (2005) Doutorado (2019)
Conceito CAPES: 5
Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.
Linhas de pesquisa:
Políticas Sociais e Gestão Pública;
Serviço Social e Sujeitos Sociais.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)
Endereço da página do Programa: https://www.ufpe.br/ppgss
Endereço do Repositório Institucional:
https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/215

Natureza: Pública/Federal
Período analisado: 1999-2023
Quantidade de dissertações por período: 268
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 2
Quantidade de teses por período: 161
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 0
Obras analisadas: Dissertação: 1 **Tese:** 0
Ano de início: Mestrado (1979) Doutorado (1999)
Conceito CAPES: 6
Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais
Linhas de pesquisa:
Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social;
Serviço Social, Trabalho e Questão Social;
Serviço Social, Ação Política e Sujeitos Coletivos;
Serviço Social, Ética e Direitos Humanos;
Capitalismo Contemporâneo, Questão Agrária, Urbana e Ambiental;
Relações Sociais de Gênero, Geração, Raça/Etnia e Sexualidades.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-graduação em Serviço Social
Endereço da página do Programa: https://ppgss.ufsc.br/pb/
Endereço do Repositório Institucional:
https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214140

Natureza: pública/federal
Período analisado: 2003-2023

Quantidade de dissertações por período: 230
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 1
Quantidade de teses por período: 56
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 0
Obras analisadas: Dissertação: 0 **Tese:** 0
Ano de início: Mestrado (2001) Doutorado (2011)
Conceito CAPES: 5
Área de concentração: Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social
Linhas de Pesquisa:
Direitos, Sociedade Civil, Políticas Sociais na América Latina;
Serviço Social, Ética e Formação Profissional;
Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Política Social
Edereço da página do programa: https://politicasocial.ufes.br/
Endereço do Repositório Institucional:
Tese:
https://politicasocial.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGPS/teses-defendidas
Dissertação:
https://politicasocial.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGPS/disserta%C3%A7%C3%B5es-defendidas

Natureza: pública/Federal
Período analisado: 2006-2023 (dissertação) 2016-2023 (tese)
Quantidade de dissertações por período: 171
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 0
Quantidade de teses por período: 30
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 0
Obras analisadas: Dissertação: 0 **Tese:** 0
Ano de início: 2004 (mestrado) 2012 (doutorado)
Conceito CAPES: 6
Área(s) de concentração: Política Social, Estado e Sociedade
Linhas de pesquisa:
Reprodução e estrutura do capitalismo contemporâneo;
Política social, movimentos sociais e Serviço Social.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas.
Endereço da página do Programa:
https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=893
Endereço do Repositório Institucional:
https://tedebc.ufma.br/jspui/simple-search?location=%2F&query=servi%C3%A7o+social&rpp=10&sort_by=score&order=desc&filter_field_1=cnpq&filter_type_1=equals&filter_value_1=CIENCIAS+SOCIAIS+APLICADAS
Segundo link:
https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/defesas_stricto.jsf
Natureza: Pública/Federal
Período analisado: 2010-2023
Quantidade de dissertações por período: 164
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 0
Quantidade de teses por período: 101
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 0
Obras analisadas: Dissertação: 0 **Tese:** 0
Ano de início: Mestrado (1993) Doutorado (2001)
Conceito CAPES: 6
Área(s) de concentração e linhas de pesquisa vinculadas:
Doutorado:
Área de concentração: Políticas Públicas e Movimentos Sociais
Estado, Cultura e Políticas Públicas;
Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente;
Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas;
Estado, Trabalho e Políticas Públicas.
Área de concentração: Políticas Sociais e Programas Sociais
Avaliação de Políticas e Programas Sociais;
Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social;
Política Social e Serviço Social;
Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero.
Mestrado:
Políticas Públicas e Movimentos Sociais
Estado, Cultura e Políticas Públicas;
Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente;
Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas;
Estado, Trabalho e Políticas Públicas.
Área de concentração: Políticas Sociais e Programas Sociais
Avaliação de Políticas e Programas Sociais;
Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social;
Política Social e Serviço Social;
Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Federal do Pará (UFPA)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Endereço da página do Programa: http://ppgss.propesp.ufpa.br/
Endereço do Repositório Institucional:
https://repositorio.ufpa.br/simple-search?query=&sort_by=score&order=desc&rpp=10&etal=0&filtername=subject&filterquery=CIENCIAS+SOCIAIS+APLICADAS%3A%3ASERVICO+SOCIAL&filtertype=equals
Segundo link:
Tese:
https://ppgss.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/teses
Dissertação:
https://ppgss.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes?limit=10&start=0

Natureza: pública/federal
Período analisado: Dissertação: 2000- 2023 teses: 2018-2021-2022
Quantidade de dissertações por período: 224
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 1
Quantidade de teses por período: 8
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 0
Obras analisadas: Dissertação: 0 **Tese:** 0
Ano de início: Mestrado (1996) Doutorado (2017)
Conceito CAPES: 5
Área de concentração: Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais.
Linhas de Pesquisa:
Serviço Social e Políticas Sociais na Amazônia;
Serviço Social e Trabalho na Amazônia;
Serviço Social e Direitos Humanos na Amazônia.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-graduação em Serviço Social.
Endereço da página do Programa: https://pos.ess.ufrj.br/
Endereço do Repositório Institucional:
Tese: https://pos.ess.ufrj.br/index.php/teses
Dissertação:https://pos.ess.ufrj.br/images/Banco/Dissertacoes/2017-2011/DISSERTACOES_DEFENDIDAS_PPGSS.pdf

Natureza: pública/Federal
Período analisado: 2011-2023
Quantidade de dissertações por período: 204
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 1

Quantidade de teses por período: 200
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 2
Obras analisadas: Dissertação: 1 **Tese:** 2
Ano de início: Mestrado (1976) Doutorado (1994)
Conceito CAPES: 5
Área(s) de concentração e suas respectivas Linhas de pesquisa:
Área de Concentração:
TEORIA SOCIAL, FORMAÇÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL
Fundamentos da teoria social e política;
Estado, Classes e Políticas Sociais;
Área de concentração:
TRABALHO, LUTAS SOCIAIS, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL
Lutas sociais, Estado, Política social e Serviço Social;
Trabalho, Produção do conhecimento e Serviço Social;
Área de concentração:
CULTURA E SERVIÇO SOCIAL
Estado, Sociedade e Direitos Humanos;
Temas urbanos e Movimentos Sociais.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Endereço da página do programa:
https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=376&lc=pt_BR
Endereço do Repositório Institucional:
https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/11977

segundo link:

https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=376

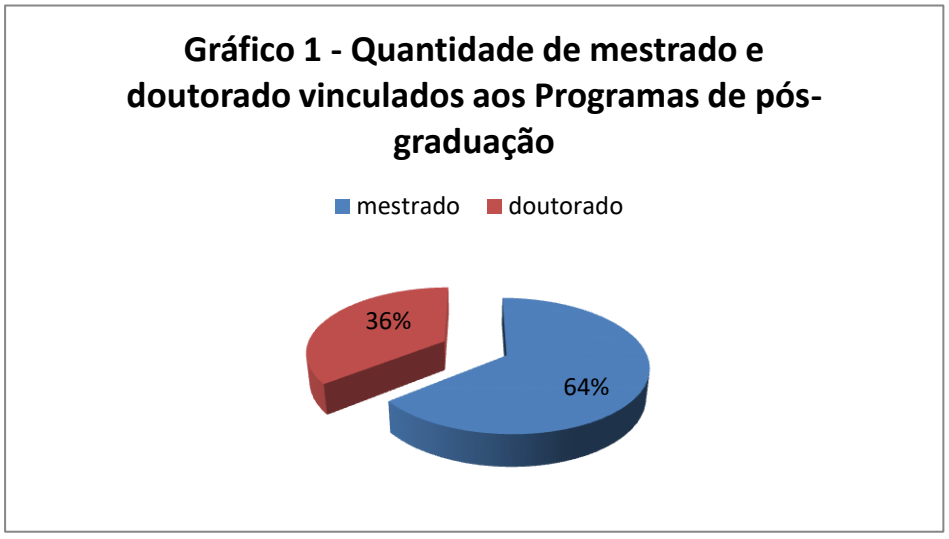
Natureza: pública/Federal
Período analisado: dissertação (2003-2023) tese: (2019-2023)
Quantidade de dissertações por período: 184
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 2
Quantidade de teses por período: 19
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 0
Obras analisadas: Dissertação: 1 **Tese:** 0
Ano de início: Mestrado (2000) Doutorado (2016)
Conceito CAPES: 4
Área(s) de concentração e suas respectivas Linhas de pesquisa:
SOCIABILIDADE, SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL
Estado, Sociedade, Políticas Sociais e Direitos;
Serviço Social, Trabalho e Questão Social;
Ética, Gênero, Cultura e Diversidade.

Nome da Unidade de Formação Acadêmica Vinculada: Universidade Federal Fluminense (UFF)

Nome do Programa de Pós-Graduação: Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social
Endereço da página do Programa: http://politicasocial.uff.br/
Endereço do Repositório Institucional:
dissertações:
http://politicasocial.uff.br/dissertacoes/
teses:
http://politicasocial.uff.br/teses/

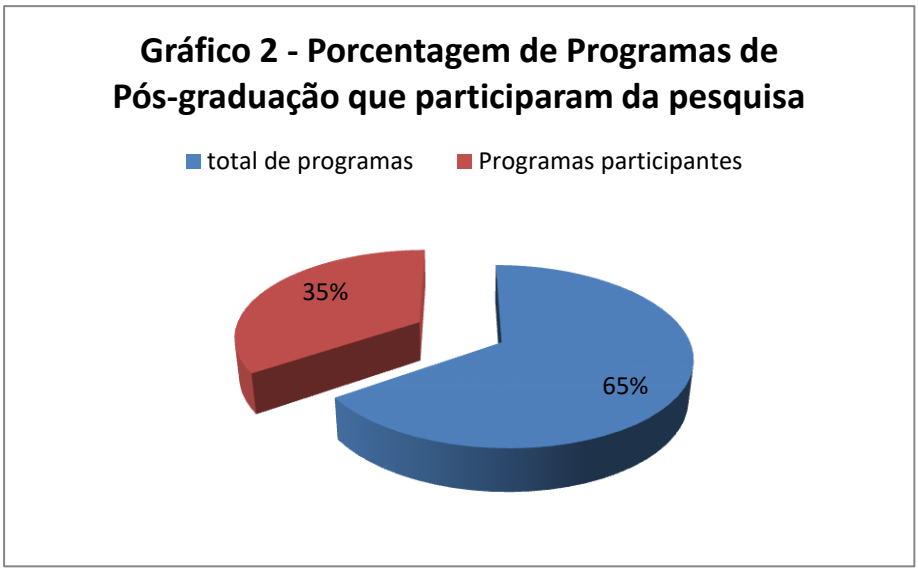
Natureza: pública/Federal
Período analisado: Dissertações: 2005-2023 Teses: 2012-2023
Quantidade de dissertações por período: 217
Quantidade de dissertações sobre estágio em Serviço Social: 1
Quantidade de teses por período: 73
Quantidade de teses sobre estágio em Serviço Social: 0
Obras analisadas: Dissertação: 1 **Tese:** 0
Ano de início: Mestrado (2002) Doutorado (2009)
Conceito CAPES: 5
Área(s) de concentração e suas respectivas Linhas de pesquisa:
DOUTORADO
SUJEITOS SOCIAIS E PROTEÇÃO SOCIAL
Gênero, Raça, identidade de Gênero e Política Social;
Formação e Trabalho Profissional na Política Social.
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
Avaliação de Políticas de Seguridade Social;
Avaliação de Programa e Projetos Governamentais e Não-governamentais;

Segundo dados da plataforma Sucupira, foram avaliados trinta e seis programas de pós-graduação, sendo que dos trinta e seis programas de pós-graduação, estão vinculados cinquenta e seis cursos de pós-graduação, sendo trinta e seis de mestrado e vinte de doutorado. A porcentagem de mestrado é de 64% dos cursos e de doutorado 36%.



Fonte: Elaborado por Maicow Lucas Santos Walhers em 2023.

Foram selecionados somente aqueles programas que tinham mestrado e doutorado acadêmicos, sendo que não participaram da pesquisa os mestrados ou doutorados profissionalizantes e aqueles programas que só tinham mestrados. Dessa forma, dos vinte programas da área do Serviço Social da relação da CAPES, somente vinte programas possuem mestrado e doutorado, desses programas um não é da área do Serviço Social (apesar de estar na relação), este curso está vinculado ao Programa de Pós-graduação stricto sensu em economia doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Participaram dezenove programas de pós-graduação dos trinta e seis programas o que corresponde uma porcentagem de trinta e cinco programas.

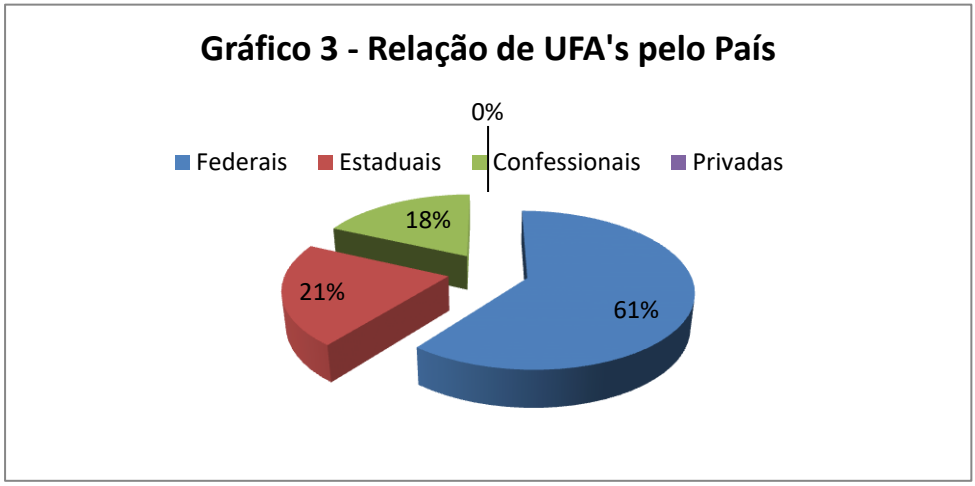


Fonte: Elaborado por Maicow Lucas Santos Walhers em 2023.

Para essa seleção, foi comparada a relação de UFA's com Pós-graduação strictu sensu, com a relação de Unidades Filiadas a ABEPSS. Esta comparação foi fundamental, pois como nossa pesquisa tem por objetivo analisar uma década da Política Nacional de Estágio (PNE) e seus rebatimentos no estágio supervisionado, é fundamental que os programas de pós-graduação estejam vinculadas a UFA's que seguem as DC's da ABEPSS, diante da diferenciação das DC's da categoria com as aprovadas pelo MEC. Reforçamos que as DC's é a base para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social e é a partir do projeto de formação que está no seu bojo e os desafios contemporâneos que foi necessário o movimento coletivo da categoria na construção da PNE.

Dessa forma, ficou selecionado um total de dezenove Programas de Pós-graduação strictu sensu. Selecionamos somente os programas com mestrado e doutorado por ser uma pesquisa de doutoramento em Serviço Social, devendo analisar as pesquisas inéditas que têm como critérios uma maior profundidade para a área.

Numa análise do perfil das UFA's percebe-se que as pesquisas desenvolvidas no país estão vinculadas em sua maioria, às UFA's públicas totalizando uma quantidade de vinte e duas Federais, sete Estaduais e seis confessionais. Ou seja, as UFA's públicas ocupam uma quantidade vinte e nove das trinta e cinco UFA's que realizam pesquisas no âmbito da pós-graduação. É importante realizar a diferenciação: são trinta e cinco UFA's distribuídas pelo país com trinta e seis programas de pós-graduação, conforme destacado anteriormente. As UFA's confessionais são em sua maioria as vinculadas à Pontifícia Universidade Católica (PUC) e uma à Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Lembrando que são trinta e seis programas vinculados a trinta e cinco UFA's. Dessa forma, as UFA's públicas que possuem Programas de Pós-graduação strictu sensu representam uma porcentagem de oitenta e dois por cento e as confessionais, um total de vinte e um por cento e nenhuma privada que não seja confessional. Em relação às UFA's públicas, sessenta e uma são federais e vinte e uma são estaduais conforme gráfico abaixo:



Fonte: Elaborado por Maicow Lucas Santos Walhers em 2023.

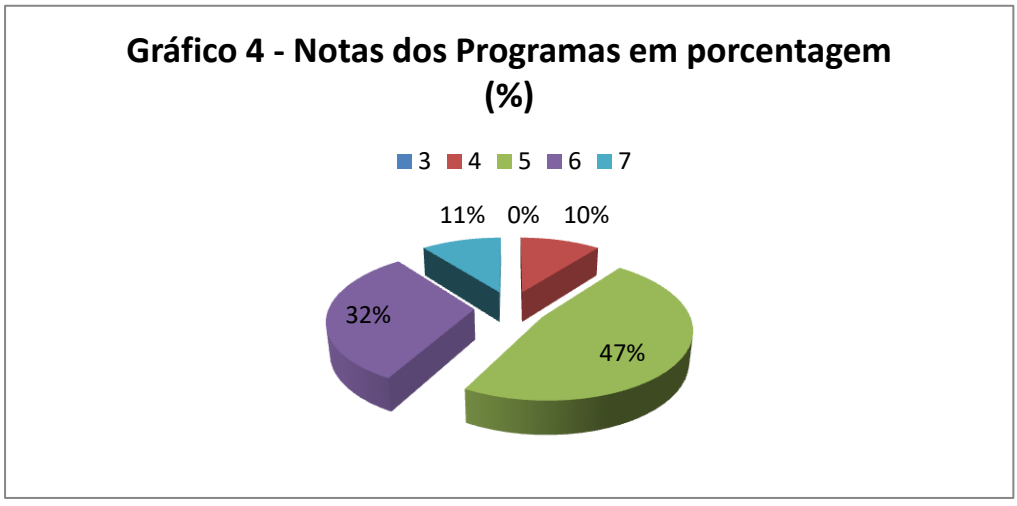
Em relação às notas dos Programas, percebemos que em sua maioria são bem avaliadas pelas CAPES. Sendo que os programas que possuem as notas mais altas estão relacionados à Pontifícia Universidade Católica (PUC), e são em pequena quantidade totalizando duas UFA's. As maiorias dos programas possuem nota cinco, representando nove

dos dezenove programas analisados. Conforme as orientações da CAPES[19], os programas são avaliados de um a sete, a cada três anos (trienal); os programas avaliados com nota um e dois são descredenciados, deixando de ter validade nacional e os programas de três a cinco valem respectivamente como "regular", "bom" e "muito bom" e os programas com nota seis e sete aqueles reconhecimentos com excelência em nível internacional. Somente os programas que têm doutorado podem aspirar nota seis e sete. Partindo desse próprio conceito de avaliação da CAPES, distribuímos os programas de acordo com a tabela a seguir a partir da nota três que é considerada como credenciada e reconhecida pela CAPES:

Quadro 5 – Notas dos Programas em porcentagem (%)

Nota CAPES	**Programas**	**Quantidade de Programas**	**Quantidade de Programas (%)**
3	Nenhum	0	0
4	UEL, UFRN.	2	10%
5	UFPI, UCPEL, UNESP-Franca, UFAL, UFJF, UFSC, UFPA, UFRJ, UFF.	9	47%
6	PUC-RIO, UnB, UERJ, UFPE, UFES, UFMA.	6	32%
7	PUC-SP, PUC-RS.	2	11%

Fonte: Elaborado por Maicow Lucas Santos Walhers em 2023.



Fonte: Elaborado por Maicow Lucas Santos Walhers em 2023.

[19] BRASIL. **Para que serve a avaliação da CAPES.** 2018. Disponível em:< https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Artigo_18_07_07.pdf> . Acesso em 07 set. 2023.

Analisando a distribuição dos programas por região, conforme divisão da ABEPSS, percebemos que a região que possui o maior número de programas de Pós-graduação é a região Leste com seis Programas. Mas se for analisar a porcentagem de Programas por número de UFA's filiadas a ABEPSS, a região norte que apesar de contar com três programas de Pós-graduação, possui sete UFA's filiadas, conforme tabela a seguir que mostra a relação de programas de pós-graduação por região e quantidade de UFA's filiadas por região:

Quadro 6 – Relação de Programas por região de acordo com as quantidade de UFA's filiadas

Região	**Quantidade de UFA's filiadas**	**Quantidade de Programas de Pós-graduação**	**Porcentagem de programa por Região**
Sul I	17	4	24%
Sul II	8	2	25%
Centro-oeste	4	1	25%
Nordeste	15	3	20%
Norte	7	3	43%
Leste	15	6	40%

Fonte: Elaborado por Maicow Lucas Santos Walhers em 2023.

É importante ressaltar a defesa da categoria das UFA's, principalmente na atual conjuntura de reestruturação produtiva do capital e do avanço do neoliberalismo, que tem refletido na contrarreforma da educação, que tem como projeto o avanço do ensino privado, principalmente na modalidade à distância. Percebemos pelos dados apresentados que a maioria das pesquisas são realizadas por Programas vinculdas a UFA's públicas, principalmente federais e estaduais. As UFA's neste contexto de contrarreforma têm sofrido com o sucateamento da formação acadêmico-profissional, o desmonte das pesquisas, diante da falta de recursos ou bolsas limitadas de pesquisa. O favorecimento de pesquisas, principalmente naquelas áreas mais rentáveis para o capital, não dando a mesma atenção e investimento para as áreas cujo retorno não é tão direto como as ciências humanas, as ciências sociais e ciências sociais aplicadas.

> Pode-se afirmar que, nesses 30 anos de neoliberalismo, vem se tecendo uma nova pedagogia no ambiente universitário, denominada por Neves (2005) de "pedagogia da hegemonia", mediada pela racionalidade instrumental e pelo aparelhamento político da universidade, a qual se transforma em um aparelho privado de hegemonia da ordem, expressa na definição de inovadoras capacidades e competências para inseri-la no ranking internacional. Exemplo disso é a discussão que vem sendo feita sobre os diagnósticos e as exigências dos ranqueamentos internacionais e a formação de ilhas de excelência que se constroem por dentro das universidades, em meio a cursos/programas que disputam os parcos recursos institucionais de capital e custeio, para funcionarem em condições mínimas. Discurso também responsável pela criação de uma cultura acadêmica elitista, posto que, para alguns, criase a ficção que os de "baixo" podem chegar a um patamar de excelência. Expande-se para a ideologia da gestão do ensino superior a mesma ilusão que um dia marcou a relação da "periferia com o centro". (AMARAL, 2012, p.231).

As UFA's têm sofrido com o ranqueamento dos Programas, que cada vez mais são cobrados por quantidade, qualidade de pesquisa, sem o mesmo investimento, a priorização das publicações em detrimento do ensino, da pesquisa e da extensão. O direcionamento da pesquisa no país tem priorizado a formação de mestres e doutores em curto prazo de tempo, prezando pela quantidade de pesquisas realizadas. Mesmo assim percebemos que os programas têm conseguido preservar a qualidade dos seus programas, sendo que uma das características que rebatem nesse processo, é que a mesma agência que financia, avalia os programas e muita das vezes, os recursos são reduzidos ou aumentados de acordo com a nota do programa. Com isto, os programas sofrem com os constantes cortes do governo ou ameaças de fechamento de agências de fomento, como ocorreu com o CNPq que quase se viu com as portas fechadas.

> Aqui reside uma chave de explicação para o projeto de pensar a universidade e o conhecimento em uma perspectiva desenvolvimentista. Bem de acordo com as linhas programáticas das agências internacionais e os chamados governos "progressistas", onde crescimento econômico deve ter seu correspondente ao nível de melhorias nas condições de vida, a agenda da universidade brasileira deve pautar o tema da pobreza, da inclusão, da exclusão social, da assistência estudantil, ao mesmo tempo em que avança em processos de classificação da produção, de indicadores de citação internacional, de parâmetros avaliativos com base nas referências das consideradas maiores universidades do mundo. (AMARAL, 2012, p. 233);

Essas consequências ainda são mais perversas para os cursos com o Serviço Social, cujo perfil dos ingressantes é de profissionais trabalhadores, que comumente dependem de bolsas para se dedicarem de forma integral ou conciliar o estudo com o trabalho. Aliado a este contexto, temos o direcionamento dos programas de pós-graduação e das pesquisas de acordo com os interesses do capital internacional, preconizado pelos acordos internacionais:

> [...] As estratégias sugeridas para equacionar o problema das assimetrias apontaram para uma mudança de paradigma, contemplando a criação de programas estratégicos específicos; a ampliação da articulação entre agências para criar e apoiar esses programas; a ampliação da articulação das Agências Federais com os governos dos Estados, Secretarias de Ciência e Tecnologia e Fundações de Apoio; a ampliação da articulação das Agências Federais com o setor empresarial; a participação mais efetiva dos fundos setoriais na pós-graduação; e a definição de novas tipologias regionais para a pós-graduação. No entanto, embora tenha sido desenvolvida estratégia de expansão fortalecimento da pós-graduação, através de iniciativas interinstitucionais, os programas MINTER e DINTER não foram suficientes para superar as desigualdades regionais no Brasil, pois na maioria das experiências são resultantes do esforço de docentes e programas comprometidos com a cooperação interinstitucional. (GEHLEN; CHAVES, 2017, p. 258).

Avançando na análise dos programas de pós-graduação selecionados para a pesquisa, percebemos uma tendência nas áreas de concentração e linhas de pesquisas, que são coerentes com o projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social, que tem nas DC's seus princípios e fundamentos. Apesar das DC's serem construídas para a graduação, elas materializam o projeto de formação em Serviço Social, a concepção de educação e visão de mundo que norteia a profissão, construída coletivamente pela categoria, cuja ABEPSS é protagonista. As áreas de concentração são construídas tendo como referencial as categorias ontológicas da sociedade capitalista, relacionadas com os principais elementos estruturantes da sociabilidade burguesa, que é a sociedade, trabalho, Estado e a relação com a profissão, suas dimensões e a particularidade do trabalho profissional.

Também a partir dessas categorias ontológicas macrossociais **Sociedade, Estado, Trabalho** e **Classes Sociais**, sujeitos que se articulam historicamente para a constituição da profissão no mundo do trabalho, a partir da luta de classes, também outras categorias ontológicas e analíticas que atualmente compõem as bandeiras de luta da profissão, em seus diversos espaços de debate e organização e que estruturam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e da organização dos programas de pós-graduação em Serviço Social que têm o compromisso com a agenda política da ABEPSS. Ilustramos a partir da tabela a seguir, essa relação:

Quadro 7 – Áreas de concentração e linhas de pesquisa

UFA	**Área(s) de concentração**	**Linhas de pesquisa**
UFPI	Estado, Sociedade e Políticas Públicas	Cultura, Identidade e Processos Sociais; Políticas Públicas e Movimentos

		Sociais.
PUC-SP	Serviço Social: Fundamentos e Prática Profissional; Serviço Social: Políticas Sociais e Movimentos Sociais.	Serviço Social: Identidade, Formação e Prática; Política Social: Estado, Movimentos Sociais e Associativismo Civil; Assistência Social e Seguridade Social.
PUC-RIO	Serviço Social, Questão Social, Direitos Sociais.	Trabalho, Políticas Sociais e Sujeitos Coletivos; Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais; Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social.
PUC-RS	Serviço Social, Políticas e Processos Sociais.	Serviço Social, Direitos Humanos, Desigualdades e Resistências; Serviço Social, Ensino e Formação; Serviço Social, Seguridade Social e Políticas Sociais; Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais.
UCPEL	Questão Social, Direitos Humanos e Políticas Sociais.	Estado, direitos sociais e política social; Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça; Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas.
UnB	Estado, Política Social e Direitos.	Política Social, Estado e Sociedade; Classes, Lutas Sociais e Direitos; Trabalho, Questão Social e Emancipação; Exploração e Opressão de Sexo/Gênero, Raça/Etnia e

		Sexualidades.
UERJ	Trabalho e Política Social	Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social; Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social; Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social.
UEL	Política Social	Gestão de Políticas Sociais; Serviço Social e Trabalho.
UNESP-Franca	Serviço Social: Trabalho e Sociedade	Trabalho, Capitalismo e Processos Sociais; Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional; Estado, Políticas Sociais e Serviço Social.
UFAL	Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais.	Questão Social, Direitos Sociais e Serviço Social; Trabalho, Política e Sociedade; Direitos, Movimentos Sociais, Relação de exploração agrária, urbana e de opressão.
UFJF	Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.	Políticas Sociais e Gestão Pública; Serviço Social e Sujeitos Sociais.
UFPE	Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais	Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social; Serviço Social, Trabalho e Questão Social; Serviço Social, Ação Política e Sujeitos Coletivos; Serviço Social, Ética e Direitos Humanos; Capitalismo Contemporâneo, Questão Agrária, Urbana e Ambiental;

		Relações Sociais de Gênero, Geração, Raça/Etnia e Sexualidades.
UFSC	Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social	Direitos, Sociedade Civil, Políticas Sociais na América Latina; Serviço Social, Ética e Formação Profissional; Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana.
UFES	Política Social, Estado e Sociedade	Reprodução e estrutura do capitalismo contemporâneo; Política social, movimentos sociais e Serviço Social.
UFMA	Políticas Públicas e Movimentos Sociais;	Estado, Cultura e Políticas Públicas; Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente; Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas; Estado, Trabalho e Políticas Públicas.
	Políticas Sociais e Programas Sociais;	Avaliação de Políticas e Programas Sociais; Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social; Política Social e Serviço Social; Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero.

	Políticas Públicas e Movimentos Sociais;	Estado, Cultura e Políticas Públicas; Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente; Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas; Estado, Trabalho e Políticas Públicas.
	Políticas Sociais e Programas Sociais;	Avaliação de Políticas e Programas Sociais; Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social; Política Social e Serviço Social; Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero.
UFPA	Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento Serviço Social, Trabalho E Políticas Sociais.	Serviço Social e Políticas Sociais na Amazônia; Serviço Social e Trabalho na Amazônia; Serviço Social e Direitos Humanos na Amazônia.

UFRJ	Teoria Social, Formação Social e Serviço Social	Fundamentos da teoria social e política; Estado, Classes e Políticas Sociais.
	Trabalho, lutas sociais, política social e Serviço Social	Lutas sociais, Estado, Política social e Serviço Social; Trabalho, Produção do conhecimento e Serviço Social;
	Cultura e Serviço Social	Estado, Sociedade e Direitos Humanos; Temas urbanos e Movimentos Sociais.
UFRN	Sociabilidade, Serviço Social e Política Social	Estado, Sociedade, Políticas Sociais e Direitos; Serviço Social, Trabalho e Questão Social; Ética, Gênero, Cultura e Diversidade.
UFF	Sujeitos Sociais e Proteção Social	Gênero, Raça, identidade de Gênero e Política Social; Formação e Trabalho Profissional na Política Social.
	Avaliação de Políticas Sociais	Avaliação de Políticas de Seguridade Social; Avaliação de Programa e Projetos Governamentais e Não-governamentais;

Fonte: Elaborado por Maicow Lucas Santos Walhers em 2023.

A partir dessa seleção, podemos relacionar as áreas de concentração e as linhas de pesquisa com os núcleos de fundamentos do Serviço Social, identificando, assim, a lógica de

formação e de construção do conhecimento que norteia o projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social, o que demonstra a diferenciação de uma formação crítica, propositiva, generalista de uma formação meramente tecnicista. Inicialmente agrupamos as categorias analíticas em quatro grandes grupos, com as categorias mais amplas: Sociedade, Estado, Trabalho e Classe Social, conforme (Apêndice C). Posteriormente, relacionamos com os núcleos de fundamentação (Apêndice D), algumas categorias se repetem diante da particularidade que adquirem em outros núcleos de fundamentação.

É importante ressaltar que todas as categorias se relacionam, adquirindo determinadas particularidades de acordo com a análise, a partir do método dialético, em que uma categoria universal pode apresentar singularidades históricas, ou ser uma particularidade em outro momento, de acordo com o movimento da sociedade, do método e dos fundamentos e aportes teóricos que as sustentam. Nosso objetivo ao criar esses esquemas, não é fragmentar, mas organizar as categorias demonstrando sua relação com a lógica curricular que sustenta a formação acadêmico-profissional em Serviço Social numa perspectiva de totalidade.

Um projeto de formação acadêmico-profissional que busca a articulação da graduação e da pós-graduação, fortalecendo o ensino e a pesquisa em Serviço Social, com graus de exigências diferenciados para cada nível de ensino, mas que tem por objetivo contribuir para a formação de profissionais, docentes e pesquisadores (as), com um perfil profissional dotado de conhecimentos, competências e habilidades necessárias para o desvelamento do real, através de um aporte teórico e dos fundamentos da profissão, articulando as dimensões de teórico-metodológicas, ético-políticas, técnico-operativa, investigativa, organizativa e educativa, superando a fragmentação do saber e contribuindo para a formação de um corpo discente na graduação e pós-graduação de qualidade.

3.2 O estado da arte: análise do estágio supervisionado e da Política Nacional de Estágio a partir das dissertações e teses

Diante da necessidade de redimensionamento da metodologia de pesquisa, utilizamos a metodologia por cruzamento de dados, e realizamos comparativamente uma pesquisa no banco de dissertações e teses da biblioteca digital e também nos repositórios institucionais das UFA’s filiadas a ABEPSS que possuem mestrado e doutorado stricto sensu, sendo que não foram selecionados os programas que tinham somente mestrado. Lembramos que a banca somente sugeriu o banco da biblioteca digital, mas optamos pelas duas plataformas para obter

um maior número de resultados para pesquisa e para diminuir a possibilidade de erros na pesquisa.

A pesquisa realizada na biblioteca digital analisou um período de vinte anos (2002-2022), utilizando os descritores: **Serviço Social; Formação Profissional; Estágio Supervisionado.** Conseguindo obter total de oitenta e seis resultados, sendo vinte e sete dissertações e treze teses. Comparando com os resultados obtidos através dos repositórios institucionais e banco de dados da UFA's, verificamos que aquelas dissertações e teses não selecionadas através dos bancos de dados das UFA's foram aquelas relacionadas aos programas que não entraram na pesquisa devido aos critérios de seleção, são programas que não tinham mestrado e doutorado ou que não eram programas de pós-graduação em Serviço Social ou em políticas públicas e/ou sociais. Sendo que somente uma tese que, apesar de estar relacionada com o objeto de estudo e estar vinculada ao programa de pós-graduação em Serviço Social que apareceu no banco digital de dissertações e teses, não entra nos critérios da pesquisa por ter sido recentemente defendida, no ano de 2023. O que demonstra a confiabilidade da pesquisa realizada.

Os programas de pós-graduação selecionados para a pesquisa do Estado da Arte, foi realizada através da plataforma sucupira da CAPES, considerando os programas avaliados e reconhecidos da área de Serviço Social[20]. Na relação da CAPES, constam trinta e cinco programas, sendo considerados como base para a pesquisa somente dezenove, sendo uma porcentagem de 54%, ou seja, metade da relação pesquisa. Foram considerados os programas que tinham mestrado e doutorado stricto sensu e que fossem programas de pós-graduação em Serviço Social ou em Políticas públicas ou sociais, sendo que não entraram na pesquisa os programas de áreas afins como educação, economia doméstica, entre outros.

Inicialmente não realizamos uma seleção do período para a pesquisa nos bancos de dados e repositórios institucionais, pois nosso objetivo era conseguir o número máximo de dissertações e teses na pesquisa. É importante destacar que dos programas selecionados, somente o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP de Franca/SP, teve aprovação no mesmo ano do mestrado e do doutorado, os outros programas primeiramente tiveram o mestrado para depois conseguir a aprovação do doutorado. Realizamos uma linha do tempo do período de aprovação do mestrado e doutorado stricto sensu dos Programas de Pós-graduação reconhecidos pela CAPES e selecionados pela pesquisa.

[20] Dados retirados a partir da plataforma sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf;jsessionid=JYVf8Jp8vumiHU2MSFPOKcGN.sucupira-203?areaAvaliacao=32&areaConhecimento=61000000> Acesso em: 17 ago 2023.

Percebemos que o programa que possui maior tempo de existência é o vinculado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), datando sua existência de 1972 o curso de mestrado e o de doutorado em 1981. O curso de mestrado mais novo aprovado é o da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) de 2006 e o curso mais recente de doutorado é o Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A partir da linha do tempo apresentada podemos estipular a quantidade de tempo que decorreu da aprovação do mestrado para o doutorado em cada UFA. Conforme Tabela 5 a seguir:

Quadro 8 – Quantidade de anos de diferença da aprovação do mestrado para o doutorado

UFA	**Intervalo do tempo (anos)**
PUC-SP	9
PUC-RIO	30
UFRJ	18
PUC-RS	21
UFPE	20
UnB	12
UNESP	0
UFMA	8
UFPA	21
UERJ	7
UFRN	16
UEL	10
UFPI	9
UFSC	10
UFF	7
UFAL	13
UFES	8
UFJF	14
UCPel	8

Fonte: Elaborado por Maicow Lucas Santos Walhers Em 2023.

Percebemos que os programas passaram muitos anos para ter reconhecido o programa de doutorado após o mestrado, sendo que somente a UNESP teve aprovação simultânea e a PUC- Rio a que mais demorou com trinta anos após o curso de mestrado.

Em relação à pesquisa das dissertações e teses analisadas pelo banco de dados dos programas e dos repositórios institucionais, vale destacar conforme caracterização dos programas apresentada, que na maioria dos programas foram pesquisados através de dois links: um do repositório institucional da UFA e outro do próprio site do programa de pós-graduação, buscando uma fidelidade das informações coletadas. Na busca não foi definido período para seleção, pois o objetivo era ter um panorama da quantidade de dissertações e teses produzidas pelo Serviço Social para poder ter uma dimensão em relação à quantidade relacionada com o objeto de estudo: o estágio supervisionado em Serviço Social.

Percebemos que muito pouco tem se pesquisado sobre a temática, apesar dos avanços com a aprovação das DC's de 1996 e compreensão da profissão em relação ao estágio, que considera como uma das atividades fundantes do processo de formação, obrigatória para a conclusão do curso e que tem uma nova concepção a partir das DC's enquanto atividade pedagógica que busca a inserção do (a) estagiário (a) no campo de estágio, objetivando sua capacitação para o exercício profissional, através da supervisão sistemática.

Atividade que articula as dimensões ético-política, teórico-metodológia e técnico-operativa, por meio da relação entre conhecimento construído ao longo do curso e a realidade vivenciada no campo de estágio. Enquanto atividade pedagógica, ela deve ser planejada pelos sujeitos partícipes desse processo – estagiário, supervisor (a) de campo e supervisor (a) acadêmico (a), o que pressupõe articulação desses sujeitos em todo processo. Considera-se que apesar de ser uma das atividades que articula a teoria com a realidade social, o estágio é a única que articula esses três sujeitos e tem por objetivo o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para o exercício profissional a partir da indissociável relação entre teoria e "prática", mediante a supervisão de estágio.

Em relação à pesquisa realizada, identificamos 3.975 dissertações e 1.614 teses. Analisando os resultados obtidos, o programa que teve mais resultados na pesquisa foi o Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP, com 319 dissertações e 213 teses. Em relação ao total de dissertações, somente 35 tem como temática o estágio supervisionado ou a supervisão de estágio, o que representa uma porcentagem de 0,8%. Já as teses que têm como temática o estágio ou a supervisão totalizaram 18, representando uma porcentagem de 1,1%, o que significa que apesar o número de teses ser menor, até por conta do período de doutoramento, percebemos que proporcionalmente, foram produzidas mais

teses do que dissertações sobre o objeto de estudo. Sendo que o programa que teve mais dissertações sobre o objeto de pesquisa foi o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP – Franca, e o que teve maior número de teses foi o Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP.

Em relação aos resultados obtidos, conforme critérios da pesquisa que busca analisar os dez anos de aprovação da Política Nacional de Estágio (PNE), foram selecionadas 21 dissertações e 9 teses, totalizando um material contendo 30 resultados que participaram da pesquisa. Sendo que a maioria das dissertações selecionadas está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP-Franca e as teses do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP e também da UNESP, representando três teses de cada. Ficando as que não estavam neste período de 2010 a 2020, fora da análise.

Lembramos que historicamente a PUC-SP tem uma relevância na trajetória da profissão sendo uma das primeiras escolas de Serviço Social, remontando ao ano de 1936, cuja primeira formação esteve ancorada na doutrina social da Igreja Católica. Dessa forma, é expressiva a contribuição da PUC na formação da intelectualidade do Serviço Social desde sua gênese até os dias atuais.

> [...] em 1932, foi fundado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), voltado para a formação técnica especializada, a partir do qual surgiu a primeira Escola de Serviço Social na PUC de São Paulo, em 1936, vinculada inicialmente à Ação Social, com formação baseada na doutrina social da Igreja Católica. (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 146-147).

Esta influência da Igreja Católica na formação dos (as) Assistentes Sociais demarcará o lugar da profissão no mundo do trabalho naquela quadra, frente aos antagonismos e contradições da sociedade. É necessário se apropriar desse movimento, pois representa a dinâmica da profissão no mundo do trabalho, as formas de respostas historicamente construídas pelo Serviço Social e como a profissão dialoga com esse processo e reatualiza esse movimento, principalmente em tempos neoliberais e conservadores, em que determinadas mazelas da questão social se radicalizam trazendo o velho e o novo seu bojo.

Aqui não estamos falando que a questão social é nova, pois esta é a base de constituição da profissão no mundo do trabalho, a partir da luta de classes frente à desigualdade social, mas afirmamos que seu movimento histórico, permite que novos elementos componham sua lógica, em um processo de ruptura e continuidade com o movimento da sociedade capitalista e suas determinações históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais e ideológicas. É o movimento da própria luta de classes em seu

processo histórico, que não é fragmentado, mas está em constante movimento em que a profissão se insere, se reatualiza e se reafirma, a partir dos interesses entre as classes sociais e os projetos societários em disputa, que apresentam particularidades na profissão, em seus projetos de formação e de suas bandeiras de luta.

Apesar de não ser o objetivo abordar a trajetória histórica da profissão, é fundamental realizar esta consideração, que dialoga organicamente com nosso objeto de pesquisa: desde a gênese da profissão o estágio é considerado como atividade fundamental para o processo de formação, adquirindo compreensão e formas de realização diferenciadas.

> Reportando-se aos cursos de Serviço Social no Brasil, constata-se que o debate sobre estágio no processo de formação vincula-se aos projetos de formação que, desde os primeiros cursos, concorriam, com uma estratégia, para a introdução do estudante no aprendizado da dinâmica da realidade social e profissional. (RIBEIRO, 2000, p. 84).

Este significado que o estágio vai adquirindo ao longo do processo histórico do Serviço Social, relaciona-se orgânica e dialeticamente com o contexto político, econômico, social, cultural e das lutas sociais e de classe que movem a própria história. Dessa forma, é fundante e indissociável pensar o estágio a partir do diálogo com os fundamentos da profissão, pois o seu significado e o embasamento para a compreensão da realidade social se relaciona com o aporte teórico e os fundamentos da profissão, ou seja, como a profissão constrói o conhecimento, através da relação entre as teorias sociais críticas, que embasam e contribuem para a construção dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos.

> A apropriação dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos, atrelados à aquisição de novos saberes, tem como parâmetros os princípios e os fundamentos ético-políticos do projeto profissional na articulação entre as três dimensões (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa), as quais, imbricadas, materializam a atividade profissional. Esse processo exige que se rompa com a atividade burocrática e rotineira, a fim de assumir a ação de um exercício profissional que exige competência para propor e negociar projetos e qualificar o exercício profissional, isto é, apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. Assim, o conteúdo remete à compreensão de que também no processo de supervisão o grande desafio que se vive hoje é desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Isso exige a apropriação rigorosa dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, ético e políticos. É preciso ter uma dimensão interventiva e operativa da profissão, sempre resguardando o seu componente ético-políticos. (LEWGOY, 2009, p. 154-155).

Afinal, a dimensão técnica sem a dimensão política e teórica, transforma a instrumentalidade em instrumentos estéreis, esvaziados de sentido. A dimensão política para se efetivar, necessita de uma visão de mundo que a justifique e fundamente, e a teoria sem posicionamento político e sem instrumentos, torna-se somente teoricismo, pois falta intencionalidade e meios para efetivá-la. O estágio neste processo contribui para a articulação dessas dimensões.

> Ele tem perpassado diversos processos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos, na medida em que se ancora em diferentes vertentes teóricas: neotomismo, positivismo, funcionalismo e marxismo, expressando os requisitos fundamentais e as condições objetivas e subjetivas presentes no processo de formação e nos campos de estágio. (RIBEIRO, 2000, p. 84).

Mas é a partir das DC's da ABEPSS que o estágio adquire um novo estatuto, enquanto atividade obrigatória é considerada como espaço de indissociabilidade entre teoria e prática, espaço de desenvolvimento da autonomia e de competências e habilidades necessárias para o trabalho profissional.

É no estágio que o discente se aproximará da realidade social, sob o olhar da profissão, desvelando-a e compreendendo sua dinâmica e as formas de respostas do Serviço Social, que não são individualizadas, mas historicamente determinadas, apesar de se efetivarem no cotidiano profissional, se dá a partir de uma base formativa e das formas de respostas construídas coletivamente pela categoria.

Reafirmamos dessa forma, que os fundamentos da profissão se relacionam e perpassam pela compreensão do estágio, sem sua apreensão e debate no processo de supervisão, o estágio se torna estéril, perde seu sentido, e torna-se uma atividade burocrática e pragmática, pois não consegue ao realizar a leitura da realidade, apreender o processo histórico em sua totalidade e como as questões históricas da sociedade e da profissão se reatualizam e se refletem no campo de estágio, ora camufladas, ora explícitas nas expressões da questão social.

A pesquisa realizada apresenta contribuições fundamentais para problematizar o estágio supervisionado a partir da PNE, apresentando seus rebatimentos, os avanços e os caminhos ainda necessários a serem trilhados, a constante necessidade de apropriação da PNE, seu debate, materialização e contribuições para qualificação do estágio através da supervisão de campo e acadêmica e dos fóruns de supervisores.

Em relação à pesquisa, estipulamos o período de dez anos de análise das dissertações e teses para não sair da proposta de análise de uma década da PNE. Em relação à quantidade de

dissertações pesquisadas, as selecionadas representam 0,5%, o que comparativamente, aproxima-se da porcentagem da quantidade de dissertações sobre estágio em relação ao total. Já as teses também representaram uma porcentagem de 0,5% selecionadas em relação ao total pesquisado o que é considerada a metade da porcentagem que representa a quantidade de teses sobre o objeto de pesquisa em relação ao total de teses pesquisadas.

Analisando o material selecionado para a pesquisa, percebemos que questões complexas e em aberto que perpassam pelo estágio supervisionado estão no bojo dos debates e das pesquisas realizadas pelos programas de pós-graduação; não se trata de problemática "mal resolvida", mas de desafios que diante da própria constituição da profissão no mundo do trabalho, das transformações no modo de produção capitalista e seus rebatimentos nas condições de trabalho da categoria, na educação e na formação, vão agravar os desafios historicamente enfrentados pela categoria, em sua totalidade: conforme mencionado anteriormente, a própria constituição da profissão no mundo do trabalho, sua relação com a luta de classes, frente à divisão sócio-técnica, sexual, de gênero, raça e etnia do trabalho, leva a profissão se organizar política e éticamente e de seu estatuto, a partir de projetos societários em disputa.

É uma profissão que está atrelada a condições materiais, objetivas para a efetivação do seu processo de trabalho, vincula-se a determinadas condições de assalariamento, de políticas públicas enquanto espaço de mediação do trabalho profissional e de sua condição de relativa autonomia, que apesar de possuir um código de ética e de uma lei de regulamentação, depende de uma entidade empregadora para sua efetivação.

Não estamos questionando as contribuições que o aporte normativo garante para a profissão, mas as condições de trabalho para a efetivação das condições técnicas do trabalho profissional e de garantia de sua reprodução estão atreladas a lógica do capital, que se agrava com as contrarreformas, previdenciárias, trabalhistas e da educação, refletindo dessa forma, na formação e no trabalho profissional. O aporte político, normativo, reflete a dimensão ético-política do Serviço Social, tornando-se referência para a luta política da categoria, resistência aos desafios enfrentados e amadurecimento enquanto profissão. Esta perspectiva são elucidados pelos autores, entre eles, Souza Oliveira (2019):

> A Política Nacional de Estágio – PNE é um importante marco legal na orientação e organização dos princípios e conteúdos formativos do estágio em Serviço Social. Para além de orientações a PNE é um instrumento político pedagógico com grande relevância para que o profissional assistente social supervisor de campo possa direcionar a formação do aluno tendo em vista que, é no campo de estágio, mas não

> exclusivamente, que se constrói um perfil profissional. (SOUZA OLIVEIRA, 2019, p. 58).

Percebemos que o estágio aparece nas dissertações e teses como atividade obrigatória para formação acadêmico profissional em Serviço Social, tendo como seu principal referencial as DC's de 1996, diante da sua importância para a formação, enquanto documento construído histórica e coletivamente pela categoria com o protagonismo da ABEPSS.

Apresentando um "divisor de águas", por instituir uma nova lógica curricular, uma nova forma de compreender o processo de formação a partir dos núcleos de fundamentação, onde as atividades curriculares devem superar a fragmentação e se articular desde a dimensão estrutural e societária – Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social – se particularizando na formação sócio-histórica da realidade brasileira – Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira – e as particularidades da profissão – Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional – garantindo assim, uma formação generalista, numa perspectiva de totalidade, contribuindo para um perfil profissional capaz de desvelar criticamente a realidade social para além das aparências em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, de forma dialética, e de criar respostas críticas, propositivas, criativas e alicerçadas no projeto ético-político da profissão.

Neste sentido, o estágio é defendido pela categoria como o espaço de desenvolvimento das competências necessárias para a intervenção profissional, enquanto atividade pedagógica, central na formação acadêmico-profissional. As dissertações e teses sempre apresentam este lugar do estágio, problematizando a partir de categorias fundantes para a compreensão crítica e radical da profissão o Trabalho, a sociedade capitalista e a profissão. Conforme elucidado pelas áreas de concentração, não é possível pensar o estágio na contemporaneidade, buscando formas de qualificá-lo sem pensar nessas categorias ontológicas, que são analíticas, mas também concretas que se constituem como elementos de formação da sociabilidade humana e burguesa.

O estágio é problematizado a partir da ontologia do trabalho, refletindo as mudanças no mundo do trabalho e os rebatimentos nas condições de trabalho nas instituições campo de estágio, na supervisão de campo e acadêmica, nos desafios da educação brasileira e suas particularidades no ensino superior e na formação acadêmico-profissional, os desdobramentos da precarização das condições de trabalho com a intensificação do trabalho, o desmonte das políticas públicas e principalmente da educação com a contrarreforma e a disputa por projetos de educação e formação, o adoecimento profissional, as mudanças orgânicas na forma de

gestão do trabalho nos diferentes espaços de trabalho, refletindo o controle, a subalternização do trabalhador (a), o adestramento, alienação e exploração.

A gestão da universidade pública está ligada à lógica produtivista, e de formação aligeirada, tecnicista e voltada para os interesses do mercado. Estes desafios são elucidados nas dissertações e teses, tanto no sentido de problematizar estes desafios, como enfrentá-los. Este mesmo contexto, ao mesmo tempo em que a PNE busca respondê-lo, também sofre com seus rebatimentos.

Na análise realizada das dissertações e teses, percebemos que o estágio supervisionado é destacado como atividade curricular obrigatória a partir dos princípios das DC's, sendo que esta norteia todo o debate da formação acadêmico-profissional em Serviço Social. Aborda o processo de ensinagem em Serviço Social, a importância do estágio na articulação entre conhecimento produzido ao longo do curso e a realidade vivenciada no campo de estágio, destacando a indissociabilidade entre conhecimento e realidade.

> O estágio curricular corresponde a uma etapa importante e obrigatória do processo de formação dos assistentes sociais. Trata-se de um momento ímpar de articulação entre o exercício profissional e a formação teórica, o qual oportuniza uma reflexão mais acurada sobre a aprendizagem e a ação profissional tanto dos assistentes sociais, nas instituições empregadoras, quanto dos estagiários.
> O estágio é o momento da vida acadêmica do aluno em que ele se depara com o exercício profissional. No âmbito do Serviço Social, o estágio supervisionado representa um elemento imprescindível do processo formativo, por meio do qual o aluno tem a possibilidade de decifrar as relações institucionais e elaborar novos saberes a partir do conhecimento das expressões da questão social que constituem a matéria-prima do trabalho profissional. (VALE, 2018, p. 12).

Em relação à PNE, Vale (2018) não faz em nenhum momento menção em sua pesquisa, aparecendo somente nas referências finais da sua dissertação. Já Souza (2015), aborda através do documento da PNE o significado do estágio como momento de balizar o processo de mediação teórico-prático em Serviço Social (unidade entre teoria e prática) e para a defesa do projeto de formação profissional. Esse destaque do documento na defesa da qualidade do estágio supervisionado frente ao contexto do ensino superior também é destacado por Curtis (2018). O autor também aborda sua importância para a unidade entre teoria e prática, mas também não realizar aprofundamentos ou maiores problematizações em relação ao documento:

> A criação da PNE e da Política Nacional de Estágio, (2009) constitui um conjunto de elementos fundamentais para balizar os processos de mediação, teórico-prática estabelecidas pelo estágio supervisionado, o que conforma a integralidade da formação profissional do assistente social. Essa política se fez possível pela

> organização coletiva da categoria e a forte defesa do papel do projeto ético-político profissional na formação e intervenção profissional. Os avanços presentes na construção desses mecanismos assumem a luta e o enfrentamento da precarização do ensino superior, estabelecendo o direcionamento de interesses coletivos de instituições de ensino, docentes, discentes, e profissionais assistentes sociais na busca pela qualificação do processo de formação em Serviço Social. (CURTIS, 2018, p. 104-105).

Souza (2015) também aborda esse significado do estágio, relacionando-o com a unidade entre teoria e prática e na construção de competências e habilidades e da identidade profissional:

> O estágio é a fase de capacitação do acadêmico de Serviço Social, contextualizada no processo de formação profissional, em que o mesmo tem mais um momento de aproximação com a realidade social e a prática profissional. Esta aproximação permite as primeiras experimentações práticas das teorias apreendidas até então, e neste momento o processo de ensino e aprendizagem profissional se manifesta, e, junto com ele, as impressões mais concretas da identidade profissional. (SOUZA, 2015, p. 19).

Percebemos que a Política Nacional de Estágio (PNE), neste contexto é pouco referenciada, aparecendo em algumas dissertações e teses de forma subsidiada, secundarizada, às vezes, sendo abordada a partir da sua importância diante do contexto que contribuiu para sua elaboração, como podemos ver a seguir, quando a autora fala da PNE, colocando sua importância frente ao cenário em que se inscreve:

> A defesa do estágio qualificado se intensificou devido a diferentes fatores, tais como flexibilização das relações de trabalho, ampliação do EaD e suas implicações na qualidade da formação profissional do assistente social, entre outros. Ainda segundo a ABEPSS, há notadamente, na realização do estágio supervisionado curricular obrigatório, descumprimento ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares, principalmente no que tange para a não realização da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e de campo e problemas relacionados à carga horária prevista para essa atividade. (SOUZA, 2015, p. 19).

O estágio supervisionado é abordado em sua complexidade, relacionada principalmente com a categoria trabalho e suas particularidades: as mudanças no mundo do trabalho, as condições de trabalho dos (as) supervisores (as) de campo e acadêmica, a intensificação do trabalho e adoecimento dos sujeitos: docentes, discente e profissional no campo de estágio, o processo de trabalho e os desafios para a efetivação do estágio supervisionado. A precarização das políticas públicas, enquanto mediação do trabalho

profissional, e das condições de trabalho dos (as) Assistentes Sociais e docentes, que realizam a supervisão.

O trabalho é apontado nas pesquisas em sua dimensão ontológica, a partir das teorias marxistas e marxianas, enquanto atividade inerente o homem que o diferencia dos outros seres vivos. Atividade criadora e capaz de emancipar o homem, se particularizando no trabalho alienado e coisificado na lógica da sociedade capitalista, expressando-se na dominação e exploração entre classes e seus rebatimentos na vida social.

As pesquisas elucidam a centralidade do estágio supervisionado no processo formativo, sempre destacando as contribuições dos aspectos normativos da profissão e seus avanços: A lei de regulamentação da profissão (lei 8.662/93), o código de ética profissional de 1993, a resolução CFESS 533/08 que garante a supervisão direta de estágio em Serviço Social. É ressaltando enquanto atribuição privativa do (a) Assistente Social em pleno gozo do exercício profissional, colocando a dimensão ética da importância da supervisão enquanto compromisso da categoria.

E os desafios para sua efetivação, como atribuição de tarefas que não são do Serviço Social ou que não estão relacionadas com seu plano de estágio, o não reconhecimento que o estágio não é "sobre trabalho", ou trabalho a mais, mas configura-se como atividade pedagógica de troca entre sujeitos partícipes do processo de supervisão, contribuindo para a problematização do trabalho profissional e construção de propostas de intervenção através da crítica, reflexão e proposição de estratégias de intervenção, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, de competências e habilidades do (a) estagiário (a), tornando um espaço rico de aprendizado e troca de conhecimentos em diferentes condições e relações entre supervisores e estagiários (as).

Morani (2010) aponta os desafios para a efetivação da supervisão de estágio em Serviço Social e afirma que esta atribuição privativa não pode ser vista descolada da categoria trabalho, ou seja, a profissão enquanto especialização no mundo do trabalho e aponta os reflexos no processo de supervisão de estágio em Serviço Social, que necessitam ser superados, a partir da compreensão da legislação vigente, sendo um compromisso ético-político da categoria com o aprimoramento dos serviços prestados, ao contribuir para a formação de profissionais competentes e qualificados para o exercício profissional. Configura-se como uma tarefa coletiva primordial:

> [...] compreender a supervisão como parte do processo de trabalho do assistente social na atualidade, me revela alguns desafios. O primeiro deles é compreender e analisar, a partir da categoria processo de trabalho, o trabalho profissional e o

> exercício da supervisão. Isso pressupõe considerar como o Serviço Social está organizado, qual o tipo de inserção que tem no espaço sócioinstitucional e como o processo de supervisão, a partir dele, se configura na contemporaneidade.
> O segundo desafio diz respeito ao rompimento com a prática da supervisão que se organiza de forma assistemática e que não é privilegiada na organização do processo de trabalho do Serviço Social, antes figura enquanto "sobretrabalho", alheia às atribuições profissional e realizada tão somente de forma assistemática e desprivilegiada no fazer profissional. (MORANI, 2010, p. 96).

No campo da formação profissional, destacam-se as DC's de 1996, e as orientações e documentos produzidos pela ABEPSS na defesa da qualidade da formação acadêmico-profissional e os desafios contemporâneos: como a contrarreforma da educação, a expansão do ensino superior, principalmente na lógica da sua mercantilização, em que se verifica um aumento da modalidade privada, principalmente à distância, sob a lógica do estado neoliberal e o processo de privatização em curso na realidade brasileira.

> É aliado aos Objetivos do Milênio (ODM, 2000) que a ampliação acesso ao ensino superior se alia, se anteriormente as ações dos organismos internacionais voltavam-se, quase que exclusivamente ao processo de tornar a educação uma mercadoria e desenvolve-la como incremento da mão-de-obra. Em 2009, essas medidas dirige-se a potência de retorno do fortalecimento econômico mundial, centrada as possíveis contribuições do ensino superior com relação estreita a construção do conhecimento e intervenção social junto comunidade, bem como, ampliação do acesso a aprendizagem, por meio do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, abertas e a distância. (CURTIS, 2018, p. 57-58)

O estágio também é problematizado, demonstrando como se agrava na perspectiva do ensino à distância: o desafio da indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica, teoria e prática e a própria precarização do ensino que esta modalidade representa. Situações apontadas pela Comissão de Fiscalização (COFI) do CRESS:

> Não credenciamento dos campos de estágio junto ao CRESS conforme estabelece a Lei 8662/19934; Número excessivo de estagiários por supervisor de campo, ferindo a Resolução CFESS 533/20085, e excesso de alunos por supervisor acadêmico, além dos 15 alunos por turma, conforme orientação da PNE-ABEPSS. Pressão sofrida pelos assistentes sociais para abertura de campo de estágio (assédio aos profissionais); campos de estágio de serviço social em instituições que não estão em consonância com os artigos 4º6 e 5º7 da Lei 8662/1993; supervisão de campo que não tem vínculo de trabalho com a instituição, realizando trabalho voluntário, o que fere a Lei 11788/20088. (CFESS, 2015, p. 24-25).

A Política Nacional de Estágio aparece como aporte para as pesquisas realizadas, fundamentando os aspectos conceituais relacionadas ao estágio e a supervisão, principalmente trazendo seus princípios, diretrizes e contribuições para a realização da supervisão, a partir das atribuições de cada sujeito no processo de supervisão. Apesar de abordar o contexto social

para a construção da PNE e suas contribuições para a qualificação do estágio, nenhuma pesquisa coloca a PNE como objeto e aprofunda como temática necessária diante dos desafios para sua efetivação.

> A criação da PNE e da Política Nacional de Estágio, (2009) constitui um conjunto de elementos fundamentais para balizar os processos de mediação, teórico-prática estabelecidas pelo estágio supervisionado, o que conforma a integralidade da formação profissional do assistente social. Essa política se fez possível pela organização coletiva da categoria e a forte defesa do papel do projeto ético-político profissional na formação e intervenção profissional. Os avanços presentes na construção desses mecanismos assumem a luta e o enfrentamento da precarização do ensino superior, estabelecendo o direcionamento de interesses coletivos de instituições de ensino, docentes, discentes, e profissionais assistentes sociais na busca pela qualificação do processo de formação em Serviço Social. (CURTIS, 2018, p. 104-105).

A lógica cada vez mais produtivista e mercadológica está imersa nas universidades públicas e privadas, a partir dos acordos internacionais, através do processo de Bolonha, FMI, Banco Mundial, acordos através dos organismos colaterais, que vêm trazer desafios para a efetivação da formação profissional conforme preconizado pelas DC's.

> Dessa forma, a dimensão assumida pelo capital na educação adquire um direcionamento de massificação da técnica, consequentemente intrínseca às condições históricas do envolto da concretização de um processo hegemônico/cultural de dominação da mão-de-obra. (CURTIS, 2018, p. 45).

Esta abordagem dos rebatimentos das mudanças no mundo do trabalho na formação acadêmico-profissional e no estágio e na supervisão é uma perspectiva que aparece nas demais dissertações e teses:

> A expansão do Ensino a Distância (EAD) e a precarização do ensino superior público e privado vêm repercutindo no mercado de trabalho dos assistentes sociais e na qualidade da formação profissional dos futuros profissionais da área de Serviço Social, o que gerou impactos negativos para a profissão, essencialmente para o perfil dos profissionais que estão sendo formados. (VALE, 2018, p. 14).

O estágio é colocado como uma das atividades centrais para o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício profissional, em que o (a) estagiário (a) a partir de um olhar crítico e investigativo para a realidade social e o trabalho profissional, consegue compreender as particularidades da profissão, suas atribuições, formas de respostas, mediações do trabalho profissional, as expressões da questão social e as possibilidades de atuação em consonância com o projeto ético-político, as contradições do mundo do trabalho e da sociedade burguesa. O estágio é o lócus de construção da identidade profissional, a partir

do desenvolvimento da autonomia, da criatividade, criticidade e da relação indissociável entre conhecimento e realidade social:

> A atividade de estágio supervisionado em Serviço Social pressupõe o olhar crítico, investigativo e reflexivo do cotidiano profissional, capaz de propiciar o enfrentamento das situações que são colocadas á profissão e não somente no âmbito do aprendizado das competências e habilidades profissionais, isto é, na execução das atividades profissionais que restringe a formação ao treinamento e adestramento desse/a estudante às dinâmicas institucionais. (AMICUCCI, 2011, p. 67).

A autora fundamenta sua pesquisa utilizando a PNE como referência para abordar o estágio e a supervisão, destacando sua importância na formação acadêmico-profissional em Serviço Social, e para os sujeitos de sua pesquisa para a capacitação para supervisão, através de fóruns de supervisão de estágio que propiciam o debate sobre a PNE. A autora ressalta a importância da discussão sobre a materialização do estágio a partir das normativas que orientam a sua efetivação, dando destaque para a Política Nacional de Estágio, assim como sua importância para a visibilidade da temática no Serviço Social. Em sua dissertação, coloca a política como um dos parâmetros para sua pesquisa e é utilizada como referência para compreender as atribuições do (a) estagiário (a) no processo de supervisão.

Em sua tese, Amicucci (2018) aprofunda-se ainda mais nas contribuições da PNE, destacando sua importância para o processo de realização da supervisão de estágio, principalmente a supervisão acadêmica, seu processo de implantação em alguns cursos, os subsídios para a efetivação da supervisão de campo e acadêmica.

A autora ainda coloca que a aprovação da resolução CFESS 533/2008 e da PNE foram importantes para o adensamento do debate na temática do estágio da supervisão, no sentido de qualificação do estágio e no enfrentamento da contrarreforma da educação. Sua tese traz importantes contribuições ao abordar artigos e publicações que trazem a temática do estágio e da supervisão, tendo como objeto a supervisão acadêmica em Serviço Social, elucidando a importância dos fóruns de supervisão e a contribuição da política para sua realização.

Nota-se ao longo do desenvolvimento da sua tese, que a PNE configura-se como um documento norteador do desenvolvimento de sua pesquisa. Assim, a própria autora destaca em sua tese, sobre as publicações em relação à supervisão acadêmica:

> Assinalamos que as publicações sobre supervisão acadêmica em sua maioria são oriundas de pesquisas de mestrado e/ou doutorado, algumas quando publicadas estavam ainda em andamento o que a nosso ver careceram de aprofundamentos teóricos, de uma concepção mais clarificada sobre essa modalidade de supervisão, sendo estas publicadas após 2010, evidenciando a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010 como mola propulsora para discussão da supervisão acadêmica no

> âmbito da categoria profissional, sendo as orientações político-pedagógicas da PNE citadas com veemências nestas publicações. (AMICUCCI, 2018, p. 171).

Nesta mesma direção destaca-se a tese de Almeida (2019) que procura analisar as tendências pedagógicas na supervisão de estágio em Serviço Social, colocando a PNE como uma das referências para abordar a supervisão de estágio em Serviço Social, destacando os princípios da PNE para a realização da supervisão. Para o autor:

> [...] a supervisão é o processo pedagógico, educativo, de ensino-aprendizagem, que se relaciona ao conjunto de conhecimentos referentes à formação para o Serviço Social, desenvolvendo o acompanhamento da prática cotidiana do discente estagiário, pautado no projeto ético-político do Serviço Social, consubstanciado em seu Código de Ética profissional de 1993 e a função pedagógica, interposto tanto na supervisão de campo como na acadêmica, está ancorada nas Diretrizes Curriculares de 1996. (ALMEIDA, 2019, p. 99-100).

Verifica-se que o autor também faz menção da unidade entre teoria e prática e a contribuição da supervisão, a indissociabilidade entre estágio, supervisão de campo e acadêmica e a importância dos sujeitos conhecerem a PNE. A unidade entre teoria e prática é considerada como atividade ímpar no processo de supervisão, sendo atribuída ao (a) supervisor (a) acadêmico (a). É importante destacar que este movimento é realizado através da indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica, afinal, o (a) supervisor (a) também pode ter uma visão crítica da sua realidade social, já que este é um dos objetivos da formação acadêmico profissional em Serviço Social:

> A atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do discente nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (CFESS, 2008). (ALMEIDA, 2019, p. 100).

Percebemos que o autor também utiliza a PNE em vários momentos de sua tese para abordar determinados elementos do estágio e da supervisão. É importante destacar, que a Política Nacional de Estágio traz balizas para que as UFA's elaborem sua política de estágio nos cursos de graduação em Serviço Social:

> A organização do estágio está imbricada com a sua concepção, de modo a propiciar a concretização dos objetivos expressos na Política Nacional de Estágio. Para

> materializar tais diretrizes, indica-se que as Unidades de Formação Acadêmica elaborem suas respectivas Políticas de Estágio, coerentes com toda normatização e legislação em vigor, Lei Federal 11.788/2008, Resolução CFESS 533/2008, Diretrizes Curriculares (1996) e a PNE (2010). Tal política de estágio deve constar no projeto pedagógico das unidades de formação acadêmica e ser amplamente divulgada junto aos sujeitos envolvidos no estágio, aos setores da universidade e da categoria, visando fortalecer coletivamente as diretrizes para o estágio no Serviço Social. (ALMEIDA, 2019, p. 113).

Caputi (2014) também segue na mesma linha teórica, em que volta sua pesquisa para a supervisão de estágio a partir do contexto da mundialização do capital e seus rebatimentos na formação acadêmico-profissional e o estágio. A autora apresenta importantes contribuições em relação à temática do estágio, sendo uma referência para o estudo, seguindo a linha de outras autoras que Caputi (2014) apresenta, como Oliveira (2009), Buriolla (1995), Lewgoy (2009), Joazeiro (2002), e entre outras, significativas para o Serviço Social. Caputi (2014) destaca que sua pesquisa tem por objeto o estudo do processo de supervisão da supervisão de estágio a partir da PNE que resignifica a forma de compreender este processo de supervisão.

Nota-se que sua tese é publicada quatro anos após a aprovação da PNE, considerando o período médio de doutoramento, a PNE ainda era recente, sendo um desafio ainda maior. A autora realiza uma análise da supervisão dos seus nós críticos a partir das situações concretas na realidade cotidiana da microrregião da ABEPSS Sul II, de São José do Rio Preto/Franca-SP. Caputi (2014) investiga a produção do conhecimento em relação à temática do estágio e da supervisão, procurando compreender a concepção dos sujeitos envolvidos no estágio supervisionado no período de implantação da PNE.

Destaca-se que sua tese segue a linha das produções do Serviço Social que abordam a centralidade da categoria trabalho para fundamentar as mudanças no mundo do trabalho, seus rebatimentos no ensino superior e nas condições de trabalho do (a) Assistente Social e da forma de organização e efetivação do estágio e da supervisão. Sua tese posteriormente, será utilizada como referência para publicação de sua obra: “Supervisão de estágio em Serviço Social”, pela editora Papel Social.

Percebemos que a autora apresenta significativas contribuições, sinalizando avanços para o estudo da temática da supervisão, aprofundando a compreensão e as contribuições da PNE para a efetivação da supervisão e para a qualificação do estágio supervisionado em Serviço Social. Realiza um resgate histórico da concepção da supervisão de estágio em Serviço Social, apresenta seu significado a partir das DC’s, aprofunda as particularidades da supervisão de campo e acadêmica e as contribuições da PNE e aborda os principais autores relacionados com a temática no Serviço Social.

É relevante a análise que realiza da unidade entre a supervisão de campo e acadêmica, abordando sua indissociabilidade e suas particularidades. Assim como as produções relacionadas sobre o estágio em Serviço Social, contextualiza e ressalta as contribuições das normativas, construídas coletivamente pela categoria e que norteiam a realização do estágio supervisionado curricular em Serviço Social.

> A supervisão de estágio é tratada considerando o que preconizam as Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS6 (1996), bem como a regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) - (2001), atreladas ao Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 1993), Lei n. 8.662/1993 (BRASIL, 1993) de Regulamentação da Profissão, Lei Federal de Estágio n. 11.788/2008 (BRASIL, 2008), Resolução CFESS n. 533/2008 (CFESS, 2008) que Regulamenta a Supervisão Direta, e, Política Nacional de Estágio em Serviço Social7 (ABEPSS, 2010), dentro do contexto da realidade social contemporânea da educação superior no país, assim como, o cotidiano da realidade particularizada na pesquisa de campo na microrregião da ABEPSS Sul II São Jose do Rio Preto/Franca. (CAPUTI, 2014, p. 7).

Assim como Amicucci (2018), a autora coloca a contribuição da PNE para alavancar o estudo da temática do estágio supervisionado em Serviço Social, e conforme afirmamos anteriormente, o estágio supervisionado sempre esteve presente no debate da categoria, apesar de concepções diferenciadas ao longo da história:

> Cabe dizer, que a produção científica acerca desta temática, não se inicia com os saltos qualitativos da formação profissional do assistente social frente à implantação das Diretrizes Curriculares em 2001, mas, anterior a este período, já se tinha a preocupação com a atividade estágio. Inclusive em 1998, no caderno ABESS, Nobuco Kameyama, já trazia pesquisa sobre a produção do conhecimento da categoria, e nesta, a autora aponta sobre o estágio. Como também os livros de Buriolla, em primeira edição se deram em tempos anteriores. Mas é fato, que a produção alavancou nos anos 2000, a partir de 2008 com a Resolução CFESS n. 533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio, e assim, convoca a categoria a (re)pensar a supervisão de estágio, e ainda mais a partir de 2010 com a Política Nacional de Estágio em Serviço Social, em que os estágios supervisionados ganham diretrizes, princípios norteadores para sua efetivação e amplia o debate sobre o mesmo. (CAPUTI, 2014, p. 118-119).

A supervisão está atrelada à concepção de educação, de profissão e com as bases teóricas que fundamentam a formação acadêmico-profissional em Serviço Social, o aporte teórico e os fundamentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo que sustentam e dão materialidade à profissão e que também são balizas para as DC’s da ABEPSS:

> Com a interlocução do Serviço Social com referencial teórico critico/dialético, a supervisão passa a ser entendida como espaço de troca de conhecimento entre os

> atores envolvidos, onde todos têm conhecimento e/ou experiência para trocar, ensinar e aprender; assim, a relação ensino-aprendizagem passa a ser entendida como processo contínuo de construção de conhecimento e saber. (CAPUTI, 2014, p. 137).

Assim a autora afirma o que tem sido abordado desde o início dessa pesquisa: a contribuição do estágio supervisionado na construção de competências e habilidades necessárias para o trabalho profissional, no qual a supervisão tem um papel primordial na unidade entre teoria e prática, através da mediação entre conhecimento e realidade social, contribuindo para que o (a) estagiário (a) compreenda as particularidades da profissão no mundo do trabalho, as formas de respostas e meios para a efetivação do trabalho profissional, tendo o referencial crítico como a base para o desvelamento do real:

> A supervisão supõe construção de conhecimentos e habilidades como meio de conscientização, de autonomia e politização dos sujeitos, numa perspectiva crítica do saber como instrumento de concretização do projeto ético-político da profissão e de construção de estratégias de transformação da realidade sócio institucional e político-cultural. (CAPUTI, 2014, p. 137).

Por fim, Caputi (2014) elucida o salto qualitativo da PNE na definição das atribuições dos sujeitos partícipes do processo de supervisão, destacando que este é um desafio histórico presente na categoria profissional:

> Para que o estágio supervisionado se constitua como um espaço efetivo de formação profissional com a construção de conhecimentos, habilidades, favorecendo o aprimoramento ético e intelectual do estudante é necessário que os sujeitos envolvidos tenham clareza de seus papéis na operacionalização dessa atividade. Entretanto, o que identificamos é que não se trata de uma dificuldade somente do tempo presente. (CAPUTI, 2014, p. 137).

É necessário aprofundar esse debate, apropriar-se da PNE, principalmente dos seus princípios, instrumentos para a efetivação do estágio, como o fórum de supervisores, o plano de estágio e as atribuições de cada sujeito no processo de supervisão, principalmente diante das mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos no ensino superior público e na formação acadêmico-profissional. Dessa forma, este debate é dinâmico, está em permanente construção e nunca é esgotado, haja vista, o que a pandemia da COVID -19 nos ensinou, com a crise sanitária e os desafios para a efetivação do estágio conforme preconizado pelas normativas da categoria profissional:

> É preciso que o estágio supervisionado conquiste a centralidade nas discussões no âmbito da formação profissional e ganhe visibilidade a toda categoria profissional

> envolvendo os desafios apresentados, e no que tange á supervisão de qualidade se possa lutar contra a precarização do trabalho e formação profissional [...]. (CAPUTI, 2014, p. 162).

As dissertações e teses evidenciam que as condições de trabalho dos profissionais, dos docentes e a contrarreforma da educação têm desafiado a categoria na efetivação do estágio supervisionado conforme proposto pela DC's e da PNE, pois com os embates da disputa por projetos de educação e de formação que estão no bojo da sociedade capitalista, o que tem evidenciado que ainda permanece o desafio de garantir a unidade entre teoria e prática e os princípios de indissociabilidade apontados pela PNE, o que demonstra que o estágio ainda não tem ocupado seu lugar de centralidade no processo de ensinagem em Serviço Social.

É necessário aprofundar o debate em relação às DC's e a PNE e como materializar suas contribuições através dos projetos político pedagógicos do curso, efetivando concretamente a lógica das DC's da ABEPSS, que se configura como o diferencial na formação em Serviço Social.

Conforme mencionado, a categoria trabalho é central nas pesquisas realizadas, sendo abordada a reestruturação produtiva e os rebatimentos nas condições de trabalho nas UFA's com o processo de mercantilização de ensino e a disputa de projetos antagônicos de educação, as condições de trabalho dos supervisores de estágio e também do discente trabalhador, assim como a possibilidade da extensão universitária como campo de estágio. É importante destacar que nem toda extensão universitária pode configurar-se como campo de estágio, sendo somente aquelas, em que o trabalho profissional se faz presente, tendo o (a) assistente social como supervisor (a) seguindo a legalidade da profissão, como já apresentado.

Esses elementos também aparecem na dissertação de Castro (2015) e a autora afirma: "nem todos os projetos de extensão têm perfil, capacidade e estrutura institucional para se constituírem em campo de estágio, lembrando todas as exigências estabelecidas para realização do estágio supervisionado em Serviço Social". (CASTRO, 2015, p. 94). Essa perspectiva também é fomentada por Pequiá (2015):

> Também é necessário atentar-se para a questão apontada na construção da PNE que diz respeito à articulação necessária do Estágio com a pesquisa e extensão, cuja importância da indissociabilidade foi reafirmada nas discussões para a construção dessa política. Por meio do desenvolvimento articulado entre o tripé do ensino superior, objetiva-se reforçar o cumprimento do princípio universitário e a possibilidade da efetivação de uma formação crítica e de qualidade, capaz de articular teoria e prática, numa perspectiva de revisitar a função social da universidade que é produzir e socializar conhecimentos necessários e úteis à sociedade, tão desvirtuada no contexto de mercantilização e produtivismo acadêmico. (PEQUIÁ, 2015, p. 58-59).

A realização de estágio no mesmo lugar de trabalho, também é uma discussão importante, pois comumente pode confundir o (a) estagiário (a) com a percepção que tem do ambiente de trabalho com a particularidade da profissão, trazendo algumas consequências para sua formação, como nos coloca a autora:

> Diversas reflexões também apontam no que diz respeito ao estágio realizado no mesmo local onde o (a) estagiário trabalha, e a PNE indica que esta situação deva ser evitada e/ou que sua viabilidade esteja condicionada a situações nas quais sejam esgotadas todas as possibilidades do(a) estudante se inserir como estagiário(a) em outro local, mediante avaliação do colegiado do curso. Nestes casos, compreendemos que as atividades devem ser explicitadas no Termo de Compromisso de Estágio, apontando a diferenciação entre as atividades de estágio e de trabalho, a especificação do horário de trabalho e do horário de estágio do(a) estudante trabalhador e a necessária alocação do estudante em setor de serviço diferente da sua lotação original. (PEQUIÁ, 2015, p. 58-59).

Assim como as demais autoras, Pequiá (2015), Castro (2015) afirmam que é importante recorrer em diversos momentos à PNE para fundamentar sua pesquisa e afirma que a problematização da extensão como campo de estágio é maior debatido pela categoria após a publicação da Política Nacional de Estágio, ganhando maior visibilidade, sendo que para a autora a política: "[...] que valida essa experiência de estágio destacando a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão". (CASTRO, 2015, p. 18). A Política afirma que a qualidade do estágio supervisionado deve ser preservada, sendo que segundo:

> [...] a Política Nacional de Estágio o estágio supervisionado realizado por trabalhadores deve assegurar os mesmos princípios e regras de qualquer outro processo de estágio em Serviço Social. Cabendo as Unidades de Formação Acadêmica traçar estratégias e alternativas para garantir a realização do mesmo, com qualidade e adequado ás demandas dos trabalhadores estagiários. (CASTRO, 2015, p. 64).

Assim trazendo o próprio texto da PNE no qual a autora se embasa, reafirmando sua importância na defesa da qualidade do estágio em Serviço Social, assim como os demais elementos que são abordados, que têm por objetivo preservar a compreensão e materialização e reafirmar o que é colocado pela DC's em relação à temática, independente de onde seja o seu espaço de desenvolvimento:

> O Estágio em Extensão nos cursos de Serviço Social historicamente é desenvolvido como estratégia de aproximação da academia com a realidade social, busca-se nessas experiências o aperfeiçoamento de práticas profissionais em campos diversificados, geralmente envolvendo atividades de ensino e pesquisa. (ABEPSS, 2010, p. 38)

Em sua tese, os sujeitos da pesquisa apresentam a importância do conhecimento da PNE para a efetivação do estágio supervisionado e para a sua defesa, apresentando como um salto qualitativo da categoria. Dessa forma, a PNE é resistência, enfrentamento e avanço da categoria profissional.

Fachina (2018) também aborda consideravelmente a PNE como documento norteador para a compreensão do processo de supervisão em Serviço Social, sendo que seus princípios e as contribuições da PNE também são colocados em seus instrumentais de pesquisa. Sendo que a autora dá destaque para a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica e a importância da articulação dos sujeitos partícipes desse processo. Essa expressão que a Política representa também é destacada pela autora: "A PNE (2009) é um significativo avanço na formação profissional e na defesa do estágio supervisionado e um instrumento de luta contra a precarização do ensino superior". (FACHINA, 2018, p. 143). Esse princípio da indissociabilidade na supervisão também é objeto de pesquisa de Herzog (2015), em que a autora também segue a mesma direção de sinalizar o avanço do debate dos princípios do estágio a partir da PNE e demais normativas que orientam esta atividade obrigatória:

> Os instrumentos normativos acerca do estágio supervisionado em Serviço Social, [...] a saber, o Projeto de Formação Profissional, a Resolução 533/08 do CFESS e a Política Nacional de Estágio devem dar direcionamento ao processo de supervisão de estágio, preconizando, por exemplo, a indissociabilidade entre supervisão acadêmica, a supervisão de campo e estagiário, no que se refere ao caráter formativo e pedagógico desta atividade curricular, que se propõe a integrar o currículo, ou seja, reunir em si, elementos tanto das disciplinas da graduação, como também das experiências obtidas nos campos de estágio. (HERZOG, 2015, p. 90).

Percebemos que a maioria dos autores abordados até o momento tem em seu centro de análise a supervisão de estágio, as atribuições de cada sujeito, os desafios para a efetivação da supervisão e os avanços da PNE no sentido de sua preservação e qualificação. A importância dos fóruns de supervisão, da formação permanente em Serviço Social e a qualificação da supervisão de campo e acadêmica, diante da dimensão pedagógica do estágio supervisionado em Serviço Social. Fachina (2018) avança nessa direção e coloca a PNE como um dos elementos de sua pesquisa, sinalizando seus avanços e demonstrando a necessidade da sua apropriação e aprofundamento. Sendo que os princípios abordados pela PNE ainda carecem de necessidade de serem aprofundados, sendo que a autora aponta:

> Nesse sentido, constatou-se que, para os participantes da pesquisa, a supervisão de estágio é imprescindível e fundamental no processo de formação profissional do(a)

> assistente social, garantindo sua qualidade. Contudo, a indissociabilidade entre supervisão acadêmica, supervisão de campo e estágio de forma integral, concreta e permanente não acontece. (FACHINA, 2018, p. 180).

Esta direção também é apontada por Lima (2016), colocando a importância da categoria e dos sujeitos integrantes da supervisão e das UFA's de se apropriarem da PNE. Sendo que a autora aborda os desafios para a efetivação do estágio e da supervisão em uma universidade pública do Estado de São Paulo, destacando a supervisão como seu objeto de pesquisa, e observa que ainda encontra muitos desafios para a sua realização, sofrendo com as condições de trabalho dos profissionais, os limites institucionais das UFA's e ainda não sendo valorizado pelo corpo docente, discente e pela instituição campo de estágio. Assim a autora afirma:

> A supervisão acadêmica é constituinte do estágio supervisionado juntamente com a supervisão de campo e a realidade apresentada demonstra a complexidade para sua efetivação devido à burocracia institucional e ao entendimento da sua importância e do seu papel na formação profissional do assistente social e o que ocorre a nível institucional e também da compreensão dos estagiários.
> Importante também se faz para a reflexão sobre a realização da interlocução entre a supervisão de campo e a supervisão acadêmica é a relação entre esses profissionais. Essa relação contribui para a capacitação dos profissionais no conhecimento tanto do campo de estágio quanto das questões didático pedagógicas da instituição de ensino para que a formação profissional seja realizada por um mesmo prisma. (LIMA, 2016, p. 97)

As condições de trabalho dos (as) supervisores (as) de estágio são abordadas por diferentes pesquisadores (as), sendo que algumas destacam as dos (as) supervisores (as) de campo e outros (as) acadêmicos (as) ou ambos. Mas é importante destacar que esta é uma das preocupações elucidadas nas pesquisas e que se configura como um desafio dos tempos atuais, refletindo na materialização e na qualidade do estágio e no processo de supervisão em Serviço Social:

> Ressalta-se que neste contexto de precarização das condições de trabalho, antes do (a) assistente social assumir a atribuição e compromisso de supervisionar estagiários, ele (a) já possui uma demanda de trabalho, atendimentos, relatórios e projetos a serem realizados, desse modo muitos profissionais tem receio de ficarem sobrecarregados e optam por não serem supervisores de campo, não assumindo essa atribuição da profissão.
> As participantes refletiram acerca de sua demanda e, algumas concluíram que a supervisão de estágio, a formação continuada e até o atendimento ao usuário ficam em segundo plano devido à vasta quantidade de trabalho para poucos profissionais contratados, uma equipe reduzida. (SGARBI, 2018, p. 90)

No estudo realizado em relação à dissertação de Lima (2016), percebemos que a autora sempre recorre à PNE para embasar sua análise, aprofundando elementos significativos em sua pesquisa e demonstrando que a PNE tem contribuído dentro do cenário que analisa para a qualificação do estágio e da supervisão em Serviço Social, mas ainda sendo insuficiente sua apropriação pela UFA analisada: "[...] a necessidade de uma melhor abordagem na supervisão acadêmica, sobre a PNE com vistas a trazer um conhecimento que possibilite a preparação do futuro profissional a ser supervisor de campo. (Lima, 2016, p. 102).

Lima (2016) destaca esses princípios a partir das DC's em sua pesquisa, demonstrando a sua importância para a superação desses desafios; esse princípio também é abordado na PNE enquanto elemento fundante a partir da concepção de estágio e da lógica curricular construída coletivamente pela categoria com o protagonismo da ABEPSS:

> As Diretrizes Curriculares apontam para o horizonte da formação que oportunize a compreensão da realidade social e, diante desse conhecimento, buscar novas formas de intervenção, compondo novas respostas às novas demandas apresentadas, portanto, a nova lógica curricular destaca a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, perpassando toda a formação profissional, o que exige que o estágio supervisionado seja potencializador na mediação da relação teórico-prática.
> Os elementos de análise apresentados possibilitam a compreensão da atividade do estágio supervisionado em sua totalidade, oportunizando seu aprofundamento e as questões que rebatem nessa atividade curricular. (LIMA, 2016, p. 41-42).

Percebemos que os desafios apontados pela pesquisadora, podem ser superados com a efetiva apropriação e efetivação da PNE, que orienta e apresenta importantes elementos para a concretização do estágio e da supervisão em Serviço Social. Sendo que Lima (2016) aponta as contribuições da Política para a organização do estágio na universidade pesquisada.

Outro elemento importante que vale destacar é que a produção teórica relacionada à temática tem apontado para a centralidade do estágio que é destacado desde o início da profissão. O que pode ser identificado pelas dissertações e teses da PUC-SP, como as orientadas por Anna Augusta de Almeida (06/02/1979), Helena Farah Perez (17/09/1979), Ilda Lopes Rodrigues da Silva (29/03/1983), entre outras. Estas publicações abordam a análise do estágio a partir das relações estagiário e usuários, a supervisão a partir dos supervisores de campo, a centralidade do estágio, a relação entre o processo de ensinagem a supervisão, a supervisão a partir dos supervisores.

Apesar de a concepção de estágio ser dinâmica, mudando ao longo dos anos e adquirindo uma nova dimensão a partir das DC's, percebemos que o estágio e a supervisão

sempre esteve presente no debate da categoria, problematizando seus desafios, destacando sua importância para o processo de ensinagem e, principalmente como atividade que propicia a aproximação do (a) estagiário (a) com o campo de estágio, objetivando sua capacitação. "[...] o pensamento, até o final da Primeira Guerra Mundial, era de que o estágio se concretizava por um treinamento prático vocacional". A aprendizagem ocorria na ação e no trabalho de campo, sendo significativa a concepção de "aprender fazendo". (LEWGOY, 2009, p. 67).

Percebemos aí a existência da dicotomia na formação profissional, como se existisse uma formação teórico/acadêmica e o estágio fosse responsável pelo ensino da prática, esta concepção percorreu durante muitos anos na formação acadêmico-profissional e ainda não foi superada por completamente, mas destacamos a importância da apropriação das DC's e das orientações da PNE para a superação dessa dicotomia.

Os princípios de unidade entre teoria e prática, a indissociabilidade entre universidade e campo de estágio, e das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, são determinantes para que a supervisão alinhe o conhecimento apreendido ao longo do curso com a realidade vivenciada no campo de estágio.

É significativa a abordagem das mudanças no mundo do trabalho e os seus rebatimentos na formação acadêmico-profissional, no estágio e na supervisão, apresentando desafios para sua efetivação a partir de projetos de educação e de formação profissional em disputa na nossa sociedade; é ressaltado o processo de mundialização do capital, o avanço do conservadorismo, o neoliberalismo e o direcionamento das políticas públicas, as contrarreformas do Estado, principalmente na educação brasileira, o avanço do EaD e o debate na profissão, as bandeiras de luta em defesa do projeto de formação profissional construído coletivamente pela categoria com o protagonismo da ABEPSS cuja materialização está expressa nas DC's.

Nesse contexto, a supervisão de estágio é problematizada, destacando-se as atribuições dos supervisores (as) de campo e acadêmica, a sua indissociabilidade, desafios para sua efetivação com a precarização das relações de trabalho, das condições de trabalho dos profissionais supervisores, o adoecimento frente à perda dos direitos trabalhistas e desmonte das políticas sociais, o adoecimento com a intensificação do trabalho. As condições de trabalho do supervisor (a) de campo e a mercantilização e privatização do ensino. A condição do discente trabalhador, o distanciamento das UFA's com o campo de estágio e da relação entre supervisor (a) de campo e acadêmico (a):

> Notamos como um dos maiores desafios no desenvolvimento do estágio supervisionado esta interlocução entre os supervisores de campo e acadêmico, talvez pela intensidade do próprio cotidiano do trabalho ou pela falta de diálogo mesmo entre estes sujeitos o que prejudica a dinâmica do estágio. Podemos destacar ainda, como desafios a ampliação nova de campos de estágio; a disponibilidade do aluno em cumprir o estágio haja vista que a sua grande maioria são trabalhadores; o que o leva a realizar o estágio em horário reduzido, sendo este um reflexo da sua própria realidade financeira; a pouca adesão dos supervisores de campo nos fóruns e debates ofertados pelas instituições de ensino que buscam uma aproximação com os mesmos e a dificuldade que a maioria dos alunos apresentam em estabelecer a relação teoria x prática. (ALMEIDA, 2013, p. 82).

As pesquisas elucidam que o estabelecimento dos números de estagiários por supervisores (as), principalmente para a supervisão de campo, é um salto qualitativo, resguardando a qualidade do processo de supervisão, assim como as condições de trabalho (éticas, técnicas, materiais), mas esses elementos abordados ainda configuram-se como um desafio para a categoria:

> De acordo com os profissionais o número de no máximo dois estagiários seria o ideal para que a qualidade do processo de supervisão seja resguardada. A sobrecarga de trabalho aliada a supervisão de um número elevado de estagiários de acordo com os supervisores de campo pode acarretar em prejuízo a qualidade do processo de supervisão direta.
>
> Outro elemento alia o espaço inadequado de trabalho à falta de espaço para realização da supervisão grupal ou individual, expressando um limite enfrentado pelo profissional, a falta de profissionais assistente sociais nas instituições municipais e a dificuldade do trabalho em rede. O limite da oferta do número de vagas de estágio no município se coloca também por conta da falta de profissionais nas instituições. Esses elementos demostram as condições precárias nas estruturas públicas, nesse caso aquelas ofertadas pela política de assistência social, onde se incluem as instituições que conformam a rede de apoio profissional. (CURTIS, 2018, p. 124-125).

Percebemos a importância de aprofundar os elementos abordados pela PNE, pois eles contribuem para o fortalecimento do estágio supervisionado, ao preconizar os princípios de indissociabilidade no processo de supervisão, sendo necessárias as condições objetivas para sua efetivação.

Como elucidado por Curtis (2018), pesquisa realizada oito anos após a aprovação da PNE, os velhos dilemas do estágio supervisionado ainda permanecem, o que nos faz refletir se este ocupa efetivamente a centralidade necessária no processo de formação acadêmico-profissional. Não estamos analisando de forma endógena a profissão, mas destacando que os estágios, ainda nos diferentes espaços, sofrem com as condições de trabalho e da contrarreforma da educação. A própria centralidade do estágio, ou seja, o lugar que este ocupa no processo formativo em Serviço Social tem sido objeto de pesquisa, e tem apontado que esta concepção não tem consenso na profissão:

> Sobre a perspectiva da centralidade, apesar de opiniões e compreensões tão diversas e adversas entre docentes fica declarado que é central, nem mais, nem menos importante do que outros componentes, mas nodal.
> Na compreensão dos docentes entrevistados e nas observações cotidianas, vê-se que o estágio é latente desafios, logo, colocado num lugar de apêndice na formação conforme pontuado anteriormente, portanto, entende-se que o mesmo requer maior atenção e cuidados porque envolve muito mais interlocutores do que existe internamente nos cursos (requer ações que envolvem gestão das UFA's, instituições que fornecem os campos de estágios, estudantes e profissionais supervisores de campo), assim, destaca-se uma recusa diante do entendimento de que sobrecarga recai pesada e diretamente aos supervisores acadêmicos, coordenadores de estágio e cursos. (HONORATO, 2016, p. 222).

Tornamos a reafirmar, que o lugar que o estágio ocupa na formação profissional, exige uma centralidade, inerente a sua própria condição; não estamos priorizando-o em relação às demais, mas é fundamental ressaltar que, enquanto atividade pedagógica, exige planejamento, deve estar inserida no projeto pedagógico do curso.

Sendo a única atividade que articula três sujeitos diferentes (supervisores de campo, estagiário e supervisores acadêmicos) e toda a organização acadêmica e profissional, com o mesmo objetivo: contribuir para o processo de formação acadêmico-profissional do discente, o que supõe articulação entre formação e exercício profissional, supervisão de campo e acadêmica, UFA e campo de estágio, cujo objetivo maior é a articulação entre conhecimento e realidade para o desenvolvimento de competências, habilidades e a construção da identidade profissional, tão necessária para o reconhecimento do discente como pertencente à categoria como profissional, reconhecendo suas atribuições e prerrogativas e compreendendo o seu papel e do Serviço Social no mundo do trabalho.

> Como bem preconiza essa PNE, o aspecto formativo do futuro assistente social, não pode ser reduzido ao mero desenvolvimento racional de técnicas instrumentais que posteriormente serão utilizadas pelo profissional, até sem o real conhecimento do porque utilizar determinada técnica ou instrumento. A proposta é uma formação que desenvolva nos discentes, as competências teórico metodológicas técnico operativas e ético políticas almejadas pela categoria profissional, em consonância à Lei de Regulamentação, ao Projeto Ético Político e ao Projeto Ético Político. (MARIANO, 2010, p. 137).

Aqui é válido destacar que a dissertação de Mariano (2010), é publicada no ano em que a PNE é aprovada, ou seja, ainda era recente o debate em relação a sua construção e implantação. A autora destaca a importância da PNE para o processo de supervisão, destacando seus avanços e instrumentos que auxiliam na qualificação do estágio, sendo que a autora afirma que a Política: "traça e confere um caráter importante se constituindo enquanto um instrumento pela defesa de um estágio supervisionado de qualidade, como preconiza as

Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social". (MARIANO, 2010, p. 8). Apesar de não aprofundar a discussão da PNE por não ser seu objeto de estudos, considera-se que a autora realiza uma aproximação com a política para abordar aspectos relacionados ao seu objeto de pesquisa, mesmo que naquele momento a discussão em relação à PNE ainda fosse recente.

A identidade profissional reflete a capacidade do discente de apreender o real significado da profissão no mundo do trabalho, podendo distanciá-lo ou se fortalecer como parte dessa categoria. Essa dimensão do estágio já era apontada por Buriolla (2011, p. 13): "O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente". Sendo que a construção da identidade profissional e a contribuição do estágio supervisionado foi nosso objeto de pesquisa no período do mestrado em Serviço Social.

Outro elemento evidenciado é a lógica curricular preconizada pelas DC's e a importância da articulação entre os componentes curriculares através dos núcleos de fundamentação, buscando superar as lacunas no processo formativo e evitar a sua dicotomização. O estágio nesta compreensão tem um importante papel:

> Os ementários deveriam "conversar" mais, os PPCC's [Projetos Pedagógicos Curricular do Curso] deveriam indicar a articulação de conteúdos e de componentes, prevendo e apontando caminhos e estratégias de operacionalização, isto é, dando concretude à concepção de estágio a partir do que já está preconizado nas orientações do conjunto, atinentes ao estágio curricular e a supervisão acadêmica. (HONORATO, 2016, p. 140).

O desafio para a efetivação do estágio supervisionado perpassa pelas condições concretas e objetivas dos campos de estágio, das condições de trabalho e da própria reestruturação produtiva em sua totalidade, da política de educação, das UFA's e também da dificuldade de compreensão e materialização da lógica das DC's, o que se agrava com a intensificação do trabalho docente, as exigências voltadas para o produtivismo, e da gestão das UFA's, que exigem cada vez mais dos docentes.

A supervisão acadêmica é destacada como um espaço privilegiado de relação entre teoria e realidade social, da efetivação da práxis social. Enquanto atividade pedagógica deve ser programada, de acordo com o projeto pedagógico dos cursos, orientados pelas DC's da ABEPSS.

> O estágio supervisionado é um espaço essencial na formação profissional, sem o qual os futuros assistentes sociais ficam impossibilitados de concluir o curso de graduação é, portanto, uma atividade curricular obrigatória. A inserção nos campos de estágio oportuniza aos discentes a correlação da teoria com as intervenções profissionais, sendo momento fundamental para a construção da identidade profissional e a aproximação do lócus do exercício profissional e das expressões da questão social, matéria prima do trabalho profissional do assistente social. (LIMA, 2016, p.85).

Andrade (2015) coloca a importância da supervisão acadêmica, destacando o papel do (a) supervisor (a) acadêmico (a) em acompanhar, avaliar e orientar o (a) estagiário (a), em articulação com o (a) supervisor (a) de campo, o que compreende a indissociabilidade entre a supervisão de campo e acadêmica, sendo um dos princípios destacados pela PNE:

> O papel da supervisão acadêmica na prática docente de assistentes sociais é orientar estagiários, por meio de encontros individuais ou em grupos de até 15 alunos; avaliar, em conjunto com o supervisor de campo, seu aprendizado e as condições éticas e técnicas do campo de estágio; acompanhar a frequência deste estudante nesta atividade curricular obrigatória durante o percurso do processo de estágio em constante interlocução com o supervisor de campo, entre outras. (ANDRADE, 2015, p. 113).

A PNE aprofunda esse princípio da indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica e ressalta sua importância no desenvolvimento da capacidade crítica do (a) estagiário (a) de decifrar a realidade social – conforme é preconizado pelas DC's – para poder construir propostas de intervenção, em consonância com o projeto ético-político da profissão:

> [...] o princípio que prevê a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, em que o estágio, enquanto atividade didático-pedagógica, pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do(a) estudante, na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social. (ABEPSS, 2010, p. 13).

A supervisão acadêmica tem um importante papel na articulação entre conhecimento e realidade (teoria e prática), realizando as mediações necessárias para a compreensão das particularidades da profissão, formas de intervenção, à luz dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, e como estes se particularizam no campo de estágio.

Deve-se realizar a relação entre o desenvolvimento da sociedade capitalista, as contradições existentes, elucidando os desafios e possibilidades de intervenção e identificar como se materializam as expressões da questão social no trabalho profissional e na vida social

da população usuária. Realizar a suspensão do cotidiano, através das mediações necessárias, imbuindo a realidade de conhecimentos históricos e teóricos para sua leitura crítica e numa perspectiva de totalidade.

> Desse modo a supervisão acadêmica está imbricada diretamente com a finalidade social da profissão, na prestação de serviços sociais, que consiste, dentre outras questões, em conhecer e refletir com os(as) estagiários(as), em pequenos grupos, a realidade profissional nos campos de estágio, reconhecer os limites e possibilidades das respostas profissionais nas diferentes organizações no enfrentamento das expressões da "questão social", reconhecer e debater os elementos constitutivos do projeto profissional em curso nos espaços sócio-ocupacionais e sua relação com o projeto hegemônico da profissão. (ABEPSS, 2010, p. 17).

É importante destacar que a autora, apesar de utilizar a PNE como referência para embasar sua pesquisa e para abordar elementos relacionados ao estágio como a elaboração do plano de estágio e a própria realização do estágio conforme preconizado pela ABEPSS através da DC's e demais documentos e normativas, não aborda a PNE de forma aprofundada ou problematizada, sendo utilizada apenas em alguns momentos para embasar suas análises.

Percebemos que a PNE é colocada como referência para a maioria das dissertações e teses, sendo utilizada para abordar determinados conceitos e princípios, para destacar o lugar que o estágio possui na formação acadêmico-profissional. As pesquisas destacam suas contribuições e avanços, mas ressaltam que apesar desse salto qualitativo ainda existem muitos desafios para a efetivação do estágio curricular obrigatório conforme preconizado pelas DC's.

A PNE instrumentaliza o processo de supervisão, ao abordar elementos fundamentais para a efetivação do estágio, como a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica, entre os fundamentos da profissão, da teoria e da realidade. Ao mesmo tempo em que problematiza esses elementos, os coloca como estratégias para a superação dos desafios para a efetivação do estágio e sua qualificação em consonância com o projeto ético-político da profissão e o projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

A PNE reafirma a dimensão pedagógica do estágio supervisionado, colocando a importância da articulação dos sujeitos partícipes desse processo – estagiário (a), supervisor (a) de campo e supervisor (a) acadêmica –, apresenta as atribuições de cada sujeito, o que representa um salto qualitativo, destaca a importância do planejamento do estágio através do plano de estágio e coloca a importância a supervisão direta e os desafios para sua realização.

> O planejamento no estágio supervisionado é o instrumento para sistematizar o processo de supervisão direta com o estagiário, a fim de que objetivos sejam

> atingidos. É a previsão das atividades concretas a serem desenvolvidas no campo de estágio estabelecidas no plano de estágio, bem como os objetivos; os procedimentos e as estratégias de ensino-aprendizagem. Através do planejamento das atividades a serem desenvolvidas com o estagiário, é possível a reflexão sobre o processo de estágio, enquanto possibilidade de construção do conhecimento; a construção de atitude reflexiva e analítica acerca da realidade social, contribuindo para a formação profissional. (GOMES, 2016, p. 189)

Temos reforçado a dimensão pedagógica do estágio supervisionado, tanto no sentido do seu planejamento, objetivando a construção do perfil profissional, as competências e habilidades, a partir do que é preconizado pelas DC's, a PNE e demais normativas, estando em consonância com os Projetos Político-Pedagógicos do Curso, como a importância da capacitação dos supervisores (as), no sentido de sua qualificação. Ainda reafirmamos a importância que este planejamento construído através do plano de estágio, seja feito através da articulação do (a) supervisor (a) de campo, estagiário (a) e supervisor (a) acadêmico (a), garantindo a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica e a efetivação conforme preconizado pela ABEPSS e orientado através dos instrumentos normativos e ético-políticos da categoria.

Em relação às competências profissionais, Silva (2013) contextualiza historicamente a concepção de competências profissionais, marcando seu significado para a sociedade capitalista madura, realiza uma crítica radical ao conceito de competências exigido pelo mercado e aponta o entendimento da categoria em relação às competências profissionais a partir do projeto ético-político profissional e apresenta as contribuições do estágio em Serviço Social na construção dessas competências. Assim para a autora:

> [...] as competências constituem parte elementar de processo formativo com perfil generalista e crítico, em oposição à formação funcional aos interesses hegemônicos na sociedade. Outrossim, possibilitam formar profissionais com atuação para além do atendimento às demandas imediatas e institucionais no enfrentamento às expressões da "questão social" no intuito de atender às reais necessidades dos usuários. (SILVA, 2013, p. 57).

Apesar de a autora não se aprofundar nos elementos da Política Nacional de Estágio, por não ser seu objeto de pesquisa, ela destaca a importância do documento e reafirma a construção histórica da profissão em relação ao estágio ser esse espaço que contribui para a construção de competências e habilidades necessárias para a intervenção profissional, assim como o tensionamento frente às contradições do mundo do trabalho e os desafios (im)postos para a efetivação do estágio, refletem em projetos antagônicos de formação com concepções de competências e habilidades também antagônicas.

> Tal direção requer do estágio experiências que ultrapassem o atendimento exclusivo das demandas do mercado de trabalho, ou ainda das necessidades sociais na esfera da imediaticidade, postas no cotidiano do trabalho, ampliando os horizontes para o desenvolvimento das competências e habilidades profissionais, com sustentação teórico-metodológica, compromisso ético-político e qualidade técnico-operativa (ABEPSS, 2009). (SILVA, 2013, p. 73).

A autora aborda os princípios norteadores para a realização do estágio a partir da PNE, entre eles a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, das dimensões de ensino, pesquisa extensão, a articulação entre formação e exercício profissional, a unidade entre teoria e prática, a vinculação indissociável entre estágio e supervisão direta, a ética como elemento transversal, a interdisciplinaridade e a articulação entre universidade e sociedade.

Nesta mesma linha de pesquisa, Oliveira (2013) ressalta a importância da Política Nacional de Estágio para a construção da política de estágio do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo, onde a autora discorre sobre os rebatimentos das mudanças contemporâneas capitalistas na realização do estágio e principalmente da supervisão, seu objeto de estudo.

Souza (2014) já realiza uma maior aproximação e aprofundamento em relação às contribuições da PNE para a efetivação do estágio supervisionado à luz das DC's da ABEPSS. A autora realiza uma análise das atribuições de cada supervisor (a) e apresenta aquelas que dialogam entre si, contribuindo para a indissociabilidade na supervisão de estágio, apresentando os desafios institucionais e das condições de trabalho para a efetivação dessa atribuição:

> [...] percebe-se que o supervisor de campo tem dificuldades semelhantes às do supervisor acadêmico, em especial aquelas que dizem respeito às condições de trabalho e a partir destas, a sobrecarga de trabalho. Ambos têm, por exemplo, atividades externas ao local de trabalho e também extras à carga horária de trabalho. (SOUZA, 2014, p. 47).

As atribuições da Coordenação de estágio também se configuram como papel importância para garantir a organização e efetivação da atividade a partir das DC's da ABEPSS e da PNE. É a coordenação de estágio que tem o papel de zelar pela concretização do estágio no curso, garantindo apoio ao corpo discente, docente e construindo espaços de aproximação entre supervisores de campo e acadêmicos, como também da universidade com o campo de estágio. A coordenação de estágio, em alguns cursos, leva outros nomes como

Núcleo de Estágio e tem sido objeto de estudo nas dissertações e teses, em que tem apresentado pelos (as) pesquisadores (as) o processo de consolidação desse espaço e os desafios para a Coordenação de estágio na estruturação dessa atividade curricular obrigatória:

> Na luta por uma formação profissional de qualidade, a PNE considerou relevante definir as atribuições da Coordenação de Estágio, apesar de reconhecer que este espaço ainda é vago na realidade de muitas UFA(s). O estágio supervisionado é entendido como elemento central da formação profissional e a definição das atribuições da Coordenação de Estágio representa apoio e incentivo para sua criação, tendo em vista a possibilidade de articulação entre os cursos ou departamentos para cumprimento das exigências de qualificação do estágio supervisionado. (SOUZA, 2014, p. 49).

A educação permanente também é destacada pelos pesquisadores, afirmando sua importância para a defesa e qualificação da formação acadêmico-profissional em Serviço Social, diante da sua própria natureza enquanto profissão interventiva precedida pela dimensão investigativa, estando na base dos princípios das DC's da ABEPSS; assim Nascimento (2017) também afirma que este princípio consta na PNE. A autora destaca a importância dos fóruns de supervisão como espaço de educação permanente:

> Na Política Nacional de Estágio o termo Educação Permanente aparece de forma bastante clara na apresentação do documento, quando pontua as finalidades estatutárias da ABEPSS, e entre elas, tem-se a busca pelo fortalecimento da concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, Educação Permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais. (NASCIMENTO, 2017, p. 85).

Percebemos que apesar da PNE ser utilizada para embasar e referenciar as pesquisas realizadas, ainda carece de pesquisas em que a PNE seja o objeto de pesquisa, a compreensão pelos sujeitos, a apropriação pelas UFA's e a utilização nos processos de supervisão de campo e acadêmica. São inegáveis as contribuições da PNE para a qualificação do estágio supervisionado, principalmente nos últimos anos, com a crise do capital e as particularidades da crise sanitária, em que a COVID-19 agravou ainda mais as expressões da questão social. O contexto pandêmico reafirmou que o estágio ainda carece de cuidados, que ainda encontra desafios para sua efetivação, que apesar de ocupar um lugar significativo no processo de formação, ainda encontra muitos obstáculos para sua efetivação.

A PNE tem um importante papel nesta direção de qualificação do estágio supervisionado em Serviço Social, em sua defesa e a reafirmação do seu lugar no processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social, principalmente para a superação de

desafios ainda presentes como a dicotomia entre teoria e realidade social, do distanciamento entre UFA's e campo de estágio entre da supervisão de campo e acadêmica.

A construção da PNE com o protagonismo da ABEPSS nasce de um contexto social, político e econômico que atravessa o Serviço Social, frente ao acirramento da questão social e da disputa por projetos de educação e formação. Dessa forma, a Política Nacional de Estágio vem contribuir para o enfrentamento desse contexto, significando um avanço significativo nesta direção, mas é necessário problematizar e aprofundar o debate em torno da PNE, dialogar com o tempo presente, aprofundar seus elementos, contribuições e o próprio debate que está no seu bojo, é necessário avançar em sua defesa. Deve ser apropriada pelas UFA's sendo objeto de pesquisa, estando presente nos fóruns de supervisão e demais espaços, nos eventos da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS enquanto importante instrumento político para nortear a realização do estágio supervisionado em Serviço Social. Portes (2016) em sua tese de doutorado, afirma que o estágio tem ocupado a centralidade do debate na categoria profissional, mas tem carecido de uma discussão mais teórica e pedagógica sobre o estágio:

> [...] há centralidade nas discussões sobre as normativas e resoluções que tratam do estágio, assim como a ênfase no conteúdo expresso nas Diretrizes Curriculares e na Política Nacional de Estágio, mas ainda carece de uma discussão de natureza mais pedagógica e teórica sobre o estágio e a supervisão que possibilite um conhecimento mais aprofundado. (PORTES, 2016, p. 156).

Essa discussão da concepção do estágio e a forma como materializá-lo a partir de uma discussão mais pedagógica e teórica é fundamental para não romper com a lógica imperante pelas DC's: se o estágio tem um papel de síntese da relação entre conhecimento e realidade social, teoria e prática, não sendo a única atividade, mas tendo um papel precípuo neste sentido, é fundamental que se entenda sua natureza pedagógica, para não romper com a lógica proposta, o que poderá ocorrer um desmonte das DC's, e reforçar uma visão dicotômica no processo de ensinagem em Serviço Social e da formação acadêmico-profissional em Serviço Social, reforçando o conservadorismo na profissão e retomando uma visão histórica do estágio como treinamento. Esta defasagem na discussão pedagógica do estágio, como afirma Portes (2016) tem:

> [...] dificultado a compreensão da natureza da atividade de estágio e da forma como o mesmo deve ser indicado e organizado nas propostas curriculares. Isso se concretiza em relação à concepção do estágio curricular supervisionado, onde verificou-se um hibridismo com predominância no entendimento do estágio como treinamento; como o "lugar" do ensino da profissão, a partir da apropriação e desenvolvimento de habilidades e competências profissionais com ênfase no saber fazer instrumental. (PORTES, 2016, p. 244).

Apesar dos avanços, da PNE estar presente nas pesquisas realizadas, ela ainda ocupa um lugar segundarizado, sendo utilizada para embasar, problematizar e aprofundar os princípios da supervisão, do estágio e das atribuições de cada sujeito, assim como também é destacada a dimensão pedagógica do estágio supervisionado curricular, mas a política ainda é central nos debates, sendo objeto de pesquisa. É necessário avançar nesse debate, compreender como as UFA's têm se apropriado da PNE, como estas têm contribuído para os projetos pedagógicos dos cursos, para a realização do estágio da supervisão.

Percebemos que comparada com a quantidade de dissertações e teses da área do Serviço Social, o estágio ainda é pouco pesquisado, necessitando de maiores aprofundamentos. As pesquisas voltam-se para os desafios do estágio, frente às mudanças no mundo do trabalho, seus rebatimentos nas políticas públicas, nas condições de trabalho dos docentes, supervisores de campo e estagiários e nas UFA's. Abordam a disputa por projetos antagônicos de educação e formação, destacando o processo de mercantilização, expansão do ensino à distância e as consequências para a formação e consequentemente para o estágio e a supervisão, a intensificação do trabalho, o trabalho polivalente, o desafio de efetivar a supervisão como atribuição privativa e não como um "trabalho a mais" para o profissional.

É inegável que a Política Nacional de Estágio contribuiu para uma maior produção em relação à temática, sendo utilizada como referência para abordar diversos avanços e desafios para a sua consolidação. Colocamos como avanços e desafios, pois os mesmos princípios que significam um salto qualitativo na compreensão do estágio em Serviço Social a partir das DC's ainda encontram entraves para sua realização, não conseguindo se efetivar conforme proposto pelas normativas da categoria, frente ao próprio contexto social que é constantemente destacado nas pesquisas.

Podemos afirmar que a PNE foi fundamental para o adensamento teórico na área, sendo utilizada como referência para as pesquisas e estudos na área, mas ainda aparece como parte das pesquisas desenvolvidas, como um tópico ou através de alguns questionamentos, sendo ainda um número muito pequeno de dissertações e teses que trazem um maior aprofundamento em relação à PNE. Mas é inegável que a política trouxe elementos significativos na qualificação do estágio e tem defendido e preservado um patamar essencial na efetivação do estágio em consonância com o que é esperado para o estágio em Serviço Social.

A PNE deve estar presente nas salas de aulas, nas disciplinas que discutem a formação acadêmico-profissional e principalmente na supervisão de campo e acadêmica. Ela deve

instrumentalizar os fóruns de supervisão e as reuniões entre supervisores de campo e acadêmicos, estando presente nos eventos e atividades dos grupos e núcleos de estudos, como também nas oficinas e atividades que têm por objetivo qualificar a supervisão de campo e acadêmica.

A PNE não deve ocupar o lugar secundarizado na formação acadêmico-profissional ou como instrumento para embasar o debate do estágio supervisionado e a realização da supervisão somente, é fundamental que ocupe a centralidade do debate, que seja objeto de estudo e pesquisa, com o objetivo de aprofundar seus elementos, dialogando com as bandeiras de luta da profissão na formação profissional, enriquecendo-a e preservando sua dinamicidade ao estar antenada com o debate contemporâneo da formação acadêmico-profissional, qualificando o estágio e a supervisão em Serviço Social.

3.3 Ainda sobre o estado da arte: análise dos artigos em periódicos vinculados aos programas de pós-graduação

Como mencionado no início desse capítulo, selecionamos os periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação que participaram da pesquisa do banco de dissertações e teses, nas quais foram classificadas pelo Qualis periódico da CAPES com estratos superiores A1, A2, A3, A4, B1, B2 e B2, a partir da plataforma Sucupira, dentro do quadriênio 2017-2020, que também configura como o período considerado para a pesquisa do Estado da Arte. Foram selecionados os periódicos cujos artigos tinham sua versão digital.

Conforme destacado na caracterização dos Programas de Pós-Graduação, dos dezenove programas participantes, foram selecionados doze periódicos, apresentando uma representatividade de 63,15% dos programas selecionados e em relação ao total de programas avaliados e reconhecidos pela CAPES. Se comparado com as UFA’s filiadas a ABEPSS e a quantidade de periódicos selecionados, temos um comparativo de 12 periódicos selecionados para pesquisa em relação a um total de 66 UFA’s, o que representa uma porcentagem de 18,18%. Lembrando que somente 19 programas participaram da pesquisa, o que é uma boa representatividade, totalizando mais da metade (63,15%), a porcentagem de periódicos por programa de pós-graduação.

Realizamos um perfil dos periódicos, apresentando a qualificação pela CAPES, o programa vinculado, o ano do início das publicações, o período selecionado para pesquisa, o endereço eletrônico em que está hospedado e a UFA em que se insere. No perfil construído, colocamos a quantidade de artigos que estão relacionados com o estágio pelo período

analisado (2010-2020), o que deu como resultado 26 artigos, sendo excluídos os artigos cuja temática não tinha como centralidade o estágio ou a supervisão ou que estivessem fora do período de análise. Foram pesquisadas todas as edições digitais, o que totalizou uma quantidade de 33 artigos. Ou seja, a quantidade de artigos selecionados representa 79,41% dos resultados obtidos. Devido os programas de Pós-graduação que participaram da pesquisa, somente entraram os periódicos com classificação A1 e A2, totalizando 33 artigos, mas foram selecionados 26 dentro do período de 2010-2020. Optamos pelos periódicos que têm sua versão digital para acesso às publicações. Logo a seguir, apresentamos os títulos dos artigos, para uma compreensão dos assuntos abordados em relação ao estágio:

Quadro 9 – Relação de produção de artigos em periódicos

Título	**Autor (es/as):**	**Periódicos**	**Ano de publicação**
Os impactos da Política Nacional de Estágio na Formação Profissional Frente à Universidade Neoliberal	Cláudia Mônica dos Santos; Maria Helena Elpídio Abreu.	Em Pauta	2011
A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção.	Rivânia Lúcia Moura de Assis; Iana Vasconcelos Moreira Rosado	Katálysis	2012
O Estágio Supervisionado em Serviço Social: Desafios e Estratégias para a articulação entre Formação e exercício profissional	Alzira Maria Baptista Lewgoy	Temporalis	2013
A Política Nacional de Estágio e a supervisão direta: avanços e desafios	Fátima da Silva Grave Ortiz	Temporalis	2014
Experiência de Estágio Obrigatório em Serviço Social: a efetivação da tríade e da pesquisa na formação profissional	Maiz Ramos Junqueira; Tatiana Reidel; Fernanda Lanzarini	Textos & Contextos	2014

	da Cunha		
O Diário de Campo no Processo de sistematização da experiência de estágio supervisionado em Serviço Social: objetivos e contribuições	Cristina Kologeski Fraga; Fabio Jardel Gaviraghi; Caroline Goerck	Sociedade em Debate	2015
A construção dos Fóruns de supervisão de estágio em Serviço Social	Reginaldo Guiraldelli; Janaina Loeffler de Almeida	Katálysis	2016
Supervisão em Serviço Social diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana	Gleny Terezinha Duro Guimarães; Paulo Roberto Martins	Katálysis	2016
Reflexões sobre o estágio na educação superior e sua particularidade no Serviço Social	Maisa Miralva da Silva Eleusa Bilemjian Ribeiro	Katálysis	2016
Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados	Lesliane Caputi	Katálysis	2016
Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social	Moíza Siberia Silva de Medeiros	Katálysis	2016
O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social	Maria Érica Ribeiro Pereira	Katálysis	2016
O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente	Maria Célia Correia Nicolau; Tássia Rejane Monte Santos	Katálysis	2016
Caminhos da	Maria Helena	Serviço Social &	2016

formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins	Cariaga; Maria José Antunes da Silva	Sociedade	
Estágio profissional e precarização do trabalho	Jaime Hillesheim	Temporalis	2016
Articulação entre supervisão de campo e acadêmica em Serviço Social	Adriana Ramos; Francine Helfreich Coutinho dos Santos	Temporalis	2016
Estágio supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas (Relatório do Projeto ABEPSS Itinerante 2014).	Rodrigo Teixeira; Isaura Aquino; Telma Gurgel;	Temporalis	2016
A supervisão de estágio como atribuição do assistente social inserido em programas de residência – questões para o debate	Daniele Cristina Silva Gomes; Luciana Gonçalves Pereira de Paula	Libertas	2017
Supervisão de Estágio em Serviço Social: entre o trabalho e a formação	Maria Érica Ribeiro Pereira; Grayceane Gomes da Silva	Sociedade em Debate	2017
Estágio supervisionado em Serviço Social: Reflexões a partir da realidade da Universidade Federal de Juiz de Fora	Marina Monteiro de Castro e Castro; Ana Maria Ferreira	Temporalis	2017
Estágio em Serviço Social: reflexões a partir da realidade da supervisão de campo	Emanuel Jones Xavier Freitas; Luciane Cássia Faria	Textos & Contextos	2017

Significado da supervisão acadêmica de estágio na formação profissional do assistente social	Eliane Marques de Menezes Amicucci; Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira	Serviço Social em Revista	2018
Parâmetros para a organização dos Fóruns de supervisão de estágio em Serviço Social	ABEPSS	Temporalis	2018
O desenho da Política Nacional de Estágio e os impasses para a sua implementação	Reginaldo Ghiraldelli	O Social em Questão	2019
Estágio supervisionado em Serviço Social: a indissociabilidade entre Formação e Trabalho Profissional	Mônica Freitas Ferri	Temporalis	2020
Nota Referente ao Estágio Supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (Sars-Cov-2)	ABEPSS	Temporalis	2020

Fonte: Elaborado por Maicow Lucas Santos Walhers em 2023.

A partir na análise da seleção dos periódicos, percebemos que os que tiveram maior quantidade de artigos sobre o objeto de pesquisa, no período analisado (2010-2020), foram a Katálysis com nove artigos publicados, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social (UFSC) e a Temporalis da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), também com nove artigos publicados. Destacamos dessa forma, o compromisso da ABEPSS com a produção do conhecimento no fortalecimento da categoria.

É evidente que se encontra um maior número de publicações de artigos em periódicos relacionados com a temática do estágio supervisionado no ano de 2016. Acredita-se que está relacionada com os vinte anos de publicação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que tem seu processo de consolidação relacionado com as contribuições do “Congresso da

Virada" realizado em 1979 e das bases dos currículos mínimos de 1982, que se configuram como marcos na formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

No ano de 2016, temos a publicação do relatório do projeto ABEPSS itinerante na edição número 31 da revista Temporalis com o título: "Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas". Esta edição da revista está voltada para a temática da formação profissional em Serviço Social.

É importante destacar, que em duas edições da Temporalis, temos importantes instrumentos da categoria: em 2018, são publicados os parâmetros para a organização dos fóruns de supervisão de estágio em Serviço Social, que se configura como importante espaço para a qualificação da supervisão e de capacitação dos (as) supervisores (as) e em 2020, temos a publicação da Nota Referente ao Estágio Supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (Sars-Cov-2), que apresenta um importante debate sobre a ofensiva neoliberal, a contrarreforma da educação e apresenta estratégias para a realização do estágio no período pandêmico.

Em 2016, temos o artigo de Guiraldelli; Almeida (2016) que aborda a construção e fortalecimento dos fóruns de supervisão, com base nas experiências realizadas na regional centro oeste no biênio de 2013-2014, frente os desafios da crise capitalista e as transformações societárias e seus rebatimentos no exercício e na formação profissional. Os autores consideram os fóruns como um importante espaço político-formativo, fecundo e estratégico de articulação, luta e resistência coletiva da categoria. No artigo, os autores destacam o salto qualitativo das DC's, assim como das demais normativas da profissão ao longo do processo sócio-histórico da profissão, ressaltando o projeto de formação profissional definido pelas DC's e da organização política da categoria. O estágio é colocado como espaço de relação entre teoria e trabalho profissional (teoria e prática), assim como dos princípios elucidados pelas DC's na superação da fragmentação de conteúdos. A PNE é abordada como um importante instrumento de qualificação do estágio, a partir do que é preconizado e defendido pelas DC's e os fóruns são destacados como espaços de aprimoramento da supervisão e, como importante espaço de formação permanente em Serviço Social:

> Os Fóruns, organizados como atividade permanente, também têm sido espaços fecundos para o processo de formação continuada, tendo em vista os debates realizados e seus desdobramentos em ações político-pedagógicas. A construção e consolidação dos Fóruns significam avanços no âmbito da capacidade político-organizativa da profissão, tendo como horizonte a defesa de uma formação crítica, de qualidade e com direção social, intelectual e ideopolítica estratégica, vinculando organicamente formação e exercício profissional. (GUIRALDELLI, 2016, p. 399).

Destaca-se a importância dos fóruns na qualificação da supervisão conforme preconizado pela PNE e de defesa do estágio supervisionado em Serviço Social, contribuindo para o debate, reflexão, criação de estratégias para superação dos desafios e garantia dos princípios apresentados pela Política e pelas DC's, ainda sobre os fóruns, os autores avaliam:

> Os debates ocorridos nos Fóruns da regional centro-oeste foram de suma relevância, sobretudo pela indicação de uma agenda de compromissos, encaminhamentos e lutas para pensarmos estratégias coletivas diante de uma realidade que nos desafia cotidianamente. Espaços de interlocução como os propiciados pelos Fóruns possibilitam acúmulo, aprofundamento e diálogo crítico permanente entre os diversos sujeitos envolvidos no processo de formação e exercício profissional. (GUIRALDELLI, 2016, p. 400-401).

A partir dos desafios apontados pelos fóruns foi proposta a realização da segunda edição da ABEPSS itinerante, com o tema: "Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas", publicada na edição de 2016 da Temporalis.

Em relação à Nota Referente ao Estágio Supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (Sars-Cov-2) publicada em 2020, a ABEPSS avalia como acertadas as medidas de suspensão do ensino de graduação e pós-graduação como atividades não essenciais e o estágio como atividade que tem por natureza a aproximação do (a) discente com o campo de estágio, mediante a supervisão direta, que se configura como atribuição privativa do (a) Assistente Social, não pode sucumbir a lógica imperante, que busca através das medidas de emprego do uso de tecnologia da informação e comunicação, reforçar a precarização da formação acadêmico-profissional, ao pressionar que as UFA's a oferecer outras atividades como *lives*, ou outras atividades como substituição ao estágio supervisionado, assim como não expor o profissional e o (a) discente as condições de risco à vida, para atender as necessidades do mercado de formação aligeirada e precarizada.

É importante destacar que a universidade pública tem padecido com a contrarreforma da educação e no período pandêmico, agravou-se ainda mais, diante da necessidade de adequar a sua realidade ao Ensino Remoto Emergencial (ERE), como também o corpo discente e docente não estava preparado com recursos tecnológicos e pedagógicos para esta modalidade ou com condições de sobrevivência e permanência estudantil. Foi importante criar estratégias para enfrentar o tempo presente e proporcionar meios para a continuidade do ensino, já que com o passar do tempo e diante da conjuntura política, econômica e social

brasileira, a pandemia estendeu-se mais do que previa, sendo que foi decretado pela ONU, o fim da pandemia como uma emergência de saúde pública em cinco de maio de 2023[21].

Na ocasião, a ABEPSS apresenta o contexto enfrentado, o que demonstra que o estágio e a supervisão não tem ocupado a centralidade na formação acadêmico-profissional, sendo realizado de diversas formas, o que ocorre a perda da indissociabilidade da supervisão de campo e acadêmica, como também, a não garantia da supervisão direta e a não realização do estágio concomitante ao período letivo, sendo que estas são as principais balizas para a efetivação do estágio supervisionado conforme preconizado pela categoria através das DC's de 1996:

> 1)Universidades públicas e privadas, com cursos presenciais, que estão com atividades interrompidas, total ou parcialmente, o que implica a não realização de Supervisão Acadêmica, mas que há a manutenção das/os estagiárias/os em campo, apenas com o acompanhamento presencial das atividades de estágio pela/o do Supervisor de Campo; 2) Universidades públicas ou privadas, com cursos presenciais, que estão com atividades interrompidas, o que implica a não realização de Supervisão Acadêmica, mas que há a manutenção de estagiários/as em campo, apenas com o acompanhamento do/a Supervisor/a de Campo por teletrabalho ou não; 3) Universidades com cursos presenciais, que estão desenvolvendo as atividades acadêmicas de maneira remota, o que significa a realização da Supervisão Acadêmica "por aulas remotas", com a manutenção de estagiários/as em campo, com a supervisão direta e presencial do/a Supervisor/a de Campo; 4) Manutenção de estagiários/as em campo de estágio, sob supervisão direta do/a supervisor/a de campo, como condição para a manutenção da bolsa, quando se trata de estágio, não obrigatório e/ou obrigatório, nas áreas consideradas essenciais. (ABEPSS, 2020, p. 275-276).

A entidade no documento avalia essa situação reforçando a desqualificação da formação acadêmico-profissional através das aulas remotas e a descaracterização do estágio a partir das condições realizadas, conforme mencionado anteriormente. É importante destacar que a nota técnica ao apresentar uma análise do contexto enfrentado, reforça a concepção de estágio conforme destacado pelas DC's e pela PNE, para realizar a sua defesa:

> Desqualificação dos cursos presenciais, públicos ou privados, "em aulas remotas" em detrimento do direito de discentes e docentes o realizarem em condições adequadas e com qualidade. Estas ações acabam por reforçar a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do MEC a qual a ABEPSS manifestou-se em contrário; 2) Desconfiguração do Estágio Supervisionado, uma vez que o processo de Supervisão supõe a relação entre os três sujeitos Supervisor/a Acadêmico/a, Estagiário/a e

[21] Matéria na íntegra através do endereço eletrônico: BRASIL. **Chefe da Organização Mundial da Saúde declara o fim da COVID-19 como uma emergência de saúde global**. Disponível em: < https://brasil.un.org/pt-br/230307-chefe-da-organiza%C3%A7%C3%A3o-mundial-da-sa%C3%BAde-declara-o-fim-da-covid-19-como-uma-emerg%C3%AAncia-de-sa%C3%BAde#:~:text=de%20sa%C3%BAde%20global-,Chefe%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20declara%20o%20fim%20da,uma%20emerg%C3%AAncia%20de%20sa%C3%BAde%20global&text=Nesta%20sexta%20(5)%2C%20o,uma%20emerg%C3%AAncia%20de%20sa%C3%BAde%20p%C3%BAblica>. Acesso em: 07 nov. 2023.

> Supervisor/a de Campo. Ou seja, a realização bilateral do processo não se configura como Estágio. Neste sentido, ratificamos o acúmulo construído coletivamente pela categoria na construção das Diretrizes Curriculares de 1996 e, no que se refere à compreensão acerca do Estágio, na Política Nacional de Estágio [...]. (ABEPSS, 2020, p. 276).

Com o avanço da pandemia e o adensamento do debate da categoria em relação aos rebatimentos da COVID-19 e da crise sanitária no âmbito da formação profissional na graduação e na pós-graduação, a ABEPSS publica no ano seguinte o documento "A Formação em Serviço Social e o Ensino Emergencial" (2021) reafirmando os princípios da formação em Serviço Social e destacando o lugar que o estágio ocupa nesse processo, entre as orientações pedagógicas e indicações, foram apresentadas: Reforça a indissociabilidade entre trabalho e formação, teoria e prática, supervisão de campo e supervisão acadêmica; reafirma a concepção de estágio apresentada em detalhes na PNE; a manutenção do princípio da supervisão direta de estágio em consonância com a Resolução 533, do CFESS; Reforça a importância de construção do Plano de Estágio pelos sujeitos envolvidos no processo, entre outras. Ainda em relação ao estágio, a entidade também coloca que os estágios devem assegurar as condições de biossegurança. Apesar de não ser nosso objeto de pesquisa, destaca-se que estas orientações constituíram grandes desafios no período pandêmico, sendo que diversos espaços sócio-ocupacionais, comumente não tiveram EPI nem para os profissionais em sua integralidade. Assim como o desafio de garantir a supervisão direta e a inserção do (a) estagiário (a) no campo de estágio devido às próprias particularidades de cada campo, apresentando diversas condições de trabalho, inclusive de teletrabalho, entre inúmeras outras situações.

Pelo levantamento e análise dos artigos dos periódicos, percebemos que muitos dos princípios relacionados ao estágio supervisionado foram objeto de pesquisa, estudo e publicação pela categoria. Nota-se que um ano após a publicação da PNE, temos a publicação na revista Em Pauta, do artigo de Cláudia Mônica dos Santos e Maria Helena Aprígio Abreu sobre "Os impactos da Política Nacional de Estágio na Formação Profissional Frente à Universidade Neoliberal", no qual as autoras também defendem a PNE como estratégia de resistência a lógica de mercantilização e expansão da educação e os direcionamentos das universidades no contexto neoliberal. As autoras destacam que a PNE constitui um importante instrumento de construção da política de estágio das UFA's pertencente à área de abrangência da ABEPSS-Leste:

> Além da referência para as novas Unidades, a PNE tem sido base para reformulação e aperfeiçoamento de escolas consolidadas e de referência na formação profissional em Serviço Social (UFRJ, UERJ, UFF Niterói e Campos), PUC/MG, UFJF, UFES, UFOA, UNIGRANRIO e Emescam). Como resultados do processo de implantação da PNE nessas unidades, destacamos: a reorganização das turmas de estágio em número compatível com a PNE, a criação e consolidação de cursos de capacitação para supervisores, a promoção dos fóruns, a consolidação de estágio, etc. (SANTOS; ABREU, 2011, p. 134).

A PNE é colocada como um importante instrumento de defesa e qualificação da formação profissional frente à ofensiva neoliberal nas universidades e ao projeto de formação defendido pelo mercado, sendo constantemente destacado pelos autores nos diferentes artigos o papel do estágio na unidade entre teoria e prática, sendo este, um dos princípios problematizados e que se configura como uma das estratégias para a efetivação do estágio supervisionado, configurando-se como atividade que possui a dimensão teórica, ético-política, técnico-operativa e acadêmico-pedagógica, conforme destacam Santos e Abreu (2011).

A contribuição do estágio enquanto espaço de unidade teoria e prática e o papel da supervisão na garantia dessa indissociabilidade, ou seja, como práxis é destacada em todos os artigos, aparecendo expressamente nos títulos de alguns artigos, demarcando essa centralidade na análise realizada pelos (as) autores (as): “A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção”, “O estágio supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre Formação e exercício profissional”, “Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social” e em “Supervisão de estágio em Serviço Social: entre o trabalho e a formação”.

Nota-se que os artigos destacam a tríade estágio, supervisão de campo e acadêmica como fundante da garantia da unidade teoria e prática, enquanto atividade pedagógica, programada e construída pela articulação dos três sujeitos através do plano de estágio, deve contribuir para a articulação entre conhecimento e realidade, formação e trabalho profissional, teoria e prática.

Dessa forma, reforçamos e defendemos que o estágio configura-se como uma importante atividade que deve ocupar o lugar estratégico e central na formação acadêmico-profissional, que apesar de não ser a única atividade que deve articular essa unidade, configura-se como a única atividade que tem essa natureza de articular os três sujeitos partícipes de processo pedagógico da supervisão: supervisor (a) de campo, estagiário (a) e supervisor (a) acadêmico (a). O estágio é mobilizador de diversas dimensões do processo de ensinagem: universidade, campo de estágio, discente, docente, coordenação de curso, coordenação de estágio, entre outros elementos, o que garante um processo pedagógico de síntese de múltiplas determinações, na garantia da unidade teoria e prática e da

indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, entre supervisão de campo e acadêmica, universidade e campo de estágio e principalmente entre trabalho e formação, eixos estruturantes do processo de formação acadêmico-profissional. Dimensões estas que são abordadas e aprofundadas na PNE.

Assis e Rosado (2012) apresentam o debate da dicotomia teoria e prática no Serviço Social e a apropriação equivocada do método materialista histórico dialética pela profissão, fundamenta sua análise no pensamento marxista e apresenta um estudo com base na pesquisa teórica, documental e das experiências na coordenação de estágio e na supervisão acadêmica no curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Realizam um destaque para a importância dos fóruns de supervisoras como espaço para a compreensão das dificuldades e dos desafios enfrentados no âmbito da supervisão e colocam a importância dos fóruns na qualificação desse espaço de participação coletiva da categoria e de troca de conhecimentos e experiências. Observa-se que os fóruns de supervisão, além de qualificar essa atribuição privativa do (a) Assistente Social, também promove a articulação entre universidade e campo de estágio. Assim as autoras atribuem à supervisão de estágio, uma importante contribuição para a unidade teoria e prática e da articulação entre as dimensões investigativa e interventiva, natureza própria da profissão:

> Por isso, afirmamos que o processo de supervisão do estágio em Serviço Social se constrói por meio do acompanhamento, da orientação e reflexão sobre o processo de ensino/aprendizagem, buscando contribuir para a compreensão da unidade teoria/prática e possibilitando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício profissional. Cabe à supervisão, como instrumento pedagógico, que orienta e acompanha o estudante durante todo percurso no campo de estágio, capacitá-lo para exercitar e qualificar a prática interventiva, possibilitando a elaboração da síntese do processo de ensino-aprendizagem, a formação de uma postura investigativa e de um posicionamento crítico e propositivo frente à realidade social. (ASSIS; ROSADO, 2012 p. 206).

A importância da supervisão enquanto espaço de articulação da unidade teoria e prática é apresentada pelas autoras sendo embasada na PNE, nas DC's e da resolução CFESS N. 533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio. Esses mesmos documentos, principalmente a PNE e a resolução CFESS são destacadas como importantes instrumentos para o fortalecimento do estágio supervisionado, enquanto momento de síntese na formação acadêmico-profissional e também para um melhor entendimento das atribuições dos sujeitos, principalmente da supervisão de campo e acadêmica.

> Entre as iniciativas que têm fortalecido o desenvolvimento do estágio, destacam-se a atuação da Comissão de Estágio e a do Fórum de Supervisoras de Estágio que se configura como espaço aberto à participação de todos os supervisores acadêmicos e de campo. Essas duas instâncias têm exercido um papel importante para discussões coletivas acerca dos problemas e entraves relacionados ao estágio, e para propiciar a realização de palestras e estudos, incluindo-se a relação teoria-prática. No Fórum de Supervisores de Estágio, discutimos e elaboramos as propostas sobre: instrumentos de avaliação; indicações para nortear a elaboração do projeto de trabalho e do plano de estágio; e instrumento para acompanhamento e registro das horas de estágio.
> A organização dessas instâncias, e do estágio em sua totalidade, é feita pela Coordenação de Estágio como esfera de gestão dessa política. A coordenação assume a função de articular os diversos sujeitos envolvidos no estágio, de observar em conjunto com esses sujeitos as condições éticas e técnicas para a realização do estágio, de manter a articulação com o Conselho Regional de Serviço Social, com todas as instituições campo de estágio e com o setor de estágio da Universidade. (ASSIS; ROSADO, 2012 p. 206).

Dessa forma, a PNE subsidia a qualificação do estágio supervisionado, apresentando importantes elementos que são problematizados como desafios e são apresentadas estratégias para a sua superação. Nesta perspectiva, Lewgoy (2013), também desenvolve seu artigo, fruto do módulo VI "O Estágio Supervisionado em Serviço Social" de atualização "As DC's e o Projeto de Formação Profissional em Serviço Social", da ABEPSS itinerante no ano de 2012. A autora contextualiza os desafios para a formação profissional e as tensões de desafios para o estágio, principalmente para a articulação entre formação e exercício profissional.

Os impactos da contrarreforma do Estado, os rumos da educação superior no Brasil no contexto neoliberal, e a expansão do ensino, principalmente da modalidade EaD e sua incompatibilidade com a formação profissional em Serviço Social são os fundamentos da análise da autora. Assim como os desafios para a efetivação do projeto ético-político profissional. Entre os instrumentos normativos a PNE é destacada pela autora, apresentando a importância da relação entre teoria e realidade e sua concepção e a importância dos instrumentos normativos da categoria na garantia da unidade entre formação e exercício profissional é abordado no seu artigo. A concepção de estágio a partir da lógica curricular das DC's e sua contribuição na indissociabilidade dos princípios formativos são apresentadas pela autora:

> Essa proposta de estágio tem uma lógica curricular: a superação da fragmentação do processo de ensino e aprendizagem, de forma a permitir intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Isso constitui, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência para o pensar crítico, a dúvida, a investigação e a busca de soluções. Para esse ponto, precisa convergir a análise da indissociabilidade entre supervisão e estágio, formação e exercício profissional, princípios que norteiam as Diretrizes Curriculares. Dessa forma, no âmbito técnico-instrumental, os pressupostos teóricos

> que informam a construção de um dado projeto de formação profissional não estão dissociados. (LEWGOY, 2013, p. 74).

Na mesma direção do artigo anterior, a autora destaca a importância da resolução CFESS para a supervisão direta de estágio, juntamente com a contribuição da PNE para a definição das atribuições dos estagiários, supervisores (as) de campo e acadêmico (a) e a concepção do processo de supervisão na contribuição da apreensão crítica e histórica da realidade social, afirmando a importância da dimensão teórico-metodológica e pedagógica do processo da supervisão e da relação dos sujeitos envolvidos:

> Pensar sobre a processualidade da supervisão de estágio implica a concepção que subjaz a tal processo, o qual não se limita a razões de ordem técnica, mas pressupõe a compreensão histórica e crítica da realidade experimentada. Nesse percurso, um desafio é a dimensão teórico-metodológica e pedagógica que orienta o diálogo entre os sujeitos envolvidos diretamente no processo de supervisão de estágio (os acadêmicos, os supervisores assistentes sociais dos campos de estágio e os supervisores professores) para avançarem em direção a propostas substantivas relacionadas ao projeto de qualificação teórica e técnico-política profissional. (LEWGOY, 2013, p. 77).

Lewgoy (2013) elucida os princípios da PNE como de fundamental importância para o estágio, enquanto princípios formativos que, vinculados as DC's e relacionados no processo de supervisão, contribuem para a efetivação da relação entre formação e exercício profissional, em que a mediação é categoria articuladora dessa relação:

> Tais princípios, associados às exigências da supervisão no contexto das Diretrizes Curriculares, implicam o esforço de realizar o movimento da relação entre teoria e realidade, articulando os elementos ético-político e teórico-metodológico como requisitos essenciais para o exercício de atividades técnico-operativas. (LEWGOY, 2013, p. 78).

A autora ainda destaca a importância da construção histórica da PNE enquanto produto das demandas da categoria, frente aos desafios do estágio supervisionado e que teve a ABEPSS enquanto protagonista na sua elaboração. A PNE através dos seus princípios configura-se como um importante instrumento de defesa e de qualificação pedagógica do estágio e da supervisão, reafirmando e concretizando a relação entre trabalho e formação profissional e da formação com o exercício profissional numa relação dialética, em que um fornece subsídios e elementos para a concretização do outro, realimentando num movimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo as dimensões da profissão enquanto profissão interventiva, precedida pelo conhecimento aprofundado, radical e crítico da

realidade social, mediante o aporte teórico que sustenta a profissão e que fundamenta a sua dimensão investigativa.

Neste sentido das dimensões interventiva e investigativa da profissão, Medeiros (2016) realiza suas reflexões a partir dos fundamentos da relação teoria e prática no estágio supervisionado, a partir da formação profissional e também problematiza o velho dilema da dicotomia entre teoria e prática, realizando um resgate histórico do movimento de reconceituação da profissão. Seu artigo é resultado das experiências de supervisão acadêmica e dos desafios enfrentados, frente o pragmatismo historicamente presente na profissão e a partir da perspectiva marxiana, em que o estágio é colocado por alguns discentes como o momento "do fazer profissional". Em seu artigo, reafirma a importância da supervisão como um processo crítico, reflexivo e propositivo de unidade entre essas duas dimensões (teoria e prática):

> [...] discutiremos neste artigo a relação teoria e prática na formação profissional em Serviço Social a partir de dois marcos: a concepção de teoria e prática na sociedade burguesa, os elementos teórico-metodológicos desta e sua influência na formação profissional em Serviço Social e no processo de supervisão de estágio; o legado da teoria marxiana para a compreensão da unidade dialética entre teoria e prática e suas contribuições para um processo de formação profissional e de supervisão de estágio crítico, reflexivo e propositivo. (MEDEIROS, 2016, p. 352).

A autora apresenta os desafios para a efetivação do estágio supervisionado e, principalmente da supervisão, embasa suas análises em autores que estudam a temática do estágio. A PNE apresenta em alguns momentos do seu artigo, sendo que é afirmada a importância da relação entre teoria e prática a partir da Política Nacional de Estágio.

Avançando nas análises dos artigos, assim como Santos e Abreu (2011) conforme destacado no início, publicam um ano após a aprovação da PNE um artigo as contribuições da Política, Ortiz (2014) também realiza uma publicação intitulada: "A Política Nacional de Estágio e a supervisão direta: avanços e desafios" e Ghiraldelli (2019) com o artigo: "O desenho da Política Nacional de Estágio e os impasses para sua implementação". Ambos os artigos, assim como os demais, mesmo que abordando de forma a fundamentar suas análises, focalizam os desafios para a efetivação do estágio supervisionado e o processo de supervisão de estágio, retratando as contribuições da PNE.

Percebemos que no período analisado, que compreende de 2010 a 2020, dos vinte e sente artigos selecionados, três artigos tratam especificadamente da PNE, sendo publicados nos respectivos anos de 2011, 2014 e 2019. Sendo o primeiro um ano após a aprovação da

PNE e o último quase dez anos após a sua implantação. Nesse período de uma década, os três artigos representam uma porcentagem de 11% dos periódicos que participaram da pesquisa.

Ortiz (2014) analisa os avanços e desafios para a efetivação da PNE, principalmente para a supervisão de campo e acadêmica. Seu artigo é resultado da palestra proferida no II Fórum Nacional de Supervisão, na Oficina Nacional da ABEPSS no ano de 2013, na cidade de Goiânia (GO). Compreende a autora, que estes desafios são de natureza macrossocietária, de gestão acadêmica e didático-pedagógica, que foram apresentados pelas próprias UFA's na construção da Política:

> Dentre os principais resultados, ficou comprovado que na época havia um esforço por parte das UFA que participaram da pesquisa (algo em torno de 100) em implantar as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Porém, os participantes identificaram várias dificuldades, que podemos brevemente resumir em três aspectos diferentes, mas autoimplicados: o primeiro deles, de caráter teórico-metodológico, diz respeito à dificuldade por parte dos próprios docentes quanto à apreensão dos fundamentos do Serviço Social; o segundo, de natureza didático-pedagógica, expressa a dificuldade de articulação dos conteúdos, como, por exemplo, a garantia de que a modalidade do ensino em Serviço Social fosse teórico-prática; e, por último, as dificuldades relacionadas às condições de trabalho do assistente social, que atingem de forma contundente a formação profissional, seja no que diz respeito ao trabalho docente, seja referente ao contexto de precarização que incide sobre o trabalho profissional de um modo geral. (ORTIZ. 2014, p. 205).

São esses desafios, frente à contrarreforma do Estado, o avanço do ensino privado, principalmente na modalidade à distância, a necessidade de garantir a efetivação da supervisão direta, o oferecimento de campo de estágio, as dificuldades de entendimento pelos sujeitos envolvidos no processo de supervisão de suas atribuições. E o lugar que historicamente o estágio tem ocupado no processo formativo, não se efetivando enquanto espaço de mediação e de síntese da relação teórico-prática a partir da lógica das DC's.

Esses desafios que estão na base da construção da PNE, também são elementos apontados por Ghiraldelli (2019) em seu artigo que é resultado das experiências como coordenador de estágio e da supervisão acadêmica. O autor destaca, enquanto alguns desafios para a efetivação do estágio, tais como a sua desqualificação pela categoria seja considerando o (a) estagiário (a) como mão-de-obra barata, ou não reconhecendo a supervisão como atribuição privativa ou estando a supervisão e o estágio fragmentados no processo pedagógico do curso, não estando vinculados aos demais componentes curriculares: "Além disso, o estágio não pode ser concebido de forma fragmentada e desvinculado dos demais componentes e conteúdos curriculares no processo de formação". (GHIRALDELLI, 2019, p.

355). Também preocupa em seu artigo a relação entre teoria e exercício profissional. Assenta sua análise na PNE para afirmar o estágio como atividade pedagógica, formativa e educativa:

> Ainda com base nos pressupostos das Diretrizes Curriculares de 1996 e na PNE, o estágio não pode ser concebido como mera execução de tarefas e força de trabalho barata para atendimento das requisições do mercado, mas como processo pedagógico sob a ótica da dimensão formativa, que se constitui na relação ensino-aprendizagem. Ou seja, discutir o estágio prevê como ponto de partida o seu princípio educativo e formativo. (GHIRALDELLI, 2019, p. 355).

Alicerçando sua análise na PNE, Ghiraldelli (2019) aponta a importância da efetivação da tríade, indissociável, relação entre estágio, supervisão de campo e acadêmica e destaca a importância da UFA's nesse processo com base nas orientações da PNE. Assim nas palavras do próprio autor:

> Nessa perspectiva, ao enfatizar a necessidade de fortalecimento da tríade, Lewgoy (2009) se refere aos sujeitos envolvidos no processo de supervisão de estágio que são: estagiários, supervisores de campo e supervisores acadêmicos. Vale considerar também a importância de compartilhar esse processo da supervisão com a Coordenação de Estágio, que, de acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE, 2009), e dentre suas inúmeras atribuições, acompanha de forma sistemática e continuada o estágio desde a seleção, credenciamento e abertura de vagas por meio do contato institucional com os campos de atuação profissional; propõe, com a participação dos sujeitos envolvidos no processo, diretrizes para operacionalização da política de estágio em consonância com as prerrogativas da formação profissional; estabelece contatos institucionais com o objetivo de acompanhar, avaliar e planejar atividades conjuntas entre universidade e campo de estágio; propõe a documentação necessária para a realização do estágio; produz e publiciza material pedagógico relativo ao estágio; democratiza as experiências do estágio; apresenta os campos de estágio; estabelece articulações com os campos de estágio, com docentes, com as UFAs e com as entidades da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO) de forma a propor e construir os fóruns de estágio, cursos de formação continuada, reuniões, dentre outras ações competentes à coordenação. Com o objetivo de evitar centralização e propiciar a participação democrática e coletiva, a PNE sugere que a coordenação de estágio constitua uma Comissão de Estágio, formada pelos sujeitos envolvidos, ou seja, supervisores de campo, supervisores acadêmicos e estagiários, para que possam acompanhar e avaliar permanentemente o processo de supervisão. (GHIRALDELLI, 2019, p. 354-355).

O autor considera que apesar dos avanços na efetivação e operacionalização do estágio, principalmente com as contribuições da PNE, o estágio ainda encontra dilemas para sua efetivação e destaca como uma das estratégias para sua superação, a socialização da PNE discutindo com os sujeitos envolvidos no processo formativo e de estágio os seus princípios, fortalecendo e qualificando esta atividade curricular obrigatória. Ghiraldelli (2019) aponta as estratégias da PNE fundantes para a sua operacionalização, que estão alicerçadas em outras normativas da categoria. Sendo necessário promover o amplo debate para a problematização e superação dos entraves enfrentados para sua efetivação:

> Para dar materialidade à PNE, as UFAs precisam assegurar: coordenação de estágio; uma política de estágio em consonância com as regulamentações atuais; docentes supervisores acadêmicos para acompanhamento sistemático do processo de supervisão; a realização de visitas ao campo de estágio; reuniões; supervisões individuais, em grupo e coletivas; cursos e oficinas visando a formação continuada; fóruns de supervisão como espaços estratégicos de fortalecimento da categoria e resistência diante das investidas conservadoras e mercantis; e demais atividades que contribuam para a qualidade desse processo formativo. Também devem assegurar os critérios estabelecidos na PNE, como o máximo de 15 estudantes acompanhados por supervisor acadêmico. Já a relação de 1 estagiário por supervisor de campo para cada 10 horas semanais de trabalho do profissional, conforme preconiza a Resolução CFESS n.533/2008, compete aos Conselhos Regionais o acompanhamento, orientação e fiscalização. Por isso, para que os Conselhos possam fazer esse acompanhamento, cabe às UFAs o encaminhamento semestral das planilhas contendo as informações do estagiário, do supervisor acadêmico, do supervisor de campo e da instituição campo de estágio. Isso requer um trabalho integrado entre as Unidades de Formação e as entidades representativas, o que também contribui para o fortalecimento coletivo da categoria profissional. (GHIRALDELLI, 2019, p. 359-360).

Podemos afirmar pela análise dos artigos apresentados, que a PNE possui um adensamento em relação à temática do estágio e da supervisão em Serviço Social e uma complexidade que carece de aprofundamento e debate pela categoria, sendo elementos que não possuem consenso de opiniões pelos (as) profissionais supervisores (as) de campo e acadêmicos (as), docentes e discentes. Principalmente diante da contrarreforma do ensino e a disputa por projetos de educação, o que complexifica ainda mais esses desafios, apresentando como um tema em constante disputa, inquietações, opiniões, entraves e perspectivas pela categoria profissional, não garantindo uma compreensão unânime e apresentando uma diversidade de entendimento e de possibilidades de efetivação de acordo com cada realidade, mas que deve ter os princípios e os direcionamentos da PNE com norte e fundamento.

Ghiraldelli (2019) e Ortiz (2014) destacam as contribuições da PNE no processo de supervisão e reafirmam a importância dos fóruns de estágio. Ortiz (2019) também afirma que um dos desafios para o projeto de formação profissional está na articulação da disciplina de ética (enquanto componente transversal na formação acadêmico-profissional) com o estágio supervisionado e apresenta que o estágio deve ser espaço de articulação das dimensões constitutivas da profissão, em que a supervisão dê uma contribuição precípua, destacando essa indissociabilidade a partir da PNE. É importante ressaltar que apesar da formação não objetivar formar o (a) discente para a militância, mas para o exercício profissional, essas dimensões são indissociáveis, como coloca a autora, já que ao formar o profissional, forma o sujeito com base em determinados princípios ético-políticos e valores humano-genéricos:

> Nesse sentido, a disciplina de Estágio, que conta com uma dupla supervisão (de campo e acadêmica), também não pode se furtar a essa necessidade. É preciso ter claro que a formação – e aqui situo a disciplina de Estágio Supervisionado – deve objetivar formar o estudante nas diversas dimensões da profissão. Precisa qualificar os alunos do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e investigativo. A disciplina de Estágio é o lugar privilegiado para a realização dessa síntese. Por isso que outro princípio que a PNE defende é a indissociabilidade entre essas dimensões e a unidade entre teoria e prática. (ORTIZ, 2014, p. 209-2010).

A centralidade do debate da supervisão de estágio está presente nos artigos selecionados, sendo que onze deles trazem a supervisão como objeto de estudo, relacionando-a a partir da indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica e das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativa, suas contribuições para a efetivação da unidade teoria e prática, a relação entre os sujeitos e seus papéis, os desafios para sua efetivação frente às transformações do mundo do trabalho, as condições do trabalho docente e do (a) supervisor (a) de campo (seja na realidade brasileira ou de determinadas UFA's ou campo de estágio) e as disputa de projetos de educação e formação e sua relação com a PNE, o contexto de sua elaboração, suas estratégias e princípios, seus avanços e contribuições também são elucidados nos artigos: "Supervisão em Serviço Social diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana", "Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados", "Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins", "Articulação entre Supervisão de Campo e Acadêmica em Serviço Social", "Supervisão de Estágio em Serviço Social: entre o Trabalho e a Formação Profissional", "A supervisão de estágio como atribuição do assistente social inserido em programas de residência – questões para o debate", "Significado da supervisão acadêmica de estágio na formação profissional do assistente social", "Estágio em Serviço Social: reflexões a partir da realidade da supervisão de campo", "A unidade teoria-prática e o papel da Supervisão de estágio nessa construção", "A Política Nacional de Estágio e a Supervisão direta: avanços e desafios" e em "Parâmetros para a organização dos Fóruns de Supervisão de estágio em Serviço Social", sendo este último, as orientações da ABEPSS para a construção dos fóruns de supervisão.

Amicucci e Oliveira (2018) realizam uma revisão de literatura, destacando a importância da supervisão acadêmica como síntese da atividade de estágio e espaço de mediação do conjunto de competências e habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas dos estudantes de Serviço Social. As autoras embasam sua análise em autores que estudam a temática e na PNE, enquanto instrumento orientador político-pedagógico da ABEPSS. Para a autora, a supervisão acadêmica:

> É nessa perspectiva que compreende-se a supervisão acadêmica, como lócus de instrumentalização para (re)pensar as ações desenvolvidas e vivenciadas nos campos de estágio. Enfatizando que essa instrumentalização não significa preparar o estagiário tecnicamente, mas sim, articulando às dimensões teórico-metodológica e ético-política, para que se indague o porquê, para quê, quando e como fazer determinadas ações/intervenções. (AMICUCCI; OLIVEIRA, 2018, p. 27).

A supervisão acadêmica é embasada a partir das orientações da PNE, destacando a importância da relação entre os sujeitos envolvidos no processo de supervisão na perspectiva do trabalho participativo e socioeducativo entre supervisores (as) de campo, acadêmico (a) e estagiário (a), enquanto espaço de ensino-aprendizagem, reflexão e de enfrentamento de situações concretas do trabalho profissional contribuindo para a construção de conhecimentos, saberes, necessários a qualificação profissional e efetivação do projeto ético-político. A supervisão configura-se como espaço de efetivação da práxis profissional (unidade de teoria e prática) no estágio supervisionado. A supervisão acadêmica deve articular as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social no processo de ensinagem, como colocam as autoras:

> Entretanto, se num certo momento se discute com o estagiário uma determinada intervenção profissional, é preciso que se reflita que esta foi guiada por uma fundamentação teórica, um modo de ler e interpretar o real, além das demandas sociais e institucionais (dimensão teórico-metodológica); que para essa intervenção foram utilizados instrumentos e técnicas, seja uma entrevista, visita domiciliar, orientações, a escuta, encaminhamentos, estratégias, táticas porque houve um objetivo a ser alcançado (dimensão técnico-operativa) e que essa intervenção teleologicamente realizada tinha um público-alvo, uma direção social, uma demanda específica, ou seja, a luta pela garantia de direitos de uma população que chega até o Serviço Social e que são esclarecidas, orientadas, estabelece um diálogo na perspectiva da emancipação humana e social (dimensão ético-política). Reitera-se, portanto, que não se pode trabalhar tais dimensões de forma dissociadas e no processo de supervisão acadêmica isso precisa ficar evidente. (AMICUCCI; OLIVEIRA, 2018, p.38).

Já direcionada para a problematização e análise da supervisão direta de campo, Freitas e Farias (2017) também destacam a importância de qualificá-la enquanto atividade privativa no Serviço Social, enquanto espaço de aproximação do (a) discente com a realidade social da profissão e de relação entre os pressupostos teóricos com o espaço sócio-ocupacional, contribuindo para a formação de um profissional crítico, propositivo e qualificado. Os autores realizam um resgate da supervisão longo do processo histórico da profissão e destacam a contribuição da PNE. Fundamentam sua análise em autores estudiosos da temática, mas o desenvolvimento de suas análises foca na Resolução CFESS 533/08 que regulamenta a supervisão direta de estágio.

Observa-se que a PNE é abordada juntamente com as demais normativas que realizam a defesa e qualificação do estágio supervisionado em Serviço Social, principalmente em tempos de avanço do ideário neoliberal, como nos colocam Gomes e Paula (2017) que analisam a supervisão de estágio a partir dos programas de residência na área da saúde:

> Diante dessa conjuntura de precarização da formação e do exercício profissional muito debates foram travados e algumas estratégias foram construídas na intenção de fortalecer resistências a esses ataques. É nesse mote que se conformaram as discussões em torno da aprovação da Lei Federal 11.788/086 e da Resolução N° 533/087, do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. No bojo desses debates, a ABEPSS, por meio de uma construção coletiva com a categoria profissional, em âmbito nacional, aprovou, no ano de 2010, a Política Nacional de Estágio (PNE). Tal política configura-se como um instrumento direcionador do estágio supervisionado, em consonância com o projeto de formação profissional dessa categoria. A implantação da PNE "tem propiciado um espaço de resistência e de fomento de estratégias coletivas de enfrentamento a essa forma mercantil e adestradora de educação, que se expande em todas as regiões brasileiras" (SANTOS e ABREU, 2011, p. 133). (GOMES; PAULA, 2017, p. 64-65).

Destarte, a supervisão configura-se para as autoras como espaço de troca de conhecimentos, numa relação de ensino-aprendizagem entre os sujeitos envolvidos no processo de supervisão de estágio, enquanto espaço de mediação entre o acúmulo ao longo do processo de formação profissional e a apreensão da realidade social. Ou seja, corrobora a concepção da supervisão enquanto atividade que contribui para a unidade entre teoria e prática.

> Entre a formação e a atuação profissional, o estágio assume posição privilegiada por demarcar o espaço de síntese teórico-prática para o discente e de atualização ao assistente social supervisor de campo e acadêmico. A tarefa dos supervisores é fundamental, por orientar os discentes no processo de desvelamento da realidade e, nesta, as particularidades exigidas hoje ao assistente social. Estes atores são chamados a questionar suas ações, confrontando os elementos do passado com o presente do Serviço Social, trazendo indicações para o futuro almejado. (PEREIRA; SILVA 2017, p. 233).

Pereira e Silva (2017) também realizam o movimento de análise da supervisão a partir das mudanças no mundo do trabalho e os rebatimentos no trabalho e na educação brasileira, diante de projetos de educação em disputa. A supervisão é destacada como atribuição privativa do (a) Assistente Social, conforme preconizado pela lei de regulamentação da profissão (lei 8.662/93). A PNE também é utilizada para fundamentar suas análises e apresentar a concepção de estágio em Serviço Social e a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e pedagógica do trabalho profissional, qualificando o (a) discente para o exercício profissional.

Nesta direção, Ramos e Santos (2016) também contextualizam suas reflexões a partir das configurações do ensino superior enquanto política pública, o avanço do ensino superior, o que apresenta como desafios para a efetivação da supervisão de estágio conforme preconizado pelas DC's. A PNE é abordada para fundamentar a relação entre a supervisão de campo e acadêmica (princípio da indissociabilidade), colocando o estágio como espaço de resistência frente ao projeto de educação hegemônico na sociedade brasileira. Nota-se que os artigos abordam as contribuições da PNE na definição das atribuições dos sujeitos envolvidos no processo de supervisão, fundamentando as análises desenvolvidas. A dimensão investigativa é elucidada por Cariaga e Silva (2016) onde a pesquisa é colocada como transversal no exercício e do aprimoramento profissional. Em seu artigo, as autoras não realizam nenhuma menção à PNE, sendo que seu artigo foi publicado seis anos após a aprovação da Política Nacional de Estágio.

A contribuição do diário de campo na sistematização do estágio supervisionado e a superação das fragilidades da educação brasileira, em que os (as) discentes encontram dificuldades na escrita é abordada por Fraga, Gaviraghi e Goerck (2015) em seu artigo "O diário de campo no processo de sistematização da experiência de estágio supervisionado em Serviço Social: objetivos e contribuições". Os autores utilizam a concepção de educação em Paulo Freire. Nota-se que a PNE não é abordada ou referendada ao longo do texto.

O princípio da relação entre formação e trabalho profissional é abordado por Ferri (2020) em seu artigo, destacando a importância do estágio na capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A Política Nacional de Estágio é utilizada pela autora para abordar o princípio da indissociabilidade entre formação e trabalho profissional, assim como também problematiza a importância da unidade entre teoria e prática e o seu dilema no Serviço Social. Destaca também, a importância da qualificação dos (as) supervisores (as) de campo e acadêmicos (as) para o desenvolvimento dessa atribuição privativa, como forma de educação permanente em Serviço Social, principalmente diante do avanço do ensino privado, principalmente na modalidade à distância:

> No âmbito da formação profissional é necessário potencializar os cursos de capacitação de supervisores de estágio em parceria com as instituições concedentes tentando ao máximo garantir a participação dos supervisores de campo. Investir na abertura de Programas Pós-Graduação lato-sensu e stricto-sensu para os supervisores de estágio faz-se urgente e necessário, tendo em vista que diante do quadro de expansão do ensino privado e à distância e da não garantia de uma formação que garanta o perfil profissional crítico de acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS como nos apontou Iamamoto (2017), capacitar os profissionais é investir na consolidação do projeto profissional do Serviço Social e sinal de resistência. Esses Programas Pós-Graduação poderão ser criados em

> parcerias entre as Unidades de Formação Acadêmicas (UFAS) e as entidades representativas da categoria fortalecendo a direção social estratégica da profissão. As estratégias de consolidar uma formação profissional de qualidade com base na teoria social crítica pode contribuir para se superem e/ou diminuam os equívocos em relação a suposta dicotomia teoria e prática que interferem na atuação profissional e na formação do estagiário. (FERRI, 2020, p. 237).

É importante destacar, que entre os artigos selecionados, também são abordados aspectos relacionados à dimensão socioeducativa do estágio supervisionado a partir da concepção de estágio elucidado pelas DC's e do direcionamento da profissão a partir do projeto ético-político profissional. Esta perspectiva é sustentada na perspectiva educativa do estágio supervisionado, enquanto atividade pedagógica em que o estágio configura-se como espaço de mediação e de investigação da realidade social, ou seja, do desvelamento do real:

> A aproximação e ou a inserção sistemática dos discentes nos espaços sócio-ocupacionais do trabalho profissional devem ser estimuladas e garantidas através do processo de estágio curricular, seja na modalidade obrigatória ou não-obrigatória, com vistas a viabilização de pequenas investigações, levantamentos e produção de dados sobre a realidade profissional como forma de apropriação e construção de conhecimento que deem suporte à intervenção profissional qualificada. É clara, na proposta de formação coordenada e defendida pela ABEPSS, a defesa do exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, permitindo aos alunos perceberem que a realidade social é um constante jogo de forças e de poderes entre diferentes projetos de sociedade, e que a formação profissional se desenvolve num contexto de lutas e embates entre projetos profissionais e sociais diversos. Ao mesmo tempo em que se recusa o monolitismo, a proposta pedagógica assume uma direção social e um projeto ético-político profissional, contudo entende que o projeto alimenta-se, necessariamente, da pluralidade e da diversidade sem perder sua unidade. A ética, como princípio formativo, perpassa toda a formação profissional em seus conteúdos curriculares e, na mesma medida, na relação professor-aluno, professor-professor, bem como em atividades de pesquisa e de intervenção, reforçando o compromisso na defesa dos direitos humanos, da democracia, da igualdade e da justiça social. (NICOLAU; SANTOS, 2016, p. 382).

Dessa forma, podemos afirmar que a supervisão de estágio encontra-se como tema expressivo nas publicações, sendo abordada sua importância na efetivação da relação teoria e prática, espaço de mediações e de desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício profissional. Alicerçada na concepção de estágio em Serviço Social a partir das DC's, a supervisão é problematizada frente aos desafios da educação brasileira e do trabalho profissional. Sendo que a PNE é referendada em diversos momentos como importante instrumento para fundamentar as concepções de estágio, supervisão, atribuições, princípios e diretrizes para a efetivação do estágio. Consideram os autores os avanços da PNE para consolidar o lugar que o estágio deve ocupar na formação acadêmico-profissional e também é considerada como importante instrumento na defesa e na resistência do projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

> O processo de supervisão de estágio ascende um campo de reflexões e debates atrelados à formação e ao exercício profissional, entre eles: a questão da educação superior e sua relação intrínseca com o mundo do trabalho; aspectos da luta por uma outra ordem societária e a ofensiva neoliberal; e sobretudo, os elementos teóricometodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social. (CAPUTI, 2016, p.391)

Sistematizando as análises aqui produzidas, referendamos em Caputi (2016) para demarcar o lugar que o estágio ocupa na formação profissional, enquanto atividade central e estratégica para a qualificação da formação acadêmico-profissional, sendo constantemente destacados os aportes téorico-metodológico, ético-político e técnico-operativos nos quais o estágio é mobilizador. Como também é realizado a sua defesa a partir dos instrumentos ético-legais da profissão que fundamentam as análises, mas também configuram como elementos importantes na defesa da formação profissional e resistência frente às transformações do mundo do trabalho e os rebatimentos no trabalho, na formação e na política educacional brasileira:

> O estágio supervisionado em Serviço Social e, com ele, o processo de supervisão, acompanha o movimento sócio-histórico, teórico-metodológico e as condições éticas e políticas que envolvem a profissão, desde os seus primórdios na realidade brasileira. O debate sobre a supervisão de estágio no Serviço Social é efervescente nos tempos hodiernos, sobretudo considerando: a maturidade intelectual da categoria; a perspectiva de indissociabilidade entre formação e exercício profissional; as lutas travadas na defesa da educação de qualidade e a resistência com relação à precarização da educação superior e suas ressonâncias no Serviço Social, sobretudo, no que diz respeito à modalidade de Ensino à Distância para graduação; preocupação diante da ofensiva neoliberal; e enfim, o compromisso com a consolidação do Projeto Ético-Político da Profissão, elementos pelos quais, foi delineada em 2008, pelo CFESS, a Resolução n.533, responsável pela regulamentação da supervisão direta de estágio, e, em 2010, a Política Nacional de Estágio em Serviço Social/PNE, ABEPSS. (CAPUTI, 2016, 390).

Conclui-se que a PNE é utilizada nos artigos para abordar importantes elementos relacionados ao estágio supervisionado, sendo referendado para problematizar o estágio supervisionado frente às mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos no trabalho e na educação brasileira. A supervisão de estágio, os princípios relacionados ao processo de supervisão, elucidados pela PNE são constantemente abordados pelos autores nos diferentes artigos, sendo considerados como um importante instrumento de qualificação do estágio e da supervisão no processo de ensinagem em Serviço Social, e como um avanço pela categoria, sustentada a partir do direcionamento do projeto ético-político e do projeto de formação profissional defendido pela categoria, tendo a ABEPSS como protagonista em sua defesa. Nota-se que a Política Nacional de Estágio é destacada juntamente com os outros

instrumentos ético-legais e normativos da categoria, sendo afirmada como importante para a defesa e resistência da categoria frente às contrarreformas do Estado e, principalmente da educação brasileira.

Dessa forma, a PNE subsidia e fundamenta a análise e desenvolvimento dos artigos apresentados, sendo abordados suas concepções, princípios e diretrizes na defesa da qualidade do estágio supervisionado e da supervisão. Afirmamos com isto, que é inegável que a PNE contribui para o debate acadêmico, mas observa-se, contraditoriamente, que o estágio e a supervisão ainda encontram desafios para sua efetivação, necessitando de maiores aprofundamentos, conforme destacados nos artigos analisados. Ao mesmo tempo em que a PNE é colocada como importante para a superação desses desafios, ainda necessita ser mais debatida pela categoria e apropriada pelas UFA's, em relação aos seus princípios e a contribuição para a superação dos dilemas enfrentados. É necessário abordar principalmente a dimensão pedagógica da supervisão e do estágio supervisionado, enquanto atividade vinculada ao projeto pedagógico do curso, ocupando a centralidade do debate, não sendo uma atividade secundária, necessária para a conclusão do curso, mas como uma atividade pedagógica, planejada e sistematicamente construída pelos sujeitos envolvidos no processo de supervisão: discentes, docentes, Assistentes Sociais, coordenadores (as) de curso e de estágio, UFA's e campo de estágio. É fundamental que o estágio adquira a centralidade estratégica no processo de formação acadêmico-profissional, sustentada pela lógica curricular das DC's da ABEPSS.

3.4 Terceiro momento do estado da arte: análise dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação

Foram pesquisados 10 projetos pedagógicos dos cursos de graduação, que possuíam suas versões digitais, sendo estas: UERJ, UFAL, UFJF, UFPE, UFPI, UFRN, UFSC, UFV, UnB e UNESP-Franca. Sendo que foi excluído da pesquisa a UFV, por não ter programa de pós-graduação em Serviço Social, ou em Políticas Públicas ou áreas afins, ficando dessa relação 9 projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Se analisado em relação aos programas de pós-graduação que participaram da pesquisa, representa uma porcentagem de 47,36 % e em relação às UFA's filiadas a ABEPSS, considera-se uma porcentagem de 13,63%. É importante destacar que todos os cursos que foram selecionados para a pesquisa são de universidades públicas estaduais e federais. Nas análises procuramos identificar o lugar do estágio supervisionado no projeto de formação acadêmico-profissional do curso e a direção

social (dimensão ético-política) e os fundamentos da formação profissional (dimensão teórico-metodológica) que sustenta os projetos pedagógicos dos cursos.

O curso de Serviço Social da UNESP/Franca tem sua autorização pelo MEC em 1981 conforme a portaria MEC nº 693 de 15/12/1981 publicada no D.O.U de 17/12/1981, ou seja, é um curso com 41 anos de existência, e conforme projeto pedagógico do curso; durante muitos anos, foi considerado o único curso público do estado de São Paulo e atualmente, é o único estadual. Sendo que o documento analisado foi aprovado e publicado em 2022, a partir da revisão curricular e passa a valer a partir do 1º semestre de 2023 para os ingressantes de 2023.

Ao analisar o perfil do profissional, percebemos que se destacam as competências gerais e específicas e característica da profissão, que atua nas expressões da questão social, como também é colocado que possui uma formação generalista e crítica. Esses elementos são fundamentais para a construção da identidade profissional em Serviço Social, pois demonstram que o corpo docente possui definido o perfil profissional com base nas DC's, que aparecem nos objetivos da formação profissional. Destaca-se que a formação crítica e generalista, está alicerçada no projeto ético-político e nos fundamentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo da profissão, o que sinaliza que é uma formação que tem uma fundamentação crítica e um direcionamento em defesa do projeto ético-político:

> A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: • compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; • identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social; Competências Específicas A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de: • elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; • contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; • planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; • realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais; • prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; • orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; • realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social. (UNESP, 2022, [p. 3]).

Percebemos que a definição dos objetivos da formação acadêmico-profissional em Serviço Social do curso da UNESP/Franca se alicerça nas normativas da profissão, como o Código de Ética profissional de 1993 e a Lei de Regulamentação (Lei 8.662/93) e nas DC's da ABEPSS, pois traz elementos desses documentos no projeto pedagógico e justifica o projeto

de formação acadêmico-profissional a partir dos avanços produzidos e do protagonismo da ABEPSS e de autores da área do Serviço Social.

Em relação ao estágio supervisionado, o PPC aponta a indissociabilidade entre supervisão acadêmica e profissional como um dos princípios do curso. Seguindo as orientações das DC's e seus princípios, o estágio é organizado no componente curricular do curso, vinculado ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional e adquire como nome de "Processo Educativo do Serviço Social (PESS)", adquirindo esse formato para poder compor como disciplina e ser aprovado pelas instâncias da UNESP. A primeira aproximação do (a) discente ocorre no segundo semestre do segundo ano, a partir da disciplina: PESS: Introdução ao Estágio e posteriormente, no primeiro e segundo semestre do terceiro ano, como supervisão acadêmica da seguinte forma: PESS: Aproximação ao exercício profissional (3º ano / 1º sem) e PESS: Problematização do exercício profissional (3º ano / 2º sem) e com o nome de PESS: Dimensões do exercício profissional no (4º ano / 1º sem). Distribuído ao longo dos anos com carga horária de 30 horas, totalizando no final do curso 120 horas e 8 créditos. Destaca-se que o estágio possui um lugar estratégico e prioritário no curso, sendo que inicialmente é trabalhado o significado do estágio e o lugar na formação, para que o (a) discente tenha consciência quais os objetivos do estágio na formação acadêmico-profissional e qual o papel de cada sujeito, objetivando um melhor aproveitamento da atividade pedagógica, ao prepará-lo para a realização do estágio. Também são colocados como pré-requisitos para a realização do estágio:

> Para cumprir o estágio de formação profissional são pré-requisitos as disciplinas: Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social: a gênese da profissão e FTMSS: institucionalização e desenvolvimento da profissão; Trabalho Profissional: Serviço Social e Categoria do Trabalho e TP: Elementos Constitutivos além de Pesquisa social: iniciação científica. (UNESP, 2022, [p. 18]).

Apesar de não ser o objetivo da pesquisa apresentada, é importante destacar que o PPC também organiza a extensão universitária como componente curricular conforme Resolução CNE 07/2018, sendo um debate complexo e que merece aprofundamento no Serviço Social e que está na agenda política da profissão. Sendo que a ABEPSS se posiciona sobre essa temática a partir da publicação do documento: "Curricularização da Extensão e Serviço Social[22]".

[22] Para aprofundamento da temática e conhecimento do posicionamento da ABEPSS, acesse: ABEPSS. **Curricularização da Extensão e Serviço Social**. Brasília: DF, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/curricularizacao-da-extensao-e-servico-social-v2-20230131200818566211O.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

Destaca-se a criação da nova Política de Estágio do Curso de Serviço Social da UNESP/Franca, que é resultado articulado do Conselho de Curso de Graduação em Serviço Social, estando sobre a responsabilidade de sua implementação, do Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS). A Política de Estágio em Serviço Social do curso da UNESP/Franca: "pretende se constituir numa instância pedagógica que integre ensino, pesquisa e extensão, responsabilizando-se academicamente pela organização eefetivação das diferentes ações inerentes ao estágio supervisionado". (UNESP, 2022, [p. 24]). A Política organiza e estrutura o estágio em Serviço Social, sendo uma importante estratégia para o seu fortalecimento, concretização e consolidação conforme preconizada pelas DC's e a PNE. Nota-se que a PNE constitui um importante instrumento orientador para a organização do estágio enquanto atividade curricular obrigatória que deve ocupar o lugar estratégico no PPC, tanto que ela é referenciada em diversos momentos para abordar elementos importantes do estágio e a sua operacionalização no PPC da UNESP/Franca e, principalmente para construir a metodologia da supervisão. Dessa forma, destaca a contribuição da PNE e o salto qualitativo que representa no projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social. Outro ponto que merece destaque é a articulação do estágio supervisionado com o TCC, podendo este ser construído a partir da problematização e reflexão realizada no campo de estágio a partir da dimensão investigativa.

O PPC de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) foi publicado em 2011, sendo dividido em dois documentos: diurno e noturno. Sendo que o curso de Serviço Social tem autorizado seu funcionamento em agosto de 1971 com a criação da primeira Faculdade de Serviço Social de Brasília. Observa-se que o perfil profissional definido pelo curso de Serviço Social da UnB também se assenta nas normativas da profissão e o direcionamento ético-político da categoria, fundamentando na lei de regulamentação da profissão, nas DC's do MEC da ABEPSS, sendo definidas competências e atribuições privativas ao longo do documento. Dessa forma, a formação profissional objetiva capacitar o profissional para que seja:

> Capaz de atuar nas expressões da questão social de modo a formular e implementar propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais; • crítico, de formação intelectual e cultural generalista, competente em sua atuação, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e de mercado; • comprometido com a observância do Código de Ética do Assistente Social. A formação profissional aqui proposta, requisito básico para o exercício profissional, implica uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-

> operativa capaz de permitir ao assistente social: • apreender criticamente o processo histórico como totalidade; • compreender as particularidades da constituição e do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira e do Serviço Social no país; • reconhecer o significado social da profissão e desvelar as possibilidades de ação contidas na realidade;
> • identificar as demandas - consolidadas e emergentes – dirigidas ao Serviço Social e formular respostas profissionais capazes de enfrentar a questão social, considerando as articulações entre público e privado. (UNB, 2011, p. 17-18).

Ao analisar a dimensão teórico-metodológica, o PPC do curso sustenta sua análise dos objetivos da formação acadêmico-profissional com base na análise crítica do Estado e da Sociedade e coloca a centralidade do trabalho em sua fundamentação. Ao construir os componentes pedagógicos do curso, principalmente das disciplinas, referencia nos Núcleo de Fundamentos das DC's. Afirmamos que o direcionamento ético-político do projeto pedagógico do curso da UnB segue as orientações da categoria, tendo as DC's da ABPESS como orientadora da construção e organização do curso de graduação.

O estágio curricular obrigatório também está vinculado ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Sendo organizado em dois momentos: no primeiro momento, objetiva a problematização teórico-prático e sistematização de possibilidades de atuação profissional e no segundo, deve objetivar a implementação do plano de intervenção do estágio:

> Estágio em Serviço Social I: desenvolvimento teórico-prático em estabelecimentos públicos e privados com ênfase na problematização teórico-metodológica com sistematização de possibilidades de atuação profissional. • Estágio em Serviço Social II: desenvolvimento teórico-prático em estabelecimentos públicos e privados com ênfase na implementação de plano de intervenção do estagiário. (UNB, 2011, p. 27).

A publicação do PPC do curso de Serviço Social da UnB ocorre um ano após da PNE, sendo que não é feito referência à Política ou à construção da Política de Estágio do curso. Mas é abordado o estágio obrigatório e não-obrigatório, a creditação das atividades de extensão e a possibilidade de realização do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) a partir das reflexões, sistematização e problematização produzidas nas experiências de estágio. Já o início do curso de Serviço Social no período noturno ocorre em fevereiro de 2010, como resultado do processo de expansão dos cursos através do REUNI. Procurando atender a realidade do perfil dos discentes noturnos, a duração do curso é maior que o diurno em seis meses, tendo duração de 4 anos e meio, sendo que o curso diurno tem duração de quatro anos.

> O curso de Serviço Social noturno da Universidade de Brasília – UnB, insere-se em um contexto de expansão do ensino público superior federal a partir do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Contudo, cabe ressaltar, que essa adesão procedeu-se de forma crítica, avaliando todas as possíveis

> implicações de concordar com a ampliação de oferta de novas vagas para alunos de Serviço Social e para a Universidade como um todo. Assim, a adesão ao REUNI considerou uma antiga demanda de criação do curso noturno para atender trabalhadores/estudantes e reivindicou junto às instâncias superiores da UnB as condições adequadas para a ampliação do Departamento, preservando e melhorando a qualidade tanto do curso diurno como do noturno, em processo de criação. (UNB, 2011, p. [4]).

Dessa forma, a justificativa da criação do curso noturno, advém das contradições da sociedade capitalista e das lutas de classes, sendo resultado do processo expansionista através do REUNI e das exigências e lutas da classe trabalhadora diante das demandas do (a) discente trabalhador (a):

> [...] o Departamento de Serviço Social – SER identifica na criação de um novo curso de Serviço Social uma possibilidade real de expansão de vagas públicas do ensino superior para setores da população que não conseguem ter acesso à Universidade pública no período que não seja no noturno. (UNB, 2011, [p. 5]).

O Curso de Serviço Social da UFSC teve sua autorização para o funcionamento pelo Decreto nº 45.063, de 19 de dezembro de 1958. Tem duração mínima de 9 semestres e no máximo 16 semestres (o que equivale a 4 anos e meio a 8 anos), no qual os componentes curriculares estão divididos em fases, totalizando 9 fases, o que representa os 9 semestres mínimos do curso. Nota-se que o contexto histórico do surgimento da profissão no Brasil permeia a construção do curso de Serviço Social da UFSC, sendo que o curso de Serviço Social é resultado das articulações de entidades filantrópicas de Santa Catarina (filantrópicas, patronais e confessionais), ou seja, está na base da profissão e no curso da UFSC a burguesia, o Estado e Igreja Católica.

O PPC de Serviço Social da UFSC publicado em maio de 2013 destaca como objetivos a construção de um perfil profissional alicerçado no arcabouço científico, fundamento da teoria social crítica que permite subsidiar a análise da realidade social, a importância de desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício profissional e reconhece a centralidade da questão social como objeto de intervenção do Serviço Social. Também faz menção à dimensão investigativa e da capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a formulação das respostas profissionais (UFSC, 2013). Destaca-se que os princípios das DC's fundamentam a leitura crítica da profissão e o perfil profissional que é objetivo do curso de Serviço Social da UFSC.

Assim como os PPC dos cursos anteriores, abordam as competências e habilidades necessárias para a formação acadêmico-profissional e se faz referência aos núcleos de

fundamentos das DC's para a organização curricular. O estágio curricular obrigatório aparece dividido em três momentos, objetivando cada um deles:

> ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO I
> Inserção no espaço sócio-ocupacional. Identificação da organização e sua dinâmica de funcionamento, demandas, serviços oferecidos, perfil dos usuários e política social a que se vincula. Conhecimento do exercício profissional na Instituição em suas dimensões éticopolítica, técnico-operativa e teórico-metodológica. Conhecimento das condições de trabalho na Instituição. Elaboração de plano de estágio. Desenvolvimento de atividades teóricopráticas em espaço sócio-ocupacional com supervisão sistemática no campo de estágio e na Unidade de Ensino.
> ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO II
> Aprofundamento do conhecimento das demandas, serviços oferecidos, caracterização dos usuários, modelo de gestão institucional e a ação profissional. Elaboração e implementação de projeto de intervenção profissional. Desenvolvimento de atividades teórico-práticas em espaço sócio-ocupacional com supervisão sistemática no campo de estágio e na unidade de ensino.
> ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO III
> Execução e avaliação do projeto de intervenção e da experiência do estágio. Sistematização e síntese do exercício profissional na Instituição. Elaboração do relatório final de estágio. Desenvolvimento de atividades teórico-práticas em espaço sócio-ocupacional, com supervisão sistemática no campo de estágio e na Unidade de Ensino. (UFSC, 2013, p. 50-51).

O estágio curricular obrigatório está distribuído no PPC na 4ª fase do curso como Oficina de Preparação para o Estágio (carga horária de 72 horas) que tem como objetivo:

> OFICINA DE PREPARAÇÃO AO ESTÁGIO
> O estágio curricular na formação do assistente social. As dimensões investigativa e interventiva da profissão nas Diretrizes Curriculares. Normatização do Estágio. Campos de estágio de Serviço Social credenciados na UFSC. Estudo de produções referentes aos campos de estágio. Conhecimento de experiências de estágio. (UFSC, 2013, p. 50).

E nos períodos subsequentes, o estágio e a supervisão são colocados como disciplinas da 6ª até a 8ª fase, sendo que o curso possui duração de 9 fases, estando distribuído da seguinte forma o estágio curricular obrigatório: 6ª fase: Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I (carga horária de 72 horas) e Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório I (carga horária de 216 horas); 7ª fase: Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório II (carga horária de 72 horas) e Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório. II (carga horária de 216 horas); 8ª fase: Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III (carga horária de 72 horas) e Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório III (carga horária de 180 horas).

Entende-se que o estágio supervisionado (onde ocorre a supervisão de campo) é colocado como disciplina na grade curricular, assim como a supervisão acadêmica, sendo que o estágio possui carga horária de 612 horas de estágio e 216 horas de supervisão acadêmica,

totalizando uma carga horária obrigatória de 828 horas. A supervisão acadêmica também possui objetivos definidos de acordo com cada fase do processo formativo. Destaca-se a elaboração do plano de estágio, do relatório de estágio e do plano de intervenção como objetivos da supervisão acadêmica:

> SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I
> Reconhecimento e análise do espaço sócio-ocupacional. O assistente social como trabalhador assalariado. Mercado de trabalho e as condições de trabalho. Conhecimento do exercício profissional e suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teóricometodológica. Orientação para elaboração de plano de estágio.
> SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II
> O exercício profissional, as demandas, os serviços oferecidos, a interface com as políticas setoriais e o modelo de gestão institucional. Problematização e orientação do exercício profissional em face do Projeto Ético Político profissional. Orientação para elaboração de projeto de intervenção profissional.
> SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO III Orientação e avaliação da experiência de estágio. Proposição de alternativas à intervenção profissional e proposição de alternativas. Exercício profissional e supervisão de estágio. Elaboração de relatório final de estágio. (UFSC, 2013, p. 49).

Já o estágio não-obrigatório é colocado como atividade extracurricular e pode ser computado como atividades complementares que são oferecidas em dois períodos com hora/aula de 225 cada, atende os mesmos critérios do estágio curricular obrigatório e objetiva durante o processo de formação acadêmico-profissional do curso. É interessante destacar que é colocada como atividade optativa a metodologia da supervisão. Se analisarmos que a supervisão caracteriza-se como um compromisso ético do profissional, sendo uma atribuição privativa, seria interessante que fosse uma disciplina obrigatória, objetivando capacitar o (a) discente para o futuro profissional e a possibilidade de supervisionar:

> SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO I
> Preparação para o Estágio Obrigatório. Contextualização e observação da realidade social produtora das demandas do Serviço Social. Aproximação empírica dos diferentes espaços institucionais nos quais se exerce o Serviço Social. O processo de supervisão de estágios. Desenvolvimento de habilidades para registro das atividades do Serviço Social. SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO II
> Mercado de trabalho e espaços institucionais do exercício profissional do Serviço Social. O desenvolvimento de habilidades no planejamento para a intervenção e avaliação do exercício profissional. Registro e sistematização do exercício profissional. METODOLOGIA DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL
> Concepções de supervisão. Determinantes históricos e perspectivas de supervisão em Serviço Social. O exercício profissional do assistente social e a supervisão. Relação teoria-prática e o processo de ensino-aprendizagem. Sujeitos da supervisão. Marco legal da supervisão de estágio. Metodologia da supervisão em Serviço Social. Plano de estágio e plano de supervisão de estágio. (UFSC, 2013, p. 53-54).

O PPC da UFSC apresenta uma fundamentação em relação à importância do estágio na formação, destacando as normativas que realizam sua defesa, os desafios enfrentados, a realidade do (a) discente trabalhador (a), destaca as DC's da ABEPSS e realiza uma menção a PNE, como também destaca o papel da coordenação de estágio, mas não possui uma política de estágio estruturada em seu projeto pedagógico. O estágio e o TCC são considerados atividades de síntese do processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

O PPC da Universidade Federal do Rio Grande do Norte analisado é do curso na modalidade presencial, publicado no ano de 2019. O curso de Serviço Social foi criado em 02 de junho de 1945, com o nome de "Escola de Serviço Social de Natal" (ESSN). Atualmente o curso de Serviço Social está vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSSO) e ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) está organizado ao longo de oito semestres letivos e o projeto pedagógico se orienta pelas DC's através dos núcleos de fundamentos que organiza os componentes curriculares. Entre os objetivos do curso, busca a formação de profissionais:

> [...] com capacidade crítica de análise do Estado, da Sociedade e das Políticas Sociais para a intervenção nas múltiplas expressões da questão social, considerando as dimensões indissociáveis do trabalho do (a) Assistente Social: teoria-metodológica, ético-política e técnico-operativa. (UFRN, 2019, p. 19).

Percebemos que o PPC da UFRN apresenta também a questão social como fundante do trabalho e da formação acadêmico-profissional e define como objetivo geral a formação de um profissional crítico, capaz de compreender a realidade numa dimensão de totalidade para a intervenção profissional, objetivo este que o estágio, configura como uma das atividades que tem um importante papel através da indissociabilidade da teoria com a prática e das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essa compreensão também orienta os demais PPC's analisados.

Assim como os demais PPC's analisados, define as competências e habilidades que buscam a formação acadêmico-profissional a partir dos princípios das DC's e da lei de regulamentação da profissão. O estágio aparece no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional e está dividido em duas disciplinas: Estágio em Serviço Social I e II. Neste caso não se vê uma disciplina introdutória ao Estágio. E o estágio não obrigatório aparece como atividades acadêmicas optativas. O estágio e o TCC também são colocados como momentos

de síntese da formação acadêmico-profissional e reafirma a centralidade do estágio supervisionado com base na Política Nacional de Estágio:

> Nessa perspectiva, neste PPC não se admite o estágio como mera execução de tarefas conferidas ao/à discente no quadro institucional em que este se efetiva. Por isso, sua realização envolve necessariamente: o/a discente; o/a docente supervisor/a acadêmico/a, a quem compete o acompanhamento do/a estudante na sua dimensão didático-pedagógica; e o/a supervisor/a de campo, assistente social da instituição em que se realiza o estágio, a quem compete a supervisão referente ao acompanhamento das atividades discentes no contexto institucional. (UFRN, 2019, p. 61).

Merece destaque que o PPC sinaliza o fortalecimento da relação entre estagiário (a), supervisor (a) de campo e supervisor (a) acadêmico (a), compondo a tríade do processo de supervisão, enquanto relação indissociável entre formação e trabalho profissional. Em relação ao PPC atual, o curso objetiva fortalecer determinados avanços e superar alguns desafios enfrentados em relação ao estágio, que se configuram como desafios históricos que foram abordados nos capítulos anteriores e que também são problematizados pela PNE:

> a) Fortalecer a articulação entre o estágio e os demais momentos da formação profissional; b) Favorecer a articulação entre os/as supervisores/as de campo e professores/as supervisores/as acadêmicos/as, assim como intensificar uma política que favoreça o intercâmbio entre o DESSO e as instituições campos de estágio, utilizando como uma importante estratégia política nessa direção a consolidação do Fórum de Supervisão de Estágio, visando ao fortalecimento e permanência do debate sobre o estágio e a "garantia de construção de alternativas comuns à qualificação do estágio em Serviço Social" (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2009, 2010, p. 35). c) Propiciar uma concepção de ensino-aprendizagem que fortaleça a unidade teoria-prática como momentos que perpassam todo o processo de formação profissional. (UFRN, 2019, p. 62).

O estágio supervisionado está organizado da seguinte forma: o estágio obrigatório ocorre concomitante aos módulos, Tópico em Serviço Social I (60 horas) e Tópico em Serviço Social II (60 horas). Esse componente curricular deve contribuir para a reflexão crítica das demandas do Serviço Social, com o objetivo de contribuir para que o (a) estagiário (a) crie respostas profissionais críticas e propositivas e o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o exercício profissional. Compreende-se que os módulos configuram-se como supervisão acadêmica, mas com outra nomenclatura. Destaca-se que os módulos estão divididos por áreas: Saúde, Previdência, Assistência, Educação, Sociojurídico, Infância e Juventude, Direitos Humanos, Gênero, raça/etnia e sexualidade, Gestão de Pessoas e devem estar vinculadas, preferencialmente, as temáticas de estudo e de pesquisas dos docentes buscando a articulação entre estágio, pesquisa e supervisão de campo e acadêmica:

> Desse modo, no **1º semestre de estágio** serão registradas para o/a estudante todas as atividades e componentes curriculares relacionados ao estágio obrigatório, sendo estas distribuídas da seguinte forma: **240 horas no componente curricular Estágio em Serviço Social I**, referentes à inserção do/a estudante em campo de estágio e **60 horas no componente curricular Tópico em Serviço Social I** (30 horas de carga horária teórica e 30 horas de carga horária prática). No **2º semestre de estágio** serão registradas para o/a estudante todas as atividades e componentes curriculares relacionados ao estágio obrigatório, sendo estas distribuídas da seguinte forma**: 240 horas no componente curricular Estágio em Serviço Social II**, referentes à inserção do/a estudante em campo de estágio e **60 horas no componente curricular Tópico em Serviço Social II** (30 horas de carga horária teórica e 30 horas de carga horária prática). (UFRN, 2019, p. 64-65, grifos do autor).

Nota-se que o PPC coloca como uma das atribuições da coordenação de estágio o planejamento, a coordenação, supervisão e avaliação da política de estágio do curso, apesar da política ser apresentada no PPC não existe um item dedicado a ela. Em relação ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o curso define que pode ser uma monografia ou um artigo científico sob a orientação de um docente, também não faz referência se o TCC pode ser da experiência de estágio, apesar de considerar essas atividades como importantes na síntese do conhecimento construído ao longo do curso.

O curso de Serviço Social da UFPI foi criado em 1976, possuindo 47 anos de existência, e tem o balizamento do seu projeto de formação profissional nas orientações do projeto de formação em Serviço Social e sua direção hegemônica, afirma o lugar do Serviço Social no mundo do trabalho, nas relações de produção e reprodução social, cuja questão social é definida como objeto e a centralidade da categoria trabalho para compreender a profissão nas relações sociais. O PPC do curso analisado foi publicado em junho de 2012. Os princípios curriculares fazem referência às DC's da ABEPSS, assim como o objetivo da formação acadêmico-profissional, que busque uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa:

> Formar assistentes sociais numa perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, crítica e plural, de forma a qualificá-los para: - Apreender o processo histórico-social como totalidade, reproduzindo o movimento real em suas manifestações universais, particulares e singulares; - Enfrentar os desafios que se interporão em suas trajetórias profissionais, a partir de uma leitura da complexidade da questão social contemporânea, de forma a identificar no trato interdisciplinar uma via possível de atuação; - Apreender o significado social da profissão e as demandas consolidadas e emergentes, postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, desvelando as possibilidades de ação frente às distintas manifestações da questão social; - Desenvolver pesquisas acerca dos processos sociais contemporâneos da sociedade brasileira, sobre o fazer profissional e, de forma geral, sobre temáticas e

> questões que apontam para o aprimoramento da ação profissional pela via da produção do conhecimento. (UFPI, 2012, p. 20).

A organização curricular também faz referência aos núcleos de fundamentos das DC's da ABEPSS. Sendo que o estágio, enquanto atividade vinculada ao Núcleo dos Fundamentos do Trabalho Profissional, é realizado no sexto período (2º semestre do 3º ano) como estágio supervisionado I (225 horas), no sétimo período (1º semestre do 4º ano) como estágio supervisionado II (225 horas). Sendo que conforme organograma do próprio curso, o último ano é dedicado às atividades complementares e ao Trabalho de Conclusão de Curso.

A gestão do estágio é responsabilidade da Coordenação de Estágio Curricular, o coordenador é escolhido entre os docentes que integram o Núcleo de Estágio do Departamento de Serviço Social, devendo cumprir carga horária de 20 horas semanais e com mandato de dois anos. Nota-se que apesar do PPC ser publicado dois anos após a PNE, observa-se que não há nenhuma referência ao documento, assim como também não menciona a definição de uma política de estágio do curso. Também não é mencionado o estágio não-obrigatório, sendo que a lei que regulamenta esta modalidade é de 2008 (Lei 11.788/08), ou seja, quatro ano antes da publicação do PPC do curso.

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFPE foi publicado em 2009, ou seja, anterior a PNE, tendo como objetivo "Promover a qualificação teórico-metodológica, técnica e ético-política para o exercício do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo". (RECIFE, 2009, p. 9). O PPC não faz referência à história de construção do curso de Serviço Social da UFPE, não havendo assim, uma data de quando começou a funcionar. Também segue as orientações sobre a organização dos componentes curriculares a partir dos Núcleos de Fundamentos das DC's. O estágio aparece estruturado em dois momentos, com supervisão sistemática e se inicia no sexto período:

> O Estágio Curricular Obrigatório denomina-se Estágio 1 e Estágio 2 na Estrutura Curricular do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Estes componentes curriculares integralizam uma carga horária de 480 horas, tendo início no sexto período do curso. Durante a vigência do estágio, os alunos serão acompanhados por supervisores docentes e supervisores de campo. (UFPE, 2009, p. 14).

O estágio também é referendado pela lei 11.788/08, sendo que o estágio não obrigatório é permitido a partir do quarto período, ou seja, (2º semestre do 2º ano) mas não integra carga horária, sendo que não aparece no quadro de distribuição dos componentes

curriculares por semestre e nem no quadro de componentes eletivos por núcleo de fundamentação. No oitavo período, não aparece nenhum componente curricular obrigatório.

É importante destacar que como o PPC analisado é anterior à PNE, não há referência a uma política de estágio do curso, o que demonstra o salto qualitativo que a PNE representa enquanto mobilizadora desse processo.

O Curso de Serviço Social da UFJF é de 1958, a partir do Decreto n. 43.566, de 24 de abril de 1958 que autorizou seu fundamento, sendo que passou a fazer parte da UFJF a partir de 1968, sendo que a UFA foi criada em 1960. O PPC analisado foi aprovado e publicado em 2016. Também referencia os princípios das DC's e coloca como perfil, a atuação nas expressões da questão social. Define as competências e habilidades que a formação acadêmico-profissional deve viabilizar, alicerçada na capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, objetivando o conhecimento crítico da realidade para a intervenção profissional.

A organização curricular está fundamentada nos núcleos de fundamentação. O estágio supervisionado aparece como atividade integradora, obrigatória e indispensável, sendo que diversos princípios da PNE aparecem como estruturante do componente curricular: o plano de estágio, a supervisão de campo e acadêmica. Contribuindo assim, para a organização e qualificação do estágio supervisionado. A supervisão é efetivada através das disciplinas: Oficina de Supervisão I (04 horas), Oficina de Supervisão II (04 horas) e Oficina de Supervisão III (04 horas), fazendo parte dessas Oficinas, as Oficinas Integradas que são em articulação com os (as) supervisores (as) de campo. As Oficinas Integradas são oferecidas ao longo do curso e totalizam 3 oficinas. A organização do estágio segue a seguinte forma:

> A carga horária total mínima do Estágio Obrigatório supervisionado no campo de estágio é de 510 horas, distribuídas em três semestres, sendo 170 horas mínimas para o Estágio Obrigatório I (FSS040), 170 horas mínimas para o Estágio Obrigatório II (FSS041) e 170 horas mínimas para o Estágio Obrigatório III (FSS042). O Estágio terá início no sexto período do curso de Serviço Social, tanto no curso diurno, quanto no curso noturno, quando o discente tiver cursado as disciplinas: Trabalho e Serviço Social, Ética e Serviço Social, Pesquisa Social II – continuando no sétimo e oitavos períodos, respectivamente, no Estágio Obrigatório II e III. A matrícula no Estágio Obrigatório I, II ou III exige como correquisito, a matrícula simultânea na Oficina de Supervisão I, II ou III. (UFJF, 2016, p. 25).

O estágio curricular não-obrigatório aparece como disciplina eletiva, sendo que depende de aprovação da Coordenação de estágio a sua realização e não possui carga horária definida, podendo ocorrer a sua conversão em estágio obrigatório em situações excepcionais:

> A Faculdade de Serviço Social prioriza o estágio obrigatório e a efetivação do estágio não obrigatório dependerá, necessariamente, da aprovação da COE [Coordenação de Estágio], em situações de exceção, cuja possibilidade de conversão do estágio não obrigatório, em curto prazo, em estágio obrigatório, seja plausível. (UFJF, 2016, p. 26).

Em relação à política de estágio do curso fica sobre responsabilidade da Coordenação de Estágio, mas não há uma maior sistematização em relação à política de estágio do curso no PPC.

O curso de Serviço Social da UFAL surge em 1957 e é reconhecido pela Portaria 47.53329 de dezembro de 1959, possuindo assim, 66 anos de existência. Busca formar profissionais com perfil generalista para intervenção na realidade social a partir de uma análise crítica, analisando e decifrando as múltiplas expressões da questão social, respondendo historicamente as demandas colocadas para a profissão a partir do compromisso ético norteado por valores expressos no Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social.

Em relação aos componentes curriculares também segue a lógica dos demais cursos, fazendo referência aos Núcleos de Fundamentação e definindo seus objetivos com base nos princípios das DC's.

O estágio aparece organizado através dos componentes curriculares: Oficina de Estágio em Serviço Social I (60 horas), Oficina de Estágio em Serviço Social II (60 horas), Introdução ao estágio em Serviço Social (40horas), Estágio em Serviço Social I (200 horas), Estágio em Serviço Social II (200horas). Sendo que o estágio compõe a matriz curricular a partir do 5º período, ou seja (1º semestre do 3° ano), não possuindo estágio no sétimo e oitavo período, ou seja, nos períodos finais que corresponderiam ao quarto ano.

O PPC apresenta estruturada a política de estágio do curso, destacando seu lugar na formação acadêmico-profissional, as bases norteadoras para sua realização, as atribuições de cada sujeito, da Comissão de Estágio que está inserida na Coordenação de Estágio, os critérios para abertura dos campos de estágios, os elementos que compõem o estágio, como o plano de estágio, relatórios, diário de campo, entre outros. Nota-se que a publicação da PPC é de 2007, ou seja, anterior a PNE e já apresentava uma organização, na qual a política de estágio do curso se configura como um dos tópicos da matriz curricular.

O PPC do curso da UERJ não apresenta a história da construção do curso, não sendo identificado dessa forma, quando o curso foi criado. Somente quando apresenta a política de estágio do curso, que destaca que desde os anos de 1980, a Faculdade de Serviço Social, instituiu a Coordenação de Estágio, sendo um salto qualitativo em relação às demais Unidades Acadêmicas da UERJ a possuir até hoje este setor. Sendo que em 2007, o Núcleo de Extensão veio a integrar à coordenação de estágio, passando ser Coordenação de Estágio e Extensão. A Política Nacional de Estágio (PNE) configura como um importante instrumento norteador da construção da política de estágio do curso da UERJ, contribuindo para a estruturação da atividade e dos seus componentes, qualificando dessa forma, o estágio supervisionado. O estágio dessa forma aparece no sexto período, ou seja, a partir do primeiro semestre do terceiro ano, como estágio supervisionado I, posteriormente no sétimo período como estágio supervisionado II, no oitavo período como estágio supervisionado III e no nono período como estágio supervisionado IV, sendo todo estágio curricular obrigatório. Sendo que o curso se divide em 10 períodos. Ou seja, o (a) discente realiza estágio até o último período do curso. Não há na matriz curricular, a presença do estágio curricular não-obrigatório, nem como atividade complementar, apesar de fazer referência através da PNE da sua existência. Ficando organizado da seguinte maneira:

> É realizado obrigatoriamente pelo aluno durante quatro períodos, a partir do 6º período do Curso. Envolve a realização de atividades em diferentes instituições de atuação profissional, tais como instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, movimentos sociais, projetos de extensão, setores e unidades acadêmicas da universidade, dentre outros. Nesses espaços o aluno recebe a supervisão direta de um assistente social (supervisor de campo). Concomitante ao desempenho dessas atividades, o estudante é acompanhado na Faculdade por um professor (supervisor acadêmico), a partir de sua inscrição na disciplina Estágio Supervisionada. (UERJ, 2014, p. 18).

É notório ao analisar os PPC's dos cursos, que todos seguem uma lógica na sua organização e estruturação do componente curricular, sendo que o estágio apresenta um lugar estratégico no processo de formação acadêmico-profissional, sendo referendado principalmente nos últimos períodos dos cursos. Em sua maioria, possuem as DC's como norteadora da construção e organização do Projeto Pedagógico do curso, fundamentam suas justificativas a partir de pensadores marxistas e de autores da área do Serviço Social, reconhecendo as mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos no trabalho e na formação acadêmico-profissional.

O estágio é destacado como atividade curricular obrigatória e que tem papel fundamental na síntese do conhecimento construído ao longo do curso, sendo necessário o

cumprimento de determinados pré-requisitos para a sua realização. É expressivo que o estágio é considerado como o momento da indissociabilidade entre teoria e prática, trabalho e formação entre as supervisões de campo e acadêmica. Sendo a todo o momento, considerado juntamente com o Trabalho de Conclusão de Curso, como atividades de sistematização, podendo inclusive, as reflexões, construções e críticas elaboradas no estágio suscitar objetos de pesquisa e de TCC. Reiterando dessa forma, a relação intrínseca entre as dimensões investigativa e interventiva que são orgânicas à profissão.

Também é inegável que a PNE contribuiu para o fortalecimento do papel da coordenação de estágio (ou órgão similar) na qualificação do estágio e sua condução nos cursos de graduação. É fundamental ressaltar que significa um avanço significativo da PNE ao contribuir para a elaboração das Políticas de Estágio dos cursos. Em relação aos fóruns de supervisores, somente UFRN e a UnB destacam sua importância nos Projetos Pedagógicos.

Apesar de que em dois cursos não foi possível identificar através do PPC o ano de criação, a maioria dos cursos tem mais de quarenta anos de existência, o que demonstra uma trajetória de acúmulos e avanços na qualificação da formação acadêmico-profissional.

Dessa forma, reafirmamos a importância da PNE na qualificação e defesa do estágio, tornando um importante instrumento para que as UFA’s consigam garantir minimamente o patamar da formação acadêmico-profissional e a qualidade do estágio, apesar dos desafios enfrentados frente aos avanços das ofensivas neoliberais e aos rebatimentos na educação brasileira.

As UFA’s têm conseguido resistir na perspectiva do projeto de formação e do projeto ético-político profissional, reafirmando a defesa da direção social da profissão e os fundamentos que sustentam e balizam a formação profissional, reafirmando os princípios, diretrizes, competências e habilidades elucidadas pela DC’s e sua lógica curricular. Neste processo, o estágio curricular tem uma importante contribuição na consolidação desse perfil profissional e na construção de competências e habilidades necessárias para o exercício profissional, a partir da autonomia, da relação dialógica, crítica e pedagógica do processo de supervisão, que se configura como o lócus da relação entre formação e trabalho profissional, colaborando para a superação da dicotomia entre teoria e realidade, quando sustentada por uma matriz teórica e um processo de ensinagem que permite o desvelamento do real e a construção de possibilidades para a intervenção profissional. Com isto, o estágio de fato, é o espaço de construção da identidade profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado curricular obrigatório em Serviço Social possui significativa relevância no processo histórico da profissão, diante da sua natureza interventiva, o que pressupõe uma dimensão formativa e investigativa. Uma formação que se alicerça em um determinado projeto de educação e de sociedade, que se alicerça em valores genéricos e humanistas, o que supõe a superação de toda forma de opressão, da desigualdade social e defende a plena expansão dos sujeitos sociais, a liberdade como valor ético central, a luta pela democracia enquanto uma das condições para a emancipação política e a emancipação humana. Dessa forma, não trata de uma formação tecnicista, esvaziada de intencionalidade, de direção política, mas de uma capacitação crítico-competente fundamentada em uma teoria social crítica que desvele a realidade social a partir das estruturas que sustentam e reproduzem a sociabilidade burguesa, que seja capaz de aprofundar na trama do real, desnudando os mecanismos que produzem as formas de opressão e dominação, para encontrar as reais possibilidades de enfrentamento da realidade social e criar respostas críticas, que, ao garantir os direitos sociais, contribuem para o fortalecimento da classe trabalhadora.

É a partir dessa configuração da profissão no mundo do trabalho, que o estágio supervisionado possui um lugar privilegiado na formação acadêmico-profissional. Mas apesar de sempre ser uma atividade presente no processo de formação é com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS que adquire um novo significado, enquanto atividade pedagógica, que pressupõe a inserção do estagiário no campo de estágio, objetivando a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional, mediante supervisão de estágio de forma sistemática, direta e concomitante ao período letivo.

As DC’s trazem um novo patamar para a formação acadêmico-profissional e apresentam um salto qualitativo ao preconizar uma nova lógica curricular, através da superação da fragmentação de conteúdos e apresentar princípios que fundamentam em referenciais teóricos críticos que defendem um projeto de formação que traz em seu bojo a defesa de um projeto societário emancipatório.

Neste sentido, podemos afirmar que as DC’s são fundamentais para o debate em relação da formação acadêmico-profissional a partir da defesa do projeto ético-político. A ocupação de lugar de vanguarda na agenda político-acadêmico e científica do Serviço Social em relação à qualidade da formação profissional tem como direção as orientações das DC’s da ABEPSS que norteiam os fóruns de revisão curricular das UFA’s em todo país que compartilham com a proposta de formação profissional hegemônica no Serviço Social.

Neste contexto, o estágio supervisionado não se configura como uma atividade de treinamento, ou "ensino da prática"; trata-se uma de uma atividade pedagógica que, através da aproximação do(a) estagiário(a) com o espaço sócio-ocupacional, permite a articulação dos conhecimentos apreendidos ao longo do curso de graduação com realidade vivenciada no campo de estágio, mediada pela supervisão de campo e acadêmica.

Este entendimento em relação ao estágio nos coloca determinados princípios fundamentais para garantir a sua realização conforme preconizada pelas DC's: ao articular supervisão de campo e acadêmica, garante a sua indissociabilidade na construção do conhecimento, tornando o espaço do estágio como lócus de desenvolvimento da criatividade, da autonomia e do pensar crítico sobre a realidade social vivenciada, contribuindo para a construção de propostas de intervenção críticas, que sejam capazes de compreender numa perspectiva de totalidade os limites e possibilidades de intervenção profissional, tendo sempre no horizonte o projeto ético-político.

Por se realizar através da aproximação com o espaço sócio-ocupacional, pressupõe a indissociabilidade entre trabalho e formação profissional. Compreendendo que não se trata de duas dimensões antagônicas, mas de uma unidade dialética e contraditória: a realidade social apresenta elementos para a intervenção profissional e a formação capacita para o aprofundamento crítico dessa realidade.

Neste sentido, através da mediação do conhecimento com o trabalho profissional, deve garantir a indissociabilidade teórico-prática, para isto, torna-se necessária a apreensão do método que está relacionada com o aporte teórico que apresenta os elementos de apreensão da dinâmica do real. O estágio não é o espaço onde o estagiário vivenciará a prática, diferentemente da formação que "ensina teoria", mas caracteriza-se por uma atividade de síntese de múltiplas determinações e de desenvolvimento da capacidade crítica do(a) estagiário(a) articular o conhecimento teórico com o trabalho profissional, permitindo compreender a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa para a intervenção profissional. Dimensões estas que têm como base de fundamento, uma determinada matriz teórica apropriada pela categoria ao longo do processo histórico de renovação da profissão.

Para a realização do estágio nesta perspectiva, o Plano de Estágio constitui um importante instrumento pedagógico e político para a sua efetivação. É por meio dele, que o (a) estagiário (a) por meio da supervisão de campo e acadêmica poderá construir a proposta pedagógica para a realização do estágio. No plano de estágio, deverá ser problematizado, o lugar que trabalho profissional situa no mundo do trabalho, na política pública e no espaço

sócio-ocupacional, os recursos materiais e as condições éticas e técnicas para o exercício profissional, os desafios e as possibilidades de trabalho, assim como todo o acervo de conhecimento, legislações e normativas que orientam o trabalho do(a) Assistente Social e o lugar do(a) estagiário no campo de estágio: os objetivos esperados a serem atingidos através da supervisão de estágio, as compreensão de como se efetivam as atribuições privativas e as competências profissionais, a expressão da questão social na vida da população usuária dos serviços nos diferentes espaços as formas de respostas profissionais ancoradas no projeto ético-político.

Enquanto instrumento político, o Plano de Estágio contribui para a defesa do estágio conforme proposto pela ABEPSS, por ter ser construído entre estagiário(a) e supervisor(a) de campo, sendo este um profissional em exercício da profissão, devendo ser proposto em sua elaboração, atividades pedagógicas que estejam relacionadas com Serviço Social, não podendo ser atividades administrativas, de outras áreas ou meramente burocráticas, mas que permitem o(a) discente vivenciar e refletir sobre o trabalho profissional.

Todo esse acúmulo em relação ao entendimento da categoria sobre o estágio e a supervisão é problematizada e aprofundada pela PNE, cuja construção coletiva com o protagonismo da ABEPSS, vem responder aos desafios postos pelo mundo do trabalho, principalmente diante do avanço do ensino à distância, a precarização das condições de trabalho dos profissionais supervisores (as) e o desmonte da política educacional brasileira e suas consequências para o ensino superior público.

A partir do contexto apontado e problematizado pela PNE, nota-se que o estágio supervisionado ocupa um lugar privilegiado na formação profissional. Sendo sua importância diante da proposta de formação defendida pela categoria na construção do perfil profissional construído histórica e hegemonicamente no Serviço Social. O estágio ainda encontra diversos desafios para a sua concretização: a condição do(a) discente trabalhador(a), o distanciamento das UFA's com o campo de estágio, a falta de oferta de campo de estágio suficiente principalmente diante da expansão dos cursos de graduação especialmente na modalidade à distância, a realização de estágio sem o acompanhamento adequado pela supervisão campo (supervisão direta), a utilização do(a) estagiário(a) como mão-de-obra barata, as condições éticas e técnicas dos profissionais nos diferentes espaços de trabalho; a intensificação do trabalho profissional, seja dos que estão à frente das políticas públicas nos diferentes espaços de trabalho, como do docente, principalmente aqueles que possuem contratos de trabalho precários e vínculos instáveis vinculadas às instituições de ensino privada na modalidade

presencial ou à distância, entre outros fatores que foram agravados nos últimos anos, especialmente a partir de 2020 com a pandemia da COVID-19.

Sua elaboração parte dos debates da categoria através dos fóruns regionais da ABEPSS a partir de 2009, articulando UFA's, docentes, profissionais e discentes em todo território nacional do país. Outro elemento articulador está no relatório avaliativo das DC's que apontou para a necessidade da sua elaboração. Neste sentido, é fundamental destacar a relevância das Diretrizes Curriculares como norteadora do projeto de formação acadêmico-profissional no Serviço Social.

Vale destacar o caráter político da PNE, que representa essa força coletiva da categoria, mobilizadora em defesa de um projeto profissional contrário aos interesses capitalistas, como também a complexidade que significa sua construção: ao mesmo tempo em que é resultado da resposta da categoria frente à contrarreforma da educação e dos desafios para a efetivação do estágio supervisionado, também se configura como uma estratégia da profissão de defesa e enfrentamento desses desafios, reforçando e reafirmando a direção, os princípios e os pressupostos das DC's da ABEPSS.

Conforme mencionado, a PNE aprofunda e problematiza os entraves relacionados ao estágio supervisionado e coloca estratégias para sua defesa e reafirma o acúmulo da profissão em relação à sua concepção e dos seus princípios. Aborda a realização do estágio curricular obrigatório e não-obrigatório, realizando a defesa da qualidade e prerrogativas para a realização do estágio não-obrigatório não podem diferenciar do estágio curricular.

Destaca a importância de princípios que contribuem para a superação dos desafios do estágio principalmente relacionados com a dicotomia entre teoria e prática, como a indissocibilidade das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, a articulação fundamental da Formação com o exercício profissional, a indissociabilidade entre estágio e supervisão de campo e acadêmica, a importância da articulação entre universidade e sociedade, unidade teoria e prática e da interdisciplinaridade entre as diversas áreas de conhecimento se conformam a formação profissional.

Todos esses princípios qualificam o estágio, mas também vêm responder aos desafios históricos apresentados pela categoria, principalmente do distanciamento das UFA's com a realidade do estágio e da dicotomia entre teoria e prática, que ainda se configura como um dilema no Serviço Social. Outro nó problemático que a PNE aborda é a aproximação das Unidades de Formação Acadêmicas com os (as) supervisores (as) de estágio, conhecendo os desafios para a realização da supervisão e trazendo os(as) profissionais para a academia, contribuindo para a construção da política de estágio das UFA's e capacitando-os para o

desenvolvimento da supervisão enquanto atividade privativa. A PNE tem contribuído para o fortalecimento dessa relação, aproximando esses sujeitos na construção de uma política de estágio, na perspectiva do projeto ético-político e antenada com a realidade social dos profissionais supervisores(as).

Dessa forma, não podemos deixar de enfatizar a importância dos fóruns de supervisão nesta direção, contribuindo para a construção de uma política com a participação dos diversos sujeitos envolvida com a atividade do estágio, com o objetivo de fortalecer o debate permanente relacionada ao estágio em Serviço Social. Outro salto qualitativo está na abordagem da PNE das atribuições de cada sujeito partícipes do processo de supervisão, sendo que não havia um documento que tratasse dessas atribuições, assim como o destaque da importância da coordenação de estágio na organização do estágio nas unidades de ensino.

A articulação da pesquisa, ensino e extensão configura como um importante eixo, sendo que o estágio pode propiciar pesquisas de trabalho de conclusão de curso através do fomento do debate da realidade de estágio e alimentar pesquisas em grupos de estudos e pesquisas. Outra questão que merece destaque é a realização de estágio através dos grupos de extensão, sendo que para se configurarem como campo de estágio, deverão atender aos requisitos que caracterizam o grupo de extensão como estágio: ser supervisionado por um profissional em exercício da profissão, através da supervisão direta e poder vivenciar o trabalho profissional do(a) assistente social.

Dessa forma, percebemos que a PNE apresenta um salto qualitativo no Serviço Social, ao reafirmar a concepção e a centralidade do estágio supervisionado conforme é preconizado pelas DC's. Ela representa a força mobilizadora e política da profissão, problematizando, reafirmando, aprofundando e sintetizando o debate da categoria em relação aos avanços construídos historicamente a partir das Diretrizes Curriculares da ABPESS. Também instrumentaliza ao apresentar as estratégias para a qualificação e garantia da unidade entre teoria e realidade social através dos seus princípios e pressupostos.

A pesquisa desenvolvida tem o caráter inovador de apresentar o Estado da Arte relacionada à temática do estágio supervisionado tendo como destaque a Política Nacional de Estágio (PNE). Percebemos pelo material analisado, que apesar dos avanços na produção acadêmico-científica no Serviço Social, se comparada com as demais temáticas da profissão o estágio supervisionado ainda carece de maiores estudos e aprofundamentos. Principalmente se analisado em relação às dissertações e teses produzidas. Após a aprovação da PNE, nota-se que as dissertações e teses sobre estágio e supervisão a abordam em sua maioria, mas muitas vezes sendo utilizadas como referência ou para fundamentar a análise realizada. Nos períodos

também verificamos a mesma situação, sendo utilizada para abordar determinados princípios e pressupostos que fundamentam a realização do Estágio.

Já em relação aos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, é notória a contribuição sendo que as UFA's pesquisadas referenciam na PNE para a organização do Estágio e construção de suas políticas de estágio. Configura-se um salto qualitativo significativo no sentido de estruturar o estágio supervisionado, contribuindo para a organização dos componentes de estágio e supervisão, a importância do plano de estágio e a realização dos fóruns de supervisão. Assim como o papel da coordenação de estágio, que aparece com diversos nomes: núcleo de estágio, coordenação de estágio, entre outros.

Com isto, percebemos que é significativa a contribuição da PNE para a qualificação do estágio supervisionado, subsidiando na organização e estruturação da atividade nos projetos pedagógicos do curso, mas contraditoriamente, necessitam ser mais bem aprofundados e problematizados os elementos e contribuições em relação à própria política, sendo que em relação à produção de dissertações e teses que simbolizam a produção de pesquisas científica sobre a PNE ainda é ínfima, não tendo pesquisas que representam uma expressividade sobre a Política Nacional de Estágio.

A realização da pesquisa permitiu um maior aprofundamento sobre o estágio, reafirma a importância da sua defesa, demonstra a complexidade e os desafios para sua realização e demonstra que é necessário aprofundar ainda mais na temática, principalmente voltada para a PNE e sua apropriação pelos sujeitos partícipes do processo de supervisão, principalmente diante o agravamento das condições de trabalho e da política educacional brasileira no contexto contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. CEDEPSS. **Diretrizes para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro e 1996).** São Paulo, n. 7, p. 01-27, 1996. Disponível em: < https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_20160331113816637721O.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social – ABEPSS. In: CRESS 9ª REGIÃO (Org.). **Legislação brasileira para o serviço social:** coletânea de leis, decretos, e regulamentos para a instrumentação da(o) assistente social. 3. ed. Rev., atual., até dez. 2007. São Paulo, 2007.

ABEPSS. **Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial.** Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-20210614134448508248O.pdf>. Acesso em: 29 ago 2023.

ABEPSS. **Parâmetros para a organização dos fóruns de supervisão de estágio em serviço social**. Brasília, DF, 2018. Disponível em:< https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/parametros_para_organizacao_2018-20181206131307222714O.pdf> . Acesso em: 29 ago 2023.

ABEPSS**. Nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (COVID-19).** Brasília, DF, 2020. Disponível em: < https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nota-final-estagio_abepss-03-de-abril-de-2020-20200403180922476118O.pdf>. Acesso em: 29 ago 2023.

ABEPSS. **Uma formação profissional antirracista precisa ter a questão étnico-racial em sua centralidade**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: < https://www.abepss.org.br/noticias/abepssorgbrdia_eliminacao_discriminacao_racial_2023-605>. Acesso em 17 out. 2023.

ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Temporalis**, Brasília (DF), ano XI, n. 17, jan./jun. 2009.

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016. Acesso em: 27 jun. 2023. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/?lang=pt#>.

ALMEIDA, S. T. S.de. **Os desafios e possibilidades do estágio supervisionado:** contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a práxis social. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social. UNESP, Franca, 2013.

AMARAL, A. S. do. A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 230-238, jul./dez. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/RBcqxkmNdVcK9fG4pPQw3DS/?format=pdf> Acesso em: 07 set. 2023.

AMICUCCI, E. M. de. M. **Estágio supervisionado em Serviço Social:** tempos atuais e velhos desafios. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social. UNESP, Franca, 2011. Disponível em: < https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/marques.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

ANASTASIOU, L. da G. C.; ALVES, L. P. (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade:** pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 10.ed. Joinville, SC: Editora Univille, 2015.

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. Acesso em: 09 jul. 2023. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/?lang=pt&format=pdf>.

BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017. Acesso em: 09 jul. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/LPjQQGPrjNGJ6ZnCsKmn3wx/?lang=pt&format=pdf>.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10ª. ed. Rev. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: < http.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 15 de Out. De 2016.

BRASIL. Lei 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 7 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Aceso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1 de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 05 maio 2024.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. Acesso em: 10 jul. 2023. Disponível em: < Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017>.

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado. São** Paulo: Cortez, 1995.

CARDOSO, P. F. G. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016. Acesso em: 09 Jul. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/j87K7xkFQgWzfNDGpqr8hnd/?lang=pt&format=pdf>.

CASTRO, A. F. L. **Formação profissional em serviço social:** estágio supervisionado e a realidade do trabalhador estudante. 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015. Disponível em: < https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/ana-flavia-luca-de-castro.pdf>. Acesso em: 09 Jul. 2023.

CFESS. Código de Ética profissional do Assistente Social in*:* **Legislação Brasileira para o Serviço Social:** coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social. 3. ed. Rev. Atual. e ampl. Até dezembro de 2007 – São Paulo:o conselho, 2007.

CFESS. **Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 out. 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 29 ago 2013.

CFESS. **Serviço Social:** uma profissão regulamentada há 30 anos no Brasil!. 2023. Acesso em: 17 jul. 2023. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2011>.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social.** Brasília: CFESS, 2015. v. 1. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: **Economia e Sociedade.** 5 ed. Campinas, p. 1-30, dez.1995.

CHIZZOTTI, **A. Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1998.

CNN BRASIL. **Reitoria diz que orçamento da UFRJ encolheu e deve fechar as portas até novembro.** 2022. Acesso em: 11 jul. 2023. Disponível em: < https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/reitoria-diz-que-orcamento-da-ufrj-encolheu-e-deve-fechar-as-portas-ate-novembro/>.

CURTIS, K. H. B. **As expressões dos impactos do mundo do trabalho no estágio supervisionado em Serviço Social.** 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Porto Alegre. 2018. Disponível em: < https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8062>. Acesso em: 17 jul. 2023.

ELPIDIO, M. H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020. Acesso

em: 03 Jul. 2023. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/rk/a/6h7XvN5pc9v4H4MJF8DkHSb/?lang=pt&format=pdf>.

FERRAREZ, C. S. Mercantilização da Educação Superior brasileira e a Formação Profissional do Serviço Social. **Temporalis** – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, ano 16, n.31, jan./jun. 2016. Acesso em: 09 jul. 2023. Disponível em: < https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/12243/10099>.

FINATEC. **Ameaça de corte no financiamento do CNPq para 100 mil bolsas preocupa cientistas.** Acesso em: 11 jul. 2023. Disponível em: <https://www.finatec.org.br/noticias/ameaca-de-corte-no-financiamento-do-cnpq-para-100-mil-bolsas-preocupa-cientistas/>.

FONTANA, M. I. **A pesquisa em serviço social:** a vinculação da investigação e da intervenção na prática profissional do assistente social. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em:https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/18034/1/Maria%20Ines%20Fontana.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

FORTI, V. L. **Considerações sobre o sétimo princípio fundamental do código de ética dos assistentes sociais:** o pluralismo em debate. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL-RJ. (Org.). Projeto Ético-Político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 87-99.

FACHINA, A. M. **A supervisão de estágio em Serviço Social:** aprendizados, contribuições e desafios. 2018. 209 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018. Disponível em: < https://www.franca.unesp.br/Home/ensino/pos-graduacao/servicosocial/dissertacoes/dissertacao-andreza-final-pos.pdf>. Acesso em: 17 out .2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GEHLEN, V. R. F.; CHAVES, H. L. A. Desafios para a pesquisa e pós-graduação em Serviço Social. **katálysis**. Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 253-261, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9TDm4ByWQGprYq5W7CJYkdS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 set. 2023.

GOMES, R**. A análise de dados em pesquisa Qualitativa**. In: MINAYO, Maria Célia de. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

GOMES, A. M. **A Supervisão direta de estágio em Serviço Social na formação profissional:** um estudo a partir da experiência dos supervisores de campo da FAPEPE. 2016. 231f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/157498>. Acesso em: 07 set. 2023.

GRANEMANN, S. **O processo de produção e reprodução social:** trabalho e sociabilidade. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

GUERRA, Y. **O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática:** o perfil do profissional em disputa. In: SANTOS, C. M. dos; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. (orgs.). A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

GUERRA, Y. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. **Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p.147-154, jul./dez, 2005.

GUERRA, Y. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 10, 2004.

HERZOG. E. M. de O. **Supervisão acadêmica de estágio:** espaço privilegiado de mediação entre Teoria e Prática. 2015. 159f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), 2015. Disponível em: < https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/wp-content/uploads/sites/131/2015/03/erica_herzog.pdf>. Acesso em: 07 set. 2023.

HONORATO, A. A. S. **Perspectiva da centralidade do estágio supervisionado na formação em Serviço Social:** questões presentes e latentes. 2016. Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. 2016. Disponível em: < https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/19400>. esso em: 07 set. 2023.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18. ed. São Paulo: Cortez, CELATS, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Acesso em: 27 jun. 2019. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARX, K. **A Miséria da Filosofia**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global Editora, 1985.

KOIKE, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

KONDER, L. **Marx:** vida e obra. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

LEWGOY, A. M. B. Os instrumentos legais e políticos do estágio supervisionado em Serviço Social na defesa da qualidade profissional. SANTOS, C. M. dos; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. (orgs.). A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LIMA, J. B. de. O projeto profissional do Serviço Social em debate: entre a intenção de ruptura e as tendências do neoconservadorismo. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14273/pdf>. Acesso em: 01 Jul. 2023.

LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. De, (Org.). **Serviço Social e educação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LIMA, L. C. G. **A supervisão de estágio a partir das Diretrizes Curriculares de 1996:** uma análise de seus rebatimentos na formação profissional em Serviço Social em uma instituição universitária paulista. 2016. . Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social. UNESP, Franca, 2016.

LUIZ, D. E. C. **Emancipação e Serviço Social:** a potencialidade da prática profissional. 2. 259d. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2013.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

MANDEL, E. **Introdução ao Marxismo.** (Trad. Mariano Soares). 2ª Ed. Porto Alegre: Renascença, 2015.

MARANHÃO, C. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (Orgs.). **Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social:** identidade e alienação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINELLI, M. L. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, 2006.

MARX, K..Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.. ***A ideologia alemã.*** Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. WOOD, Allen W. Karl Marx: arguments of the philosophers. 2.ed. New York: Routledge, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach).** 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução, Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MESZÁROS, I**. Educação para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZAROS, I**. Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORANI, C. do N. S. **A supervisão de estágio e o processo de trabalho do assistente social.** Rio de Janeiro, 2010. 297p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro -PUC-Rio, 2010. Disponível em: < https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=37141@1>. Acesso em: 07 abr. 2023.

MOREIRA, M. C. **Estágio supervisionado e o processo de supervisão:** aprendizagem e conhecimento. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018. Disponível em: < https://www.franca.unesp.br/Home/ensino/pos-graduacao/servicosocial/dissertacoes/dissertacao_final_mariane.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2023.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e Seguridade Social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2008.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2. d. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas.)

OLIVEIRA, C. A. de. **Capitalismo Contemporâneo e Formação Profissional:** o caso da Supervisão de Estágio em Serviço Social. 2013. 145f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: < https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2350899>. Acesso em: 28 set. 2023.

OLIVEIRA, C. A. H. da S. Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social: Elementos para reflexão. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 99-110, jan./jun. 2000.

OLIVEIRA, J. J. A. de; SILVA, P. R. Formação de Assistentes Sociais Críticos e Criativos: relato de prática no âmbito do estágio de docência. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 160-174, jan./jul. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/27820/15761>. Acesso em 27 fev. 2020.

OLIVEIRA, E. M. A. P. de.; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017.

ORTIZ, F. G. Formação Profissional e Serviço Social: uma análise sobre as Diretrizes Curriculares, seus impasses e desafios. *In*: GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave. **Temas Contemporâneos em Serviço Social:** uma análise de seus fundamentos. Campinas: Papel Social, 2019.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise crítica no Brasil pós-64.12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e Serviço Social. 8.** ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, J. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da "questão social". **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS. 2001.

PAULO NETTO, J. **Uma face contemporânea da barbárie.** In: Encontro Internacional "Civilização ou Barbárie". Serpa, 2010.

PAULO NETTO, J. **A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília (DF): CFESS; ABEPSS; CEAD; UNB, 1999.

PEQUIÁ, R. R. da S. **O estudo das novas legislações de estágio e o contexto no curso de Serviço Social da FCHS- UNESP – Campus de Franca**. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015. Disponível em: < https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/raquel-renzo-da-silva.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

PEREIRA, L. D. **Política educacional brasileira e serviço social:** do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. 2007. 378 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2007. Disponível em: < http://objdig.ufrj.br/30/teses/619020.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2024.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social.** 2. d. São Paulo: Cortez, 1997.

PORTES, M. F. **O Estágio e a Supervisão no Processo Formativo dos Assistentes Sociais: a centralidade em questão.** 2016. 292 f. tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000207962>. Acesso em 24 mar. 2023.

PRATES, J. C. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 221-232, jul./dez. 2007. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8008/2/A_arte_como_materia_prima_e_instrumento_de_trabalho_para_o_Assistente_Social.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

RIBEIRO, D.C. Apontamentos sobre o sistema sociometabólico do capital em István Mészáros. **Aurora**, Marília, v.10, n.1 p. 149-170, Jan./Jul., 2017. Acesso em: 03 jul. 2023. Disponível em: < https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/7656>.

RIBEIRO, E. B. O estágio no processo de formação dos Assistentes Sociais. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 83-97, jan./jun. 2000.

RIBEIRO, D. **Sobre o óbvio.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SANTANA, R. S. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano, n.62, p.73- 92, mar. 2000.

SANTOS, C. M. dos. **Os instrumentos e técnicas:** mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. Tese (doutorado) – UFRJ/Escola de Serviço Social/Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SANTOS, M. dos S. **Na prática a teoria é outra?:** mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. 473p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. Rev. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SEKI, A. K. **Determinações do capital financeiro no Ensino Superior:** fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020. Acesso em: 10 jul. 2023. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/219299/PEED1517-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>.

SGARBI, G. S. N. **Supervisão de estágio em Serviço Social frente às condições de trabalho do (a) assistente social supervisor (a) de campo e os seus rebatimentos na formação profissional do (a) estagiário (a).** 2018. 112f Dissertação (Mestrado em Serviço

Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018. Disponível em: < http://hdl.handle.net/11449/157497>. Acesso em: 08 abr. 2023.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade. In SIMIONATTO, I. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/ CEAD/UNB, 2009.

SILVA, P. R. **Para além dos contornos de "Abaporu" às flores da resistência:** serviço social e formação profissional na perspectiva de práxis. 1. ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2021.

SILVA, Y da. **Formação de competências e Serviço Social:** uma análise do processo de formação das competências profissionais a partir do componente curricular estágio obrigatório. 2013. 129f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2013. Disponível em: < https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29291>. Acesso em: 28 set 2023.

SOUZA OLIVEIRA, A. M. S. de. **Estágio Supervisionado em Serviço Social:** questões para o debate. 2019. 88 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: < https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/11588/Disserta%E7%E3o%20Alda%20Oliveira%20final.pdf;jsessionid=40643368A399075F9E5E66C0C79D5242?sequence=1>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SOUZA, R. L. P.de. **Formação Profissional e identidade no Serviço Social:** um olhar através do estágio. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social. PUC/RS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: < https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6986>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SOUZA, V. B. de. **Supervisão em Serviço Social:** uma análise sobre os limites e desafios para a supervisão de campo na Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014. 178f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: < https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1851491>. Acesso em 14 set. 2023.

TONET, I. A questão dos fundamentos. In: TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Unijuí, 2005. P. 35-78.

UNESP. **Roteiro para Apresentação do Projeto Político Pedagógico (2022).** Franca: SP, 2022. Disponível em: < https://www.franca.unesp.br/Home/ensino/graduacao/ppp-curso-de-s-social-fchs.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2023.

UNB. **Curso de serviço social/ SER. Depto serviço social – SER.** Brasília: DF. Disponível em: < file:///C:/Users/Maicow%20Walhers/Downloads/PPP_Servico_Social_UnB_curso_noturno__.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2023.

UFV. **Projeto pedagógico do curso de serviço social da universidade federal de viçosa – UFV**. Viçosa: MG, 2023. Disponível em: < https://ses.ufv.br/projeto-pedagogico/> Acesso em: 20 de dez. 2023.

UFSC. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Florianópolis: SC, 2013. Disponível em: < https://dss.ufsc.br/files/2016/05/Projeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2023.

UFRN. **Projeto pedagógico do curso Superior de Bacharelado em serviço social na modalidade presencial.** Natal, RN. 2019. Disponível em: < file:///C:/Users/Maicow%20Walhers/Downloads/PPC_SERVIO_SOCIAL_2021.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

UFPI. **Projeto pedagógico do curso de graduação, bacharelado em serviço social.** Teresina, PI. 2012. Disponível em: < https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=74204>. Acesso em: 20 dez. 2023.

UFPE. **Projeto Pedagógico Reforma Curricular – 2000. Atualizado em 2009.** Recife: PE, 2009. Disponível em: < https://www.ufpe.br/documents/20194/0/PROJETO+PEDAGOGICO+2.pdf/5cfd033b-8132-4751-a697-9bfc3dadbfca>. Acesso em: 20 dez. 2023.

UFJF. **Projeto pedagógico do curso de serviço soicla da universidade federal de juiz de fora – UFJF. Aprovado pelo congrad em 25/04/2016.** 2016. Juíz de Fora: MG. Disponível em: < https://www2.ufjf.br/facssocial/wp-content/uploads/sites/521/2017/07/Projeto-Pedag%C3%B3gico-2016.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

UFAL. **Projeto pedagógico do curso de serviço social.** Maceió: AL, 2007. Disponível em: < https://fsso.ufal.br/graduacao/servico-social/documentos/projeto-pedagogico/copy_of_ppc-2019/view>. Acesso em: 20 dez. 2023.

UERJ. Projet**o de Currículo Pleno Curso de Graduação FSS/UERJ.** Rio de Janeiro: RJ, 2014. Disponível em: < http://www.graduass.uerj.br/pdfs/curriculo_novo_2014.pdf>. Acesso em: Acesso em: 20 dez. 2023.

VALE, M. E. G. do. **A supervisão de estágio e o processo de trabalho do Assistente Social**. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. UFPI, Teresina, 2018. Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/1T38lozd_NWkuHVtQ2zxtWSDAnJj6z5Rz/view>. Acesso em> 14 set. 2023.

VASCONCELOS, I. R. **Estágio não-obrigatório na formação profissional dos(as) assistentes sociais:** trabalho preconizado ou processo didático-pedagógico? 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

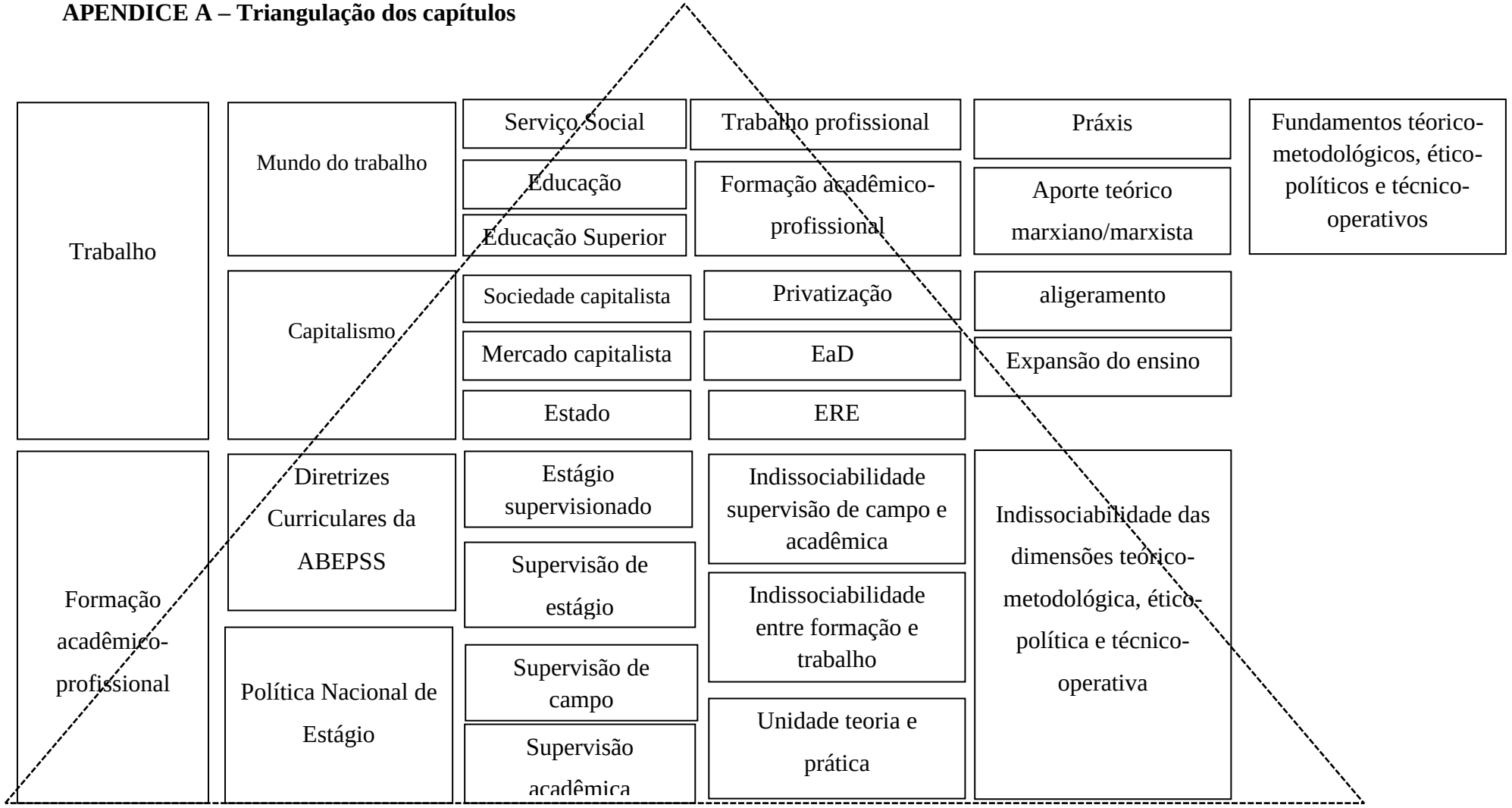
VASCONCELOS, I. Dilemas e desafios do estágio curricular em serviço social: expressão dos (des)encontros entre formação profissional e o mercado de trabalho. **Temporalis**, Brasília (DF), ano XI, n. 17, jan./jun. 2009.

YAZBEK, M. C. Editorial Serviço Social e pobreza. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010. Acesso em: 16 Jul. 2023. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000200001/15095>.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas (online)**, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 293-306,jul. / dez. 2020. Acesso em: 18 jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934/21667>.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009. p. 1-27. Acesso em: 16 Jul. 2023. Disponível em: < https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>

APENDICE A – Triangulação dos capítulos



CAPÍTULO 1 Acúmulos e reflexões da categoria em relação à formação profissional a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS

CAPÍTULO 2 Política Nacional de Estágio em Serviço Social: avanços, desafios e significados

CAPÍTULO 3 Contribuições e rebatimentos da Política Nacional de Estágio: uma análise a partir do Estado da Arte

APÊNDICE B - Programas de Pós-Graduação – Área Serviço Social – Avaliados e Reconhecidos pela CAPES

Cursos Avaliados e Reconhecidos			**Total de Programas de pós-graduação**							**Totais de Cursos de pós-graduação**				
Nome da IES	Sigla da IES	UF	Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA	EMESCAM	ES	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FUFSE	SE	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	FUFPI	PI	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	TO	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	PUC-GOIÁS	GO	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	**PUC/SP**	**SP**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**2**	**1**	**1**	**0**	**0**
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC-RIO	RJ	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PUC/RS	RS	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	UCPEL	RS	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	DF	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	RJ	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	RN	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	PB	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	PR	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	CE	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	PR	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, FRANCA	UNESP-FR	SP	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	BA	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, JOÃO PESSOA	UFPB-JP	PB	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	AL	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	MG	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	MT	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	PE	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	SC	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	SP	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	MG	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	AM	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	ES	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	MA	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	PA	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	BA	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	RJ	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	RN	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	RS	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	RJ	2	1	0	0	0	1	0	3	2	1	0	0
Totais[23]			**36**	**16**	**0**	**0**	**0**	**20**	**0**	**56**	**36**	**20**	**0**	**0**

ME: Mestrado Acadêmico
DO: Doutorado Acadêmico
MP: Mestrado Profissional
DP: Doutorado Profissional
ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico
MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional

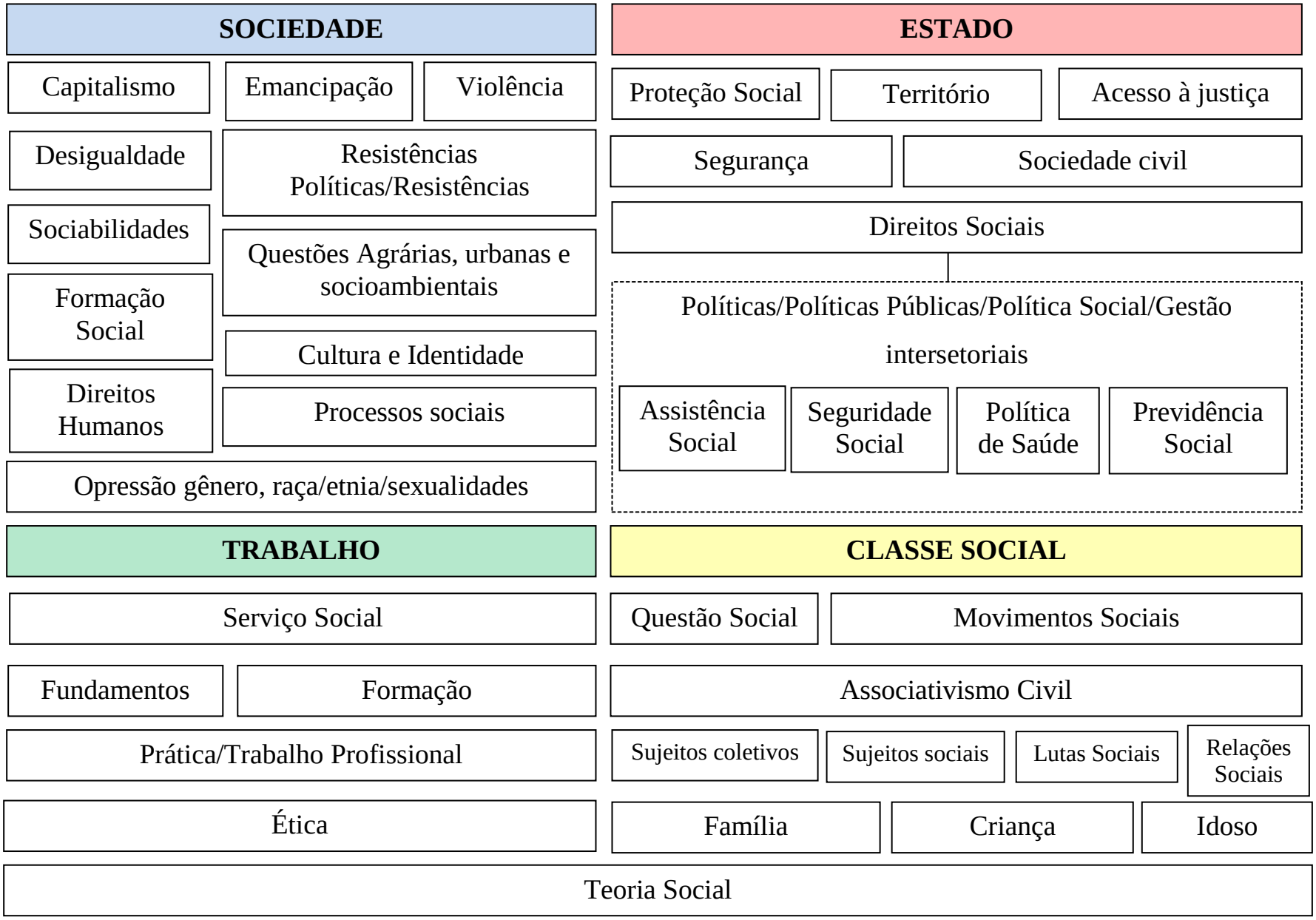
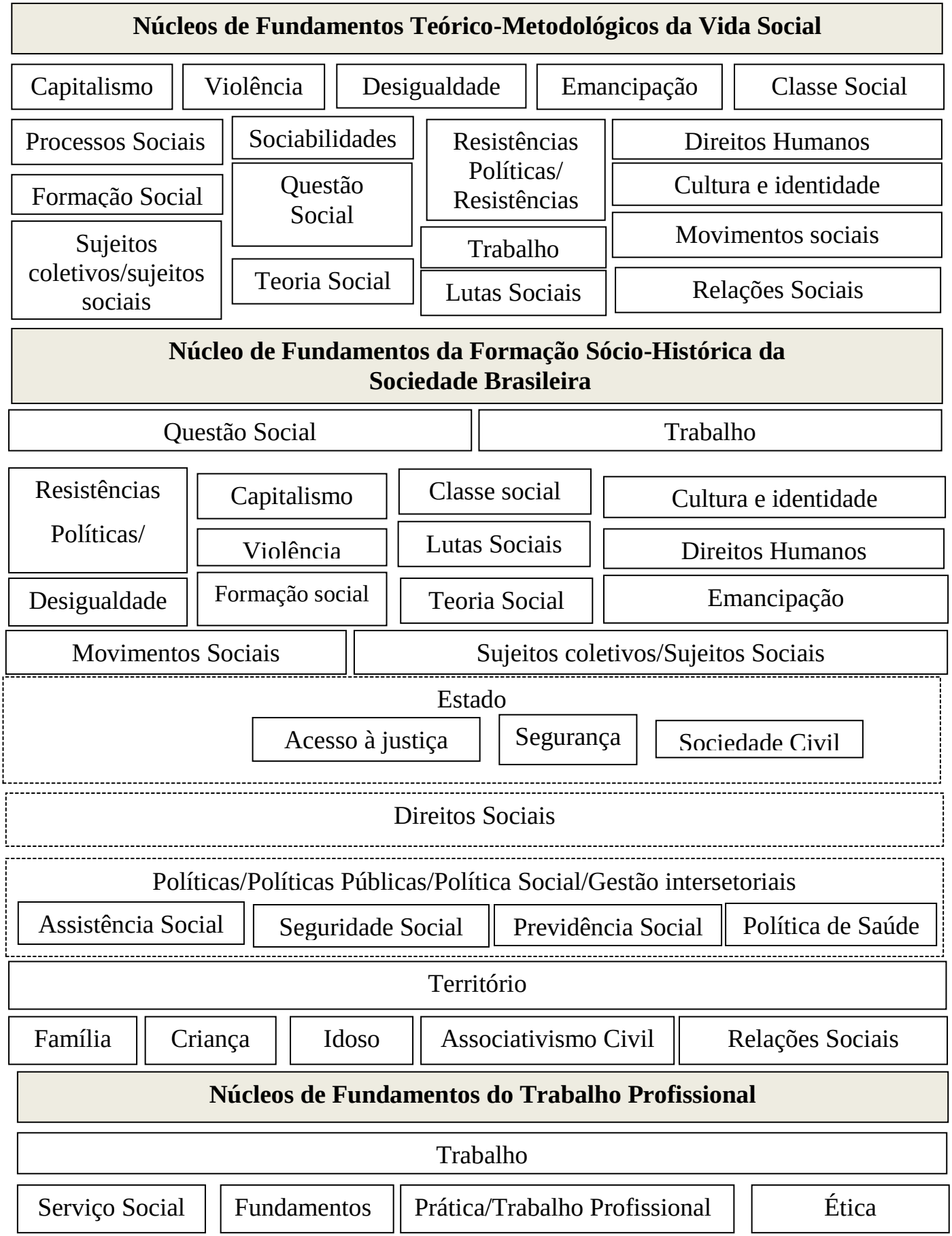
Legendas: vermelho – UFA's que possuem mestrado e doutorado

[23]Dados retirados a partir da plataforma sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf;jsessionid=JYVf8Jp8vumiHU2MSFPOKcGN.sucupira-203?areaAvaliacao=32&areaConhecimento=61000000> Acesso em: 17 ago 2023.

Total de UFA’s públicas que têm mestrado e doutorado: 16

Total de UFA’s privadas que têm mestrado e doutorado: 4 (sendo todas vinculadas à PUC)

APÊNDICE C - Quadro com a relação entre as áreas de concentração e linhas de pesquisa



APÊNDICE D - Relação das áreas de concentração e linhas de pesquisa com os núcleos de fundamentos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.